

Marcília Gama da Silva

INFORMAÇÃO, REPRESSÃO E MEMÓRIA

A construção do estado
de exceção no Brasil na
perspectiva do DOPS-PE
(1964-1985)

**INFORMAÇÃO,
REPRESSÃO E
MEMÓRIA**

Marcília Gama da Silva

INFORMAÇÃO, REPRESSÃO E MEMÓRIA

A construção do estado
de exceção no Brasil na
perspectiva do DOPS-PE
(1964-1985)

Editora  UFPE

RECIFE | 2014

Comissão Editorial

Presidente: Profª Maria José de Matos Luna

Titulares: Ana Maria de Barros, Alberto Galvão de Moura Filho, Alice Miriam Happ Botler, Antonio Motta, Helena Lúcia Augusto Chaves, Liana Cristina da Costa Cirne Lins, Ricardo Bastos Cavalcante Prudêncio, Rogélia Herculano Pinto, Rogério Luiz Covalski, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque, Vera Lúcia Menezes Lima.

Suplentes: Alexsandro da Silva, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Edigleide Maria Figueiroa Barretto, Eduardo Antônio Guimarães Tavares, Ester Calland de Souza Rosa, Geraldo Antônio Simões Galindo, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Marlos de Barros Pessoa, Raul da Mota Silveira Neto, Silvia Helena Lima Schwamborn, Suzana Cavani Rosas.

Editores Executivos: Afonso Henrique Sobreira de Oliveira e Suzana Cavani Rosas.

Capa e projeto gráfico: Ildembergue Leite

Revisão: Gabriel Bogossian

Impressão e acabamento: Editora UFPE

Catálogo na fonte

Bibliotecária Liliane Campos Gonzaga de Noronha, CRB4-1702

S586i	Silva, Marcília Gama da. Informação, repressão e memória : a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985) / Marcília Gama da Silva. – Recife : Editora UFPE, 2014. 339 p. : il. Originalmente apresentada como tese da autora. (Doutorado – UFPE. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. História, 2007) sob o mesmo título. Inclui bibliografia e anexos. ISBN 978-85-415-0397-6 (broch.) 1. Brasil – História – 1964-1985. 2. Ditadura – Brasil – História – Sec. XX. 3. Perseguição política – Pernambuco – História – 1964-1985. 4. Crime político – Investigação – Pernambuco – História. 5. Serviço de inteligência – Pernambuco – História. 6. Polícia – Pernambuco – História – 1964-1985. 7. Memória coletiva. I. Título.	
981.063	CDD (23.ed.)	UFPE (BC2013-241)

À minha família, filha e esposo,
com especial afeto.

A todos aqueles que lutam,
resistem, sonham e seguem,
apesar das adversidades,
transformados...

Eu não penso sempre a mesma coisa, razão pela qual meus livros são para mim experiências, no sentido de que eu gostaria fosse o mais pleno possível. Uma experiência é qualquer coisa da qual saímos transformados em nós mesmos.

Michel Foucault

Apresentação

O livro da historiadora e professora Dra. Marcília Gama da Silva, *Informação, Repressão e Memória: A construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*, constitui-se em mais um importante lançamento da Editora UFPE, num momento em que ocorrem em todos os estados brasileiros um intenso debate sobre o golpe militar, com apoio dos civis, que suspendeu o estado de direito no Brasil em 1964.

Este livro, resultado de uma tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, foi construído por uma profissional que alia seu amplo conhecimento da documentação do DOPS-PE, depositado no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, onde atuou por vários anos, ao da historiadora/pesquisadora rigorosa e competente.

Os estudiosos da história do Brasil e, em especial, os que se dedicam a pesquisa acerca do período do regime militar instalado em 1964, têm em mãos uma detalhada análise das práticas de controle, vigilância e repressão do aparato policial em Pernambuco em articulação com outros órgãos de informação e repressão no nível nacional. A historiadora Marcília Gama em face do amplo e significativo conhecimento da documentação da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de Pernambuco nos conduz aos meandros das práticas e dos múltiplos discursos que este órgão policial implementa no cerceamento das liberdades civis e políticas dos cidadãos. A nomeação de comunista, agitador, esquerdista, subversivo se transforma em grande parte do período estudado na justificativa para as múltiplas práticas do arbítrio, desde a prisão sem mandado judicial às sessões de tortura e assassinatos.

Uma outra dimensão historiográfica importante, neste livro, são os relatos orais e escritos de diversos(as) ex-presos(as) e ex-torturados(as)

políticos(as). São narrativas de sofrimento que possibilitam estabelecer um contraponto aos discursos e as práticas dos órgãos policiais e de informação, relatos de homens e mulheres que tiveram suas vidas marcadas de maneira radical pela violência e medo que se abateu sobre a sociedade.

Por outro lado, por meio da publicação de mais esta importante obra historiográfica, o Programa de Pós-Graduação em História assim como a própria UFPE cumprem sua função precípua de produção e socialização do conhecimento, atualizando saberes e releituras da história recente do Brasil.

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro

Professor Titular de História do Brasil
da Universidade Federal de Pernambuco

Lista de siglas

ALN	Aliança Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
APML	Ação Popular Marxista Leninista
APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
AI	Ato Institucional
CNI	Conselho Nacional de Informações
DEOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
DOI	Departamento de Operações Internas
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSI	Divisão de Segurança e Informações
D2	Divisão de Informações das Forças Armadas
CIE	Centro de Informação do Exército
CENIMAR	Centro de Informação da Marinha
CISA	Centro de Informação da Aeronáutica
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
DOI	Destacamento de Operações de Informações
DPF	Departamento de Polícia Federal
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
ESG	Escola Superior de Guerra
Fundarpe	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
Fundaj	Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
MOLIPO	Movimento de Libertação Popular

MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
PB	Pedido de Busca
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PE	Polícia do Exército
PF	Polícia Federal
PNI	Plano Nacional de Informações
PM	Polícia Militar
RM	Região Militar
SNI	Serviço Nacional de Informações
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Supremo Tribunal Militar
SSP	Secretaria de Segurança Pública
UNE	União Nacional dos Estudantes
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
2ª Seção	Seção de Informação do Exército

Introdução

O objetivo do presente trabalho é estudar a rede de informações instalada durante o regime militar e que se estabeleceu como um dos principais sustentáculos do aparato repressivo que permeou as múltiplas relações entre os órgãos de informação e a sociedade. As práticas repressivas são aqui analisadas tomando por base o intercâmbio informacional criado entre o Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE) e as demais instâncias de informação em nível regional e nacional, com destaque para as redes formadas por elas, labirintos de um poder-saber¹ que embasam a produção e difusão de informações que geram efeitos de verdade, enquadram o indivíduo, distorcem comportamentos e fatos, devassam e submetem a vida das pessoas e dos grupos. Criam-se múltiplas relações entre atores que passam a adotar posturas e discursos que oscilam entre a submissão, a

1 Entenda-se a questão do poder como um instrumento de análise capaz de explicar a produção de saberes (FOUCAULT, 2000).

apropriação e a reelaboração do discurso de Segurança Nacional, que se transforma em uma fonte de significação para a ordem social que o regime militar procura institucionalizar.

O objeto principal de nossa análise é a informação, localizada no epicentro do embate histórico travado entre os representantes dos órgãos responsáveis pela vigilância, controle e repressão e parcelas significativas da sociedade. A informação é entendida, aqui, como um poder disciplinar, cujos efeitos se percebem no cotidiano, nas práticas e rotinas de investigação, no interrogatório policial, nos assentamentos e registros nos arquivos, manifesta como um enunciado – “com uma função que se apóia em um conjunto de signos”, “uma materialidade que não é apenas a substância ou o suporte da articulação, mas um status, regras de transcrição, possibilidades de uso ou de reutilização” (FOUCAULT, 2000, p. 133).

Chamaremos de enunciado a modalidade de existência própria desse conjunto de signos: modalidade que lhe permite ser algo diferente de uma série de traços, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto qualquer fabricado por um ser humano; modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado enfim de uma materialidade repetível. (FOUCAULT, 2000, p. 123).

Nesse sentido, a informação enquanto conjunto de dados gerais e/ou específicos de natureza pessoal, política, social, econômica ou cultural, que se transforma, no universo policialesco, num saber elaborado, calculado, manipulado, e direcionado para alguém ou algum segmento, produz efeitos que por sua vez são utilizados no intuito de se chegar a uma pista, a um resultado favorável à investigação, se constituindo ao mesmo tempo na matéria-prima dos discursos. O termo discurso poderá ser fixado como produções das estruturas

de repressão, vistos como um “conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de informação” (FOUCAULT, 2000, p. 124). O que foi o discurso repressivo senão uma repetição ou reutilização de signos – como, por exemplo, a ameaça comunista – que aos olhos dos oficiais da informação serviam para identificar, catalogar e taxar como perigosos e, por extensão, subversivos aqueles que discordassem da ordem estabelecida, do poder instituído? Essa série de enunciados que nomeava o perigo comunista e a subversão da ordem oferecia objetividade e serviu para alimentar uma série de práticas repressivas. É através desses registros que se apoia o saber policial, o exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância situando-os numa rede de anotações escritas; comprometendo-os em toda uma quantidade de documentos que os capturam e os enquadram. Esse sistema de registros intensos e de acumulação documentária deu origem ao que hoje se denomina de os arquivos da repressão ou os arquivos da ditadura militar, alvos cobiçados e objetos de investidas e disputas políticas, pela posse/retenção ou liberação desse produto específico de manifestação e manipulação do poder. Ao que Foucault denominou de “um poder de escrita”, como uma peça essencial das engrenagens da disciplina” (FOUCAULT, 1993, p. 168). Procuramos investigar os diferentes comportamentos dos atores sociais e como eles dialogaram com as práticas e os saberes instituídos pelos órgãos de repressão, as distintas formas de relações concebidas, as possibilidades de lutas travadas nos espaços de resistência, enfim, como a partir da informação – substrato fundamental do aparato repressivo – se estabeleceu esse combate entre diferentes segmentos da sociedade.

Selecionamos como espelhos ilustrativos, sem o compromisso, contudo, de aprofundar a discussão, alguns segmentos considerados pelas instâncias policiais como de alto grau de “periculosidade” e que foram, em decorrência dessa avaliação, vigiados de forma sistemática pelos órgãos de repressão. A ideia é enfatizar as rotinas policiais de

investigação, mostrar as estratégias de vigilância e identificar os discursos policiais produzidos a respeito desses segmentos, traduzidos na grande quantidade de documentos produzidos e/ou confiscados pelos órgãos de informação. Entre os que foram alvos constantes dessa política de controle e repressão estão as Ligas Camponesas, o Movimento Estudantil e as dissidências do Partido Comunista que aderiram às práticas de luta armada, entre elas a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Compreender a informação como referência da elaboração do discurso em nome da defesa da Segurança Nacional, e estudar de que forma se deu sua produção, apreensão e utilização pelos órgãos de controle e repressão nos permite analisar sua influência ao longo de todo o regime de exceção e, sobretudo, avaliar o significado que lhe foi atribuído pelas várias instâncias de poder e entender por que, em função de sua existência, indivíduos foram esquadrinhados, investigados, censurados, presos, torturados e assassinados.

Para o estudo dessas práticas foram trabalhados de forma sistemática arquivos oficiais pertencentes a diversos órgãos do governo, principalmente aqueles diretamente envolvidos com a informação e segurança, especialmente o do DOPS-PE, que, articulado aos Centros de Informações do Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícia Federal, integrou essa complexa e competente rede de informações a serviço da repressão.

Como se sabe, em cada fase de atuação dos órgãos responsáveis pela repressão são “escolhidos” o(s) alvo(s) sobre os quais é necessário estabelecer uma vigilância e acompanhamento permanentes. As pessoas e instituições que se tornam objeto de investigação são nomeadas como perigosos, exigindo um controle constante em nome do que denominam ‘segurança’ da sociedade. Do período do regime militar instalado em 1964, embora o controle e a repressão fossem direcionados em princípio contra tudo e contra todos (BRASIL...,

1985, p. 84), privilegamos em nosso estudo aqueles que, no acervo do DOPS-PE, aparecem de forma mais constante. A profusão de informes (dados/resumos diários ou mensais) produzida pelos investigadores sobre as Ligas Camponesas, o Movimento Estudantil e as dissidências do Partido Comunista que defendem a luta armada, constituiu um fato bastante significativo, o que nos instigou a direcionar o foco de investigação para esses segmentos – considerados “extremamente perigosos e perniciosos para a sociedade, devendo ser rigorosamente reprimidos em função de seu alto grau de periculosidade”² – procurando acompanhar a tramitação documental e o trabalho de investigação, censura e repressão³ a eles imposto.

No âmbito da pesquisa, as fontes aqui analisadas são concebidas como representações construídas por determinados grupos num dado contexto socioeconômico-político permeado por relações institucionais e pessoais que atendem a todo um conjunto complexo de forças que se embatem, produzindo efeitos de verdades. Essas fontes, em sua maioria, são do acervo da extinta Delegacia/Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco, do Setor de Documentos Impressos e dos documentos da Secretaria de Governo, sob a guarda do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), do Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira (CEHIBRA) da Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (FUNDAJ) e da Hemeroteca do APEJE, complementadas por fontes secundárias provenientes da Biblioteca Setorial do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Biblioteca Central da UFPE.

O acervo consultado consiste de prontuários funcionais, pastas administrativas, informes e informações-dados gerais coletadas e repassadas pelos órgãos integrantes da rede de informações, relatórios

2 Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º. 29.804 – Pasta do SNI.

3 Entenda-se por repressão um fenômeno histórico permanente que tem uma origem econômica (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1995, p. 1107) e que constitui o ato ou efeito de reprimir ou, ainda, aquele ou aquilo que reprime (FERREIRA, 1999, p. 1747).

dos Centros de Informações do Exército, Marinha e Aeronáutica, do SNI e da Polícia Federal. Há também peças documentais produzidas ou apreendidas pelo DOPS-PE que constituem verdadeiros arquivos de informações, revelando a estrutura de funcionamento e as práticas de controle, vigilância e repressão desses órgãos. Essa vasta documentação permite incursões significativas na perspectiva de se analisar a rede de informações que opera em âmbito nacional como sustentáculo do regime de exceção. Pesquisamos também em jornais e boletins informativos, além de alguns relatos orais de memória do acervo do CEHIBRA e outros coletados entre os anistiados políticos. A pesquisa documental foi ainda enriquecida com o levantamento realizado para o seminário acerca do golpe de 1964 organizado pelo APEJE entre os dias 29 de agosto a 3 de setembro de 2004.

O procedimento teórico-metodológico adotado no tratamento da documentação referendou-se na análise da informação enquanto poder-saber que embasa uma cadeia de discursos que circulam no período e das práticas estabelecidas pelos diferentes atores – interpretadas como pistas para a reinvenção de um passado que se coloca como objeto de investigação, onde articulamos ao mesmo tempo passado, presente e futuro.

Percebemos os documentos não como verdade do passado, nem como prova – não como realidade objetiva clara, cujo sentido está lá pronto para ser desvendado. Operamos no sentido de entendê-los como parte integrante de uma rede, onde temos que buscar os fios que lhes atribuem significados, perceber o sentido a partir do lugar em que foram produzidos, compreendendo as redes que os fazem significar e ao mesmo tempo lhes dão sentido.

Procuramos discutir as diversas formas de representações construídas acerca das práticas de repressão e resistência ou, em outras palavras, entender como as práticas de repressão se constituíram a partir da informação, buscando situar o efeito de verdade por elas produzido, identificando a multiplicidade de argumentos que fundamentaram

essas práticas. Nesse sentido, Michel Foucault se constitui como referência de nossa análise, na medida em que para ele não existe realidade objetiva clara: o mundo está cheio de significados e eles não são evidentes. A verdade não é da ordem das coisas materiais, está nos enunciados, e estes atendem aos regimes de discursos da rede à qual estão filiados, produzindo efeitos de verdade. “Descobrimos assim, não uma configuração ou uma forma, mas um conjunto de regras que são imanentes a uma prática e a definem em sua especificidade.” (FOUCAULT, 2000, p. 53).

Também trabalhamos com o conceito de resistência, visto aqui na perspectiva abordada por Michel de Certeau, quando esboça uma teoria das práticas cotidianas amparadas nas artes de fazer, nas astúcias, numa rede de antidisciplinas. Na negação ou não-credulidade diante de uma ordem dogmática que as autoridades e instituições querem sempre organizar, ele focaliza “sua atenção na liberdade interior dos não-conformistas, mesmo reduzidos ao silêncio, que modificam ou desviam a verdade imposta, seu respeito por toda a resistência, ainda que mínima e por toda forma de mobilidade aberta por essa resistência” (CERTEAU, 2002, p. 17). Isto o leva a crer firmemente na liberdade gazeteira das práticas, a perceber microdiferenças onde tantos outros veem obediência e uniformização, a concentrar a atenção nos minúsculos espaços de jogo de táticas silenciosas e sutis (CERTEAU, 2002, p. 19).

Nesse contexto, ao tratarmos da memória, o fazemos como sendo e não sendo história, na perspectiva de análise proposta por Antonio Montenegro (1992), que compreende

a memória como história, porque se constrói a partir de registros históricos vividos ou herdados, e como não sendo, porque é alvo de todo um processo de seletividade e de reelaboração interior que permeia o que concebemos como memória individual e, por extensão, uma forma de registro com características distintas das fontes documentais usuais.

Entendemos a história oral como importante instrumento de reconstrução de particularidades da vida de pessoas comuns. No enfoque em questão, em relação à militância de esquerda, ao movimento estudantil, o que a reminiscência pode proporcionar é uma atualidade e uma riqueza de detalhes que complementam fundamentalmente a narrativa histórica sobre o período, principalmente se pensarmos em práticas que jamais seriam registradas pelos órgãos de repressão, como, por exemplo, a tortura. Por outro lado, o recurso oral constitui-se num meio de conhecer outras práticas presentes como instrumento de resistência, que de outra maneira não poderiam ser apreendidas.

É importante pensar que esta é uma história da maneira como os órgãos de repressão constituíram suas práticas num território complexo, em que as ações não estavam dadas, mas foram se estabelecendo ao sabor das lutas, em permanentes disputas e confrontos políticos, onde houve uma resistência efervescente e dinâmica. Nossa intenção é apresentar o embate histórico travado entre a ditadura e parcelas significativas da sociedade tendo a informação como epicentro desse confronto, percebido a partir de diferentes concepções que serviram para caracterizar o 'subversivo'. A ideia é demonstrar que esses saberes instituídos operaram (re)produzindo a noção de segurança nacional, que por sua vez foi apropriada, ressignificada, criticada ou combatida pelos diversos atores, fazendo circular poderes.

O fim do regime militar e a reabertura política possibilitaram uma profunda reflexão em torno dos acontecimentos norteadores do período, cujas obras são aqui elencadas como contribuições que se complementam na tentativa de esclarecer os significados, desdobramentos e a extensão do que foram os anos de chumbo. Nessa categoria se encontram os trabalhos de Maria Celina D' Araújo, Maria Helena Moreira Leite, René Armand Dreifuss, Carlos Fico, Lucas Figueiredo, Elio Gaspari, Osvaldo Coggiola, Hélio Contreiras, Celso Castro, Daniel Aarão Reis, entre outras grandes obras.

O trabalho que ora se apresenta é devotado à reflexão sobre o significado denso da rede de informações e a importância dada à coleta de dados por parte dos órgãos de informação e segurança responsáveis por um complexo encadeamento de ações de espionagem, inteligência, investigação e práticas diferenciadas de violação, como escuta telefônica, interceptação de correspondência, sequestros, interrogatórios e práticas de torturas como instrumental a serviço da repressão e consequente controle social.

A cronologia dos fatos não foi rigorosamente respeitada, uma vez que estamos tratando da montagem da rede de informações e a constituição dos órgãos de controle e repressão foi iniciada antes de 1964, a exemplo da Polícia Federal e dos Departamentos de Ordem Política e Social estaduais, que remontam às décadas de 20/30. No intuito de conectarmos os fios e compreendermos a trama histórica empreendemos um ir e vir permanente entre os tempos passados – especificamente num período anterior ao golpe, quando estava sendo gestado pelos elementos da “nova ordem” que seria imposta ao país – e o presente.

Da mesma forma, recusamos a prisão da cronologia como elemento fundamental à escrita da história, uma vez que não comungamos de uma visão histórica linear e positivista dos fatos. A história é muito mais do que um simples encadeamento de acontecimentos. Ela é combate, é movimento, é trama e como tal não deve ser concebida em sua linearidade factual, datável. Como coloca José Jobson de Andrade Arruda na apresentação da obra de Júlio Aróstegui: “A historiografia deve manter-se atenta à sensibilidade de cada momento, ao tempo presente como portador de vasta potencialidade (...).” (ARÓSTEGUI, 2006)

O trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, intitulado ‘Da informação à repressão: as bases do estado de exceção no Brasil’, desenvolvemos uma análise no sentido de mostrar como a informação passou a ocupar um lugar estratégico na epistemologia do

conhecimento repressivo, encetando um fio condutor que nos leva a refletir sobre a importância da rede de informações para a manutenção do aparato repressivo e, conseqüentemente, do próprio governo de exceção. Em outras palavras, procuramos analisar as práticas de vigilância permanente na sociedade, a definição dos ‘inimigos’ do regime militar, tomando a informação como base de uma extensa e dinâmica rede, articulada entre o DOPS-PE e os demais centros de informações do Exército, Marinha e Aeronáutica em âmbito nacional.

No segundo capítulo, denominado ‘O DOPS-PE e os aparelhos de vigilância: estrutura e atuação da rede de informações’, estudamos, sobretudo por intermédio de diagramas, a institucionalização dos órgãos de informação e segurança como aparato do estado de exceção e as estratégias de construção da legalidade das práticas repressivas. A constituição e ordenamento dos vários órgãos de informação, com suas respectivas competências, promoveram múltiplas atuações e propagaram os efeitos de um poder-saber específico que se nomeava responsável pela ordem instituída.

No terceiro capítulo, sob o título de ‘Memórias da resistência’, procuramos identificar e confrontar informações retiradas dos documentos escritos com os relatos orais de memória de alguns militantes das dissidências do Partido Comunista (PCBR e ALN), das Ligas Camponesas e do Movimento Estudantil, alvos constantes dos órgãos de repressão, que consideravam seus discursos e práticas uma grande ameaça à sociedade. Como o foco está voltado para a concepção da rede de informações e suas práticas, seus alvos e estratégias de combate à “subversão”, não foi aprofundada nesse capítulo a trajetória do Partido Comunista Brasileiro e nem dos seus segmentos dissidentes. De igual forma, também não foram aqui explorados o movimento estudantil e as ligas camponesas, uma vez que esses temas são apenas utilizados como veículos ilustrativos para evidenciar a ação dos órgãos de segurança e informações em torno do(s) alvo(s) por eles escolhidos.

No último capítulo, que focaliza ‘A tortura como prática’, analisamos as relações que se estabeleceram entre os diversos atores envolvidos com as rotinas dos órgãos de informação e segurança e as variadas práticas de controle e repressão empregadas no combate ao ‘inimigo interno’, incluindo a utilização da tortura como instrumento de obtenção de ‘confissão’ e de punição e silenciamento. Como queríamos enfatizar a capacidade e os requintes dos expedientes utilizados pelos órgãos de segurança e as marcas indeléveis daqueles que foram alvos dessas práticas, optamos por privilegiar os relatos que evidenciam de forma mais contundente esses aspectos dos bastidores da repressão.

CAPÍTULO 1

Da informação à repressão: As bases do estado de exceção no Brasil

Este capítulo busca aproximar dois conceitos – informação e repressão – que, embora aparentemente desconexos, deságuam na noção de construção do estado de exceção instalado no Brasil no período de 1964-85, articulado por forças civis e militares (DREIFUSS, 1987, p. 455) representadas por diversos segmentos da sociedade: setores da classe média, composta por políticos, advogados, professores universitários, pequenos empresários, comerciantes; associações de classes; e, sobretudo, a chamada elite do poder, formada pelo alto e médio escalões militares, as oligarquias agrícolas, banqueiros, a ala conservadora do clero e da magistratura, economistas e funcionários públicos que ocupavam altos cargos na esfera estatal e que paulatinamente passaram a comungar das ideias defendidas pelos adeptos da Escola Superior de Guerra (ESG), que representou, na opinião de Maria Helena Moreira Alves (1984, p. 28), “a necessária justificação ideológica da tomada do Estado e da modificação de suas

estruturas para impor a variante autoritária encontrada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, ministrada pela Escola Superior de Guerra.”

A ESG: sob o espectro da doutrina

Em 20 de agosto de 1949, sob a inspiração do marechal César Obino e com destacada e eficiente participação do general Cordeiro de Farias, é criada a ESG, à semelhança do “Nacional War College nos EUA, inclusive com o auxílio de uma missão militar, que lhe deu orientação por 12 anos”¹, garantindo à futura rede de informação composta pelos órgãos de segurança e informação das Forças Armadas, Polícia Federal e da polícia política – os DOPS estaduais –, a capacitação técnica necessária para o cumprimento de suas funções. Essa formação torna-se possível graças aos acordos com o serviço secreto americano, além dos treinamentos junto aos corpos de investigação britânico, alemão e francês.

Vive-se a experiência da Guerra Fria, num sistema internacional bipolar cujos interesses dividem-se entre duas potências, a URSS e os EUA, que representam ideologias diferentes, ensejando um cenário de disputas políticas no âmbito internacional, em que cada bloco organiza-se na tentativa de conquistar/controlar áreas de influência estratégicas que auxiliem no fornecimento de matérias-primas, mercadorias e suprimentos, inclusive bélicos. Os interesses cada vez mais ambiciosos de consolidar as bases do desenvolvimento capitalista vão exigir dos EUA um intrincado jogo para garantir a hegemonia americana no cenário internacional. Em meio a esse ambiente, propício a disputas, intrigas, segredos, espionagens, tráfico de informações e influência, dá-se a maior disputa pela demarcação dos territórios e áreas de influência

1 Arquivo Storico. Poliziz política - Busta 172. Fascicolo 26. Arquivos do Diretor do FBI. In: CANCELLI, Elizabeth. Conferência. Nova Iorque, 2001. Mimeo.

jamais vista na história da humanidade, passando a justificar o controle de nações que se posicionem a seu favor.

Com o Brasil não é diferente; embasado pela ideia de segurança e defesa continental difundida pelos Estados Unidos, surge no país o Plano de Segurança Nacional, posto em prática pela Escola Superior de Guerra, com estabelecimento posterior de cursos, estudos e manuais inspirados nos do National War College dos EUA (LEITE, 1984).

Inicialmente a ESG tem propósitos exclusivamente militares, mas passará a agregar civis e ampliar seus objetivos, desempenhando um papel fundamental na cooptação, no controle e na disseminação da ideologia de segurança nacional junto à sociedade. Enfatizando a importância do binômio **segurança e desenvolvimento**, a “doutrina” dará respaldo teórico à mobilização econômica para acumulação capitalista. O ideário da ESG começa a ser definido na década de 1950, solidificando-se nos anos 1960 e 70 e é sintetizado em três elementos básicos: os **Objetivos Nacionais**, uma **Política Nacional** e, através de recursos disponíveis, o **Poder Nacional**:

Os Objetivos Nacionais, tidos como as aspirações máximas da nação como um todo, se apresentam de duas formas: ONP – Objetivos Nacionais Permanentes e ONA – Objetivos Nacionais Atuais, ou Objetivos do Governo – OG.

Os ONP seriam o referencial máximo que norteia a vida da comunidade nacional, enquanto os ONA são objetivos estabelecidos pelo governo condicionados pelas circunstâncias. Esses Objetivos fundamentam-se em grande parte nos fatores psicossociais apontados pela doutrina, como por exemplo: o caráter nacional.

A Política Nacional traduz-se num conjunto de diretrizes máximas que o governo elege como prioritárias, visando, por exemplo, o desenvolvimento da nação em grande escala.

E o Poder Nacional embasado no conceito de Segurança Nacional, o que significa um maior envolvimento das Forças Armadas na política interna e na sociedade, uma

vez que a própria doutrina reza que a Segurança Nacional é responsabilidade do Exército, e também da “sociedade como um todo”. Dentro deste contexto, não só a defesa do país contra fatores externos, mas também a ordem interna passa a ser função do Exército. (BERG, 2002, p. 32-33).

Para o eficiente desempenho dos órgãos de segurança é fundamental o papel da Escola Superior de Guerra, que se coloca como importante núcleo formador de opiniões, de visão de sociedade e, por extensão, de comportamento, através dos discursos proferidos, das palestras e cursos ministrados por civis e militares sobre a doutrina de segurança nacional, justificativa maior da existência de práticas que irão silenciar a oposição na sociedade.

Na doutrina da Segurança Nacional é que vamos localizar onde se respalda a lógica policial-militar que irá agir junto à sociedade no combate às forças identificadas por ela como ameaças à segurança do país. Selecionamos trechos de algumas fontes impressas sobre o período em foco para operar uma leitura dos discursos oficiais – vistos aqui como representações criadas pelos grupos de poder e que sustentam o arcabouço ideológico desses segmentos – proferidos nas primeiras solenidades de formatura da Escola Superior de Guerra.

É possível perceber o grau de influência que possuem os integrantes da ESG junto a camadas expressivas da sociedade pelo peso que têm na elaboração do modelo de desenvolvimento “vencedor”, o qual, atrelado ao arsenal ideológico, pretenderá produzir ao longo dessa trajetória uma “sociedade pacífica” e “politicamente apática”, argumentos para instalação, desenvolvimento e consolidação do estado de exceção no Brasil.

A partir da comunhão de interesses, diretrizes e deste corpo de ideias que vai se constituindo – tomando forma num cenário de Guerra Fria – observa-se paulatinamente a recepção da sociedade a tal projeto e a máquina estatal se envergando ao sabor dos interesses e argumentos cada vez mais influentes de uma elite conservadora, que se imbui do

discurso de ordem, segurança e combate extremado ao comunismo internacional como metas para garantir a “Segurança Nacional”.

A questão que se coloca é: como implementar um programa de desenvolvimento arrojado num país entregue ao caos, à baderna, às greves, às mobilizações e aos movimentos sociais? Esse argumento alicerça a visão da classe dominante e, aliado à necessidade de salvaguardar a democracia, embasa as justificativas para que se implante o regime civil-militar. Na visão das esquerdas e dos segmentos nacionalistas, entretanto, esse discurso sustenta a maior manobra já vista no Brasil para entregar nossas reservas e riquezas, significando a submissão irreversível ao capital estrangeiro.

A ênfase dada pelos manuais da ESG ao binômio “Segurança e Desenvolvimento” passa a nortear as estratégias de ação da **rede de informações**, respaldando teoricamente a mobilização político-econômica que irá viabilizar o projeto de desenvolvimento do Brasil, que se acredita corresponder às aspirações nacionais, extirpando, na concepção dos militares, os conflitos estimulados por ideias nocivas, causadoras de desordens que são consideradas nefastas à ordem e uma ameaça à segurança do país.

Imbuídas dessa orientação é que as Forças Armadas vão encontrar respaldo para suas práticas no sentido de garantir a ordem e a segurança nacional interna e externa, objetivo plenamente alcançado com o golpe de 31 de março. Entender o contexto em que se deu o golpe civil-militar ajuda-nos a perceber quais os fios que ligam esse episódio à rede de informações composta pelos órgãos de segurança.

Antecedentes do golpe

Para entendermos o golpe faz-se necessário retroagir ao cenário político nacional anterior à implantação do regime civil-militar, especialmente nos primeiros anos da década de 1960, quando, de acordo com TOLEDO (1988, p. 9),

[...] um novo contexto político-social emergiu no país. Este quadro caracterizou-se por uma intensa crise econômico-financeira, freqüentes crises político-institucionais, extensa mobilização política das classes populares, ampliação e fortalecimento do movimento operário e dos trabalhadores do campo, crise do sistema partidário e acirramento da luta ideológica de classes.

Assim, em agosto de 1961, com o fim do meteórico governo de Jânio Quadros, forças conservadoras civis e militares, “por um arbitrário veto militar, plenamente respaldado na União Democrática Nacional – UDN” (TOLEDO, 1988, p. 8), tentam impedir a posse do vice-presidente João Goulart, que na ocasião se encontra em visita à China comunista, procurando ampliar as relações comerciais e estabelecer possíveis acordos com esse país, representante do bloco socialista.

Articulado por Leonel Brizola, com o apoio do comandante do III Exército, de militares nacionalistas e de manifestações populares associadas aos segmentos democráticos, levanta-se um movimento pela legalidade, em defesa da posse de Jango, “conseguindo impedir o golpe militar que se configurava em agosto de 1961” (TOLEDO, 1988, p. 8). Ante a ameaça de golpe, num clima de guerra civil, o problema é contornado com a aprovação do parlamentarismo, recurso utilizado para cercear os poderes do presidente e uma via para acalmar os ânimos dos segmentos conservadores (GASPARI, 2002). “Os setores populares e democráticos, a partir de então, pagariam um preço muito elevado pela resistência oferecida aos golpistas em 1961.” (TOLEDO, 1988, p. 8).

Para historiadores como Boris Fausto, Daniel Aarão Reis, Caio Toledo, René Armand Dreifuss e Maria Helena Moreira Alves, entre outros, este é considerado um dos mais conturbados períodos governamentais já vivenciados no país, agravado por um cenário de crise econômica e social – com altos índices inflacionários, em meio a surtos de greves – e, sobretudo, por uma nítida crise de governabilidade,

tecida, na opinião de Dreifuss (1987, p. 162), “por uma elite orgânica centralizada no Rio de Janeiro e São Paulo sob a égide do IPES”², com ramificações em outros estados, e que irá aos poucos, através de uma composição de forças civis e militares, desestabilizar o governo de João Goulart, desencadeando fortes pressões políticas e formando as bases do que será o golpe de Estado em 31 de março de 1964.

Este período da história política brasileira é significativo, pois nele se intensificam e se condensam alguns dos impasses e dos conflitos da democracia burguesa. Se entendermos que as contradições sociais são processos constitutivos da formação social capitalista e de seus regimes políticos, então o período de 1961/1964 deve ser visto como um momento privilegiado da vida política e ideológica com dimensões inéditas e com características singulares. (TOLEDO, 1988, p. 9).

O golpe civil-militar de 1964 é minuciosamente pensado, gestado, diferentemente da malograda tentativa de tomada de poder abortada após a renúncia de Jânio Quadros. Um movimento em prol da constitucionalidade costurado através da solução parlamentarista em 1963 fomenta uma campanha pela antecipação do plebiscito, no qual a população opta pela retomada do presidencialismo. Essa ação política volta a conferir maiores poderes a João Goulart.

Em pleno exercício dos poderes presidenciais, João Goulart edita o Plano Trienal³ como solução para o controle da inflação, o qual,

2 As sementes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), como também do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), foram lançadas no final da administração de Juscelino Kubitschek, cujos excessos inflacionários e estilo populista geraram descontentamento entre os membros do complexo formado por representantes do alto empresariado defensores de interesses multinacionais e associados (DREIFUSS, 1987, p. 162).

3 O Plano Trienal era uma ampla plataforma de medidas em várias áreas que visava controlar os surtos inflacionários e acelerar o desenvolvimento, atacando setores cruciais para o desenvolvimento econômico (TOLEDO, 1988, p. 130).

associado ao Programa de Investimentos na Indústria, visa eliminar as desigualdades regionais. Tais propósitos serão complementados com reformas de base que passam, sobretudo, pela reforma agrária. No entanto, essas iniciativas de cunho nacional-reformista⁴ se mostram altamente desfavoráveis para o “bloco multinacional e associados”⁵, composto por banqueiros e pelo empresariado aliado ao capital estrangeiro, esbarrando em interesses econômicos das elites conservadoras e proprietárias, que não dão o menor indicativo de aderir às propostas reformistas, as quais, aliás, são vistas como ameaça tanto pela burguesia e latifundiários quanto pela classe média. (BARRETO; FERREIRA, 2004, p. 141-144).

Nesse contexto, segmentos conservadores da sociedade civil e militar irão lançar uma campanha para atrair boa parte da classe dominante, composta pelos militares, pela própria burguesia nacional, o empresariado associado ao capital estrangeiro, além de setores da classe média, no intuito de definir um novo arranjo político que expresse seus interesses e se coadune com outro modelo de desenvolvimento, definido por Reis (2000, p. 34) como uma alternativa internacionalista-liberal, em contraposição ao projeto nacional-estatista que tomou corpo com as reformas de base adotadas por Jango.

4 O termo **nacional-reformista** designa a “frouxa” composição de forças políticas representada no círculo ao redor de João Goulart e que favorecia as diretrizes políticas da industrialização nacionalista fortemente apoiada pelo Estado, a reforma agrária com distribuição de terra, a nacionalização dos recursos naturais, medidas para o bem-estar social, uma política externa neutra ou alinhada ao Terceiro Mundo, um forte controle das corporações multinacionais e até mesmo a desapropriação em muitos casos. (TOLEDO, 1988, p. 47-48).

5 O **bloco multinacional e associados** é definido por Dreifuss (1987, p. 71) como “uma intelligentsia empresarial, composta por agentes sociais modernizantes-conservadores, todos verdadeiros intelectuais orgânicos operando numa linha de fomento à capacidade tecnológica e ao controle de capital, num processo de acumulação e anexação em escala mundial, o qual equivalia à formação do ‘capital monopolístico global’, significando a concentração da produção e a centralização do capital.”

Para chegar a esse objetivo verifica-se a composição de três forças fundamentais: a ESG, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Na concepção de Dreifuss (1987, p. 80), a Escola Superior de Guerra, “como centro modular de doutrinação para os militares de uma forma específica de desenvolvimento e segurança nacional baseados nas premissas do capitalismo hemisférico, era também um instrumento para o estabelecimento de ligações orgânicas entre militares e civis, tanto no aparelho estatal quanto nas empresas privadas”. Já o complexo IPES/IBAD, “criado com objetivo ambíguo de defender a democracia” (DREIFUSS, 1987, p. 80) e descrito pelo embaixador americano Lincoln Gordon como “um grupo industrial de moderados e conservadores” (PARKER, 1976 apud DREIFUSS, 1987), era “denunciado como uma das principais operações políticas da CIA no Rio de Janeiro, sendo basicamente uma organização de ação anticomunista” (DREIFUSS, 1987, p. 102).

Nesse cenário de luta de classes, a radicalização de ideias de esquerda e as constantes pressões da direita⁶ vão exigir uma atuação

6 Adotaremos aqui dois conceitos – **direita** e **esquerda** –, utilizados para definir as tendências que refletem o imaginário político-social da época. Segundo o Dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira: “DIREITA (4) Grupo parlamentar que se assenta ao lado direito do presidente da respectiva assembléia, e tradicionalmente constituído por elementos pertencentes aos partidos conservadores. (5) Os diferentes partidos que compõem esse grupo. (6) Os direitistas. (7) Regime político de caráter totalitário e capitalista. (8) Parte conservadora ou reacionária da opinião pública.” “ESQUERDA (3) Parte de uma assembléia que fica à esquerda do presidente. (4) A oposição parlamentar. (5) Ciências políticas: Conjunto de indivíduos ou grupos políticos partidários de uma reforma ou revolução socialista. (6) Esquerdas. Opõe-se à direita, aos conservadores.” Na leitura do período militar, num contexto de Guerra Fria, direita e esquerda simbolizavam correntes opostas, representando uma nítida separação entre o bem e o mal, entre a ordem e a desordem, entre a democracia e o comunismo. No entanto, entendemos o caráter relacional dos termos aqui discutidos, o mundo da política é real e o real, diria sarcasticamente Pierre Bourdieu (1989), parafraseando Hegel, “é relacional”. Por outro lado, antes mesmo de serem construções do (e para) o

mais enérgica da polícia, que, de forma equivocada, mas estratégica, passa a se preocupar demasiadamente com o combate às forças comunistas, encetando prisões, inquéritos, invasões, arbitrariedades de toda espécie junto à classe trabalhadora, enquanto adota uma postura omissa junto à classe proprietária, mostrando-se “incapaz” de elucidar as agressões, os crimes de assassinatos no campo, de invasões e expulsões de terras praticadas pelos proprietários e as injustiças trabalhistas perpetradas pela burguesia. Enfim, toda sorte de práticas arbitrárias contra os camponeses e os operários denunciando os desmandos e as impunidades, acirrando a luta de classes no meio rural e nas fábricas. O clima indica um confronto radical entre proprietários e a população trabalhadora (DREIFUSS, 1987, p. 160). Começa a se tornar evidente o colapso do modelo de estado populista implantado por Vargas e sua não funcionalidade para dirimir os conflitos entre patrões e empregados.

As elites burguesas, latifundiárias e industriais, associadas à classe média, veem com temor o crescimento das esquerdas, que passam a influenciar profissionais liberais e parte da intelectualidade. Em contraposição, cada vez mais os grupos de direita, a polícia e parte da imprensa, através de matérias inflamadas, exploram discursos, posturas e ações das esquerdas, alertando para o perigo de uma revolução iminente. O caos a que a elite se refere está associado ao medo de perder privilégios cristalizados, ameaçados pelas reivindicações de uma classe trabalhadora que pela primeira vez se depara com a oportunidade de sentir-se cidadã. No campo, por exemplo, existe propalada tensão dentre os proprietários de terra temerosos de perder seus privilégios consagrados em anos de exploração (cambão, foro, vara, pulo da vara), diante do avanço das Ligas Camponesas e das lutas pela reforma agrária, que colocam em risco a permanência dessas formas de enriquecimento (MONTENEGRO, 2003, p. 245-249). É contra essas

mundo social, direita e esquerda são conceitos inseridos numa gramática de leitura do mundo político que é, ela própria, uma construção contingente, precária; diríamos que é mais uma **representação** aos moldes do que defende Roger Chartier.

conquistas que a elite se opõe, recorrendo ao discurso de tensão para cobrar do governo e dos órgãos competentes (a polícia) as medidas necessárias para frear tais avanços.

Para a polícia, o discurso do caos fecunda o temor pela perda de autoridade que poderá advir, caso não possa conter os possíveis confrontos entre proprietários e trabalhadores. Sobre o governo, esse discurso produz o receio de recuar ante as pressões do campo, de ceder às reivindicações dos trabalhadores, o que poderá levá-lo a perder sua base de apoio, como ficou caracterizado por ocasião da desapropriação do engenho Galiléia.⁷

O clima de tensão não se limita ao campo; nas cidades, os movimentos sindicais e grevistas atuam pressionando por melhores condições de trabalho e sobrevivência; na cultura, com o Movimento de Cultura Popular (MCP), propostas alternativas para a educação de caráter popular revolucionam, na concepção de seus integrantes, o aprendizado, a partir de um programa integrado que associa a música, o teatro e a leitura pelo método de ensino elaborado por Paulo Freire, que parte da realidade da população para educar, conscientizando-a.

7 O engenho Galiléia, localizado em Vitória de Santo Antão (PE), já estava de fogo morto, ou seja, não produzia mais açúcar. O proprietário, Oscar Arruda Beltrão, permitira que 140 famílias de camponeses – cerca de 500 pessoas – continuassem morando no engenho, onde cultivavam mandioca, legumes e hortaliças em geral. A contrapartida era pagar mensalmente o **foro** – espécie de aluguel pelas terras. Mas nos últimos anos, com o aumento do valor, eles não podiam pagá-lo, pois consumia praticamente todo o dinheiro arrecadado com a venda dos produtos. Seus principais líderes foram Zezé da Galiléia, Manuel Severino, Amaro Capim e o irmão José Ayres dos Prazeres, os quais, ao procurar ajuda, acabaram por se aproximar de Francisco Julião, então deputado estadual, iniciando o que um autor especializado classificaria de “o capítulo mais importante da História contemporânea do campesinato brasileiro”. Após muita luta o Engenho foi finalmente desapropriado em 1959, por meio de ato assinado pelo governador Cid Sampaio, filiado à União Democrática Nacional (UDN) e eleito com o apoio das esquerdas. A ação repercutiu em todo o país, sendo considerada pelos conservadores como “um ato demagógico e extremista, num ilícito e violento golpe no princípio da propriedade”. (SANTIAGO, 2001, p. 27-78).

As expressões de desagravo de setores influentes da política nacional, principalmente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB – Brizola), acirram as discussões por reformas radicais há tempo pleiteadas. Os ânimos exaltados provenientes das reivindicações das esquerdas verbalizadas nos comícios, nas manifestações públicas e nos discursos inflamados de cunho socialista, reforçados pela política externa do governo João Goulart, passam a servir de alerta à elite dominante, sobretudo com a iniciativa do governo de reatar relações comerciais com países do bloco socialista.

O clima de tensão leva as elites a articular uma reação mais radical. Essa postura, no entanto, é vista por Dreifuss (1987) como mais uma manobra executada pela classe dominante como parte do programa da ESG e do IPES para desestabilizar o governo e criar um clima de tensão permanente capaz de justificar a necessidade de uma intervenção militar. Esse plano tem inclusive, nos Estados Unidos da América, o amparo logístico e financeiro para dar o suporte à vultosa manobra que irá depor João Goulart, culminando com o golpe civil-militar de 31 de março de 1964. Nesse sentido, “o aparelhamento da Polícia Civil e das Forças Armadas com equipamentos, treinamentos e cursos promovidos através de intercâmbio permanente entre os dois países visa capacitar o corpus policial em defesa do álibi maior – a Segurança Nacional.” (DREIFUSS, 1987, p. 93).

Esse cenário de crise é introduzido no âmbito das Forças Armadas por vários segmentos, incluindo os integrantes do grupo extremista de direita⁸ pertencentes aos quadros militares, os quais, segundo Argolo e Fortunato (2004), atuam na conspiração patrocinando a cooptação de oficiais, promovendo a disseminação de campanhas ideológicas

8 Os extremistas de direita eram, basicamente, um grupo marginal, com posições fanáticas anticomunistas e antipopulistas, a favor da modernização industrial conservadora, que tinha em comum a corrente central do movimento civil e militar anti-Goulart. Um dos seus representantes foi o brigadeiro João Paulo Moreira Burnier. (DREIFUSS, 1987, p. 370).

contra o governo, a sublevação e insubordinação de sargentos e cabos, motivando incidentes de desrespeito à hierarquia e indisciplina no interior da organização, a exemplo dos levantes de sargentos e fuzileiros navais. “Manifestações dessa natureza no interior da corporação alertam para uma questão intolerável, inadmissível no meio militar que é a indisciplina, sobretudo por atentarem frontalmente contra a ordem hierárquica interna.” (COMBLIN, 1978, p. 51). Esses atos contribuem para inflamar ainda mais a conjuntura política nacional, criando na esfera política e social uma necessidade de intervenção mais forte do governo no intuito de acabar de vez com a crise que se instalou no país.

Em relação à conspiração, vejamos o que coloca em seu relato o coronel Luiz Helvécio da Silveira Leite, ex-chefe de operações do Centro de Informações do Exército (CIE):

O marechal Cordeiro de Farias, um homem extraordinariamente simpático, figura carismática, dizia: “Conspiro mesmo! Não adianta fechar as janelas porque, já sabem, aqui é a casa da conspiração. Eu conspiro desde os tempos de tenente [...]” O que se sentia é que existiam várias correntes de conspiradores. Sabe como é, conspiração de general... “Eles se dão como mortos” – diz que eu já morri... [...] Existiam diversas correntes lideradas por generais... mas também existiam civis. Correntes muito nítidas, embora separadas. Sabe como são os bastidores de uma conspiração: você está elaborando um projeto, pode estar, sem que saiba, informando o seu denunciador. É esse o perigo. [...] eu estava recém-chegado do sul e fui conversar com alguns oficiais do **grupo da Sorbonne**, um deles Ernesto Geisel. Daí um desses oficiais me alertou: “Olha, garoto, aqui há um grupo maluco da Aeronáutica que pretende, pela força, fazer uma revolução de qualquer maneira. Não se meta com esse grupo, porque eles não medem conseqüências” (referia-se ao grupo integrado por Haroldo Velloso, João Paulo Moreira Burnier, Leuzinger Marques Lima etc.). (Apud ARGOLO; FORTUNATO, 2004, p. 122-123, grifo dos autores).

É importante evidenciar o caráter extraordinário desse momento político. Há um complexo integrado, mas distinto, de várias forças que conspiram contra o governo Goulart, não só no âmbito militar, mas também civil. “Nesse sentido, a presença do complexo IPES/IBAD não se tornou óbvia nos movimentos paralelos de extremistas e tradicionalistas. Entretanto, o complexo IPES/IPAD estava decisivamente envolvido em suas conspirações e movimentos.” (DREIFUSS, 1987, p. 370).

Segundo Dreifuss (1987, p. 397), “o complexo IPES/IPAD e os oficiais da ESG organizaram a tomada do aparelho do Estado e estabeleceram uma nova relação de forças políticas no poder.” Ainda de acordo com o autor (1987, p. 370), “a finalidade desse estado-maior informacional era a consolidação de uma rede de militares e civis em todo o Brasil e, numa etapa posterior, coordenar a ação militar para depor João Goulart.” Para atender a essa finalidade as estratégias foram múltiplas, como bem lembrou Daniel Aarão:

[...] Notórios conspiradores de todos os golpes, desde que se fundara aquela república em 1945, os membros que haviam se ativado na tentativa de impedir a posse de Goulart encontravam-se agora defendendo a constituição e a legalidade da ordem vigente. Falavam palavras ponderadas, aconselhavam ritmos lentos, invocavam a razão e a religião, condenavam excessos e radicalismos e exaltavam pregando a moderação. Entretanto, armavam o bote, ou os botes, porque, além de numerosos, eram diversos, heterogêneos. E, assim, quem sempre atacara passara agora à defensiva, esperando a hora. (REIS, 2000, p. 29).

Os acontecimentos fervilham e o governo, sentindo-se órfão do apoio das classes dominantes, aproxima-se cada vez mais dos sindicatos e movimentos populares, na tentativa de reforçar sua base de apoio, o que é visto com bastante temeridade pela parcela significativa da sociedade civil e militar que se articula no sentido de aprofundar a

crise e precipitar a deflagração do golpe como meio de coibir, frear o rumo que o país está tomando e controlar de vez o aparelho de Estado (BERG, 2002, p. 32; DREIFUSS, 1987, p. 398). Na verdade, as elites tradicionalmente no comando do país têm outros interesses em mente, que passam pela implantação de um modelo de desenvolvimento baseado numa ampla abertura ao capital internacional, e nesse embate não há lugar para aderirem ao projeto de governo de cunho nacional-reformista com forte inclinação para as tendências de esquerda. Dessa forma, nada irá fazê-las abrir mão da posição de poder no cenário nacional, nem impedir o curso de ações que iriam desaguar na implantação do estado burocrático de cunho autoritário, militarizado e centralizador responsável pela implantação do projeto de desenvolvimento para o país aberto ao capital internacional.

As ameaças são inúmeras: o avanço do capital monopolista e a falta de preparo técnico da classe trabalhadora comprometem o nacionalismo econômico; a burguesia vê-se acuada com o aumento das reivindicações políticas das massas, que radicalizam nos discursos e nas práticas; no campo, a atuação das Ligas Camponesas e as lutas por reformas de base alarmam os interesses dos latifundiários. Nesse cenário inflamado, as esquerdas se fortalecem, exigindo do governo decisões de cunho popular, consideradas ‘revolucionárias’ na leitura da classe dominante, uma ameaça que deve ser contida a todo custo. (MONTENEGRO, 2003, p. 245-249).

É importante considerar que o contexto interno de crise é agravado pela conjuntura externa da Guerra Fria, que acirra disputas internacionais entre nações que se opõem econômica, política e ideologicamente. A ameaça revolucionária representada por Cuba é um fator preocupante, sobretudo pelo temor do avanço do comunismo internacional; realidade à qual os Estados Unidos estão atentos e prontos para agir caso seja necessário. Deste modo é que se explica o apoio dado pelo governo americano às forças conservadoras do Brasil,

bem como em boa parte dos golpes de Estado implantados na América Latina (COGGIOLA, 2001, p. 24).

Assim, nada do que ocorrer no país no âmbito político e social passará despercebido aos Estados Unidos; informações minuciosamente coletadas são repassadas através de seu consulado e dos agentes da CIA aqui infiltrados (LEITE, 1994), permitindo o monitoramento, pelo Conselho de Segurança daquele país, dos fatos políticos e sociais vistos como sinal de ameaça aos interesses imperialistas americanos, sobretudo pelas relações comerciais e financeiras firmadas com o Brasil no pós-Guerra e consolidadas na década de 1950.

É nessa perspectiva, imbuídos da mentalidade de defesa e segurança continental, que vão articular estratégias conjuntas de combate ao inimigo comum – o perigo vermelho. Verifica-se, assim, a assinatura e renovação de acordos financeiros, tecnológicos, militares e de segurança, concretizados, por exemplo, através das bases de lançamento de foguetes e teleguiados em Natal (RN) e no arquipélago de Fernando de Noronha, da Aliança para o Progresso já na década de 1950 e da capacitação técnico-financeira importante à atuação da Escola Superior de Guerra.

No que se refere ao Programa de Assistência Militar, segundo Parker (apud DREIFUSS, 1987, p. 80-81),

[...] este foi reconhecido pelo embaixador Lincoln Gordon como sendo “veículo da maior importância para se estabelecer um estreito relacionamento com os membros (das) Forças Armadas” e como “um fator altamente importante (para) influenciar os militares (brasileiros) a serem favoráveis aos Estados Unidos”. Visando preservar “a orientação especificamente pró-americana do corpo de oficiais das Forças Armadas brasileiras” o embaixador Gordon recomendava que o suprimento de equipamento militar fosse usado para aumentar a influência que “os nossos amigos nas Forças Armadas tinham para configurar o regime, assim como anular as chances de ligações com outros países.”

A declaração não deixa dúvida quanto ao apoio fornecido pelos EUA na arquitetura do golpe. Por intermédio da ESG serão elaborados estudos que irão embasar a ideologia da Segurança Nacional, aqui entendida como um arcabouço ideológico utilizado para salvaguardar os interesses do capital internacional, embora tenha sido usado o discurso da defesa da democracia como fachada para camuflar os legítimos interesses da classe dominante. Será, aliás, em nome da defesa desta “pretensa democracia” que os Estados Unidos em conjunto com as Forças Armadas e segmentos da sociedade civil articularão a conspiração militar para a derrubada de João Goulart. (BARRETO; FERREIRA, 2004, p. 86-88)⁹.

Dentre os fatos que antecedem a deposição de João Goulart, destacamos o comício do dia 13 de março, no Rio de Janeiro, no qual o presidente anuncia a implantação de reformas de base, cujo teor representa a gota d’água que precipita o golpe. E assim, em 31 de março de 1964, tem fim a democracia populista,¹⁰ que teve no varguismo sua expressão maior e que fez escola no país com o janismo, o ademarismo e o lacerdismo, manifestações de cunho populista aceitas, sobretudo, pela classe média que ambicionava a qualquer preço a ascensão social e por isso via nas lutas e reivindicações do proletariado um perigo para as suas ambições. “A massa operária atemoriza a massa da classe média” (IANNI, 1987, p.117). Dessa forma a possibilidade de implantação de um outro projeto de cunho popular em curso na esfera política

9 Reportagem de Renato Lima.

10 O populismo tem recebido várias interpretações. Para efeito da presente análise, será considerado como bloco histórico construído pela classe dominante dentro das condições particulares do Brasil, isto é, a integração e articulação de diferentes classes sociais sob a liderança de um bloco de poder oligárquico-industrial. Mesmo sendo a forma que tentou encobrir a supremacia de classe desse bloco de poder, a democracia populista permitiu a existência de um espaço político no qual as classes trabalhadoras foram capazes de expressar algumas de suas reivindicações e de desenvolver formas organizacionais que tentaram quebrar a camisa-de-força ideológica e política das classes populistas no poder. (DREIFUSS, 1987, p. 43).

como proposta para solucionar os problemas enfrentados no país perde espaço, abrindo uma brecha para a implantação do modelo de desenvolvimento baseado no capital internacional, que será posto em prática pelo estado burocrático militarizado pós-64.

Sob a égide da ditadura militar

A modalidade de governo que se propaga na sociedade sob o regime civil-militar, a partir de 1964, vai introduzir novas práticas de poder baseadas no controle (ideológico) extremado da sociedade, aplicadas em consonância com a visão de Segurança Nacional elaborada pela Escola Superior de Guerra, que prevê, em defesa da segurança interna, toda uma estratégia de implantação de uma nova mentalidade que deve ser partilhada primeiro por todos os órgãos de segurança e paulatinamente pela sociedade. Essa, aliás, é uma condição fundamental de sustentação, justificativa e manutenção do novo regime de poder. A chamada **mentalidade de informação** vai sendo construída ao sabor das necessidades de defesa e subordinação da oposição à nova realidade.

Assim, vejamos o que escreve o general Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, diretor geral da Polícia Federal, em comemoração ao primeiro ano da “Revolução”, em 1º de abril de 1965:

Neste momento de História que celebramos, no dia 1º de abril, que nos é tão caro, é preciso que se diga que é também o dia do policial. E é preciso ver neste agente da segurança o papel que lhe é cabido. No momento em que a vida e a morte de Tiradentes nos dizem em liberdade, algumas reflexões sobre o papel de segurança; de sustentação inclusive, da liberdade que esta hora celebra.

Já houve quem dissesse que na vida da nação, da mesma forma que na vida do indivíduo, a segurança é o subproduto de uma vida bem ordenada. Segurança individual, familiar e comunitária; segurança pública; segurança interna;

segurança nacional; segurança coletiva, continental e até mesmo mundial. Multiplicidade de ângulos que se integram em termos globais na compreensão de que “segurança é paz” ou, no dizer de Santo Agostinho: segurança “é a tranqüilidade da ordem”.¹¹

Não é difícil perceber o uso sistemático da ideia de segurança interna e externa nos argumentos do discurso do general Walter Pires, como um contumaz elemento de defesa criado pelos militares para respaldar a ideologia de segurança nacional, que irá comandar as ações e decisões políticas cuidadosamente construídas pelo trinômio ESG/IPES/IPAD. Estas instituições exercem seu papel junto à sociedade com eficiência, atendendo à finalidade para a qual foram criadas – que se consolida na implantação do modelo de estado autoritário, cuja linha de desenvolvimento se baseava no capital internacional e militarizado na medida em que sua base de comando era dirigida por um amplo corpo burocrático composto por militares e/ou civis adeptos ao governo que tornavam a máquina administrativa extremamente burocratizada, centralizada, com pouco ou nenhum compromisso com o bem-estar social. Esse controle da máquina estatal pelas forças armadas proporcionará um reordenamento administrativo hierarquizado, aos moldes militares, numa perspectiva tecnocrática modernizante, implantando uma nova modalidade de governabilidade ao Estado.

Para conseguir operacionalizar essa máquina, o grupo civil-militar que ascende ao poder irá promover uma das maiores varreduras da história do país junto aos segmentos de oposição (cassando mandatos, aposentando compulsoriamente, demitindo, enquadrando através dos Inquéritos Policiais Militares, prendendo, torturando e matando) valendo-se do apoio oferecido pela classe média (sequiosa por melhorias) e por segmentos da elite do país.

11 Boletim de Relações Públicas da Polícia Federal, Brasília, n°. 2, 1970. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n°. 3.088.

É nesse sentido que se coloca o poder da informação sobre pessoas e fatos e os efeitos que a posse desses “saberes” irá proporcionar, na medida em que o governo militar os utilizará no intuito de por em prática a “limpeza” no tecido social, eliminando toda e qualquer manifestação de oposição ao regime. Nesse sentido a coleta, o manuseio e a disseminação das “provas” de combate ao comunismo e corrupção são forjadas no universo dos arquivos policiais, nas esferas dos órgãos de informação e segurança, como representações de um crime que deveria ser extirpado a qualquer custo da sociedade. Sobre representações, Chartier (1990, p. 73) coloca: “o estabelecimento de representações¹² não é pacífico nem consensual, mas conflituoso, pois se cada grupo ou indivíduo se compreende de uma determinada forma, a legitimação de uma identidade passa pela desqualificação de outras.” Entenda-se essa passagem tanto em relação às representações criadas pelos partidários do golpe através da ideologia de Segurança Nacional como às representações de resistência que permeavam o imaginário das esquerdas no Brasil.

Para melhor compreensão do período, estabelecemos uma periodização do que representou o regime civil-militar em três momentos: o primeiro, de março de 1964 a dezembro de 1968, é considerado o período de implantação do regime, com adoção de reformas estruturais de orientação tecnoburocrática e de reordenamento da máquina estatal para absorver os grandes investimentos e atender aos interesses do capital financeiro internacional; o segundo, de 1969 a 1974, corresponde à consolidação e recrudescimento do regime, com a promulgação do AI-5, quando vai se operar uma reação muito intensa dos grupos de esquerda e de resistência como um todo, do movimento estudantil, das dissidências do Partido Comunista, da luta armada e

12 Conceito de Representação – Usado para entender como uma determinada realidade social foi construída. As representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Citamos a título de exemplo a subversão, como veremos adiante.

das guerrilhas rural e urbana; o terceiro, de 1974 a 1979, representa o período de distensão e abertura política. Para Daniel Aarão Reis (2000, p. 11), 1979 é o ano em que deixa de existir o estado de exceção, uma vez que compreende ações significativas, “com a aprovação da anistia política, a revogação dos Atos Institucionais, e o retorno do exílio dos principais líderes das esquerdas.”

Implantação do regime

Analisando fontes e bibliografia da época, percebemos que há um modelo de desenvolvimento em curso almejado pelos segmentos de esquerda e, pelo lado dominante, um projeto de modernização baseado no capital monopolista internacional articulado por uma elite, que entra em choque com o modelo popular, sufocando-o. Os projetos de reformas populares, que emergem com muita força, de segmentos ligados às camadas expropriadas da sociedade, constituem-se no principal motor de uma resistência contínua e que explode em focos diferentes da sociedade, de forma quase incontrolável, na visão aterrorizada das elites, sendo posteriormente esmagada e silenciada por elas.

Arriscamos afirmar que esse momento é responsável pela produção de discursos múltiplos, cuja proposta política legítima, de um lado, reivindicações cada vez mais gritantes por reformas de base, sobretudo no campo, ao mesmo tempo em que se formula uma embrionária concepção de cidadania em formação no país. Os segmentos políticos de esquerda, conscientes dessas necessidades, reforçam as fileiras de adeptos que engrossam os protestos e manifestações em prol das reformas, ratificadas por pessoas comuns, conscientes de sua luta e das causas de sua opressão. Esse veio não é desconhecido nem negado pela elite: “Os males que afligem os homens têm um sentido de universalidade que nenhum outro momento histórico já conheceu [...]”¹³. Tais males

13 ROMA, João Inácio Ribeiro. *Partidos políticos e organização nacional*. Recife, ago. 1964. Discurso proferido como Secretário do Interior e Justiça de Pernambuco, representante do governador Paulo Guerra, na sessão solene de encerramento do

alimentam o sonho dos que querem mudanças, formando uma teia compartilhada pelos indivíduos que buscam condições mais justas de sobrevivência e, por que não dizer, de cidadania.

Nesse aspecto, é importante destacar que, sendo a cidadania composta por direitos civis, políticos e sociais, e traduzindo-se o seu pleno exercício na garantia desses direitos pelo Estado, chegou-se a uma contradição, pois a ascensão ao poder de uma elite que agia negando exatamente os princípios básicos da democracia estabeleceu “uma cidadania conservadora – passiva e privada, em detrimento de uma outra revolucionária – ativa e pública” (TURNER, 1990).

O alcance social das reivindicações é apropriado e ressignificado pela elite conservadora como forma de neutralizar o perigo iminente que põe em risco os privilégios da classe dominante há muito defendidos. Como foi dito, os grupos dominantes entendem o avanço das forças de esquerda como uma ameaça que precisa ser combatida a qualquer custo. No documento que apresentamos a seguir, é possível observar como a elite opera discursivamente através da intelectualidade conservadora formada pela Escola Superior de Guerra, que passa a apontar propostas para solucionar os problemas que motivavam a sublevação das massas:

A ESG nos tem fornecido a possibilidade do conhecimento ‘dessa realidade’, identificando as nossas necessidades que se transformam nos objetivos nacionais. Vivemos numa época em que as facilidades trazidas pela técnica tornam as distâncias insignificantes e os perigos, em contraposição, enormes. [...] As notícias, hoje se transmitem com uma velocidade indescritível. E não somente as notícias, os meios de destruição também. Não é azado o momento de

Primeiro Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional promovido pela Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra: Estabelecendo as Bases de uma Doutrina de Segurança Nacional, por ocasião do 15º aniversário de criação da ESG. Fundo: APEJE – Documentos Impressos.

discutir-se a relação existente entre a elite, o povo e a massa [...] A Nação e sua expressão encontram na ESG os fatores adequados, não só para o conhecimento dos problemas nacionais e identificação do que sejam objetivos nacionais, mas também para o fortalecimento do Poder Nacional, fortalecimento que, ao lado do conhecimento desses problemas e objetivos, levará o país ao seu desenvolvimento integral, nos seus variados aspectos, quer cultural, quer econômico, quer social ou político. É preciso ainda acentuar o quanto os estudos da ESG podem influir no robustecimento do sistema democrático de vida, fazendo com que a Democracia deva ser encarada, segundo os doutrinadores, como forma política e como forma de vida. Este deve ser o nosso grande esforço e a nossa verdadeira mensagem: imprimir, não somente uma feição formal de organização política à coletividade, mas principalmente fazer com que se exerça a vivência do espírito democrático na mente e nas relações dos cidadãos.

Impõe-se a todos nós a tarefa de inculcar no coração de nossos compatriotas – e de não só inculcar, mas de atuar e realizar – a idéia de que a democracia é, sobretudo, uma forma dinâmica e progressista [...] O funcionamento completo do sistema democrático de vida exige a vigência e a ação constante dos organismos partidários. E isso nos tem faltado, levando-nos conseqüentemente à proliferação dos líderes carismáticos, característicos da massificação desordenada que propende ao totalitarismo nas suas várias nuances. Que a massificação – a ascensão das massas – é fato inelutável de nossos tempos, não se discute, compete-nos, entretanto, evitar a desorientação desse processo, realizando a transformação da massa em povo. [...] O homem-massa tem que ser transformado em cidadão, atuante e vigilante no bom funcionamento do regime democrático [...].¹⁴

14 ROMA, João Inácio Ribeiro. *Partidos políticos e organização nacional*. Recife, ago. 1964. Discurso citado.

O documento em tela é de uma riqueza indiscutível, pois aborda ideias preciosas sobre como uma parcela dos militares e civis pensa a sociedade, a democracia e a realidade nacional; sistematiza o entendimento do contexto político e social da época, da influência exercida pelos meios de comunicação, em especial a televisão, que torna as distâncias insignificantes e, através da disseminação das notícias, os perigos enormes. Discute a relação de poder e a luta de classes existente entre elite, povo e massa e os perigos que envolvem os interesses das elites questionados pela massa desordenada, à mercê da ação e proliferação dos líderes carismáticos, que propendem, encaminham essas massas ao totalitarismo. Afirma que do controle dessas categorias depende a democracia, defendida por eles como a melhor forma de política e de vida. Essa democracia, na leitura da classe dominante, corresponde à inserção do país nos ditames do capital estrangeiro, cujas benesses vão atender aos interesses e privilégios dos grupos dominantes que, no limite, pretendem aumentar seus ganhos enormemente, aprofundando as misérias sociais.

O discurso coloca a ESG como conhecedora das necessidades, dos problemas e dos objetivos nacionais, cujos ensinamentos devem ser observados em benefício da nação; define-a como fornecedora do conhecimento da realidade, e mostra como esse conhecimento pode influir no fortalecimento do sistema democrático, por ser o que melhor traduz os interesses da nação. Nesse contexto, insere os esforços necessários à criação do que denomina de padrão formal de organização política, através da ação constante dos organismos partidários (nos moldes dos EUA e da Inglaterra), com o objetivo de estabelecer o exercício do espírito democrático na sociedade – o que será possível graças à existência de uma nova “mentalidade da informação” incutida no “cidadão” – designação do homem-massa transformado por meio da doutrina de Segurança Nacional, a quem competirá a defesa e o bom funcionamento da democracia através de uma atuação permanentemente vigilante.

Agora é a ESG, e não mais os segmentos populares (“as esquerdas”), a conhecedora dessa realidade social. Quando seus ideólogos falam em “nossas necessidades” incluem-se também como vítimas do sistema, apropriam-se do mesmo discurso que alimenta as massas, com uma diferença: oferecem a solução – amparada no apelo à democracia – dos problemas que afligem as elites, em contraposição ao ideal revolucionário defendido por alguns segmentos de cunho esquerdista.

Não é oportuno, dizem, “discutir a relação existente entre elite, povo e massa” – porque aí serão encontrados os argumentos que desmontarão o arcabouço ideológico do discurso da ESG, pelo simples fato de serem categorias sociais distintas e como tal disputarem interesses divergentes. Entre essas três categorias (elite, povo e massa) existe um abismo intransponível, que só será eliminado pela via autoritária, mediante um modelo violento, baseado na repressão que neutraliza as reivindicações dos diferentes segmentos de esquerda do tecido social, contrárias aos interesses da elite dominante.

E esse imaginário, apropriado pelas elites, servirá para respaldar seu discurso de caráter científico, investido de autoridade, de legitimidade, transformando os estudos da ESG em saber, ao apresentar para a sociedade não só o conhecimento, mas as soluções para os problemas nacionais. É dessa forma que os estudos da ESG vão tomando corpo e se tornando significativos para os segmentos conservadores, a importância do conceito de massificação no discurso do Secretário do Interior e Justiça de Pernambuco, João Roma, ex-aluno da ESG, demonstra que as questões colocadas nesse momento apontam para a existência de um território fértil à proliferação de ideias que insuflam as massas, desvirtuando o caminho ‘correto’ que a nação deve seguir. Neste discurso, destacam-se alguns pontos que permitem analisar as diretrizes que permeiam o regime civil-militar de 1964. Em primeiro lugar, identificamos a existência de propostas e concepções de desenvolvimento para o país elaboradas em direções opostas, dentre as quais prevaleceu o modelo idealizado pela ESG, que

sintetiza as diretrizes dos **Objetivos Nacionais**. A própria existência desse organismo na sociedade denota a preocupação das elites de se articularem em torno de um inimigo comum – a ameaça representada pela massa desordenada e excluída, influenciada por ideias exógenas, aspecto insistentemente apontado no discurso.

Os fatos demonstram quão efervescente se apresenta o momento histórico para as nações capitalistas, os primeiros passos para um mundo globalizado se insinuam, as distâncias com a tecnologia mostram-se cada vez mais curtas, e essa realidade nunca evidenciou tanto as contradições do sistema.¹⁵

A questão da globalização como preocupação das nações capitalistas se traduz num dado importante a ser pensado, sobretudo em relação às fragilidades que a própria tecnologia proporciona. Se de um lado o encurtamento das distâncias beneficia o comércio, por exemplo, uma das molas propulsoras do sistema capitalista, por outro lado pode trazer ideias e experiências contrárias aos interesses desse sistema, como notícias sobre as revoluções que acontecem no mundo – o ideal revolucionário se expandindo pelos continentes, como um espectro, as práticas de guerrilha e as resistências múltiplas presentes no estranho ano de 1968, estampadas nas manchetes.

Nesse sentido, as ideias e práticas revolucionárias de esquerda, substrato manifesto da subversão, continuam, na leitura de importantes segmentos das classes dirigentes do país, inexoravelmente agindo no social, corroendo as estruturas de controle social das bases capitalistas, disseminando nos centros de poder a noção de guerra constante, não só no plano físico, mas, sobretudo, no ideológico.

A defesa dos princípios de segurança interna, principalmente no que tange ao controle dessa massa desordenada, ao sabor do ideário socialista,

15 ROMA, João Inácio Ribeiro. Partidos políticos e organização nacional. Recife, ago. 1964. Discurso citado.

vai levar a elite (preocupada) a se organizar de diversas maneiras no combate à ameaça comunista. É dada ênfase ao robustecimento do sistema democrático, cujo plano ideológico sugere uma espécie de lavagem cerebral nas massas, processo esse capaz de transformar o homem-massa em cidadão e, o mais significativo, em vigilante permanente contra a desordem. Transformá-lo em colaborador, em prol do bom funcionamento do “regime democrático”, passa a ser o objeto ativamente perseguido pelos militares.

No decorrer dos longos anos de ditadura as práticas são múltiplas, moldando-se ao sabor das necessidades e ajustando-se de forma a não permitir que o modelo de desenvolvimento baseado na forte interferência do capital monopolista – e com ele os investimentos das multinacionais – seja de alguma forma prejudicado. Nesse sentido, a repressão é o recurso usado no intuito de controlar a oposição advinda dos grupos de esquerda e daqueles segmentos contrários à subordinação do Brasil ao capital estrangeiro, fato denunciado pela oposição como uma política criminoso de entreguismo. Essa política passa, sobretudo, pela entrada maciça do capital americano, injetado no país na forma de financiamentos diversos na área educacional, agrícola, na indústria de base, de bens de consumo e tecnológica, através de vários acordos estabelecidos com os EUA a partir da implantação do regime civil-militar.

Dentre eles, destacam-se os firmados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), voltados principalmente para a implementação de reformas na educação, em todos os níveis de ensino. Esses acordos são vistos por alguns segmentos de esquerda e, sobretudo, pelo movimento estudantil como uma manobra carregada de segundas intenções e com propósitos contrários aos interesses da população. Para denunciar a infiltração estrangeira nos assuntos da educação no país, são feitas inúmeras manifestações estudantis contestando os termos dos acordos (Figura 1).



Figura 1: Comício do Partido Comunista, com uma faixa exigindo a liberdade do estudante José Carlos, do diretório acadêmico de engenharia da UFPE, preso em 1967 pela polícia, acusado de agitações no meio estudantil, e outra pedindo: “Abaixo o acordo MEC-USAID”.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º. 4.632, que trata das manifestações e agitações promovidas pelo Partido Comunista e pelo movimento estudantil. No acervo DOPS-PE, encontramos diversos registros da mobilização dos segmentos de esquerda contra os abusos e as arbitrariedades do programa de desenvolvimento implantado no país pela ditadura.

No âmbito do Nordeste, o acordo MEC/USAID/SUDENE visa alavancar o desenvolvimento da região, extremamente pobre. Segundo relatório elaborado em conjunto por técnicos da USAID e professores da Universidade Federal de Pernambuco, entre as diretrizes do Programa MEC/USAID está a “atualização dos procedimentos administrativos em várias áreas”, que se situam, “quase na generalidade, abaixo do mínimo necessário”.¹⁶ As ações são desenvolvidas na esfera das administrações estaduais e municipais, no setor policial e, sobretudo,

¹⁶ Relatório do Centro Regional de Administração Municipal (CRAM), 1967, um dos programas financiados pelos Estados Unidos através de acordo com a USAID. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º. 4.558.

[...] prestando toda a colaboração à SUDENE, na execução de uma política regional de pólos de Desenvolvimento, ações estas voltadas a tirar do atraso, o Nordeste. Sob o patrocínio da USAID, foram enviados aos Estados Unidos, para uma viagem de observação e estudos, 09 prefeitos do Nordeste, selecionados entre os Municípios considerados pólos de Desenvolvimento. Os Prefeitos foram acompanhados de um técnico.¹⁷

A vigilância como método de controle social

O ambiente repressivo que se instala no estado de exceção passa a exigir comportamentos que vão se constituindo no cotidiano, num aprendizado que é atualizado, testado e adaptado de acordo com as demandas provenientes das múltiplas situações vindas do social. Esses atores se qualificam a partir dos manuais vindos de outras experiências, como as dos Estados Unidos e da Inglaterra (LEITE, 1984), onde o uso de tais procedimentos surtiu o efeito desejado – criou um modelo de sociedade onde se percebe pouca oposição ao governo; em outras palavras, uma sociedade de corpos silenciados.

Através do uso da **informação**, recurso fundamental de monitoramento da sociedade, são identificadas as possíveis práticas de contestação/subversão, antecipando para os órgãos de segurança os possíveis focos que precisam ser controlados. A informação produz estereótipos da subversão, cria o perfil do ‘inimigo’, ajuda a identificá-lo, elabora os controles e atua, esquadrinhando os que se colocam contra o regime (BERG, 2002).

Essa dimensão é bastante pertinente quando pensamos na ação do investigador, do oficial da informação, ou dos agentes envolvidos

17 Ibidem. Em vários documentos do acervo DOPS-PE aparece latente a participação dos EUA nos assuntos internos do Brasil, nas questões em que estavam associadas políticas de desenvolvimento e apoio técnico-financeiro para o país. O documento em tela registra isso.

no trabalho de investigação, censura e repressão¹⁸, na liberdade de escolha na seleção da mensagem que será impressa no documento, na seleção dos elementos constitutivos do texto, no diagnóstico sobre uma pessoa ou situação, que, dependendo da impressão do ‘produtor da informação’, poderá implicar a construção do subversivo, operando um deslocamento na fronteira que separa o “cidadão ordeiro” do “elemento perigoso”.

As práticas de vigilância como método de controle social vão sendo disseminadas pela ‘comunidade de informação’ de forma hierarquizada, enquanto manifestação muito peculiar de uma vigilância preventiva, incorporada ao aparato militar e a segmentos da sociedade, que passam a atuar de forma capilar em diferentes níveis. À medida que o modelo vai sendo incorporado pelas pessoas, produz efeitos, vai agregando novos agentes à doutrina de segurança, que passam também a compactuar e exercer a ‘mentalidade de informação’, aderindo à ‘comunidade’. As forças militares atuam então como um agrupamento de indivíduos gerenciadores de ações que vão ser fundamentais para a instalação da comunidade de informação no país, imbuídos da finalidade de garantir a segurança nacional (BERG, 2002, p. 39). Tal transformação do cidadão, que cria barreiras criminais para identificar, delimitar aquele que é ‘bom’ ou ‘mal’ perante o governo, é típica de uma nova noção de combate ao crime político que passou a ser construída em 1930, e foi se transformando até atingir os níveis de especialização mais sofisticados em 1964, com o advento do Golpe e a consequente instalação da rede de informações.

Estudar a integração da rede de informação durante o regime civil-militar e, sobretudo, a montagem da polícia política em Pernambuco e o papel desempenhado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) no controle e vigilância da sociedade possibilita

18 SILVA, Marcília Gama. Revista do Arquivo Público Estadual. Vol. 42. Nº47, 1997 P. 79/80.

pensar a história desses órgãos num palco nem sempre de harmonia, mas, principalmente, de tensões, disputas, conflitos e embates que interferem na sociedade produzindo efeitos múltiplos.

A rede de informações a serviço da repressão

A dimensão de crime ideológico pressupõe uma infração, uma degeneração do “corpo” de ideias, de orientações que dão suporte a uma ordem estabelecida. Essa ameaça passa a ser temida mundialmente pelas nações capitalistas a partir da Revolução Russa de 1917, sendo reforçada ao longo do século XX, com as revoluções socialistas do Vietnã, Coreia e Cuba. A experiência cubana, especialmente no Brasil, vai acender o temor das elites conservadoras e endossar o discurso da necessidade de defesa da segurança nacional, angariando o apoio decisivo dos Estados Unidos. (LEITE, 1984).

A especialização da polícia política no trato dos crimes de ordem política e social no Brasil irá se configurar na década de 1930. Todo o treinamento e aparelhamento dessa polícia especializada passará pela noção de como tratar e coibir os abusos cometidos por uma nova ordem de práticas que correspondem ao crime ideológico. Na base dessa avalanche ideológica, sentida pelos governos, configura-se o temor da implantação de um novo projeto de governabilidade baseado na igualdade social de cunho socialista, só possível com a ascensão de uma nova classe ao poder, a exemplo do que ocorreu na Rússia, fato este agravado com o crescimento do Partido Comunista e das reivindicações de esquerda encetadas, sobretudo, pelo Partido Trabalhista de Leonel Brizola (REIS, 2000).

Pernambuco, enquadrado como o terceiro maior foco comunista do país, recebe diretamente de Felinto Müller, chefe da Polícia Federal do governo Vargas, as novas orientações que deverão permear a ação policial no controle da ordem política e social no estado. A Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) atuará, enquanto polícia política,

no controle do crime ideológico. Por crime ideológico entendem-se os “crimes” baseados na perversão das ideias, ou em ideias consideradas permissivas, “perigosas”, “malditas” – nas palavras de Maria Luiza Tucci Carneiro, aquelas que infringem o instituído; nas palavras dos censores da SSP/PE, as que corrompem a ordem “natural” das coisas. Durante os governos autoritários tanto no Estado Novo como no estado de exceção implantado no país em 1964, um dos signos mais temidos e o principal objeto de combate por parte dos órgãos de repressão foi o comunismo, utilizado para taxar de subversivos aqueles que simpatizavam com essas “idéias perigosas”¹⁹. Assim, vejamos exemplos de tipos de registros do DOPS onde, em períodos distintos, o órgão recorre ao comunismo como motivo-crime e razão do enquadramento das pessoas que de alguma forma tiveram algum envolvimento com o partido, desde o início da década de 30.

Em épocas distintas observa-se uma frequente recorrência do DOPS ao partido comunista como motivação para a vigilância, censura e repressão daqueles que ousassem comungar/colaborar com as ideias comunistas.

Nos fragmentos de documentos pertencentes aos prontuários individuais, acima destacados, observa-se no **Histórico** (Figura 2) a notificação, o registro dos antecedentes do chamado “epigrafado” (Figura 3); esse procedimento é antes de tudo um tipo de informação produzida pela polícia, cujo assentamento é utilizado no intuito de enquadrar o envolvido no crime político. Vê-se que o papel da informação foi fundamental para o manutenção dos procedimentos que embasam as práticas autoritário-repressivas, com toda a envergadura ostentada pelo aparato.

Em todos os Relatórios da Delegacia Auxiliar contidos nos prontuários funcionais da Delegacia que vai de 1932 até 1968, a maioria faz referência ao partido comunista, o que reforça a tese do

19 CARNEIRO, Maria Luiza Tutti. *Livros Proibidos, Idéias Malditas*. O DEOPS e as Minorias Silenciadas. 2ª ed. São Paulo. Ateliê Editorial, 2002.

HISTORICO

Comunista militante. Em 1928, trabalhava no "Diário da Manhã", como gráfico, quando foi preso, por ser o responsável pela distribuição de boletins comunistas, nesta cidade, tendo, nessa ocasião, confessado ser o secretário da célula A.P., que se reunia, sempre, no campo do Venus Foot-ball Club, em Santo Amaro, bem como usava para os atos do Partido o nº 128. Procedida uma busca em sua residência, foi apreendido um mimeógrafo com bastante material gráfico, além de farta documentação de propaganda do efedo moscovita. É identificado sob o nº 11425, por motivo de "ordem publica".

Figura 2: Registro/assentamento da SSP, de um gráfico do Diário da Manhã, fichado como comunista.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário n.º 3622.

HISTORICO

Comunista militante. Elemento perigoso à ordem e à segurança publicas. Em 1934, com outros, pediu o registro do "Partido Comunista" ao Tribunal Eleitoral deste Estado. Distribuiu audaciosamente, por toda a parte boletins, em os quais atacava, acremente ao Governo, procurando no seu texto, incutir no animo dos leitores a simpatia pelo governo de Moscou, e conscientando as classes proletarias, a luta armada pintando com as cores mais aberrantes, sofrimentos imaginarios. A sua audacia é de tal jaez que, apresentou-se como deputado a "Constituinte", tendo sido incluído na chapa, sob o patrocínio do seu partido, como muitos outros. É identificado sob o nº 11289, por motivo de "ordem publica."

Figura 3: Exemplo de outro Registro policial datado de 1934, a respeito de um prontuariado, considerado "elemento perigoso" à ordem e à segurança públicas, por pedir o registro do partido comunista ao Tribunal Eleitoral de Pernambuco.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário n.º 5435.

comunismo como o alvo principal da repressão. O detalhe interessante é que as diligências bem sucedidas eram comemoradas pela polícia, a exemplo de dois “estouros” – diligência policial abruptas, dadas no Comitê do Partido que funcionava na Av. 17 de agosto, na Casa de Peter Weisemberg (Figuras 4 e 5), e em um Comitê de Zona do Partido Comunista, em Casa Amarela (Figura 6).



Figura 4: Material de propaganda comunista apreendido em 1956, na residência de Peter Weisemberg.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE N° 1576. Prontuário Funcional. Fotografias Diversas.



Figura 5: Residência de Peter Weisemberg em Casa Forte, local em que funcionava o comitê do Partido Comunista, e onde foi apreendido farto material de propaganda comunista considerada uma das maiores aquisições festejadas pela polícia – “as autobiografias” escritas a próprio punho pelos militantes do partido no ano de 1956.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE N° 1576. Prontuário Funcional. Fotografias Diversas.



Figura 6: Comitê de Zona do partido comunista em Casa Amarela.

Fundo: Prontuário Funcional n°. 27.531 de Arnaldo Moreira Leite composto por fotografias tiradas por ele. Ano 1942.

É desta matéria que a DOPS de Pernambuco vai se ocupar oficialmente, a partir de 23 de dezembro de 1935, pela lei n.º. 71, especializando-se no trato das ideias consideradas subversivas, criando um novo tipo de saber-poder – aquele capaz de identificar, decodificar, analisar, disseminar, controlar, censurar e reprimir o comportamento infrator. Isso ilustra bem o cenário político anterior ao golpe de 1964 marcado por um constante aperfeiçoamento da polícia, que vai acumular novos conhecimentos nas práticas de censura, vigilância e controle social que serão empregadas ao longo do regime civil-militar, tendo sua atuação potencializada a partir do atrelamento dos órgãos de segurança em rede no âmbito nacional.

Essa transformação nas determinações emanadas do governo vai levar as Forças Armadas a uma outra orientação, que tem como prioridade a segurança interna e externa do país, o que indica uma mudança de rumo nas estratégias coercitivas. Nesse contexto, a ESG muito contribui com a formação da chamada **mentalidade da informação** – que irá nortear as ações de defesa em que os militares coordenam uma comunidade de informação – inculcando doutrinas de segurança e dever cívico, cujos alcances são apontados pelo trecho abaixo transcrito:

Para que a importância das informações possa ser aceita com naturalidade, torna-se indispensável que se crie e se desenvolva uma adequada mentalidade de informações no usuário, a exemplo do que já é exigido do produtor:

- Certeza de que as informações que recebe foram produzidas sob o princípio de que os interesses nacionais prevalecem acima das pessoas, grupos, correntes ou organizações, mesmo que estes detenham o poder;
- Obediência aos padrões de conduta recomendados na manipulação das informações (ética, sigilo, segurança), particularmente quanto à segurança da fonte onde foi colhida a informação ou o informe, que é fundamental para a proteção do informante;

- Consciência de que recebe as informações, base para o planejamento e tomada de decisão;
- Convicção de que faz parte de um processo integrado; é, ao mesmo tempo, usuário e orientador das informações;
- Cautela contra campanhas adversas, que visem desacreditar o órgão produtor das informações;
- Consciência de que o produtor e o usuário trabalham para a nação, que é a beneficiária das informações.²⁰

Através do auxílio permanente de órgãos policiais americanos (especialmente na fase de implementação), a ‘informação’ adquire um status completamente novo. Segundo essa doutrina, ‘ela’ será à base de sustentação do regime, fundamentará as diretrizes de ação da comunidade da informação em benefício dos interesses nacionais, prevalecendo acima das pessoas, dos grupos, das correntes ou organizações, mesmo que estes detenham o poder. Para isso faz-se necessário um cuidado especial com os que lidam com essa matéria, que passam a obedecer a um padrão de conduta e sigilo como garantia à cadeia de informantes e aos que manipulam a informação, assegurando assim o sucesso das operações encetadas para defesa dos interesses nacionais. Essa mentalidade estabelece um patamar diferenciado de conduta, onde tudo entra na lógica de suspeição em que a própria demanda social passa a ser regida, monitorada ao sabor de **informes** e **informações** coletadas, produzidas, disseminadas como parâmetro das ações de controle social.

Trataremos desse aspecto, definindo alguns procedimentos administrativos produzidos pelos órgãos de informação e segurança. A informação, o Pedido de Busca, a Sindicância, a Parte de Serviço e o Termo de Declaração, criados especificamente para colher dados ou confirmar a culpa do “suspeito” ou “epigrafado” – na linguagem policial, que na dinâmica informacional da rede serão transformados

²⁰ Manual Básico da Escola Superior de Guerra. Apud BERG (2002, p. 37).

em informação – traduzida como um conhecimento mais elaborado a respeito de uma pessoa ou entidade, cuja finalidade será o monitoramento e posterior enquadramento do objeto investigado.

O **Pedido de Busca** constitui um passo inicial na escala da investigação/vigilância, juntamente com a sindicância, pois neles são colhidos indícios, dados, informes, ou algum registro que previamente tenha sido anotado pelos DOPS estaduais ou por outras instâncias hierárquicas da rede de informação e repressão sobre o indivíduo ou entidade em questão. Nesse procedimento o que se procura fazer é o rastreamento de alguma movimentação suspeita, a existência de antecedentes criminais, algum registro de delito ou deslize que tenha sido notificado em algum momento pela polícia, que denuncie o suspeito.

A **Parte de Serviço** – um tipo de registro policial – constitui uma espécie de escrita policial feita diretamente pelo investigador, através desse procedimento é fixado o resultado do que foi observado pelo investigador durante um período, a respeito do objeto investigado. Essa ‘impressão’ era produto de dias, às vezes meses de acompanhamento do “elemento” suspeito. Nesse procedimento, a pessoa ficava exposta, na maioria das vezes sem saber, a um olhar vigilante permanente, que estaria pronto para observar e registrar qualquer indício de suspeição. O indivíduo, que ficasse a mercê do agente, fatalmente sobre si, lhe recaia os indícios, as anotações feitas pelo investigador, que iriam figurar na abertura de um prontuário ou dossiê processo a respeito do suposto envolvido.

A Figura 7 ilustra uma Parte de Serviço, que poderia ser manuscrita, quando feita *in loco*, ou processada após o período de investigação, quando o investigador de volta ao escritório assentava os dados coletados confrontando-os com outros já existentes, datilografava o resultado de suas investigações e o apresentando ao inspetor-chefe na forma de resumo detalhado do que fora observado. Esse procedimento,

Ilmo.SR. Encarregado do Serviço de
Ordem Social.

P A R T E

Em continuação ao serviço de observação em torno de elementos suspeitos, a esta delegacia e que conspiram contra o regime nacional, informo que, as 16 horas, encontravam-se reunidos no Café Lafaiete, cinco alemães, entre eles CARLOS VON DEN STENI FILHO, quando ás 17 horas saíram os mesmos, no momento em que estavam no café, um deles que segundo as informações trabalhadas na SIMENS SHUKER, mostrava aos outros uma transcrição do Jornal "Meio Dia" mimeografada, que logo foi lida atenciosamente por todos; em seguida mandei o informante Jose Gomes de Souza acompanhar um deles, enquanto isso fiz o mesmo com outros, chegando a evidencia que se tratava dos demais elementos ignorados: WERNER PAUL BRENDEL que trabalha no escritorio da Fabrica Paulista, e ainda o referido informante levantou a campana de outro que se tratava de CARLOS WOLFFELTS, proprietario do auto nº 3272 residente na rua do Espinheiro nº 521, em seguida, consegui saber, outro dos elementos é um hospede do "Grande Hotel" quarto 326, de nome OTTO STAINI, que trabalha na cia de Produtos farmaceuticos SIMIS, encontrava-se ainda entre eles o gerente da "Casa Bayer" HERMANN JOERGES.

Anexo a esta duas partes do informante Jose Gomes Souza que correspondem ao referido serviço.

Recife, 25/11/941.

(a) Francisco Gomes Calado.

Invest. nº 184.

53

Figura 7: Parte de Serviço do Investigador nº.184.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE.Prontuário Funcional nº. 29.653.

que aparece em todo período de atuação do órgão policial, é uma estratégia de exame clínico em torno de objeto investigado.

O **Termo de Declaração** é o procedimento mais completo e temido por parte do suspeito. Uma vez que nesse estágio, não existem apenas os indícios que o apontam e o incriminam como “subversivo”. O Termo de Declaração já figura em outro grau de comprometimento, “é a prova da confissão e conseqüente crime”. É produzido nas dependências das delegacias, onde a polícia, de posse de uma gama considerável de “provas”, busca no interrogatório a contradição. O produto dessa acareação, confronto, realizado entre o interrogador e interrogado, na presença do delegado e escrivão, corresponde à legitimação e a implicação do suspeito em culpado.

Constituí-se num momento ímpar entre o suspeito e o agente/delegado. E por essa razão, que esse procedimento tende à confissão, por dois motivos: em princípio, porque o termo de declaração constitui uma prova cabal de confissão do “culpado”, geralmente conseguida à força, a qual não há necessidade de acrescentar mais outras “provas”; a confissão desobriga o acusador da tarefa de coletar qualquer outro indício. Constitui-se no expediente em que a verdade vem à tona, o espaço onde o poder-saber se concretiza, momento em “que o criminoso tome para si o próprio crime e ele mesmo assine o que foi sábia e obscuramente construído pela informação”.²¹ A Figura 8 ilustra um Termo de Declaração.

Falamos da informação e se faz pertinente tecermos um esclarecimento sobre um outro nível de registro bastante comum nos arquivos da repressão, os chamados **informes** – destinados ao universo da comunidade de informação. “O informe é aquilo que não foi processado, não foi investigado e não obteve confirmação. Mas fica arquivado, pois é possível que mais tarde dois ou mais informes sobre o mesmo tema/assunto resultem de forte indício e possa ser usado na

21 FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Ed. Vozes Petrópolis, 1993. P.37/38.

... sabendo ler ... escrever, sendo inquirido sob o compromisso legal,
dize: QUE eu declarante sou e unicamente a
minha impressão causada ao Espalantissimo
Senhor Governador da Ilha de Fernando
Noronha, Coronel Cristiano Arraije de Alen-
car, pela carta em questão, que o de-
clarante nunca teve a intenção de ofen-
der, nem de lesar o digno Comandante
do Fortamento Forte de Fernando Noro-
nha; que a carta de que se trata de contida
de uma via cursar dirigida pelo decla-
rante ao referido Coronel, foi motivada
unicamente pelo fato de que a Casa
Matriz da Nitro Guldoyr Bayer do Brasil,
situada no Rio de Janeiro, exigiu pro-
videncias do denunciante em sentido de
receber os numerários pelos filmes for-
necessários ao cinema da ilha referida;
que a carta a que se refere e de-
posita na: e caráter puramente com-
ercial, em obediencia ás instruções rec-
bidas daquela Matriz; que a declarante
expressa desculpas pelo mal entendido
involuntario motivado por esta fat-
ta de prolabimento da lingua brasileira,
sendo o declarante estrangeiro,
apenas ha poucos annos no pais, e por
isso não accendo a lingua com abedi-
ta proficua, nada mais disse que
mandou a delgado concerner a presente
Tenha que lido e achada conforme com o de-
clarante e como escrevi que, e escrevi:
Virtt Marschke
Oscar de Femandes Aguiar

Figura 8: Termo de Declaração que presta um prontuário de tentativa de explicar seu suposto envolvimento com líderes do partido comunista. Ao final o “epigrafado” ante as pressões, acaba assinando sua confissão e é encaminhado ao Presídio Político de Fernando de Noronha.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual n.º 13.731.

construção da ‘verdade’ sobre um fato/pessoa. O trabalho do cientista da informação é cotejar os informes que recebe em quantidade imensurável, classificá-los, juntá-los, analisá-los e ver qual é o grau de probabilidade da veracidade daquela informação”.²² “A informação não tem geração espontânea. A busca de informe é uma operação”.²³ Observa-se que o ato de coleta da informação é tão profícuo que é concebido entre os órgãos da rede como operação que contava com um ritual, disfarces e toda uma série de técnicas que referendavam uma mecânica específica de poder, uma ordem de práticas que por si só tornavam a investidura de um tipo muito específico de saber em poder: “(...) métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais estreito da população, técnicas mais bem ajustadas de descoberta, de captura, e do trato da informação” (FOUCAULT, 2000; p. 6), seja de caráter pessoal, oficial, político, econômico ou social (Figura 9).

Vale salientar que todos esses procedimentos apontam “a forma como ele (o poder) se exercia concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas”.²⁴ “O interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras.” O universo informacional permitiu essa dimensão como manifestação das táticas repressivas junto ao social.

Da nova mentalidade de informação criada pela ESG e posta em prática no período pós-64 – composta por todos os Centros de Informação do Exército, Marinha e Aeronáutica, Polícia Federal, Divisões de Segurança dos Ministérios, DOPS estaduais e Polícia Militar sob o comando do Serviço Nacional de Informações (SNI)

22 D’ARAÚJO, M. Celina; SOARES, Gláucio A. Dillon; CASTRO, Celso. *Os Anos de Chumbo: A Memória Militar sobre a Repressão*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994. p. 47.

23 Idem. p.161.

24 FOUCAULT, Michel, *Microfísica do Poder*. Graal Rio de Janeiro, 2000 p. 6.

– dependerá a garantia da segurança interna da nação, na visão dos militares.



Figura 9: Falso cartão de identificação policial apresentado por um estelionatário. Consta nos autos que “esse homem passava-se por um agente da polícia do Rio de Janeiro a serviço em Pernambuco. Com as investigações, ficou claro que o ‘epigrafado’ era tão somente um estelionatário que passou por várias delegacias se fazendo de agente especial, tirando inúmeros proveitos da situação e agindo desordeiramente na cidade, através do uso de documentos falsos”.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 31.348.

O aparelhamento e capacitação da polícia política em Pernambuco

No cenário anterior ao golpe, observa-se a preocupação com a necessidade de preparar os órgãos policiais para desempenhar as funções que lhes serão exigidas. Nesse sentido, vejamos o que coloca o relatório apresentado à Assembleia Legislativa de Pernambuco sobre a

segurança pública em 1961, referente ao ano de 1960, onde se faz uma contundente alusão ao Ponto IV, acordo firmado entre alguns estados e os Estados Unidos no patrocínio à segurança:

O segundo ano do atual governo, foi assinalado pelo lançamento das bases de polícia Técnico-Científica em nosso meio [...] Realizando cursos intensivos, promovendo conferências e palestras sobre assuntos de polícia técnica, incrementando viagens de intercâmbio cultural, instituindo a obrigatoriedade de estágios, promovendo a aquisição de aparelhagem técnico-científica, para o Instituto de Medicina Legal e Gabinete de Identificação, pretendeu a atual administração formar uma **nova mentalidade** nos trabalhos da polícia civil deste Estado. O Convênio de Cooperação Técnica, Instrução e Equipamento, firmado entre o Governo do Estado e o Governo Americano (ponto IV)²⁵, possibilitará meios substanciais para a execução dos nossos planos de trabalho. O estágio feito nos Estados Unidos da América do Norte, por alto funcionário da Secretaria de Segurança Pública, marca o início das atividades da Escola de Polícia em nosso Estado [...] esboçada nas conferências, acompanhadas de ilustrações e com o comparecimento da oficialidade da polícia militar, delegados de polícia da capital e do interior e funcionários civis, foram realizadas pelo Secretario de Segurança Pública a transmissão das impressões colhidas na viagem de estudos feita aos Estados Unidos da América do Norte.²⁶

25 Entende-se por **Ponto IV** – Convênio de Cooperação Técnica, que previa a instrução, a troca de experiência, o intercâmbio e a aquisição de equipamentos firmada entre o Brasil e os Estados Unidos, no intuito de aparelhar as tropas militares e contingentes policiais. O acordo privilegiava a questão da Segurança dentro da orientação de defesa externa Continental que o Brasil passou a ser contemplado. É importante destacar que a ajuda financeira só era remetida aos estados que fossem contrários à política nacionalista do governo ou fizessem oposição a Jango.

26 Relatório apresentado pelo Secretário de Segurança Pública à Assembleia Legislativa de Pernambuco referente ao ano de 1960. Recife, 1961, p. 47 e 49. Grifo nosso. Fundo: APEJE – Setor de Documentos Impressos.

Não resta dúvida quanto ao apoio dado pelos EUA na formação e qualificação técnico-científica da polícia em nosso estado. O documento em tela apresenta, já em 1961, a preparação técnica da polícia, aparelhando-a para exercer as funções de controle e vigilância com eficácia. Essa qualificação começa pela hierarquia superior da SSP, que se encarregará de repassar o conhecimento para o resto da corporação, como pode ser observado em relação ao treinamento nos EUA. Aparelhar os órgãos de controle significa dar mais munições para o gerenciamento ideológico da sociedade, fortalecendo o jogo de poder ligado aos conspiradores do golpe militar de 1964.

E essa postura se repetirá em períodos diferenciados na trajetória da Polícia, sendo responsável pelas mudanças de procedimentos e mentalidade que irão se operar no interior da instituição, demonstrando que bem antes de se articular o golpe já havia uma preparação em curso dos setores de segurança, direcionados para exercer as diretrizes sugeridas pela Escola Superior de Guerra em relação à segurança nacional. Assim, é importante destacar o que consta do relatório apresentado à Assembleia Legislativa no ano de 1961, referente ao ano de 1960:

A inclusão do nosso Estado, com prioridade, no programa de ajuda técnica e material do Ponto IV, o intercâmbio com técnicos brasileiros e norte-americanos, os trabalhos de instalação da Escola de Polícia, os cursos de Ensino de Línguas Estrangeiras ministradas por professores especializados e os estágios nos órgãos policiais e Centro de Pesquisas Técnico-científica dos Estados Unidos, feitos por Delegados, Inspetores e Diretores desta Secretaria, assinalam o início dos trabalhos de polícia técnico-científica em nosso meio. Os métodos de rotina e a experiência estão dando lugar aos modernos recursos da técnica e da ciência no combate à criminalidade. Em 25 de junho do ano passado, foi solicitado ao representante do Ponto IV, a inclusão do nosso Estado, com prioridade, no Programa de ajuda

técnica e material, no sentido de modernizar e melhorar o Sistema Policial de Pernambuco. Nessa época os Estados da Guanabara, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, já possuíam os seus estabelecimentos de ensino policial, reclamando Pernambuco idêntico benefício. Nos primeiros dias de agosto de 1959, conseguimos a inclusão de Pernambuco no Programa do Ponto IV. Como benefício imediato, teve a polícia de Pernambuco o prazer de receber a visita de técnicos brasileiros e norte-americanos, chefiados pelo Senhor Joseph Lingo, Chefe da Divisão de Segurança Pública do Ponto IV no Brasil, que aqui verificaram nossas necessidades. Em 28 de Junho de 1960 foi assinado o acordo de ajuda técnica em conjunto com os Estados da Guanabara, São Paulo, Minas Gerais e Capital Federal. Em 21 de Setembro de 1960, o doutor Haroldo Cunha Barreto foi enviado aos Estados Unidos, em viagens de estudos dos problemas de ensino policial e administração de Escolas de Polícia. [...] Em abril desse mesmo ano recebemos dos Estados Unidos a primeira remessa de material para instalação da Escola de Polícia, constituída de prédios desmontados com área de cerca de 1.800 metros quadrados.²⁷

O apoio sistemático dos Estados Unidos se estende pelos anos anteriores à posse de Miguel Arraes de Alencar no governo de Pernambuco. No discurso proferido à Assembleia Legislativa, Arraes (agora governador) faz uma profunda crítica à atuação da polícia no governo de Cid Sampaio, no qual, segundo ele, a Secretaria de Segurança Pública era instrumento de pressão e de opressão.

Posso adiantar, entretanto, que a diretriz do atual governo, no tocante à Secretaria de Segurança, objetiva reintegrá-la no desempenho de sua missão específica, intransigentemente

27 Relatório apresentado pelo Secretário de Segurança Pública à Assembleia Legislativa de Pernambuco referente ao ano de 1960. Recife, 1961. In: Legislação Estadual de Pernambuco, anos 1959/1961. Setor de Documentos Impressos – APEJE.

fiel aos princípios de probidade funcional e de moralidade administrativa. É esse fato que tem implicações sérias e inconfundíveis, a primeira das quais está em que a ação policial da Secretaria perderá o caráter eminentemente político que até aqui lhe tem sido emprestado, deformando-lhe sua finalidade. [...] Livre das excessivas e absorventes preocupações de ordem política, voltar-se-á a Secretaria de Segurança para a solução dos problemas que são de sua alçada específica e que até agora não têm merecido toda a atenção devida, permanentemente em ação preventiva e sempre que indispensável, procurará reduzir a avultada incidência do crime no Estado de Pernambuco. Combaterá sem tréguas o banditismo que com o emprego de criminosos profissionais – capangas e pistoleiros – ainda se pratica em determinadas regiões de nosso Estado.²⁸

Observa-se como Miguel Arraes estabelece em seu discurso algumas rupturas com o projeto anterior, sobretudo em áreas estratégicas (e afinadas com a doutrina de segurança nacional elaborada pela ESG) como a de ordem política, eminentemente baseadas no controle preventivo da sociedade e na vigilância, o que, segundo o governador, tem **deformado sua finalidade**. A polícia, diz em outra passagem, “não foi pensada para vigiar e usar isso para fins políticos, ela existe para garantir a segurança da população e disso a SSP tem se distanciado”.²⁹

Não mais se percebe qualquer alusão ao apoio americano às questões de segurança no estado de Pernambuco no ano de 1963; ao contrário, o governo vai promover um desmonte do modelo anterior que vem sendo implantado no país e em Pernambuco, afastando-se do programa no chamado Ponto IV, que representa justamente a garantia da manutenção da polícia técnica.

28 Relatório apresentado pelo Governador Miguel Arraes de Alencar à Assembleia Legislativa de Pernambuco. Recife, 1964. In: Legislação Estadual de Pernambuco, anos 1961/1964, p. 145. Setor de Documentos Impressos – APEJE.

29 Ibidem.

O que é mais relevante em seu discurso é que Arraes procura desconstruir a eficiência propalada no governo anterior em relação ao programa de modernização da polícia, exatamente no quesito segurança, não só negando essa necessidade, mas, sobretudo, apontando novas diretrizes e valores que julga mais condizentes com o papel que a polícia deve desempenhar – por exemplo, o combate ao banditismo. Dessa forma, contraria os interesses de uma parcela da corporação que quer a permanência do programa de aperfeiçoamento na constituição da polícia técnica. As implicações dessa mudança de paradigma na orientação policial vão, em parte, pôr um freio nas ações de aprimoramento das atividades de capacitação técnica respaldadas no Ponto IV, em detrimento das novas determinações exigidas pelo governo.

No relatório do Secretário de Segurança relativo ao ano de 1963, vamos perceber um tom incontestado de reivindicação – denunciando certo desconforto do aparato policial, por não poder usufruir dos benefícios oferecidos pelo governo americano através do Ponto IV (possibilidades de treinamento no exterior, cursos de capacitação, equipamentos, Escola de Polícia, etc.) –, solicitando melhorias e afirmando que sem os recursos torna-se difícil desempenhar as suas funções satisfatoriamente. Percebe-se implicitamente a disputa de interesses conflitantes que delimitam as fronteiras entre dois polos de poder, representados, de um lado, por aqueles que comungavam dos benefícios “ofertados” pelo capital americano e, do outro, pelo governo instituído, que rejeita essa intencional “ajuda”. Assim, vejamos o que coloca o relatório:

[...] esta repartição policial se defronta com as mais variadas dificuldades e deficiências, que se resumem no seguinte:

- Pessoal em geral desqualificado e sem a formação necessária para o exercício da polícia;
- Delegacias e Comissariados, instalados em prédios alugados, cadeias públicas e, às vezes residências dos

próprios titulares, não oferecendo condições mínimas de conforto, funcionalidade e segurança.

– Carência total de viaturas;

– Insuficiência de meios de comunicação.

Apesar das dificuldades e deficiências apontadas tem-se contribuído decisivamente, para a tranquilidade e segurança da comunidade, conforme se depreende do seu movimento estatístico.³⁰

As críticas à preocupação extremada da polícia com a ordem social em detrimento do combate aos crimes – sua função precípua –, contidas no pronunciamento do governador Miguel Arraes proferido na Assembleia Legislativa vão expor as bases do início de uma discreta, mas incômoda, crise entre o governo e a polícia. Esta passa a fazer pouco caso das exigências do governador para outras questões de maior urgência ligadas à segurança no estado, como por exemplo o combate aos crimes praticados no campo (há certa omissão em se apurar e prender os criminosos), o que mais tarde tende a se aprofundar, criando espaço para a “desordem”, na leitura da própria polícia. Um caso que demonstra essa crise fica configurado numa matéria do *Jornal do Commercio*, que fala da

[...] ação de um “elemento perigoso” que invadia fazendas, sítios, roubava gado, sacrificava animais, invadia moradias, além de uma série de arruaças no campo, que perturbava e assustava moradores de diversas localidades impunemente. Havia ordens de prisão contra ele, mas a polícia em suas diligências simplesmente não conseguia prendê-lo.³¹

30 Relatório apresentado pelo Secretario de Segurança Pública à Assembleia Legislativa de Pernambuco. Recife, 1963. In: Legislação Estadual de Pernambuco, anos 1961/1963, p. 147. Setor de Documentos Impressos – APEJE. Cf. também SILVEIRA, Pelópidas. Depoimento concedido a Eliane Moury Fernandes, no projeto ‘A História Oral do Movimento Político-Militar de 1964 no Nordeste’. Recife: FUNDAJ/Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira (CEHIBRA).

31 *Jornal do Commercio*, Recife, 13 ago. 1963. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º. 6.352. Pasta de recortes de jornais.

Este quadro é alterado a partir de 1964, com a tomada do poder por parte da elite conservadora militar. O governador Miguel Arraes é preso no palácio do Campo das Princesas, acusado de comunista. Com sua deposição torna-se uma constante nos relatórios dos secretários de Segurança o apoio de programas e investimentos americanos em vários ramos de atividade do governo de Pernambuco, com referência, por exemplo, ao acordo USAID/MEC/SUDENE, cujos representantes viajam pelo estado buscando identificar as áreas de investimentos que o programa deverá contemplar.

Nesse sentido, a Secretaria de Segurança Pública, visando aprimorar os serviços de vigilância, vai mais uma vez ser contemplada (a despeito das queixas, por exemplo, da falta de condições de trabalho, como transporte para as diligências) com novos recursos: equipamentos de escuta e telefonia, melhores instalações, um gabinete do secretário mais bem aparelhado e confortável com mesa grande de reunião, aprimoramento da Escola de Polícia, etc.

Conforme trechos do relatório apresentado à Assembleia pelo Secretário de Segurança Pública fazendo referência aos investimentos para atualização da central de Escuta e Fonia, bem como dos serviços de rádio telegráfico, além dos recursos destinados à Escola de Polícia, podemos compreender o alcance dessas mudanças:

O Serviço de Escuta e Fonia foi instalado com seis estações fixas e doze móveis. As fixas estão instaladas em torre de ferro nesta Capital e nas cidades de Goiana, Limoeiro, Caruaru, Palmares e Garanhuns e funcionam 24 horas ao dia. As estações móveis foram instaladas em viaturas apropriadas. Com esse serviço é possível cobrir, eficientemente, a cidade do Recife, e se necessário, toda a zona da Mata e parte do Agreste. Todas de fabricação americana. [...] A Escola de Polícia instalada por elementos de ajuda interamericana, necessita de urgentes reparos e de serem planejados prédios definitivos, substituindo os existentes. Ainda no primeiro semestre de 1965, foram acertados com a USAID, três

curso intensivos de quarenta horas cada um, ministrados por técnicos americanos. A USAID forneceu os instrutores, pagando as despesas de viagens, e estada no Recife, inclusive de intérpretes, cabendo a esta Secretaria oferecer condução e outros meios para execução dos cursos. Existe ali instalados com recursos doados, um laboratório de Criminalística e que é um dos melhores do Brasil.³²

Como se vê, são notórios o apoio e a participação dos EUA nos assuntos ligados à segurança nacional nessa fase de preparação da rede. Os altos investimentos através de programas como o acordo Brasil-Estados Unidos, o FMI, a USAID, o IBAD, o BID, o BNDE,³³ entre outros, demonstram quão subordinado ficou o País às expensas do capital americano. A opção pelo golpe militar define as fronteiras de apoio e manutenção do regime, que se perpetuam ao longo da atuação militar no governo de exceção, ensejando um programa de desenvolvimento que leva o país a triplicar sua dívida externa e abrir as portas ao capital estrangeiro nos anos que sucedem ao golpe.³⁴

No tocante à Polícia Militar, esta também exerceu um papel importante quanto ao apoio à **rede** composta pelos órgãos de segurança e informação, atuando através de seus efetivos na vigilância e controle ostensivo da sociedade. O relatório que apresentamos a seguir, do ano de 1965, acrescenta as bases desse apoio.

A Polícia Militar está integrada conscientemente nas mais diversas missões que lhe competem desempenhar nos termos da Lei Federal nº. 192/36. Sempre coesa leal e dedicada, cumpriu, no exercício findo as mais delicadas

32 Relatório apresentado pelo Secretario de Segurança Pública à Assembleia Legislativa de Pernambuco. Recife, 1965. In: *Legislação Estadual de Pernambuco*, anos 1965/1966, p. 60-61. Setor de Documentos Impressos – APEJE.

33 Cf. *Ibidem*, p. 110.

34 Cf. SAMPAIO, Cid Feijó. Depoimento concedido a Eliane Moury Fernandes, no projeto 'A História Oral do Movimento Político-Militar de 1964 no Nordeste'. Recife: FUNDAJ/Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira (CEHIBRA).

tarefas consagrando-se como guardião da ordem, da paz e da tranquilidade pública. Durante a permanência do titular efetivo dos Estados Unidos da América do Norte, em viagem de observação e estudos, assumiu interinamente, o comando da Corporação, no período de 12 de agosto a 20 de Setembro o Coronel Jesus Jardim de Sá.³⁵

É importante verificar a total receptividade aos representantes americanos que vêm para o Brasil, mostrando as entrelinhas de um apoio que excede os limites diplomáticos, passando a configurar uma estreita relação entre as hierarquias governamentais dos dois países. Observe-se no documento que o titular efetivo dos EUA estava em viagem de observação e estudos; normalmente os técnicos dos programas visitavam os locais beneficiados pelo acordo para observar se as metas estavam sendo cumpridas, como estava sendo a receptividade do projeto junto à comunidade, o que poderia ser mudado, entre outras questões.

A difusão da mentalidade da informação

Michel Foucault, ao referir-se no capítulo II de Vigiar e Punir aos recursos para o bom adestramento, foi muito perspicaz, ao identificar o poder disciplinar enquanto “um poder que, em vez de se apropriar e se retirar, tem como função maior adestrar ou adestrar para melhor retirar e se apropriar. [...] a disciplina fabrica indivíduos” (1993, p. 29). É exatamente nessa dimensão que os comandos militares articulados com as polícias especializadas dos estados vão se organizar para implantar na sociedade um ambiente propício à colaboração aos órgãos da rede, de segmentos da sociedade civil, de pessoas que introjetam os valores, as diretrizes do governo – os corpos adestrados, em benefício da ordem e do progresso do país.

35 Relatório apresentado pelo Governador Paulo Guerra à Assembleia Legislativa de Pernambuco. Recife, 1965, p. 113-114. Fundo: APEJE – Setor de Documentos Impressos.

Aí entra a noção de microfísica do poder ensejada também por Foucault, quando coloca que o poder investe, perpassa. A informação como uma microfísica do poder, “posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças” (1993, p. 29). Exercida através das denúncias anônimas, das delações, do repasse de informações relevantes, da colaboração com o regime e da vigilância que passa a ser comungada pelos órgãos, mas também pelos cidadãos.

As palavras do Ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza e Mello, sete anos após o golpe, nos colocam isso:

De 1964 para cá, todo o povo vê e afirma que os governos da revolução, partindo do caos, estão estruturando o edifício do nosso progresso. Mas não bastam as boas intenções; temos, todos nós brasileiros que mudar mentalidades, o que é difícil. O respeito mútuo e a ordem são fundamentais à disciplina desenvolvimentista. Ordem e respeito que nascem dentro de casa, na medida em que os pais sabem incutir esses sentimentos nos filhos [...], pois em nós militares brasileiros – como em milhões de dignos cidadãos civis – existe arraigada preocupação de ordem, progresso, responsabilidade, amor à Pátria, e ao povo, de que somos parte comum e indivisível visto que são esses os princípios fundamentais da nossa sociedade.³⁶

Nos registros policiais do DOPS encontramos documentos conclamando o povo a colaborar com a nova ordem estabelecida. Informar passa a ser “tarefa de todos”³⁷ e, nesse contexto, entra em cena o estímulo à delação como elemento não só necessário, mas

36 Carta do Ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza e Mello, de 15 jul. 1971, sobre José Gercino Saraiva Maia, militante do PCBR que desistiu de ser terrorista e vai a público falar sobre sua conversão.

37 Coleta de Informações uma tarefa de todos. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º. 5.247.

indispensável à manutenção desse plano nacional que terá como representação maior o Serviço Nacional de Informações. Assim, observe-se o que contém essa carta enviada à SSP e encaminhada à 2ª Seção do IV Exército, pela mãe de uma aluna do curso de medicina da UFPE, em 04 de abril de 1973:

O motivo que me levou a escrever à V. Ex.^a foi o seguinte: Tenho uma filha estudando na U.F.P. na turma de Medicina. Ontem quando os alunos saíam da Universidade foram distribuídos entre eles, por pessoa da faculdade, boletins, como este que aqui segue anexo. Como não quero que futuramente minha filha seja influenciada pelas idéias aqui expostas, venho por meio desta, **alertar** as autoridades para o foco pernicioso que ali está se instalando. Além da parte moral que é péssima, há agora mais um antro de propagandista contra o regime.

Caso continue assim, não sei o que será dessa juventude desavisada [sic]. Em casa, nós os pais podemos defendê-los contra esta espécie de gente. Porém no ambiente da Universidade é impossível. O cunhado de meu irmão conseguiu pegar um dos panfletos e mostrou a minha mãe. Era altamente subversivo. Chamava o presidente Médice [sic] de assassino, falava contra o ensino pago nas universidades, contra a transamazônica, contra o custo de vida, contra os militares e contra os americanos, [...] o folheto era violentíssimo. Aconselhei a minha mãe a mostrá-lo a um capitão do exército vizinho dela e ele achou fortíssimo. Temendo coisas piores pela frente para nosso Estado e nossa cidade, é que preocupada resolvi comunicar o fato às autoridades competentes.

Como se trata de assunto sigiloso e perigoso, não posso revelar minha identidade, mesmo fazendo com respeito à minha filha, pois poderia sofrer conseqüências funestas, caso descobrissem que ela é minha filha e que eu os denunciei.³⁸

38 Carta anônima enviada à SSP/2.^a Seção do Exército. Grifo nosso. Fundo: APEJE/SSP/DOPS. Prontuário funcional n°. 29.222.

O teor da carta leva-nos a constatar o alcance dos efeitos da “mentalidade da informação”, destacada como “um tipo específico de poder”, onde a informação passa a exercer na sociedade formas de comportamento vigilantes. Os elementos significantes do discurso dominante são incorporados a tal ponto pelo indivíduo, que o fazem corresponsável pela manutenção da ordem (Figura 10). Observe-se que o medo constitui-se o principal argumento para que a ação do discurso dominante surta efeito. Outro aspecto importante é o caráter volátil da informação. Sua mobilidade e velocidade de difusão a tornam um



Figura 10: Capa de *A Vitória de um Terrorista*, publicação sob a forma de revista, editada pela Aeronáutica, que conta a história de um ex-militante político de uma organização “subversiva” que resolveu se entregar e declarar o seu arrependimento à sociedade.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário n°. 19.012.

elemento altamente perigoso, pelo efeito multiplicador, corrosivo e comprometedor que representa. Seja do lado dos militares, seja do lado da resistência.

Continuando a demonstração de como os efeitos da informação se processam da rede para o social, é interessante analisarmos o que diz a carta referida em conjunto com a opinião de um morador de Triunfo (PE) sobre o depoimento arrependido do ex-militante considerado como terrorista pelos órgãos policiais José Gersino Saraiva, ex-colaborador de uma organização terrorista que atuava no país e que, arrependido, resolveu sair do grupo e denunciar os envolvidos. Chamaros a atenção o teor da opinião do morador de Triunfo sobre o caso em 22 de outubro de 1971:

Sou brasileiro e é meu dever lutar pela minha Pátria, amá-la e defender os seus interesses quando ela precisa. É por esta razão que vou dar o meu parecer a respeito destas cartas tão importantes, expostas na revista “A Vitória de um Terrorista”, cujo tema é um dos problemas atuais do Brasil e que devemos lutar unidos para resolve-los [sic] antes que seja tarde demais. A primeira carta foi de um jovem que acordando de um sonho terrível, quase pesadelo e que participou de uma organização esquerdista viu duramente a que situação horrível estava levando sua Pátria. Ele era terrorista e participava de várias ações criminosas, como seja o assassinato do Tenente Levino, na praia da Boa Viagem, quando tentava roubar o seu carro a fim de seqüestrar o cônsul dos Estados Unidos, recebeu a reação do militar que não quis entregar o carro. Os terroristas deram-lhe numerosos tiros, levando-o a morte com um balaço na coluna vertical [sic], após 9 meses de sofrimentos indizíveis. Mas, a que atribuo este seu comportamento? Talvez a uma falta de orientação e como ele mesmo diz em sua carta ao Ministro da Marinha, a influência de más companhias, que se prevalecendo de uma falsa amizade, levam tantos a perdição.

Mostra-nos claramente o que o terror pretende. Ele não é como pinta, no final há sempre a destruição de um homem e da sua liberdade.

O jovem Gercino pela sua carta, está muito arrependido, e quer se reabilitar perante a sociedade. O que acho ser-lhe bem difícil. **Não se pode confiar plenamente num arrependido tão rápido dentro de uma prisão.** Está ainda preso, mas, afirmou ser muito bem tratado pelas autoridades da 2ª Zona Aérea.³⁹

Além dos elementos de apoio à pátria presentes no discurso, temos os efeitos produzidos pela “mentalidade da informação”, respaldada na suspeição, na dúvida, na desconfiança, como base para o profundo entendimento do caso. O lema da comunidade de informação coloca que todos são culpados até que se prove o contrário.

A segunda Carta é do Exmo. Sr. Ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza Mello. Esta é dirigida ao jovem que si [sic] diz arrependido. O Ministro confessa a sua reação diante da carta de um marginal que já praticou tantos atos indignos e destruiu tantas vidas. Porém, com uma grande luta interior, resolve ler a mesma e fica bastante comovido. No entanto salienta que não pode esquecer a perda dos seus homens, Major Martine, Tenente Levino, Sargento Valdir, muitos outros, que morreram vítimas de terroristas e que deixaram suas esposas e seus filhos abandonados e que jamais terão um pai de novo.

Tanto o Ministro, quanto Gersino deixaram expressas mensagens nos jovens de hoje do Brasil de amanhã.

Como diz o Sr. Márcio de Souza e Mello, a nossa vida é demasiada [sic] curta, para realizarmos o que queremos e quando abrimos os olhos o futuro já se fez passado. Por isso devemos levar bem os nossos atos e medir bem as nossas ações para depois não nos envergonharmos do que fomos como aconteceu a este jovem que provocou tantas

39 Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário n°. 19.012, doc. 111 e 112. Grifo nosso.

barbaridades. “Infelizmente, no seu caso, o cadeado, na porta arrombada da sua consciência, só ser colocado após o furto.” Quer dizer o arrependimento chegou um pouco atrasado, depois de tantos erros.

Por isto, ficai abertos jovens brasileiros as feras comunistas nos esperam de boca aberta. Abramos os nossos olhos e os nossos corações aos mais velhos, nossos pais e às **autoridades**, para que não nos aconteçam coisas semelhantes a estas destes jovens inexperientes, como Gercino.

O Brasil precisa de homens de mentalidade sadia, bem informada e está na hora de nos prepararmos para Ele. A caminhada é longa, e o caminho pedregoso e difícil de vencer.⁴⁰

Esse artifício adotado pelos órgãos de segurança nacional irá induzir práticas, comportamentos e atitudes vigilantes traduzidas no uso e abuso da informação como elemento fundamental de sustentação do chamado “regime democrático” na concepção dos militares.

Seguindo esta percepção, pressupomos a existência de micropoderes atuando na sociedade, tendo na informação uma dinâmica própria, posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas também nos próprios corpos com sua materialidade e suas forças.

Ora, o estudo dessa microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, manobras, táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, em permanente atividade [...] temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é “privilégio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas estratégias – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. Esse

40 Carta de Tomaz Castilho Campos. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário n°. 19.012, doc. 9. Grifo do autor.

poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente, como uma obrigação ou uma proibição, aos que “não têm”; ele os investe, passa por eles e através deles; apóia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apóiam-se em pontos que os alcançam. O que significa que essas relações aprofundam-se dentro da sociedade, que não se localizam nas relações do Estado com os cidadãos ou na fronteira das classes e que não se contentam em reproduzir ao nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos, a forma geral da Lei ou do governo; que se há continuidade, não há analogia nem homologia, mas especificidade de mecanismo e de modalidade. Finalmente, não são unívocas; definem inúmeros pontos de luta, focos de instabilidade comportando cada um seus riscos de conflitos, de lutas e de inversão pelo menos transitória da relação de forças. (FOUCAULT, 1993, p. 29).

Esta postura se destaca no discurso de João Roma, quando ele conclama o cidadão, já transformado pela ideologia, já adestrado em seu papel de corresponsável pela manutenção da ordem, a tornar-se vigilante.

O exercício do poder passa a ser disseminado na sociedade na forma de vigilância, que deverá ser permanente, onipresente, aparelhando uma polícia política onisciente. De que forma? – Através dos corpos. Olhos e ouvidos vão estar atentos e ligados em todas as direções, em todos os níveis, esferas e labirintos do tecido social, em defesa da ordem. A tarefa de defesa da ordem vigente passa a ser dividida com a sociedade: o “bom” cidadão será o elo, a peça chave na manutenção dessa engrenagem, em que mentes e corpos são moldados, e passam a carregar os sinais da ordem, da decência, servindo ao mesmo tempo como termômetro para detectar as influências nefastas à ordem estabelecida.

Em sua Doutrina de Segurança Nacional, a ESG estabelece alguns parâmetros para os quais a sociedade deve estar atenta: neutralizar os

fatores adversos, antagonismos, pressões que impedem a consecução dos objetivos nacionais, através de atos intencionais e contestatórios e de ações que dispõem de poder ou representam qualquer tipo de ameaça que ponha em risco a execução desses objetivos.

É nesse contexto que a informação adquire o status de poder, na medida em que os órgãos de informação passam a sobreviver do processamento de dados, responsáveis pelo rastreamento daqueles que são construídos/produzidos como inimigos do regime, no intuito de defendê-lo, tornando-se a mais poderosa arma de controle do cidadão.

O poder da informação, aliado aos modernos recursos tecnológicos de comunicação e de investigação, tem a capacidade de moldar culturalmente o homem, a sociedade, a massa disforme em povo e o indivíduo em cidadão. Alterando a própria noção de poder, até então conhecida pelas elites.⁴¹

Ter o controle da vida dos indivíduos, produzir, apreender, divulgar, fantasiar e manipular informações reais ou imaginárias passa a ser o principal objetivo da polícia política de Pernambuco, bem como de todos os órgãos de informação da rede. As anotações, os registros constituem-se no mais eficiente argumento de coerção e de controle sobre os indivíduos e de manutenção do instituído. E é através deles que o poder ancorado em saberes prévios produzidos ou apreendidos pelos órgãos de informação e segurança é praticado.

Vejamos por quem eram exercidos os serviços de investigação e registros em Pernambuco.

Os agentes e comissários que atuavam no DOPS-PE por mais de 20 anos eram responsáveis pelas atividades internas e externas. Processavam e manipulavam através de um rigoroso ritual a coleta de informações, o mapeamento dos dados, nomeavam as categorias do

41 Cf. ROMA, João Inácio Ribeiro. *Partidos políticos e organização nacional*. Recife, ago. 1964. Discurso citado.

crime, catalogavam os assuntos de que tratava cada informe e cuidavam do arquivamento.

No outro extremo situavam-se as pessoas ligadas às denúncias ou indícios, fazendo com que as informações se articulassem de uma forma integrada, de maneira que uma informação remetia a outra que remetia a outra, formando uma grande rede de informações. Observa-se na imagem abaixo o perfil dos agentes, o ambiente de produção e disseminação das informações, os fichários, os arquivos, os mapas identificando as zonas, as áreas críticas, enfim, o palco de atuações do órgão de informação maior no estado – o DOPS. A Figura 11 registra ainda um raro momento, aquele em que a polícia mostra sua face.

Da direita para a esquerda encontram-se três investigadores de polícia de serviço burocrático, um comissário de polícia da capital, Júlio Vasconcelos de Barros – chefe do arquivo padrão “I” –, e os demais agentes encarregados da cadeia de ações exercidas pelos



Figura 11: Investigadores e agentes do DOPS-PE.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29.638.

órgãos de informações, traduzidas em investigação, coleta, tratamento, manipulação, disseminação e arquivamento das informações. No centro, o bacharel Onevaldo Fernandes Maia – comissário. Esse efetivo era responsável pelas atividades ligadas ao arquivo do DOPS-PE, suas funções eram, entre outras, gerenciar os serviços de prontuários em geral, dos arquivos de documentos, informações e comunicações, fichário em geral, relações e listagens, serviço de recortes de jornais, assentamentos dos funcionários da delegacia, controle de endereços, salvo conduto para estrangeiros, índices, prontuários e fichas, fichários e controle das organizações políticas em geral; índice de prontuários das associações de classes, dos municípios, dos estados e dos países, índice dos prontuários dos comissários, investigadores, e escrivães da capital; índice e prontuários de artistas teatrais; informações e requerimentos; confecção de boletins de sindicâncias e emissão de informações em processos de naturalização; busca em relações de aviões e navios; encadernação de jornais comunistas e de outros temas, ofícios e telegramas; biblioteca; arquivo de ofícios e documentos em geral; informações em geral,⁴² compreendidas como atividades vitais na sustentação da rede de informações e segurança.

Assim é que se apresenta, numa primeira perspectiva, a ação desses oficiais da informação, que no exercício direto de suas atividades produziram e/ou apreenderam um farto e diversificado acervo, composto de documentos iconográficos e textuais, presentes nos prontuários individuais e funcionais, que serviram, como já foi dito, como elemento de prova para o enquadramento de indivíduos.

Na Figura 12 tem-se o corpo de funcionários do DOPS-PE, composto por 18 pessoas, entre elas investigadores, delegados, comissários e informantes. A imagem é a representação do corpus técnico da DOPS entre 1947/61, época da transformação do órgão com a criação da Delegacia Auxiliar. A foto não apresenta a identificação

42 Fundo: SSP/DOPS/APJE. Prontuário funcional N° 29.638 – Delegacia Auxiliar.



Figura 12: Funcionários do DOPS-PE.

Fundo: SSP/DOPS/APJE. Prontuário funcional N° 29.638 – Delegacia Auxiliar.

nominal de seus integrantes, mas retrata o ambiente, o mobiliário e o aparato burocrático responsável pelo rastreamento, diagnóstico do delito, classificação e enquadramento do indivíduo. Pode ainda ser observada, além do cenário da produção do saber-poder, a estrutura que funcionava na época, visualizar o rosto daqueles que atuavam no processamento das informações, enfim, a composição de parte do aparelho burocrático-repressivo.

Optamos por mostrar a estrutura burocrática e o funcionamento do arquivo porque entendemos que lá estava a base do aparato policial repressivo – naquele ambiente funcionava o gerenciamento de informações sigilosas sobre indivíduos, fatos e entidades públicas e privadas, religiosas ou políticas, enfim, o monitoramento da sociedade. Ao compreendermos a lógica de funcionamento policial, expressa no tipo de serviço, no material que manuseavam, nas funções que exerciam em toda engrenagem, entenderemos o exercício de poder do DOPS; visitar esse universo ajuda-nos a compreender a

complexidade da rede de informações e segurança que se estabeleceu no país, o gigantismo de uma estrutura de controle da sociedade sem precedentes na história.

A experiência dessas práticas ficou impregnada no tecido social, passando a configurar um tipo específico de poder e criando uma tradição na administração pública que até hoje se manifesta, apesar da mudança dos tempos. Como exemplo, reproduzimos a seguir as fichas de antecedentes criminais e de anotações (Figura 13).

A Ficha Individual Datiloscópica (Figura 14) é outra espécie de registro criado pela polícia e foi aqui selecionada para dar a dimensão ao leitor de quão rica eram as tipologias documentais produzidas. Este documento compõe o prontuário individual de uma pessoa acusada de subversão.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Delegacia de Ordem Política e Social
 ESTADO DE PERNAMBUCO

Nome Indalécio Cavalcanti de Albuquerque
 Residência Rua Direita n.º 483
 Profissão Comerciante

DATA			ANOTAÇÕES
Dia	Mês	Ano	
MOTIVO			
6	8	1932	Nesta data foi preso o identificado sob n.º 11124 por motivo de ordem pública.
12	7	1933	Nesta data foi o prontuário denunciado como preso candidato das idéas de Luís Carlos Prestes.
	Em	1934	Nesta data foi feita a "Lei Pernambucana contra o Facismo" (vide prontuário n.º 3385, Doc. A. n.º 10).
14	12	1935	Nesta data foi preso por motivo de ordem pública, posto em liberdade na mesma data.

Figura 13: Ficha com anotações contendo os antecedentes criminais do acusado.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual n.º. 2549.

Essa mecânica dos registros, do tratamento da informação sinaliza uma forma, uma modalidade de organização do poder enquanto saber, na arte do diagnóstico, da análise, do acompanhamento, da classificação e confecção das peças informacionais a serviço da repressão. Coloca os indivíduos num campo de vigilância e enquadramento permanente,

1900

Nome **Oswaldo** Sobrenome **de Sousa Lima** Velgo -----

Idade **19** annos. Nasceu em **não declarou** de ----- de -----

E. Civil **solteiro** Nacionalidade **brasileiro** Natural de **Districto Federal**

Filição: por **Mancel de Sousa Lima**

Mãe **Maria Theresa de Lima** Instrução **sim**

Profissão **Typographe** Residência **Rua da Amizade, 38 (João de Barros)**

Notas Chronicas: Cor **preta-fula** Cabeleça **pret. carap.** Estatura: 1 m. e **65** etc.

Barbo **não tem** Bigode **não tem** Olhos **pretos**

Preso em ----- de ----- de ----- Identificado em **10** de **Outubro** de **1932**.

Signos particulares

Observações

Mandado apresentar ao Gabinete com Officio N.313, da 1a. Delegacia Auxiliar de Policia, datado de 10/10/32, afim de ser identificado por motivo de "ORDEN PUBLICA". *Arrestado em 10/10/32. Jurando Compôr*

Photographia tirada em **10** de **Outubro** de **1932**.

NOTAS DIVERSAS

Oswaldo de Sousa Lima

O Encarregado *João Monteiro de Lima*

Registro Geral N. **11.435.** Individual Dactyloscópica | Serie **V-1513** Seção **I-1122.**

Seção Central da Policia de Identificação e Estatística Criminal SISTEMA DE VUOSTIOM SISTRO GERAL N.	MÃO	MÃO DESTA	MÃO ESQUERDA				
	MÃO	MÃO DESTA	 PULGARES	 INDICADORES	 MEIUS	 ANULARES	 MINIUS
MÃO	MÃO DESTA	MÃO ESQUERDA					
MÃO	MÃO DESTA	MÃO ESQUERDA					

Figura 14: Ficha Individual Datiloscópica.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº.11.435.

graças a todo esse aparelho de escrita, que o acompanha, o exame abre duas possibilidades que são correlatas: a constituição do indivíduo como objeto descritível, analisável (...). A importância decisiva, conseqüentemente, dessas pequenas técnicas de anotação, de registro, de constituição de processos em suas aptidões ou capacidades próprias, sob o controle de um saber permanente, e por outro lado a constituição de um sistema comparativo que permite a medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa “população”. (FOUCAULT, 1993 p. 169).

O funcionamento da rede de informações

Nos registros do acervo DOPS aparece a forma como era feito esse trabalho, traduzido como sendo uma “atividade fim do órgão (investigação, censura e repressão), onde havia hierarquias diferenciadas e com qualificações distintas dentro da rede. Os agentes que lidam com informações, principalmente as de caráter confidencial e sigiloso, são os investigadores, que aparecem sempre identificados por um n^o.”⁴³

Além do corpo policial, temos os chamados “oficiais da informação”, que não são identificados, pois seu trabalho de coleta, seleção, análise e difusão da informação diz respeito a uma área secreta ou confidencial. Em linhas gerais, estão à margem do sistema e poucos sabem o que são e o que fazem.⁴⁴

Existem aqueles personagens que estão inseridos na própria entidade ou órgão ao qual pertencem. Estes são os informantes legais, cuja função é repassar para os órgãos policiais o movimento, o cotidiano nas repartições públicas – municipais estaduais e federais –, empresas

⁴³ Normas gerais de ação. Informe confidencial, 1971, f. 6. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n^o. 5.395.

⁴⁴ Cf. *ibidem*.

e qualquer outra entidade. Podem receber remuneração ou não, mas em sua maioria recebem compensações, promoções, etc.⁴⁵

Há ainda um grupo que pertence à mais alta hierarquia na rede de informações, diretamente ligado aos Centros de Informações das Forças Armadas; vive em completo anonimato e é extremamente eficiente. É constituído pelos chamados **S2** ou espiões. Estes vivem à margem de qualquer suspeita, conhecem profundamente a arte da espionagem e sobrevivem muito tempo às escusas, por uma questão de segurança e eficácia do **serviço** que lhes é confiado. De acordo com Lucas Figueiredo (2005, p. 85), várias categorias de profissionais atuavam na comunidade de informações, segundo glossário elaborado pelo Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI):

Agente – Pessoa que se dedica à atividade clandestina sob a direção de um serviço de informações.

[**Agente**] **adormecido** – agente recrutado, equipamento ou operação planejada que estão prontos para entrar em ação, todavia mantido inativo por um período considerável para criar ou reforçar suas coberturas ou ainda para estar pronto caso se apresente uma necessidade especial.

Capanga – Tipo de agente utilizado a fim de proporcionar uma proteção especial em fases perigosas de uma ação clandestina.

Gazua – (1) Pedaco de aço usado para abrir fechaduras: (2) pessoa que tem a arte de fazer com que outros revelem seus segredos.⁴⁶

Observe-se a profusão de perfis e atividades desenvolvidas pelos integrantes da **comunidade de informações** que atuavam nos vários órgãos e instâncias do aparato de espionagem, agindo, sobretudo, em serviços escusos no intuito de fazer cumprir as orientações da rede de

45 Cf. Normas gerais de ação. Doc. citado.

46 SFICI. *Glossário de informações*. Documento confidencial, jan. 1960. ArN/X-9. (In: FIGUEIREDO, 2005, p. 85).

informações a serviço da repressão. Da mesma forma cabe ilustrar o trato da informação como era feito pelos órgãos de informações.

No âmbito dessa produção informacional, destaca-se o papel indiscutível de duas instâncias que foram fundamentais para a operacionalização da **rede de informações** implantada no país. A primeira diz respeito aos agentes, analistas ou profissionais da informação. Designações adotadas para identificar, segundo o General de Brigada Adyr Fiúza de Castro – um dos criadores do Centro de Informações do Exército (CIE) –, aqueles que tinham por função,

cotejar os informes aos quais recebe em quantidade imensurável, classificá-los, juntá-los, analisá-los e ver qual é o grau de probabilidade da veracidade daquela informação. Com isso ele analisa também a fonte que lhe forneceu o informe. A fonte é muito importante. Há seis níveis de fontes e seis graus de veracidade de informe: A, B, C, D, E, F e 1, 2, 3, 4, 5,6. Um informe **A-1** é um informe de uma fonte sempre idônea e com grande probabilidade de ser verdade. Então guarda-se e classifica-se: A-1. Se o informe é **F-6**, significa que não se pode saber a idoneidade da fonte, pode ser um maluco qualquer, e a probabilidade de ser verídico é muito reduzida. Mas tem-se que arquivá-lo. Se formos fuçar os arquivos dos órgãos de informações, vamos encontrar informações extremamente falsas, mas que foram arquivadas porque não podiam ser jogadas fora. Não se pode. Quem tem autoridade? A cada dez anos é nomeada uma comissão que determina quais documentos devem ser incinerados, e é feita uma ata.⁴⁷

É salutar perceber que a estrutura de organização informacional obedece a uma série de tecnologias e aptidões que são referentes a cada uma das instâncias e sujeitos envolvidos na rede de informação. A

47 D'ARAÚJO, M. Celina; SOARES, Gláucio A. Dillon; CASTRO, Celso. *Os Anos de Chumbo: A Memória Militar sobre a Repressão*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994. p. 47.

rede não operava numa lógica única, uniforme, eles competiam entre si; a atividade de coleta e processamento das informações não é um trabalho de fácil controle, envolve competências, disputas, vaidades, interesses, atenções, e, sobretudo “responsabilidades”, que poderiam ao entrar em conflito comprometer todo o sistema informacional implantado pelo regime militar.

Sobre isso vemos o que disse o General de Divisão Enio dos Santos Pinheiro a respeito do perfil do homem que trabalha com a informação:

Incluía dois tipos de pessoas, dois produtos: um intelectual, e outro que trabalhava no campo de operações. Havia uma parte no Brasil muito difícil: o sigilo. O sigilo era um aspecto difícil de obter, uma dificuldade que se encontrava até dentro da família. A pessoa que trabalha com informações não pode conversar, não pode discutir os assuntos do seu trabalho. O brasileiro é muito falador, e isso é perigoso. Mas nós conseguimos fazer uma seleção e dizer como deveria ser o trabalho. Também foram feitos um código de honra e um código de ética para o pessoal.

Nota-se que tudo era feito num universo da maior seriedade. A representação e a importância dada ao aparato informacional por tudo o que ele significava leva-nos a compreender como se constituiu a base, o amálgama que consubstanciava o aparato de sustentação do regime militar.

E para ilustrar a constelação de órgãos a serviço da rede de informações⁴⁸, apresentamos um diagrama demonstrativo das

⁴⁸ Preferimos utilizar a expressão **rede de informações** – em lugar de **comunidade de informações**, usada por autores como Carlos Fico e Alexandre Ayub Stephanou –, por entender que ela abrange de forma mais ampla a complexidade de órgãos concebidos com a finalidade precípua de alimentar a máquina da informação, atuando de forma integrada, articulada durante o regime, envolvendo pessoas das esferas civil e militar na produção, coleta e disseminação planejada da informação entre os órgãos e instâncias da rede. Nesse sentido, a responsabilidade pelos atos de tortura recaem sobre todos os

instâncias de controle que compunham a rede. Nesse contexto, utilizando as palavras de Foucault (1993, p. 29), “nenhum de seus episódios localizados pode ser inscrito na história senão pelos efeitos por ele induzidos em toda a rede em que se transforma.”

No Diagrama 1 é possível observar a composição de forças da rede de informações diretamente conectada ao Serviço Nacional de Informações, criado em junho de 1964, com a finalidade de “superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra-informação, em particular as que interessem à segurança Nacional.”⁴⁹ Isto significa dizer que este órgão de cúpula do sistema brasileiro de inteligência coordenava os serviços e diretrizes de informação entre os demais órgãos da rede, não sendo portanto um organismo de operação; ele não executava, mas gerenciava as atividades de informações em todo o país, auxiliando os demais centros de informações da rede.

A criação desse organismo representa a efetivação de um sonho há muito almejado por Golbery do Couto e Silva, tendo sido ele próprio o autor do projeto de lei. O novo serviço secreto terá autonomia financeira, abundância de recursos, e seu chefe possuirá o *status* de ministro, entre outras prerrogativas; o serviço não será obrigado a prestar contas aos outros poderes, nem tornar públicas as informações básicas sobre sua organização interna, regras de funcionamento, etc.; e, o que é mais significativo, será o único órgão do Executivo a não sofrer nenhum tipo de controle externo. (FIGUEIREDO, 2005, p. 124-125).

As necessidades de criação de um organismo dessa natureza remontam ao governo de Juscelino Kubitschek, quando este afiançou a instituição de órgãos especializados na coleta e processamento

integrantes dos serviços de informação e espionagem, coordenados pelo SNI e DOPS estaduais, que tiveram uma participação direta na busca e punição do inimigo interno, com o respaldo das hierarquias superiores de comando.

49 BRASIL. Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964 que cria o Serviço Nacional de Informações.

de informações em âmbito nacional, a saber: o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI – 1958) e a Junta Coordenadora de Informações (JCI – 1959). Estes são absorvidos pelo SNI, juntamente com seu extenso fichário, com informações das principais lideranças políticas, sindicais e empresariais, na ocasião de sua criação.

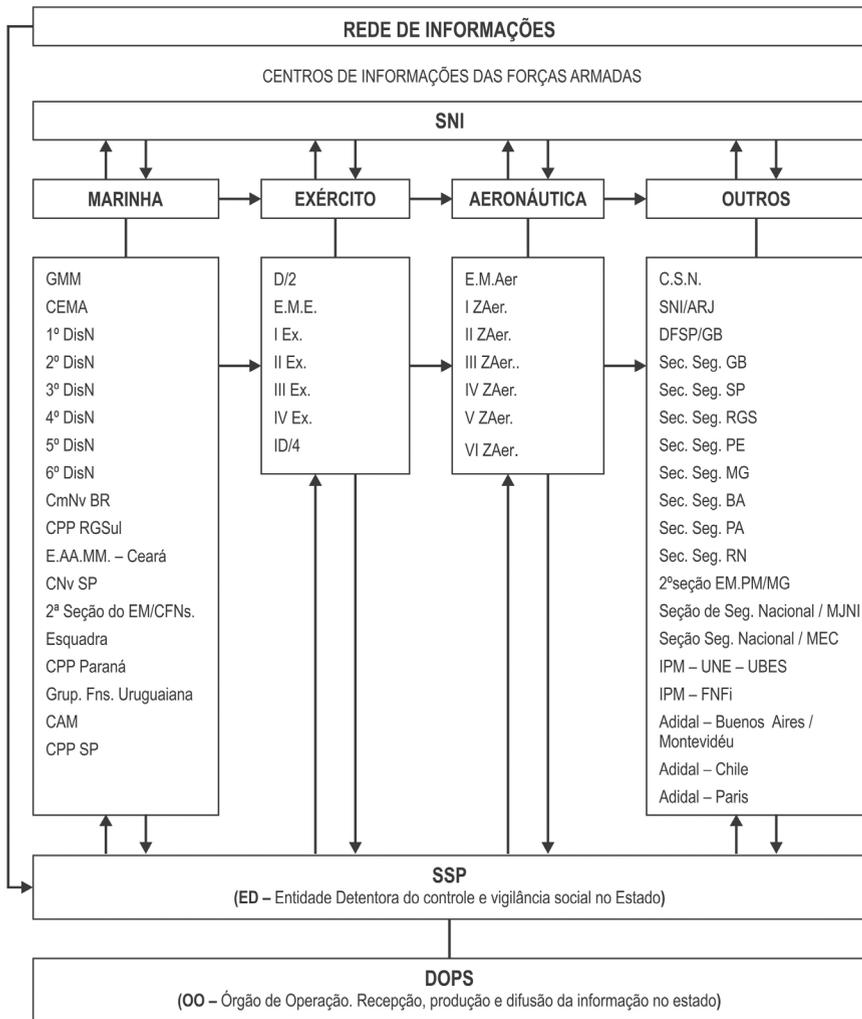
Operando em âmbito nacional, a existência do SNI está associada à questão do poder, que produz efeitos de ação, de plenitude, quando atinge os resultados para o qual foi criado. E isso é compreendido pelos integrantes da ESG, quando veem fundado o SNI, o maior organismo de informação até então implantado no país. Cria-se uma rede de informações que serve de sustentáculo do aparato militar que passa a governar o Brasil, tendo como importante apoio os serviços de informações de todas as esferas de poder articulados.

A função do SNI é o controle ideológico, e como tal tem sob sua tutela a sociedade como um todo. Na realidade, o SNI detém o conhecimento de informações capaz de subordinar, apagar ou destruir qualquer liderança oposta aos interesses estabelecidos pelo Estado. É responsável em primeira mão por repassar as informações estratégicas à presidência da República, dando-lhe todo o respaldo na tomada de decisão sobre qualquer assunto.

Nesse contexto é inquestionável a colaboração dos pensadores da ESG na montagem do SNI. O seu papel foi muito mais amplo e nefasto do que se tem conhecimento; suas contribuições no processo de paulatina militarização da sociedade são expostos em alguns fragmentos documentais, cujos trechos são significativos, e é possível identificar isso no conteúdo dos seus manuais e no efeito que isso provoca na sociedade.

Esses efeitos são observados em inúmeros episódios, que vão da delação, vigilância permanente, prisão, diversas práticas de torturas, até a eliminação de pessoas que insistiam em resistir. Nessa categoria, hoje têm sido levantados vários casos de desaparecidos políticos; a

Diagrama 1: Rede nacional de informações vista a partir do SNI, enquanto Órgão de Coordenação do Sistema.



Fundo: Adaptado a partir do Relatório do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) sobre as atividades subversivas no Brasil. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n°. 29.858. Nele estão figurados os órgãos de informações existentes no período de 1968-1970, que estariam aptos a formar, junto com o Centro de Informações do Exército (CIE), um grande escudo no combate à subversão.

Siglas e abreviaturas utilizadas

Marinha	
GMM	Gabinete Militar da Marinha
CEMA	Comando Estadual da Marinha
DisN	Distrito Naval
CmNv BR	Comando Naval do Brasil
CPP	Comando de Polícia Política
E.AA.MM.	Estado Maior da Marinha
CmNv SP	Comando Naval de São Paulo
CFNS	Companhia de Fuzileiros Navais
Grup. FNs.	Grupamento de Fuzileiros Navais
CMA	Comando Militar da Amazônia
Exército	
D/2	Divisão 2
E.M.E.	Estado Maior do Exército
Ex.	Exército
I/D/4	Divisão de Informação 4
Aeronáutica	
E.M.Aer.	Estado Maior da Aeronáutica
ZAer	Zona Aérea
Outros	
C.S.N.	Comando de Segurança Nacional
SNI	Serviço Nacional de Informações
DFSP	Departamento Federal de Segurança Pública
Sec. Seg.	Secretaria de Segurança
EM.PM./MG	Estado Maior da Polícia Militar de Minas Gerais
MJNI	Ministério da Justiça dos Negócios Interiores
MEC	Ministério da Educação
IPM	Inquérito Policial Militar
UNE	União Nacional dos Estudantes
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
FNF <i>i</i>	Fundação Nacional
Adidal	Adidos localizados no exterior

busca das vítimas do regime tem sido tarefa incansável das entidades de direitos humanos em diversos estados brasileiros. E segundo dados do Ministério da Justiça, somam 400 os casos de mortes e 166 os casos de desaparecidos políticos em todo o Brasil (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999, p. 27-29), demonstrando uma sistematização dos mecanismos de intervenção e repressão usados com a finalidade única de silenciar os comportamentos indesejáveis.

É interessante observar um trecho que consta do documento de criação do Centro de Operações e Defesa Interna (CODI) em Recife, pois mostra-nos a atuação da rede, seus componentes, as diretrizes e o que discutem. Cabe questionar os motivos que levaram à instalação dessa força-tarefa extraordinária, que só se justifica mediante a ocorrência de alto grau de atos subversivos na “área”, designação adotada pelos integrantes da rede para as regiões identificadas como foco de subversão e por isso destinada à intervenção da rede.

A primeira reunião do CODI ocorreu no dia 10 de setembro de 1971, com a presença do alto nível da Comunidade de Segurança Interna da área (ADI-4), com a finalidade

[...] de se estudar e propor sugestões ao Projeto intitulado Normas Gerais de Ação, que dispunha as diretrizes de funcionamento da referida Unidade. A reunião composta pelos Comandantes das Forças Singulares (Marinha e Aeronáutica), com os seus respectivos Chefes do Estado Maior – EM, Secretário de Segurança Pública do Estado ou representante, Chefe da Agência do SNI, Delegado Regional da Polícia Federal/PE, Chefe ou adjunto da 2ª Seção da 7ª Região Militar e 7ª Divisão de Informação, outras autoridades ou personalidades, quando especialmente convidadas, Chefe da 2ª Seção do 3º Distrito Naval (A2), e S/2 do Grupamento de Fuzileiros Navais do Recife (ou um deles) e o Chefe da 2ª Zona Aérea.⁵⁰

50 Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 5.395. NORMAS gerais de ação. Doc. citado, f. 1.

As **Normas Gerais de Ação** têm como objetivos, entre outros:

- Regular as reuniões de alto nível da Comunidade de Segurança Interna da ADI-4, tendo em vista o trato de assuntos específicos ou de interesse geral, relacionados com a área;
- Obter a integração e promover o intercâmbio de idéias entre todos os elementos responsáveis pela Segurança Interna na ADI/4 e dos seus escalões de Segurança Interna subordinados;
- Proporcionar as condições para efetiva coordenação e planeamento e da execução da Segurança Interna;
- Garantir a plena efetivação da valiosa e imprescindível colaboração dos diferentes órgãos civis e militares existentes na Área, tendo em vista as medidas de Segurança Interna a serem adotadas.⁵¹

No que se refere à realização das reuniões, as Normas estabelecem que elas ocorrerão:

[...] quando julgadas oportunas ou necessárias, a critério do Comandante da ADI, ou por solicitação de qualquer dos elementos componentes do CODI, mediante entendimento e consoante autorização do mesmo comando.

Deverão constar de duas partes de duas horas, em princípio.

1) Primeira parte: destinada à exposição sobre os seguintes assuntos:

- Informações e Contra-informações;
- Ação Psicológica e Ação Comunitária;
- Sistema de Segurança Interna: funcionamento e aperfeiçoamento, planos de Segurança Interna;
- Preparar proposta de decisão.

2) Segunda Parte: Destinada aos debates sobre a exposição realizada e problemas de interesse da área.

51 Normas gerais de ação. Informe citado, f. 2.

- 3) Constituirão o mais alto nível da Comunidade de Segurança Interna da Área:
 - 1) Comandante da 7ª Região Militar/ 7ª DI e seu Chefe do Estado Maior;
 - 2) O governador do Estado de Pernambuco e Alagoas assessorado pelos seus respectivos Secretários de Segurança Pública.
 - 3) Comandantes das Forças Singulares (Marinha e Aeronáutica sediadas na Área, com seus respectivos Chefes do Estado Maior como assessores. Esta reunião com essas autoridades ocorrerá em caráter excepcional, quando a eclosão da Guerra Revolucionária assim reclamar;

Quando houver a necessidade da Reunião de Cúpula;
Ou quando houver necessidade de emprego de meios vultosos.⁵²

As fontes inspiradoras da Rede de Informação

Em relação às fontes que inspiraram as atividades da comunidade de informação, nos deteremos sobre alguns documentos bastante elucidativos da colaboração obtida pela rede de informação no processo de especialização promovido pelos governos de orientação capitalista, incluindo as agências secretas como a CIA e a polícia inglesa, por exemplo. Embora o apoio recebido dos Estados Unidos no quesito capacitação da Rede de Informação tenha sido uma constante, ele não foi o único.

É importante realçar que as altas hierarquias de comando buscavam aprimorar suas táticas em fontes que apresentassem uma utilidade direcionada para as necessidades mais imediatas da rede, quando a conjuntura exigia, ou quando tomavam conhecimento de novas técnicas consideradas importantes para o aperfeiçoamento da comunidade de informação. Nesses casos, eram providenciadas cópias

⁵² Ibidem, f. 2.

dos materiais e, se estivessem em outro idioma, havia uma medida imediata para traduzi-los.

Continuando nossa análise documental, no acervo da Delegacia de Ordem Política e Social conseguimos localizar alguns fragmentos valiosos contendo informações esclarecedoras quanto aos manuais de onde foram extraídas as informações vitais ao funcionamento dos órgãos de informação, como a pequena brochura da década de 1940/50 cuja capa está reproduzida na Figura 15.

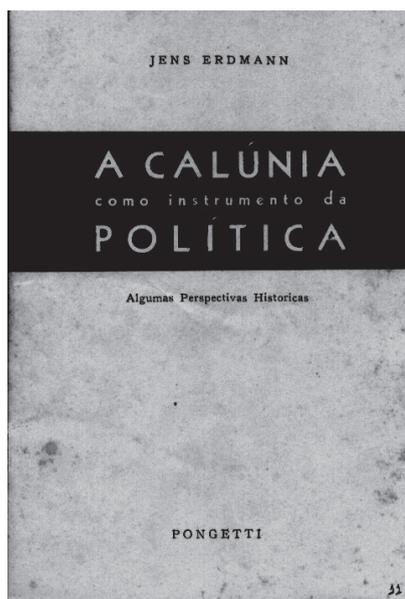


Figura 15: Capa de *A Calúnia como Instrumento da Política*, brochura apreendida com um prontuário que foi curiosamente reaproveitada pelos agentes, sendo repassada para os órgãos de Informação com uma recomendação de prestarem atenção ao conteúdo, com vários trechos marcados com lápis vermelho.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE: *A calúnia como Instrumento da Política*, 1942-1955.
In: Prontuário Funcional Inglaterra n°. 30.315.

Nesse livreto escrito pelo alemão Jens Erdmann, com o título de *A calúnia como instrumento da política*, dois elementos chamam a atenção: as páginas marcadas e sublinhadas a caneta, provavelmente pelo analista da informação, em trechos significativos que transcreveremos a seguir; e a recomendação que segue junto à brochura, com a solicitação de repasse aos integrantes dos Centros de Informação da polícia local/nacional, para tomarem conhecimento.

Referindo-se à Inglaterra como um país que teria utilizado recorrentemente a calúnia como instrumento de política, o texto enumera uma série de técnicas utilizadas:

[...] Em que a Inglaterra é acusada de ter ‘mania por calúnia’, onde segundo esse dom especial a classe dominante inglesa manobrou, na sua política externa, a calúnia contra o rival ou adversário, como instrumento consciente e magistralmente manejado por sua prepotência política que se caracteriza em:

- **Roubar o bom nome do adversário;**
- **Para alcançar a calúnia total do adversário**, a propaganda britânica **difama a sua cultura, a civilização e sua tradição histórica, as personalidades do passado e presente; as mulheres, a religião** enfim o conjunto do caráter do adversário;
- **Destrói todo o sentimento de humanidade** ou solidariedade para com o adversário **entregando-o ao desprezo e abominação gerais como um anticristo ou pagão, bárbaro ou Huno, como criminoso, satanás, ou mesmo comoção danado ou selvagem.** Assim liquida moral, diplomaticamente, civil e judicialmente o rival;
- **O adversário é sempre descrito como um monstro**, para facilmente lhe imputarem a culpa;
- **Caricaturar grotescamente o adversário** e apontá-los como um símbolo total da cultura do adversário, técnica utilizada com maestria pelas castas dominadoras inglesas;

- **Depreciar a mulher do adversário**, criando a imagem de um ser repugnante, sem formação e servil;
- **Agressão desavergonhada à fama das mulheres do adversário**;
- Outro traço do comportamento britânico é que cria suas convicções sobre o adversário segundo as decisões de seu chefe político;
- Atuaram no passado com esse expediente em épocas e situações diferentes contra nações como a Espanha, França, Holanda e Alemanha e continuarão através desse **método da calúnia a desmobilizar o adversário** e concluiu o trecho dizendo as obras que analisam exaustivamente o papel da calúnia britânica. São elas:
- **STUART** – *The Secrets of Crewe House*. Hodder and Stoughton, London, New York Toronto. **SIR PHILIP GIBBS** – *Now it can be told*. Garden City Publishing Company.
- **LASSWELL** – *Propaganda Technique in the World War*. Knopf, New York.⁵³

Chama a atenção no documento o procedimento da calúnia como meio de desestabilizar o inimigo ‘roubando-lhe o bom nome’, pois, coincidentemente, essa prática foi comumente utilizada nos interrogatórios, quando havia a necessidade de acuar, intimidar e desmoralizar as pessoas a eles submetidas. Segundo relatos de fontes orais, essa técnica foi bastante difundida nas salas de interrogatório, cuja função “era transformar-nos em seres desprezíveis, culpados, desprovidos de qualquer referencial, nos expondo a toda a sorte de humilhações, insultos espúrios e degradantes.”⁵⁴

53 Fundo: SSP/DOPS/APEJE: A CALÚNIA como Instrumento da Política, 1942-1955.

In: Prontuário Funcional Inglaterra n°. 30.315.

54 LOUREIRO, Maria Yvone. Relatos de uma militância política feminina. In: *Repensando a ditadura e os 25 anos da anistia política*, seminário realizado no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Recife, 2004. Depoimento gravado em 3 set. 2004. Maria Yvone era militante do PCBR.

Outra semelhança se inscreve no uso da descrição do adversário como um monstro, um anticristo ou pagão, bárbaro, criminoso, entregando-o ao desprezo e abominação gerais, procedimento que foi também bastante utilizado para disseminar o medo na população contra os comunistas. Cabe observar que, muito embora o alvo e as circunstâncias pudessem ser completamente diferentes, o uso da calúnia como recurso de difamação do adversário, com o objetivo de neutralizar a sua ação, foi prática comum às polícias.

Finalmente, a solicitação de repasse aos outros centros para conhecimento indica que, na lógica da ‘comunidade de informação’, eles se apropriam de informações variadas, como saberes que são analisados, experimentados, ressignificados e repassados aos integrantes da rede para que deles tomem proveito.

Dessa maneira, as práticas de investigação, censura e repressão vão se constituindo e cumprindo a função para a qual foram criadas – aniquilar o inimigo. Os usos dessas estratégias passam a ser observados e aplicados junto aos adversários no Brasil, considerados pela polícia como “o comunista”, “o terrorista”, “o agitador”, etc.

É importante destacar que as fontes de aprimoramento das técnicas de vigilância e esquadrinha da pessoa considerada subversiva são múltiplas e diversificadas. Para exemplificar como eles se apropriam da fonte e a ressignificam, usaremos a imagem de uma mensagem cifrada (Figura 16) apreendida pela polícia no ‘estouro’ de um aparelho do MR-8 – na linguagem policial, “estouro de aparelho” significa a invasão de uma residência que serve de esconderijo a algum grupo subversivo ou célula comunista.

O uso de mensagens cifradas é uma alternativa a que recorrem os componentes de uma mesma organização para a troca de informações, estratégias, para marcar encontros, etc. Ao serem apreendidas pela polícia, esta passa a se preocupar em decifrar o alfabeto codificado e repassar para os órgãos da rede. Apropriando-se desse procedimento, ela também cria seus próprios códigos, aplicados em alguns documentos

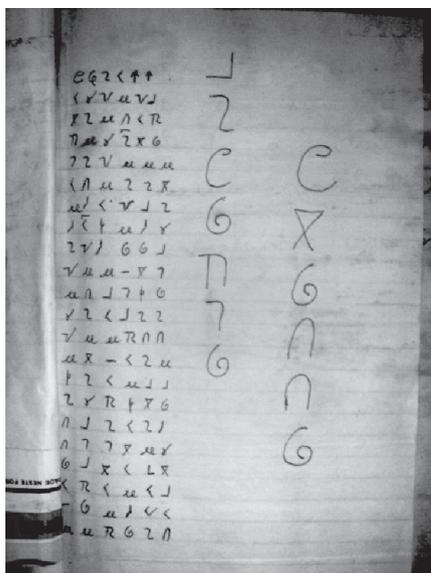


Figura 16: Código cifrado utilizado por uma organização de esquerda apreendido pela polícia. O informe que acompanha o documento recomenda o seu repasse e possível aproveitamento pelos órgãos de segurança.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n°. 4.558. Documentos administrativos.

que acompanham a pessoa detida, no encaminhamento para outra autoridade de comando, referendando o destino daquele “preso”, sobretudo quando é o interrogatório, a retenção em alguma prisão ou até mesmo a eliminação/extermínio.⁵⁵

Num documento de junho de 1969 e em outros da década de 1970, impressos na forma de boletim mensal da Delegacia de Ordem Política e Social – Departamento de Investigações - PE e repassados para todas as unidades, tem-se valiosas informações sobre as técnicas

⁵⁵ Cf. Relatos de uma militância política. In: *Repensando a ditadura e os 25 anos da anistia política*, seminário realizado no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Recife, 2004. Depoimento de um ex-militante do PDT, gravado em 3 set. 2004.

de investigação e interrogatório utilizadas. Seleccionamos alguns trechos dos boletins para demonstrar em que elementos os órgãos de informação se inspiraram e como se dava essa transmissão/recepção junto à sociedade.

O documento trata da tradução de um livro americano intitulado *Criminal Investigation and Interrogation*, de Geuber e Shroeder, realizada pelo colaborador José Maria Paraíso, promotor público em Pernambuco, contendo uma ressalva interessante e importante para aplicar nas ações daquela delegacia especializada.

Título do Documento – “Psicologia do Interrogatório”

José Maria Paraíso, promotor público, atualmente à disposição desta secretaria, traduziu do original – *Criminal Investigation and Interrogation*, para uso dos nossos policiais. São ensinamentos valiosos, compreendidos na moderna técnica de investigação criminal. No seu capítulo 15, aborda “Psicologia do Interrogatório”, cujos primeiros parágrafos publicamos mais adiante. É nosso pensamento divulgar, a partir deste número, todo o capítulo, pois o interrogatório é relevante dentro do objetivo policial de repressão ao crime, e assim fazemos ensejando, ainda, lembrar a necessidade da modernização dos nossos métodos, principalmente agora, quando na maioria, os crimes são premeditados de maneira inteligente e astuciosa, e apresentam características capazes de confundir o mais eficiente organismo policial.

Evolui a inteligência aplicada à prática da originalidade, necessário faz, também, que evolua em todos os planos de medida coercitiva àquela prática, mesmo porque, não podemos permanecer inativos ante a perspectiva de que o aumento do número de crimes sem solução se constitua em estímulo para aqueles que pretendem semear a intranquilidade e a insegurança nos lares, ou manchar o conceito de país democrático e civilizado que gozamos.⁵⁶

56 Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 1.729 – Documentos administrativos.

O documento se estende por oito páginas, dividido em subitens que tratam do “objetivo do interrogador”, como se deve “pescar informações”, a “busca do motivo”, “a preparação do terreno para nova entrevista”, “a criação da disposição de falar”, “a identificação das forças que atuam contra o falar”, “o silêncio como alavanca”, “o sentimento de culpa”, etc. Mas o que mais se destaca são as concepções a respeito das **práticas de interrogatório**, vistas como de suma importância entre as funções de coleta de informações. Observa-se que os agentes usam do conhecimento na área de psicologia para abordar a pessoa investigada e retirar-lhe as preciosas informações de que os órgãos necessitam. Assim, observe-se o que apresenta o documento:

Existem semelhanças entre o trabalho do psico-terapeuta (sic) e do investigador policial em termos das forças subjacentes com as quais cada um deles tem de lidar, muito embora os problemas com que cada um deles se depara, sejam substancialmente diferentes. [...] O problema do psicólogo consiste em vencer essas forças que impedem a pessoa entrevistada de falar livremente.

Objetivo do Interrogador

Como passo inicial, encare o interrogatório do ponto de vista do que pretende conseguir. Em muitos casos, o interrogador tem em mira obter informações diretas sobre o crime ou sobre os criminosos: Obter certos tipos de fatos que o habilitem a construir um caso, demonstrando que uma certa pessoa praticou algo, ou que alguma outra pessoa praticou algo, ou que alguma outra o fez. Muitas vezes, perguntas feitas sobre assunto que não é diretamente pertinente ao crime em si, poderão vir a ser cabíveis. Você poderá estar interessado em formar uma longa cadeia de fatos sobre acontecimentos que precederam ao crime ou acontecimentos que se lhe seguiram. [...] Deste modo, é comumente necessário proceder-se a certas investigações preliminares, a fim de realizar um interrogatório proveitoso

e, tal trabalho, freqüentemente obriga a que se procurem pessoas não diretamente ligadas ao crime em si.⁵⁷

Evidenciam-se, no documento em tela, os procedimentos policiais de busca da informação para esclarecimento do crime. E esse mecanismo policial envolve certo grau de imprevisibilidade no que se pretende coletar, além da mentalidade com que o investigador se debruça para perscrutar o crime. Chamam a atenção as técnicas de puxar a informação ou informações significativas a respeito de algo que o organismo policial tem curiosidade em saber para complementar sua investigação, quando quer elucidar alguma trama subversiva, o esconderijo de um grupo ou de alguém procurado, algum fato que denuncie uma operação ou ato subversivo, por exemplo. Assim, vejamos o que apresenta esse trecho do documento:

Pescando informações

Muitas e muitas vezes interrogamos pessoas, não porque saibamos o que queremos, porém a fim de auto-estimularmos e obter idéias. Se deseja criar um ambiente favorável à obtenção de informações ou como buscar fatos, ou que espécie de fatos buscar, tem que ser receptivo a idéias novas. As pistas novas surgem como resultado de se ouvir a várias diferentes pessoas com diferentes tipos de idéias. Muitas vezes, se entrevistarmos, estamos catando para ver o que é possível encontrar. [...] Há outras considerações que não é levada em conta como objetivo da entrevista. Às vezes queremos realizar uma entrevista, não para descobrir algo que não sabemos ainda, mas, sim para preparar o terreno ou estabelecer bases para o futuro entrevistamento [sic]. Pode um indivíduo ser trazido em nossa presença. Por alto, já sabemos que provavelmente nos dirá na primeira entrevista. Porém este interrogatório inicial pode ser encarado como

57 Orientação repassada aos órgãos de segurança através do *Boletim Carta Mensal*. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 1.729 – Documentos administrativos, Doc. 1.

uma finalidade de estabelecer alguma espécie de relação com esse indivíduo, de modo que, em data posterior, outra espécie de interrogatório possa ser realizado com o indivíduo.⁵⁸

A riqueza do documento mostra em detalhes um universo sigiloso restrito exclusivamente aos que fazem parte da rede de órgãos de informação e segurança. Saber dessas minúcias permite ao historiador adentrar nos labirintos que envolvem a pesquisa e o objeto investigado, e abstrair, a partir do diálogo com as fontes documentais, o aprofundamento necessário à elucidação da trama histórica.

Nas passagens que transcrevemos é possível perceber que a realidade não está dada; o policial, o agente, os investigadores convivem com uma infinidade de dados, informes, informações cotejados de diversas áreas, pessoas, etc. Transformar isso tudo em saber corresponde a um outro nível de operação, diz respeito a uma outra hierarquia de procedimentos que se vão constituindo ao sabor das necessidades, demandas, exigências e desafios da própria investigação.

As possibilidades de erros ou acertos são iguais. As permanências que se percebem são fruto da sistematização de um conhecimento específico sobre a “subversão”, possibilitada a partir de um elenco de normas, técnicas, operações, conhecimentos que vêm sendo produzidos conjuntamente (entre os segmentos da ‘direita’ e da ‘esquerda’), graças a uma maneira muito peculiar de enxergar os fatos e a história nesse momento, sob a ótica de uma **mentalidade da informação**, elaborada, construída e maturada para atender à normatização de um corpo de ações e ideias que sustentam e respaldam o poder instituído. Poder esse que se exerce nos acontecimentos, na leitura que é feita deles e, sobretudo, nas pessoas, formando uma intrincada, dinâmica e intrigante rede em permanente movimento.

58 Orientação repassada aos órgãos de segurança através do *Boletim Carta Mensal*. Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 1.729 – Documentos administrativos, 1969-1985, Doc. 2.

Adentrar nos labirintos daqueles que estavam a serviço da “ordem” permitiu-nos conhecer essa realidade, entender sua lógica e perceber que mesmo no interior dos órgãos de controle, com toda a carga de monitoramento que existia, havia espaço para o imprevisível. E é a partir desse pensamento que passamos a entender o imbricamento dessas forças agindo no social e observar a colaboração, ou não, de órgãos e pessoas com o sistema, à revelia das arbitrariedades.

Observar, por exemplo, a colaboração do promotor público que faz a tradução da fonte, demonstrando o apoio específico de que se precisa para atender às demandas imediatas que se impõem, mas que ao mesmo tempo ajuda a atingir o objetivo maior do regime, que é a Segurança Nacional.

Da mesma forma outras colaborações vão se estabelecendo em vários segmentos da sociedade civil; não só no Ministério Público, órgão defensor do cidadão e da democracia, mas vindas de todas as partes, de maneira que esse apoio, essa cumplicidade da própria sociedade tornará possível a perpetuação do regime por mais de vinte anos. Do mesmo modo, essa lógica serve para os que se colocam do outro lado.

A guerra silenciosa dos opostos é a mesma que inspira os embates violentos, é a mesma que estimula o movimento de “subversão” e “contra-subversão”, é a própria razão de ser do regime. Nesse universo, vale tudo. Todos os recursos para o bom adestramento do “indivíduo” dentro da rede e dos que estão fora dela são usados no sentido de alcançar o objetivo maior, a ordem e o controle social, condição fundamental para o desenvolvimento do país. Nesse sentido é que se entendem os mecanismos de busca da informação, de aprimoramento dos órgãos para o melhor desempenho do controle social.

Assim, a capacitação dos profissionais de segurança é necessária, estimulada e, na medida do possível, sobretudo para alguns setores da rede, patrocinada pelos superiores como prêmio pelo desempenho no serviço. Nesse sentido, o reconhecimento da importância do livro, a

necessidade de atualização e modernização dos serviços de investigação e a recomendação da leitura, extensiva a todos os integrantes do organismo policial, se traduzem em outras curiosidades percebidas no documento, o que explica o interesse nos diversos meios de que a rede dispõe para se capacitar.

De forma geral o recurso autodidata de aprendizado passa a ser o meio mais fácil de atualização da rede, que dissemina os conteúdos considerados úteis com o objetivo de atualização das práticas, repasse de conhecimentos, etc., colaborando assim com a capacitação e reciclagem dos policiais, necessidades estas a que estão atentos e de cuja importância têm consciência, por se depararem constantemente com novas modalidades de crimes.

É importante identificar as necessidades e fragilidades da polícia para estabelecer uma análise de como são feitas as propostas de aperfeiçoamento e de mudança e, sobretudo, as bases dessas mudanças, para que direção apontam e o que pretendem atender, sem perder de vista que o formal da lei não é a prática da execução do organismo policial ante a complexidade dos crimes, que cada vez mais ‘se apresentam de forma astuciosa’, demonstrando por sua vez que as práticas múltiplas de resistência também são um estímulo às práticas múltiplas de controle.

Para melhor entender as práticas de controle apresentamos algumas formas de aprendizado usadas pelo corpus policial, oriundas dos manuais formais, ora provenientes dos EUA, ora da Escola Superior de Guerra, ou de outras fontes diversas que servem para atualizar os procedimentos dos órgãos policiais.

A demanda de cursos, treinamentos intensivos só se dá mediante uma necessidade premente dos órgãos e de acordo com a disponibilidade de tempo dos efetivos envolvidos em operações de controle. O que é importante frisar é que a oportunidade de capacitação é diferenciada, seletiva, e disponível de forma planejada/controlada pelas hierarquias de

comando. Dessa forma, tem-se a certeza de capacitar grupos de agentes para cumprir determinada demanda, em tipos de ações específicas – por exemplo, interrogatório, análise da informação, investigação, etc. Ganha-se tempo na capacitação do efetivo policial, sempre recorrendo a uma metodologia de criar agentes multiplicadores e repassadores do ensinamento. Há falhas, mas elas são corrigidas na medida em que são identificadas, utilizando para isso outros agentes mais experientes para a função.

Observamos os métodos, as fontes, os procedimentos de produção, transmissão e recepção de conhecimento e informação; entramos em contato com o universo mental dos organismos de segurança. E esse exercício permitiu-nos ver quão complexa foi a construção do estado de exceção no Brasil.

Saber que todo esse aparato dos órgãos de segurança, respaldado em práticas de controle e vigilância da sociedade, teve a participação direta dos Estados Unidos dá uma outra dimensão à constituição do regime de exceção. As implicações dessa colaboração foram muito além da simples injeção de dólares na economia, extrapolando inclusive as regras internacionais de respeito à soberania de uma nação, na medida em que passou a interferir na governabilidade instituída e no direito do povo.

Nesse contexto, não foram infundados os inúmeros protestos contra o imperialismo ianque nas manifestações estudantis ou sindicais do período. Essas críticas não circulavam só no Brasil, mas também nos Estados Unidos. Acordos como o da USAID, programa para assessorar e ajudar as forças de segurança dos países favorecidos,

forneceram aos críticos munições para afirmarem que os dólares dos contribuintes norte-americanos estavam sendo usados para treinar e equipar possíveis torturadores. Houve acusações de que assessores de polícias americanos participaram de interrogatórios e até de prática de torturas de prisioneiros. Em outubro de 1971, o senador Fred Harris

pediu o corte de ajuda ao Brasil citando a prática continuada da repressão por parte do governo. (SKIDMORE, 1991, p. 83).

“A repressão, que aos olhos dos Estados Unidos deveria conter, sobretudo, a guerrilha, terminou por desencadear uma onda de arbitrariedades da qual nem as próprias elites escapariam.” (BERG, 2002, p. 70).

Vinte anos de regime civil-militar

O golpe civil-militar de 1964 inaugura no Brasil um período de arbitrariedades, de exceções, consolidado num tipo de Estado burocrático autoritário de caráter liberal-internacionalista, que passa administrar o país através de medidas provisórias chamadas de ato. O Ato Institucional nº 1 concede ao Executivo o direito de cassar mandatos e suprimir direitos políticos por dez anos daqueles que sejam considerados contrários à ordem estabelecida, além dos corruptos. Prevê ainda o estado de sítio e as eleições presidenciais diretas para outubro de 1965, uma vez que é intenção da Junta Militar que assume o comando do país frear os avanços das esquerdas, impor e garantir os princípios de uma nova ordem político-social, no entanto, não parece, à primeira vista, que pretendiam permanecer no poder por mais de vinte anos, tendência que vai se constituindo ao longo dos anos, se fortalecendo com a prorrogação do mandato de Castelo Branco, que pouco a pouco vai consolidando a perpetuação do poder militar e o fortalecimento da “linha dura” do governo.

O AI-2, promulgado em 27 de outubro de 1965, extingue os partidos políticos no país. Cria-se em decorrência desse processo, pelas forças de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 26 de novembro de 1965, ficando o situacionismo congregado na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que obtém maioria nas eleições para a Câmara e para o Senado Federal em 1966.

Em 05 de dezembro de 1966, é editado o AI-3, estabelecendo eleições diretas para o governo dos estados, e é encaminhando ao Congresso um Projeto de Constituição que prevê eleições indiretas para presidente e governadores, a instituição de um Tribunal Militar para julgamento dos civis e a possibilidade de ampliação do estado de sítio ante as ameaças atentatórias à ordem política, além do direito de exploração dos minérios por empresas estrangeiras, concessão dada em contrapartida ao apoio – através do acordo USAID, da Aliança para o Progresso, da modernização dos equipamentos tecnológicos da polícia e Forças Armadas, fornecimento de armas e material bélico, etc. – dos EUA e da Inglaterra ao golpe.

Artur da Costa e Silva é eleito em 03 de outubro de 1966. Pretende distensionar o regime de forma gradual, no entanto – em meio à onda de protestos violentos dos segmentos estudantis, sindicais e religiosos em capitais como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Brasília que marcam, de um lado, uma forte oposição ao governo e, do outro a extrema pressão por parte dos adeptos da “linha dura” na esfera militar – opta pelo seu recrudescimento.

A reação contra a ditadura militar é instantânea, verificando-se daí em diante uma ação parlamentar frente à promulgação da Nova Constituição em 24 de janeiro de 1967, que vai levar à criação de uma Frente Ampla – organização multipartidária que toma a iniciativa de fazer oposição sistemática ao governo (REIS, 2000).

A crise que se instala aumenta os protestos em todo o país, sobretudo os liderados pelo movimento estudantil, que vão explodir num cenário de contestação geral tendo por alvo o autoritarismo e as práticas de violência e repressão contra a sociedade civil. Assassínatos de lideranças estudantis e sindicais, invasão das universidades, violência, quebra-quebra, enfim, o clima tenso fomentado pelas greves, passeatas, tumultos, atentados terroristas de esquerda e de direita levam ao confronto das forças políticas e militares contra os insurgentes.

O resultado vem em forma de reação: o governo edita em 13 de dezembro de 1968 o AI-5 e o Ato Complementar nº 28, decretando o recesso do Congresso e ampliando os poderes do governo sobre a nação. O AI-5 é recebido como o golpe dentro do golpe, devido à truculência de suas determinações. O que se vê é a mais radical de todas as ações militares, agindo no sentido de neutralizar todas as forças e resistências contrárias ao regime, mesmo que para isso fosse necessário prender, cassar mandatos, torturar e matar.

Paralelamente às manobras excessivas dos órgãos de informação e segurança para acabar de vez com a oposição, tem-se a injeção maciça de capitais estrangeiros patrocinando a realização de grandes obras, como a hidrelétrica de Itaipu, através da implantação do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), mais uma vez com o apoio direto dos EUA, ensejando a retomada do crescimento econômico. O programa prevê a expansão da indústria – que gera mais trabalho, aumentando o consumo e o crescimento industrial –, a eliminação das barreiras para a importação tecnológica, as facilidades de crédito e os investimentos na área da construção civil através do Banco Nacional de Habitação (BNH) com os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o que eleva a credibilidade do governo e angaria a aprovação da população, reduzindo os ânimos exaltados. O governo inicia, assim, uma nova fase, chamada de “O milagre econômico”. Coincidentemente, a sociedade envolvida com a onda de crescimento prorroga os anos de chumbo, sendo conivente com as práticas repressivas, fechando os olhos às arbitrariedades sob o *slogan* de “Este é um Brasil que vai pra frente...”

O legado do general Costa e Silva é pautado no controle extremado da sociedade civil, aniquilando as oposições e promovendo a retomada do desenvolvimento econômico. Em agosto de 1969 o general é substituído, por motivo de saúde, por uma Junta militar, a qual outorga à nação uma nova Carta Constitucional, prevendo eleições diretas para governadores estaduais em 1974. Assume Emílio Garrastazu

Médici, em substituição a Pedro Aleixo vice de Costa e Silva, que foi considerado impedido para assumir a presidência, uma vez que havia se declarado contra o AI-5. Os anos 1970 inauguram a fase áurea do regime, com os índices crescentes de desenvolvimento. A vitória do Brasil na Copa do Mundo inspira o ideário de grandeza, reforçando o milagre nacional e consequentemente reduzindo as tensões sociais. Nos bastidores do poder, no entanto, é colocado em prática pela rede de informação instalada no país um plano sigiloso de extermínio das lideranças de esquerda, sejam estudantis, sindicais, religiosas, etc. No intuito de silenciar os insistentes focos de resistência, a campanha *Brasil, ame-o ou deixe-o* embla a ideologia da ‘limpeza’, que, associada aos *slogans* “Ninguém segura esse país” e “Pra frente Brasil”, estimulam o povo a embarcar no cordão verde-amarelo-azul-anil e, em decorrência, validar as ações do governo.

O fim do governo Médici, em 15 de março de 1974, dá-se no contexto da crise internacional do petróleo e assinala o colapso da era do milagre. Ante a crise, o Movimento Democrático Brasileiro expõe os desníveis sociais agravados pela distribuição desigual de renda. A especulação financeira desenfreada, associada à crise do mercado interno, mostra os pontos negativos de uma política econômica mal conduzida e que dá terríveis sinais de colapso.

O governo Ernesto Geisel marca o início do fim da linha dura. A palavra de ordem no plano político será a distensão através de uma abertura “lenta e gradual”, capaz de promover a retomada da democracia sem os prejuízos de uma transição violenta, sem perder de vista as rédeas do processo. No entanto, em meio às alterações políticas, opta-se pelo uso de medidas democráticas com atos arbitrários e a sociedade civil desperta e volta a se agitar, anunciando o fim do regime militar. Apesar das manobras políticas como a Lei Falcão, que prevê eleições indiretas para os governos estaduais e a presidência, o MDB continua crescendo e nas eleições parlamentares de 1978 obtém vitória expressiva. As críticas de setores fundamentais da economia

vêm engrossar as fileiras de oposição, sobretudo por condenarem a política econômica, na qual detectam rumos nocivos no futuro próximo. A burguesia temerosa condena o autoritarismo e, apostando na redemocratização, assegura seu espaço no reordenamento institucional do país. Observa-se a retomada dos movimentos sociais de contestação, vindos dos estudantes, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sindicatos, setores influentes da intelectualidade e da cultura. A greve do ABC Paulista faz emergir novas lideranças, como Luis Inácio da Silva – o Lula. Como herança dessa fase, tem-se o fim da tortura política e a extinção do AI-5, em 1º de janeiro de 1979.

Assume o poder o general João Batista de Figueiredo, em 15 de março de 1979. Sob o signo da abertura, vê-se o fim da Lei de Segurança Nacional, que permitirá a liberação de presos políticos, processo complementado em agosto de 1979, com a lei de anistia, o indulto de Natal e, no fim do mesmo ano, a liberação de mais presos políticos. A anistia permite o retorno ao país de velhos líderes políticos como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Carlos Prestes e Gregório Bezerra; assim como de ex-militantes mais novos, como o guerrilheiro Fernando Gabeira.

A década de 1980 se iniciará com a formação de novos partidos políticos – PDS, PMDB, PTB, PDT e PT. No fim do ano de 1980, o Congresso Nacional aprova uma Emenda Constitucional que determina eleições diretas para os governos estaduais, sendo eleitos em sua maioria representantes do PDS, cabendo entretanto ao PMDB a vitória nos principais estados (PESAVENTO, 1994).

Em 1983, sob a liderança do deputado federal Ulysses Guimarães, do PMDB, inicia-se o movimento pelas diretas, visando à sucessão presidencial de João Figueiredo, que angaria o apoio de todas as forças de oposição ao regime, em meio a comícios e passeatas que agitam o país. Com a derrota da emenda que propôs as eleições diretas, de autoria do deputado federal Dante de Oliveira, em janeiro de 1985 assiste-se no Congresso Nacional à vitória de Tancredo Neves, candidato da

oposição juntamente com o seu vice, José Sarney, indicado do PDS, numa composição negociada da chapa. (PESAVENTO, 1994).

O destino da ESG

O que aconteceu com a ESG, após anos de influência decisiva na montagem do projeto político de maior envergadura já vivenciado no país – o chamado Estado burocrático autoritário?

A doutrina ou ideologia de segurança nacional e desenvolvimento teve de se adaptar, ao longo do tempo, aos ditames dos mandantes do momento. Aliás, observou-se uma gradual decadência da ESG, no pós-1964. Em se tratando de fenômeno tão recente, é natural que existam dificuldades analíticas e lacunas de informação. (FICO, 2001, p. 41).

A análise dos fatos históricos nos permite fazer algumas conjecturas a respeito da Escola Superior de Guerra. Podemos dizer que ela teve o seu momento, foi útil e imprescindível, sobretudo ao longo do processo preparatório anterior ao golpe, quando ficou a seu encargo a criação de um ambiente favorável à necessidade de uma intervenção radical, preparando os ânimos da sociedade e da elite oligárquico-burguesa para aceitar as reformas do programa internacionalista-liberal. Uma vez atingido esse objetivo, conseguindo se instalar no poder e viabilizar a montagem e operacionalização da **Rede de Informações** através da criação do SNI, os idealizadores da ESG foram inseridos em outras funções, ou paulatinamente sendo colocados de escanteio, sobretudo com a ascensão de Costa e Silva, precisamente em 02 de maio de 1967, e a criação do superserviço secreto de informações – o Centro de Informações do Exército (CIE), ligado diretamente ao Gabinete do Estado Maior do Exército. A partir de então, o filhote direto da ESG, o SNI, não estava mais só. (FIGUEIREDO, 2005, p. 152).

Observa-se nesse momento a existência de uma nova correlação de forças que não passava mais pela influência de Golbery do Couto e

Silva; talvez por isso toda a importância que um dia a ESG teve foi pouco a pouco se esmaecendo no complexo jogo de disputas internas entre os idealizadores dos organismos acessórios do governo de exceção. Por outro lado, a manutenção do serviço tornou-se onerosa ao estado militar, o que será, aliás, um dos principais fatores de declínio da rede e da consequente reabertura do regime. O CIE passou a ocupar uma posição extremamente privilegiada e perigosamente fortalecida no governo de Costa e Silva, preconizando um novo modelo mais agressivo de ação que, segundo Figueiredo (2005, p. 152), “rompia com a lógica hierárquica das forças armadas, baseadas em patentes, e instituiu uma classe diferenciada de militares: a dos homens de informações. Tendo à frente o coronel Adyr Fiúza de Castro, um dos mais singulares entre os radicais do exército”.

Recursos não faltavam a Fiúza. Para montar o CIE, ele ganhou um andar inteiro (oitavo) na sede carioca do Ministério do Exército, na Avenida Presidente Vargas, no centro da cidade. A primeira equipe do CIE, com aproximadamente oitenta militares, foi formada com o pessoal da D2 e da 2ª seção do Estado-Maior do Exército – ente eles, seis oficiais ultra-especializados em abertura de fechaduras. Havia também analistas de informações, fotógrafos, especialistas em microfilmagem, arquivistas, operadores de escutas telefônicas, pessoal de combate de rua e uma turma de assalto e destruição. Quando era preciso contratavam informantes. Somente no Rio o CIE podia sangrar⁵⁹ cinquenta telefones ao mesmo tempo. Quando isso não bastava, recorria aos gravadores do SNI, o que acontecia com frequência. O SNI também municiaava o CIE com informações já “consolidadas”, como se diz no jargão do serviço secreto. (FIGUEIREDO, 2005, p. 155).

59 “Sangrar linhas – Fazer uma tomada em um circuito telefônico para fins de escuta.” SFICI. Glossário de informações (In: FIGUEIREDO, 2005, p. 85).

A estrutura de funcionamento do CIE demonstra quão ambicioso foi o projeto de Costa e Silva. A cobertura dada ao órgão era tão ampla que ele condensava as prerrogativas de um organismo de monitoramento e de gestão com as de operação e de execução, atuando em algumas circunstâncias de forma independente, e em outras, auxiliando os demais centros de informações da rede. “Criado por Costa e Silva o CIE ganhou fôlego com Médici a partir de 1970, transformando-se numa máquina de tortura e morte.” (FIGUEIREDO, 2005, p. 199). Não havia limites para a sua atuação; em outras palavras, o CIE era a síntese, a personificação do poder soberano autoritário, na mais cruel de suas versões. Daí a ideia de correspondência com o paulatino escanteamento do SNI, que passou a ter uma posição de órgão auxiliar a partir desse período.

Nos últimos anos do regime, o que se vê é alguma resistência interna quanto à desagregação da **rede de informações**, que passava pelo aparato policial-militar da chamada ‘comunidade da informação’, juntamente com todos os seus órgãos e serviços que executavam. Observa-se um lento desmonte do aparato informacional, o fator econômico é um dos principais fatores que levam ao paulatino declínio, com a absorção de seus efetivos em outras funções estratégicas. Mais tarde, o Serviço Nacional de Informações passou a ser a Agência Brasileira de Informações (Abin), um fato inclusive que precisa ser analisado, sobretudo para entender como se deu a transição das funções de vigilância e controle social pertencentes à ditadura para um regime democrático.

É importante destacar que as práticas de vigilância mesmo num regime democrático permanecem. Estranhamente são identificadas como atividades prioritárias ao bom funcionamento do aparelho estatal. A finalidade precípua de monitorar, vigiar e controlar a sociedade parece ter feito escola nesses 21 anos de ditadura, deixando um legado sombrio às futuras gerações: os resquícios de práticas autoritárias e o espectro de toda uma máquina de violação e horrores, da qual o Estado não consegue se libertar. (ANTUNES, 2002).

CAPÍTULO 2

O DOPS-PE e os aparelhos de vigilância: estrutura e atuação da rede de informações

O presente capítulo tem por objetivo identificar e descrever o funcionamento dos mecanismos de vigilância e controle por intermédio do aparato informacional montado no Brasil a partir da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (ALVES, 1984, p. 31), entendido na perspectiva proposta por Michel Foucault como um tipo disciplinar de verdade construída ao sabor das práticas de investigação, censura e repressão, servindo de sustentáculo às formas de manutenção do poder. Busca analisar, enfim, “os mecanismos de poder e a maneira como eles se engrenaram” (FOUCAULT, 2003, p. 227), procurando distinguir, no modelo policial pós-1964, para que direção ou alvo está direcionado a prática autoritária, e saber “a que coação está submetida” (FOUCAULT, 2003, p. 227).

Um dos focos de nosso estudo é o aparecimento do termo informação. Identificando os mecanismos de poder que lhe atribuem significado, procuraremos acompanhar como essa expressão irá

lentamente adquirindo sentidos reveladores do período histórico estudado. Trataremos a informação como um enunciado que vai sendo gerado, reforçado, repetido por diversas instituições, órgãos oficiais e não oficiais, que se ramifica no tecido social, adquirindo materialidade e constituindo-se no poder-saber policial, transformando-se dessa forma num importante elemento de sustentação do aparato repressivo durante a ditadura militar de 1964-1985 no Brasil – e como tal se estabelecendo no conjunto de práticas e discursos produzidos para combater a desordem, razão para a existência das ações dos órgãos de informações e segurança amparada na coleta e disseminação de provas que operam por meio de um roteiro burocrático, levando ao esquadramento da pessoa sob suspeição.

Essa perspectiva de estudo da informação enquanto recurso administrativo-burocrático para o enquadramento daqueles que ameaçam o instituído é perfeitamente aplicável ao entendimento de uma rede de informações específicas em atuação, apresentando-se em estado de prontidão e permanente atividade para produzir o efeito de constante vigilância. Nessa direção, analisar a formação do saber polialesco compreende percorrer os trâmites informacionais e subentende identificar e esclarecer uma série de procedimentos burocráticos de coleta, produção, uso e repasse de **informações** sobre pessoas e entidades com o objetivo de coagir, intimidar e coibir as ações/ atividades consideradas como crime.

Atuação da rede de informações: olhos e ouvidos a serviço da repressão

A proposta deste capítulo é analisar a construção de um aparato de vigilância em que se formula um conceito de informação que se constituirá no complexo conjunto de práticas policiais desenvolvidas como estratégia de controle policial direcionada à sociedade. A

integração de órgãos de informação de diferentes hierarquias, atuando estrategicamente no controle social e no combate às ideias consideradas uma ameaça ao que é definido como ordem social e política mostramos o exercício de poder que investe, perpassa, atravessa e apóia-se nos indivíduos, formando uma teia de relações sempre em movimento e em permanente tensão.

[...] realmente elas se articulam bem, nessa forma, de acordo com toda uma série de complexas engrenagens, não há analogia nem homologia, mas especificidade de mecanismo e de modalidade. (FOUCAULT, 1993, p. 29).

O combate ao que vai sendo construído, nomeado, descrito como “atos subversivos” justifica o uso de um intrincado dispositivo de poder que articula vigilância, produção e repasse da informação por todos os órgãos integrantes daquilo que se autoneia de **rede a serviço da repressão**. “A informação [policial] penal, escrita, secreta, submetida, para construir suas provas, a regras rigorosas, é uma máquina que pode produzir a verdade na ausência do acusado.” (FOUCAULT, 1993, p. 37). Nesse raciocínio, a informação, ela própria, constitui-se na força motriz das operações preventivas, ostensivas e repressivas dos órgãos de segurança, sendo a incorporação e a materialização de toda a instrumentalidade do poder/saber repressivo, atuando em condições extremamente favoráveis para produzir a ordem, manifesta através de corpos disciplinados e do silêncio das massas.

A aplicabilidade dos parâmetros de coleta, produção e repasse da informação baliza de forma esclarecedora o sistema informacional em permanente construção, para atender aos objetivos específicos de uma **rede** que almeja preservar a ordem numa perspectiva preventiva de crimes contra a Segurança Nacional.

A rede de informações estabelecida na ditadura Vargas transforma-se durante o regime civil-militar de 1964. Ela é reestruturada e reordenada para atender novas demandas. O jogo de interesses que envolve a

esfera de poder instalada no país com o golpe civil-militar é muito grande, e nada poderá pôr em risco a efetivação do que entendem ser o mais bem sucedido plano de desenvolvimento para o Brasil. Existe na matriz desses interesses todo um corpo que opera, inclusive com uma carga psíquica de pretensões diferenciadas muito forte, que passa pela crença de estarem fazendo algo novo, implantando o diferencial, inserindo o país numa nova realidade, cujos propósitos não poderão ser contrariados. A crença nesse projeto dará forma ao modelo de estado monitorado pelos militares e seus simpatizantes, de cunho extremamente burocratizado, que editará um estilo e uma prática de poder que a tudo controla, com uma carga autoritária e centralizadora que servirá como justificativa para o emprego de métodos polêmicos que passam por níveis diferenciados de manipulação de informações, na maioria dos casos desaguardando em práticas multifacetadas de violação.

Só observando a vultuosidade do empreendimento informacional implantado no país, com o nível de investimento necessário para torná-lo operacional, é que se entende por que tamanha atenção a essa prática de poder. A rede possui inúmeras unidades e agências espalhadas nos estados – e quando necessário nos municípios – e uma série de órgãos voltados ao desempenho do trabalho de vigilância e controle social por meio do rastreamento das informações que circulam nas instâncias do Exército (CIE), Marinha (CENIMAR), Aeronáutica (CISA), SNI, DSIS, além dos DOPS e das unidades DOI-CODI.

É o ápice do poder que deve ter ainda mais intensidade, mas também mais discricção, por se exercer sobre homens de armas. No acampamento perfeito, todo o poder seria exercido somente pelo jogo de uma vigilância exata; e cada olhar seria uma peça no funcionamento global do poder. (FOUCAULT, 1993, p. 154).

É no contexto da produção, disseminação e usos diversos da informação que os órgãos policiais se amparam para desenvolver e exercer as atividades de segurança interna e externa da nação.

A dinâmica do fluxo de informações em meio a uma constelação de órgãos de segurança então criados para esse fim parece bastante confusa. Quem obedecia quem? Quem informava quem? Como eram os vasos comunicantes? Como se dava de fato sua integração operacional? Todas as indicações apresentadas pelos depoentes neste livro apontam para o fato de que, ao lado de uma cadeia de tipo hierárquico que coexiste, mas não coincide, com uma cadeia técnica de comando, conforme ficou bem explicado nos manuais de informação produzidos na época, existia uma “cadeia operacional”. Ou seja a ação desses órgãos estava associada a uma rede complexa e informal que envolvia basicamente “o pessoal da área”. (D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 18).

As ações dos integrantes da rede se baseavam em sua maioria, nos “manuais” – produções americanas trazidas pelos agentes nos treinamentos feitos nas polícias especializadas dos EUA, como a CIA e FBI, e repassadas para os agentes especializados das unidades de segurança estratégicas do Exército, Marinha e Aeronáutica, além da Polícia Federal e DOPS espalhados pelo país, dinamizando dessa forma a chamada “cadeia operacional”.

Sobre esse aspecto vejamos o que coloca o general Rubens Denys, que em conjunto com o general Humberto Melo foi um dos responsáveis pela ativação do Serviço Nacional de Informações:

Haveria um compromisso do governo brasileiro com o governo americano de criar um serviço nos moldes da CIA (Central Intelligence Agency). A criação de uma agência de informações no Brasil fazia parte de uma estratégia de fortalecimento das estruturas dos estados integrantes da OEA (Organização dos Estados Americanos) que era de extremo interesse para o governo americano. Este, além de prestigiar sua criação, teria dado todo o apoio e assistência necessários à construção da agência no Brasil. (Apud ANTUNES, 2002, p. 48).

Ainda segundo o general Rubens Denys:

Quatro pessoas foram enviadas aos Estados Unidos em 1956 com a intenção de compreender a estrutura e o funcionamento dos serviços de informação norte-americanos: o coronel Humberto Souza Melo, o major Knack de Souza, o delegado de polícia José Henrique Soares e o então capitão Rubens Bayma Denys. Participaram de reuniões no Departamento de Estado Americano, na CIA e no FBI, onde professores e instrutores os orientaram sobre o modo de organizar e montar um serviço de inteligência. (Apud ANTUNES, 2002, p. 48).

Toda uma logística a serviço da vigilância e do controle se materializa por meio da censura e repressão que são operadas internamente pela Polícia Federal – encarregada do trâmite informacional no âmbito do governo federal –, cujas informações serão obtidas diretamente nos ministérios, sob a intermediação da agência central do Serviço Nacional de Informações, e através dos demais órgãos de informações e segurança e Centros de Informações das Forças Armadas, com destaque para as unidades DOPS no âmbito estadual.

O aparato informacional age invadindo o mundo privado de pessoas, famílias, grupos e empresas, alterando cotidianos e desestabilizando vidas. Um clima de medo, desconfiança, suspeita de todos e de tudo instala-se na sociedade. De acordo com Denys:

Quando na área da informação se apurasse algo que constituísse crime contra o Estado por alguma razão – corrupção, segurança, seja o que for –, isso teria que ser investigado e processado judicialmente. Enquanto isso, a informação sobre o fato seguiria pelos canais de informação até a Agência Central de Informações. (Apud ANTUNES, 2002, p. 50).

Observa-se no relato do coronel Denys que, anteriormente ao golpe civil-militar de 1964, estava em curso uma orientação na qual pesava

o uso das informações como razão principal da busca e apuração de crimes contra a segurança do país. Nesse sentido, vejamos o que coloca o Decreto nº 45.040, de 06 de dezembro de 1958, no parágrafo 1º do art. 4º, sobre a obtenção das informações consideradas relevantes à segurança do país:

As informações [de interesse para a segurança nacional] serão obtidas através dos órgãos de administração federal, estadual, municipal autárquica e paraestatal, das sociedades de economia mista, mediante um planejamento realizado pela junta Coordenadora de Informações. (Apud ANTUNES, 2002, p. 51).

Esta tendência vai se consolidar pós-golpe civil-militar, sendo criado, em 13 de junho de 1964, o Serviço Nacional de Informações, instituído como órgão subordinado à Presidência da República, que operará em proveito do presidente e do Conselho de Segurança Nacional, tendo por prioridade

subsidiar o presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informações e contra-informações; estabelecer e assegurar os necessários entendimentos e ligações com os governos de estados, com entidades privadas e quando for o caso com as administrações municipais; proceder à coleta, avaliação, integração das informações em proveito das decisões do presidente da República e dos estudos do CNS; promover a difusão adequada das informações. (ANTUNES, 2002, p. 55).

Os procedimentos como a vigilância e a produção/disseminação da informação vão, por outro lado, expor uma efervescência de ações, de conflitos, um embate permanente de opostos que se confrontam no exercício múltiplo das práticas sociais. Os órgãos de informação e segurança disputavam entre si os melhores resultados na investigação e isso era motivo de divergência interna, de sonegação de informação por parte de agentes de diferentes órgãos de informações e segurança que

disputavam competências, no intuito de angariar respeito, notoriedade e confiança entre os subordinados e, sobretudo, com os superiores.

O aparato informacional posto em prática no governo Vargas é ampliado no regime civil-militar, com a integração de todos os órgãos de segurança (SNI, CENIMAR, CISA, CIE, DOPS estaduais), de hierarquias diferenciadas (local/nacional). O que era antigo se fez novo, foi atualizado para garantir os resultados almejados pelo governo militar. O *corpus* policial não se teria estabelecido com tanta competência sem a ferramenta fundamental da rede de informação, transformando-se, ao longo dos anos, num centro de inteligência. Nesse processo, o significado da informação transmuta-se de acordo com o que vai sendo definido como perigoso e ameaçador da ordem estabelecida, definindo leis e normas inéditas de controle e atuando no intuito de “zelar” por uma determinada ordem social. Para tanto, e em diversos períodos, uma série de discursos – construídos ao sabor das circunstâncias históricas – são mobilizados de modo a justificar tal necessidade de vigilância.

O aumento dos problemas no campo, a articulação política de Francisco Julião com as Ligas, a ebulição político-pedagógica do Movimento de Cultura Popular, a mobilização estudantil, com as táticas cada vez mais ousadas de manifestação de rua e panfletagem, soam como provocações constantes à tão propalada ordem.

Por exemplo, durante os primeiros anos do governo Vargas as justificativas mais comuns utilizadas para designar o crime político são a agitação e o perigo vermelho como referência ao comunismo; com o advento da II Guerra Mundial passam a ser alvo do acompanhamento policial os estrangeiros e a ameaça que representam à Soberania Nacional; no decorrer da década de 1950 e início dos anos 60 o argumento é a Segurança Nacional (devido à Guerra Fria) e o combate à agitação, sobretudo no campo. Posteriormente se encontram com frequência, nos registros de crimes do DOPS, o movimento estudantil, a propaganda, a panfletagem e a pichação como formas

de disseminação das ideias contrárias ao regime; e na década de 70, os vilões são os “terroristas”, como são referidos aqueles que praticam sequestros e envolvem-se com a luta armada. No entanto, a subversão desponta em todos os momentos como a alteridade a ser combatida. É importante colocar que esses são apenas alguns dos tantos motivos-crime que aparecem no fichário geral do acervo DOPS-PE.

Essas definições de crime curiosamente são respaldadas numa legislação que entrou em vigor durante o Estado Novo. A ausência de um debate político na Câmara e no Senado durante o período militar, e o desconhecimento ou omissão da sociedade, permite o enquadramento de forma bem mais eficaz. No bojo dessas modificações de ordem jurídica está estampado o que se pretende reprimir, amparado na lógica da suspeição, nas exigências da ESG, nos manuais de treinamento americanos, na legislação que se altera provocando anomias e também nos discursos proferidos pela elite conservadora.

O aparato legal que legitima a ação policial

Na legislação encontramos os indícios da conduta policial e onde ela se respaldava para impor a ordem e o controle social. É importante destacar que essas alterações na legislação eram feitas em função das necessidades impostas pela conjuntura política e social da época, e aqui transcreveremos alguns trechos para ilustrar as modificações operadas no aparato legal legitimando a ação policial.

Estabelecemos quatro cortes na análise da legislação, por considerá-los significativos na construção dos objetos de controle social. Assim, vejamos a trajetória das mudanças, do momento de instituição da DOPS enquanto Delegacia até o decreto que cria o Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública, que substituirá o extinto Departamento de Ordem Política e Social:

O primeiro corte diz respeito à legislação de criação da DOPS, cujos argumentos destacam de forma clara o que se pretende combater

e que a sociedade é o objeto da vigilância permanente – orientação que vai se manter em todo o governo Vargas. A Lei nº. 71, de 23 de dezembro de 1935, que institui a Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco, estabelece como finalidades do órgão: “Proceder a inquérito sobre os crimes de ordem política e social; Exercer as medidas de polícia preventiva e controlar os serviços, cujos fins estejam em conexão com a ordem política e social.”¹

Em novembro de 1937, a Secretaria de Segurança Pública criou o serviço de Repressão ao comunismo em Pernambuco e na mesma data o Interventor Federal dividiu a Delegacia de Ordem Política, tendo por função exclusiva o Serviço de Repressão ao Comunismo; e Delegacia Social, tendo por função os Serviços de Vigilância Social.²

A criação oficial da DOPS está diretamente associada à necessidade de estabelecer um organismo capaz de coibir o avanço do comunismo, cuja atuação era vista como grande ameaça à ordem, sobretudo após o movimento extremista de novembro de 1935.

Existem várias versões que explicam a Intentona Comunista, movimento ocorrido no Brasil em novembro de 1935, mas a hipótese mais aceita é a de que teria sido realmente planejado em conjunto com o Comintern – em concordância com as diretrizes da Internacional Comunista. O grupo liderado por Luís Carlos Prestes, e sua mulher Olga Benário era composto por Rodolfo Ghioldi, Arthur Ernest Ewert, Ranieri Gonzales e alguns outros membros do Partido Comunista do Brasil – PCB. O movimento ocorreu entre os dias 23 a 27 de novembro de 1935 nas capitais de Natal, Recife e Rio de Janeiro, tendo grande repercussão por envolver as Forças Armadas. A ameaça representada por um movimento

1 Fundo: Documentos Impressos – APEJE. In, Legislação Estadual de Pernambuco Lei nº 71 DE 23/12/1935. Coleção de Leis e Decretos de Pernambuco Recife: Imprensa Oficial, 1935-1937.

2 Idem.

dessas proporções envolvendo os quartéis passa a representar motivo suficiente para as autoridades do Estado tomar uma decisão mais contundente quanto o controle e a repressão ao comunismo em Pernambuco. [Nesse contexto é que a Delegacia de Ordem Política e Social é criada.] (ANDRADE, 1989, p. 28).

No segundo momento, devido às influências externas, as diretrizes da Secretaria de Segurança Pública regulamentam as atividades de vigilância voltadas à preocupação com a soberania do Estado e o temor de uma possível “revolução comunista” como tentativa de tomada do poder, consoante revela a retórica dos manuais de segurança. O Decreto-Lei nº. 1.802, de 05 de janeiro de 1953, define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social. Seus 47 artigos nomeiam muito claramente o que constitui infração aos olhos do governo, estabelecendo uma base legal para aplicação de punições a todos que ousem infringir as normas estabelecidas:

São crimes tentar:

Art.1º Submeter o território da Nação, ou parte dela à soberania de Estado estrangeiro;

[...]

II - Desmembrar por meio de movimento armado ou tumultos planejados o Território Nacional desde que para impedi-lo seja necessário proceder a operações de guerra;

III - Mudar a ordem política ou social estabelecida na constituição, mediante ajuda ou subsídio do Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional;

IV - Subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo: Pena: no caso dos itens I a III, reclusão de 15 a 30 anos aos cabeças; de 10 a 20 anos aos demais agentes; no caso do item IV, reclusão de 5 a 12 anos aos cabeças, de 3 a 9 anos aos demais agentes.

[...]

Art. 3 Promover insurreição armada contra os poderes do Estado;

Art. 4 Praticar atos destinados a provocar a guerra civil se esta sobrevém em virtude deles;

[...]

II - Praticar devastação, saque, incêndio, depredação, desordem de modo a causar danos materiais ou suscitar terror, com o fim de atentar contra a segurança do Estado;

[...]³

No terceiro momento, vê-se uma preocupação com a Segurança Nacional como elemento justificador das investidas que são pensadas a partir do golpe de 31 março de 1964. Com a denominação de Atos da Revolução, é publicada a partir dos primeiros dias de abril uma série de medidas que funcionarão como pilares do novo governo. Além do apelo à Segurança Nacional, destaca-se o combate ao terrorismo e a todo tipo de manifestação que atente contra o Estado.

A partir de então, o que se vê é uma profusão de leis, decretos, atos institucionais, medidas provisórias, etc. Talvez seja o período da história do Brasil em que mais se alterou a Constituição. O Estado de exceção legítima, através de uma legislação coercitiva, a ditadura, como forma de legalizar toda uma práxis inconstitucional.

Práticas de violência policial passam a ser rotineiras e justificadas como necessárias, pois se dirigem contra os adversários do regime civil-militar, a exemplo do que mostra a Figura 17, que registra a ação policial contra manifestantes num protesto de rua. A essência do autoritarismo ampara-se na ideia de produzir corpos silenciados, mesmo que para isso faça uso do medo, da intimidação, da coerção, etc. como forma de manutenção da ordem.

3 BRASIL Decreto-Lei n°. 1802, de 05 de janeiro de 1953 (cópia). Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n°. 29.638. Relatórios e Documentos Administrativos da Delegacia Auxiliar e DOPS. 1938-1985.



Figura 17: Atuação repressiva da polícia numa passeata estudantil no centro do Recife em março de 1968 a imagem faz parte do acervo de fotos ligado ao movimento estudantil.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º. 7.085. Coleção Fotografias do Acervo DOPS.

Finalmente, chamamos a atenção para o Regulamento de criação em Pernambuco do **Centro de Informações** da Secretaria de Segurança Pública, em abril de 1990, em substituição ao DOPS, extinto em março do mesmo ano, cujos trechos aqui destacados designam as competências do novo órgão.

Art. 197 - Ao Centro de Informações, órgão central da direção departamental, diretamente subordinado ao Secretário da Segurança Pública, dirigido por um Diretor, indicado por aquela autoridade e nomeado em comissão pelo Governador do Estado, compete:

- I - Elaborar os Planos de Informações a serem desenvolvidos pela SSP, nos diversos setores de criminalidade de sua competência, bem como aqueles que interessam a Segurança do Governo do Estado, submetendo-os a aprovação do titular da SSP;
- II - Realizar através de todos os órgãos da SSP ou, quando necessário por intermédio de órgãos a ela estranhos, a busca de informes referentes aos mencionados planos;
- III - Executar o processamento dos informes recebidos procedendo a sua avaliação e interpretação;
- IV - Divulgar, privativamente, para apuração ou para outros fins, os informes ou informações da SSP, interna ou externamente, bem como centralizar o recebimento dos mesmos, qualquer que seja sua origem ou natureza;
- V - Classificar os informes e as informações a serem divulgadas quanto ao seu grau de sigilo;
- VI - Centralizar o recebimento de respostas dos pedidos de busca feitos à SSP por órgãos a ela estranhos;
- VII - Organizar e manter atualizados arquivos e fichários especializados sobre assuntos de sua competência;
- VIII - Colaborar com outros órgãos de Informações federais ou estaduais, nas atividades de informações em geral e em particular, naquelas que interessem à Segurança Nacional, à Ordem Política e à Ordem Social;
- IX - Subordinar, doutrinária e normativamente, nas atividades de informações de sua competência, as Divisões de Informações das Secretarias de Estado;
- X - Manter diretamente as ligações para o melhor desempenho de seus encargos;
- XI - Elaborar e expandir, privativamente, normas, ordens e instruções gerais referentes às atividades de Informações da SSP, submetendo-as antes ao titular da SSP;
- XII - Promover o intercâmbio de Informações entre a SSP e outras organizações policiais estaduais, através de

sua Divisão de Polícia Interestadual (POLINTER), no tocante à localização e outras medidas legais, referentes a pessoas físicas e jurídicas que interessem à Polícia ou à Justiça, encaminhando, ainda, aos órgãos competentes, as solicitações, relativas às citadas pessoas para o seu devido monitoramento;

XIII - Elaborar boletins diários ou periódicos sobre suas atividades para conhecimento do Secretário de Segurança Pública.⁴

Observa-se que os argumentos e a estrutura quase não sofrem modificações; entretanto, de modo significativo, os órgãos que antes compunham a **rede de informações** passam agora a ser omitidos e tratados como órgãos “estranhos”, estrategicamente, para desconfigurar a estrutura que outrora foi tão “eficiente” a serviço da repressão, seja por cautela ou para se ajustar às orientações do regime democrático, as quais, em tese, não devem mais se coadunar com as práticas antigas. Todavia, eles não negam a articulação com outros órgãos de informações federais e estaduais, parte de procedimento que passou a ser rotineiro aos órgãos de segurança, mesmo durante o regime democrático.

A reedição do mesmo organismo, apenas com outra nomenclatura, demonstra que as práticas de controle social apresentam-se como estratégia do Estado, não constituindo expedientes restritos aos governos autoritários. Essa modalidade de poder serve aos meios de manutenção de uma ordem, cumprindo de forma estratégica o desígnio para o qual foi criada, que é a vigilância permanente da sociedade.

A preocupação com esse tipo de permanência traduz-se no temor dos órgãos de controle com a existência de possíveis práticas subversivas e de desordem, que não são as mesmas nos variados períodos da história, justificativa mais do que significativa para a continuidade de um espectro como a polícia política monitorando a sociedade.

⁴ Regulamento do Centro de Informações n°. 176, abril de 1990. In: Prontuário Funcional n°1729, 1990. Fundo SSP/DOPS/APEJE.

Pensar na sobrevivência de práticas de vigilância, bem como no próprio organismo subsistindo junto às esferas democráticas, é algo profundamente inquietante e que merece atenção e estudos.

Estrutura e funcionamento da rede de informação e segurança

Nas páginas que se seguem tentaremos demonstrar como se estruturava a rede constituída pelo aparato de informação e segurança, como era a composição hierárquica e as formas de atuação, no intuito de entender como se deu a mecânica dos órgãos interligados pelo trâmite informacional e sua ação de vigilância e controle social.

É importante acrescentar que os diagramas utilizados mais adiante, ilustrando a rede, foram elaborados visando uma sistematização visual para efeito didático. Na prática, as ações de investigação dos integrantes dos órgãos de informação e segurança não correspondiam de forma fielmente estruturada como aparece ilustrado. Ao contrário, havia uma mobilidade dos agentes, concorrência entre si, disputas pela informação e liderança dos casos, sonegação de informações, ocultação de planos e sigilo nas operações. Esse aspecto merece destaque, uma vez que estamos falando de relações múltiplas e de tensão entre os vários componentes da rede, que irá respingar no social.

Assim, elaboramos com base na documentação uma série de diagramas, para auxiliar a visualização da complexa rede de segurança e informação, representada em três níveis que se fazem necessários perceber: sua estrutura de atuação e intercâmbio; sua localização físico-geográfica; e como ela constrói, produz, observa, controla e captura seus objetos de investigação.

No primeiro capítulo (p. 60), apresentamos um diagrama demonstrativo das instâncias de controle social – SNI, Forças Armadas, SSP/DOPS –, tomando por base os órgãos integrantes da

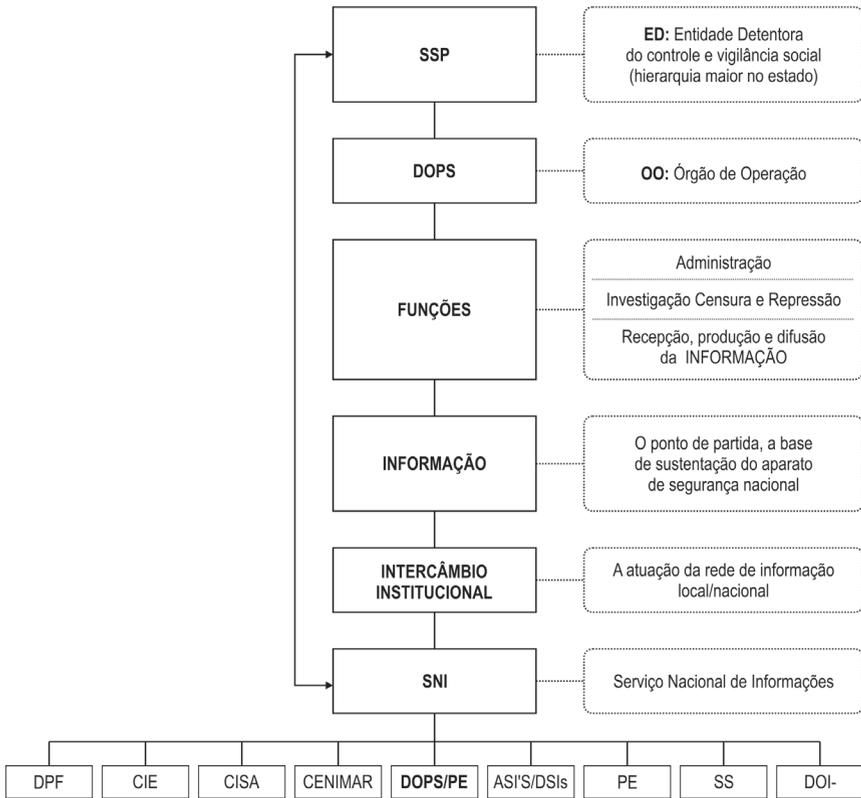
rede percebidos de fora para dentro do estado. O diagrama da página seguinte apresenta a estrutura de vigilância tomando por base a rede de informação e segurança percebida a partir do estado, onde a Secretaria de Segurança Pública é a entidade de maior hierarquia.

Observando a estrutura configurada no Diagrama 2, podemos descrever o trâmite informacional tomando por base a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco como órgão maior de diretrizes internas no cumprimento das ações de vigilância. Se observarmos o diagrama, é possível perceber que a posição da SSP encontra-se propositalmente acima das hierarquias federais. O que não significa uma desobediência do estado aos ditames das forças armadas. Essa disposição dos órgãos hierárquicos, aqui representados, se dá porque, neste caso, estamos visualizando a estrutura de segurança a partir do estado, onde a SSP é a autoridade máxima da rede atuando na jurisdição estadual. O que não anula nos casos de uma demanda ou diligência urgente emanada das Forças Armadas, do Serviço Nacional de Informações ou de qualquer órgão de informação da rede (sendo ou não das Forças Armadas) a determinação “superior” não seja cumprida, obedecida. É importante perceber que na “mentalidade de informação” o que está em jogo é a Segurança Nacional, sendo imprescindível para o efetivo cumprimento do controle priorizar a fonte, a informação e o que de novo a partir dela for determinado, inclusive com a chancela do CUMPRA-SE.

Evolução da estrutura administrativa do DOPS-PE e sua articulação na rede nacional

É possível observar três momentos significativos na trajetória do DOPS. O primeiro tem início no período 1931/1934, anterior à sua criação, quando se percebe a existência de uma polícia política se estruturando e impera a intenção de institucionalizar uma polícia especializada numa atividade política que passa a ser criminalizada,

Diagrama 2: Rede de informações e segurança vista a partir da SSP-PE.



DPF: Departamento de Polícia Federal; **CIE:** Centro de Informações do Exército; **CISA:** Centro de Informações da Aeronáutica; **CENIMAR:** Centro de Informações da Marinha; **DOPS:** Delegacia ou Departamento de Ordem Política e Social (unidades estaduais); **ASIs:** Agências de Segurança e Informação; **DSIs:** Divisão de Segurança e Informações (instaladas em cada Ministério); **PEx.:** Polícia do Exército; **SS:** Segunda Seção do Exército, Marinha e Aeronáutica; **DOI:** Destacamento de Operações de Informações; **CODI:** Centro de Operações de Defesa Interna.

Fundo: SSP/APEJE N°. 29.638;/29.562/31.497.

constituindo uma crescente ameaça caracterizada pela polícia como **crime político**. Esse organismo é oficialmente criado em suas linhas gerais em 23 de dezembro de 1935, após o levante comunista de novembro do mesmo ano, ocorrido em Natal, no Recife e no Rio de Janeiro.

O segundo momento significativo destaca-se como uma preparação, já no período da II Guerra, de uma forma de atuação que será reeditada e ampliada no decorrer do regime civil-militar instaurado em 1964, quando a polícia política passará a agir articulada, integrando os órgãos e instâncias militares e policiais no controle da “desordem” do país. Essa atuação será posta em prática já a partir de 1938, quando ao Estado são impostas novas necessidades de defesa nacional, sobretudo após os ataques aos navios brasileiros praticados pelos alemães. Nesse contexto, o DOPS vai voltar-se para o combate das ideias totalitárias, não só de esquerda “(como comunismo, marxismo, trotskismo, e leninismo), mas também de direita (como integralismo, fascismo, nazismo e falangismo)”⁵. Um exemplo disso é o dos alemães radicados em Pernambuco que passam a representar em primeira mão o alvo principal da repressão. Para a polícia não importa se as ideias são de direita ou de esquerda, mas o grau de “nocividade” e a “perturbação” que podem provocar no social, ameaçando as bases de organização do Estado.

Nesse momento se opera uma importante alteração em sua linha de ação, quando a DOPS-PE, passa a integrar a rede de espionagem internacional, atuando ao lado da Cristian Childre’s Fund. Inc. de Richomont, embrião da futura CIA, o Bureau Central Nacional – INTERPOL, Polícia Marítima e Polícia Federal no período da Segunda Guerra Mundial, no intuito de coibir o avanço da Gestapo

5 Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n°. 29.638. Regimento interno da DOPS do ano de 1938 e Documentos Administrativos da Delegacia Auxiliar e DOPS. 1938-1985.

– polícia secreta de Hitler – no Brasil, cuja atuação estava em franco crescimento no país.⁶

O organograma do DOPS de 1939 a 1963 (Diagrama 3) vai demonstrar com muita clareza as funções da polícia política, caracterizada em duas frentes: a abrangência do órgão em face das demandas de controle social e a forma como o organismo policial pensa a sociedade e elabora as práticas de intervenção. Ele mostra quão grande e fracionada internamente é a estrutura e como está configurada para atender às necessidades de investigação, censura e repressão, pensadas pela polícia no período. É interessante perceber que cada uma das atribuições das seções diz respeito a uma hierarquia de controle a serviço da repressão. É comum, por exemplo, perceber a criação, substituição ou extinção de competências, que são feitas no intuito de aparelhar melhor a instituição para atuar de forma mais incisiva e eficaz junto à sociedade.

Em se tratando de um período conturbado da história, no qual as nações estão envolvidas num segundo conflito mundial, internamente a DOPS não está imune à circulação de ideias que provoquem agitação social. Na tentativa de combater o ideário nazista em franco desenvolvimento no Brasil, a polícia irá se articular com as principais forças de segurança nacional, conectando seus serviços de troca de informações com outras unidades DOPS do país e as Forças Armadas, visando combater o inimigo comum: a Gestapo. As demandas externas provenientes da Segunda Guerra, com a entrada de grande quantitativo de imigrantes estrangeiros, passam a mobilizar o efetivo policial para dar conta do inimigo interno e externo, temidos como possíveis agressores.

Cria-se o que é denominado um cinturão entre a polícia marítima, as Forças Armadas, os órgãos de espionagem internacional e as DOPS em caráter nacional, no intuito de rastrear a rede de espionagem

6 SILVA, Marcília Gama. A Rede de Espionagem Internacional instalada em Pernambuco na Segunda Guerra Mundial. Pesquisa em andamento desde 2004, no Apeje. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 28.329.

internacional instalada em Pernambuco na Segunda Guerra Mundial. Esta estrutura possibilitará entre outras coisas uma das maiores experiências vivenciadas pelos agentes locais, em termos de intercâmbio, de troca de informações, de inovação das práticas e procedimentos utilizados, das técnicas de investigação e, sobretudo, de interrogatório, o que lhes permitirá potencializar as ações de vigilância, censura e repressão. Assim, vejamos o que coloca esse trecho do Relatório do Secretário de Segurança Pública de Pernambuco no ano de 1945:

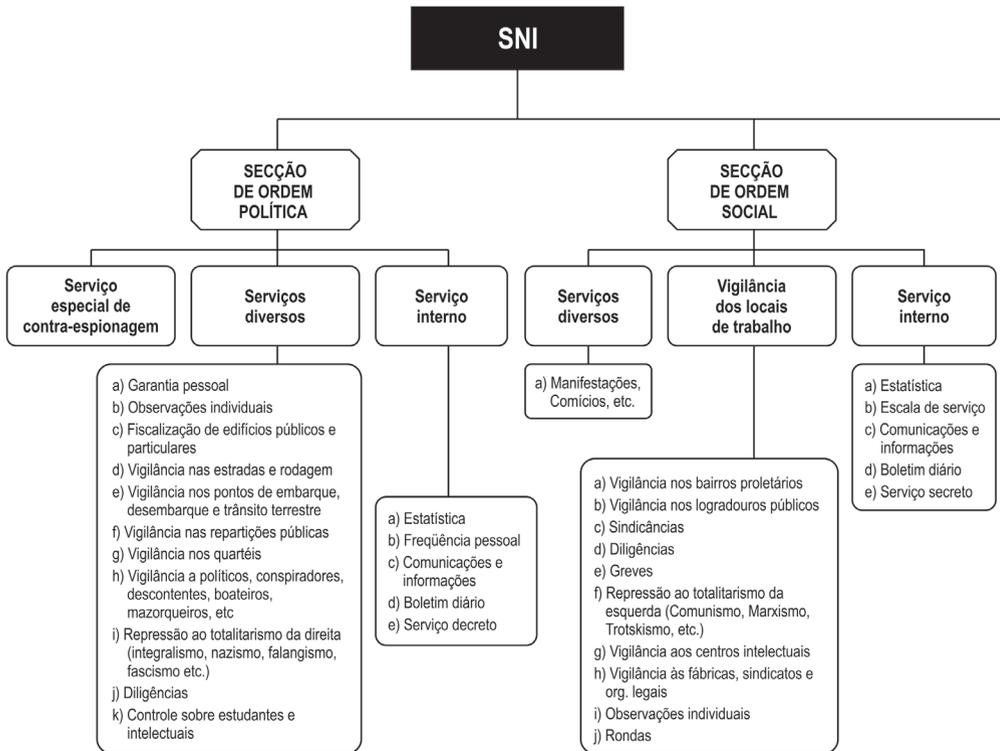
A experiência da Segunda Guerra permitiu-nos um aprofundamento das práticas policiais com a entrada bem vinda de organizações internacionais como a Cristian Childre's Fund. Inc. de Richomont – Estados Unidos, a Chritian e Nielsen, e o Bureau Central Nacional da Interpol em nosso Estado, fato de grande valia na preparação de nosso efetivo no combate aos agentes externos nocivos à ordem.⁷

Não se pode pensar a Delegacia de Ordem Política e Social sem analisar sua estrutura e funcionamento; e nessa perspectiva, nos baseamos numa fonte documental bastante elucidativa, que apresenta um diagrama da rede de vigilância e controle social da qual a DOPS faz parte, em 1938/1939, elaborado por solicitação do então delegado Edson Moury (Figura 18).

Cabe aqui uma descrição do documento em tela. No centro, representadas por um círculo, posicionado acima de tudo, situam-se as Forças Armadas, às quais está diretamente ligado o comissário. Essas se encontram conectadas por um lado à nação e pelo outro ao estado, compreendendo cada um desses âmbitos três círculos, que representam as seguintes áreas de controle: os **quartéis** (localização, eficiência, efetivo, ambiente), o **pessoal** (oficiais, sargentos e praças – da ativa e reformados) e a **situação** (políticos, apolíticos, “dedicados”, suspeitos; trânsito, repartições, ligações, reivindicações; descontentes, destino).

7 Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 28.569 – Espionagem.

Diagrama 3: Organograma da Delegacia/Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco, 1939-1961.



Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário n°. 29.638, Documentos Administrativos da Delegacia Auxiliar e DOPS. Doc. n°. 98, p. 98-101. O documento em forma de texto expõe a estrutura do DOPS, onde destaca a criação de uma Delegacia Adjunta “em 1º de Abril de 1942, com atribuições sobre as seções de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições, Fiscalização de Hotéis, Pensões e Casas de Cômodos e Cartório.”

**SECÇÃO DE HOTÉIS,
PENSÕES E CASAS
DE CÔMODOS**

- a) Registro de estabelecimentos
- b) Registro de agenciadores
- c) Fichamento de hóspedes (entradas e saídas)
- d) Relação de passageiros
- e) Controle e transferência de proprietários, fichamento de estabelecimento e mudança de local ou espécie
- f) Estatística
- g) Portuários

**ARQUIVO
GERAL**

- a) Prontuário geral
- b) Arquivos de documento
- c) Informações e comunicações
- d) Fichários em geral
- e) Relações
- f) Serviços de recortes e jornais
- g) Assentamentos dos funcionários da delegacia
- h) Controle de endereços
- i) Salvo-conduto para estrangeiros

**TESOURARIA
E PORTARIA**

- a) Verba secreta
- b) Verba pessoal
- c) Caixa
- d) Passe para transporte
- e) Protocolo
- f) Material de expediente

CARTÓRIO

- a) Inquéritos
- b) Certidões
- c) Intimações

EXPEDIENTE

- a) Ofícios
- b) Portarias
- c) Circulares
- d) Correspondências em geral

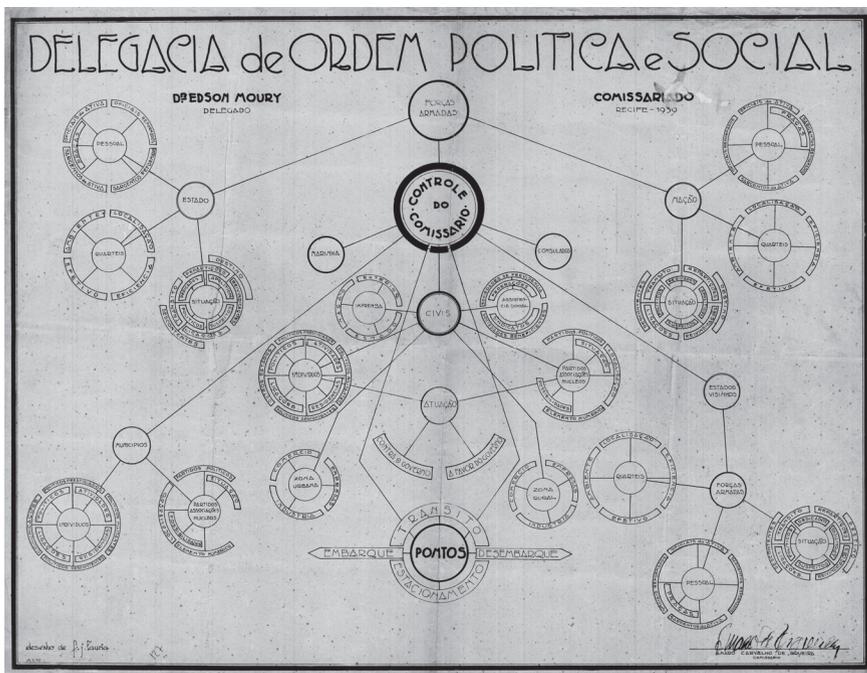


Figura 18: Mapa da rede de vigilância e controle social, 1939.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n°. 29.638 – Documentos Administrativos.

Sob o controle direto do Comissário estão a Marinha, os Consulados e, no centro, os civis, divididos em seis segmentos: 1) imprensa (estrangeira, nacional e estadual); 2) entidades de assistência social (incluindo sindicatos); 3) indivíduos (atividades, residências, ligações, políticos – prestigiados, militantes, descontentes); 4) partidos, associações e núcleos (partidos políticos, quantidade de integrantes, localização, situação possibilidades); zona urbana (indústria, comércio e empresas); e 6) zona rural (indústria, comércio e empresas). Essa descrição do *corpus* social dividido por segmentos permite o monitoramento pormenorizado por categoria. As esferas correspondentes aos indivíduos e aos partidos e associações estão

ligadas a um núcleo denominado de “atuação”, do qual saem duas linhas, apontando: “contra o governo” e “a favor do governo”. Ainda sob o controle direto do Comissário, representados na parte inferior do diagrama, encontram-se os “pontos” (trânsito, estacionamento, embarque e desembarque) e os municípios.

O que temos configurado nesse importante e elucidativo documento é a representação do **mapa de controle da sociedade**, da maneira como a polícia vê e entende os segmentos a serem **vigiados**, contendo não só a sistematização das categorias sociais, como se articulam, mas, sobretudo, como estão configuradas, seja por suas tendências políticas ou pelo perigo que representam, feita de forma minuciosa, detalhada e extremamente reveladora. Se não representa o funcionamento da DOPS para todo o período de atuação, traduz-se num importante indício de como viam e o entendimento que tinham dos diversos segmentos sociais para melhor exercer suas práticas de controle e vigilância, numa demonstração de que já tinham um alto nível de infiltração nas entranhas do tecido social muito antes de sua transformação em Departamento a partir de 1961 e de seu fortalecimento no período pós-1964.

O que chama atenção também no documento é a posição que ocupam as Forças Armadas em toda a estrutura, destacando-se dentre as instituições e segmentos configurados, o que demonstra uma posição estratégica de comando e ascendência perante a hierarquia estatal, antes mesmo do regime civil-militar.

A produção e existência de um documento dessa envergadura – representação pormenorizada das ações e procedimentos de domínio das hierarquias superiores de repressão, distribuídos em escalas e tarefas diferenciadas – nos possibilita sair da superficialidade que até então se tinha sobre o órgão, referendando muito mais que um saber-poder, sobretudo como operava a rede de informação, cujas bases de atuação junto ao social permitiram o monitoramento, a vigilância permanente de todo o *corpus* social de forma articulada, demonstrando como

funcionava na prática a engrenagem de poder dos órgãos de repressão no processo de cerceamento das liberdades.

O diagrama merece uma análise pormenorizada, por configurar o poder de alcance e articulação desse organismo policial que durante décadas monitorou as atividades e a vida dos indivíduos. A partir de 1964 apenas foram editadas novas modalidades de intervenção no social, aguçando mecanismos de inteligência⁸ que foram sendo aprimorados ao longo da trajetória da própria Delegacia.

Tendo em vista o sucesso da operação conjunta das forças militares nos anos 1940, a partir de 1964 a experiência vai ser reeditada, tomando por base o binômio Desenvolvimento e Segurança Nacional propagado pela Escola Superior de Guerra, cujo modelo vai exigir a ampliação do intercâmbio entre as Secretarias de Segurança Pública no país, as Forças Armadas e os organismos de informações locais e nacionais, com o “eficiente” apoio internacional da CIA e FBI. Este patrocinará uma série de treinamentos aos agentes federais, escolhidos pelo desempenho, pelo serviço prestado à repartição, currículo e por merecimento, sendo indicados para receberem treinamentos, sobretudo nos Estados Unidos, onde a troca de conhecimentos técnicos específicos permite a atualização das forças militares e policiais brasileiras. No capítulo anterior, investigamos aspectos da Lei de Assistência e Defesa Mútua – base do programa intitulado PONTO IV – assinada em 1949 e sua importância na capacitação de um *corpus* policial em âmbito nacional. Vale sublinhar novamente que o acordo prevê, entre outras coisas, o Brasil como fornecedor matéria-prima aos EUA, e em troca receberá capitais americanos em investimentos realizados em várias áreas, capazes de empreender o desenvolvimento do país a médio e longo prazos. (MOURA, 1990; PAGE, 1972).

8 **Inteligência:** Por inteligência entende-se, segundo Jennifer Sims, quaisquer tipos de informações coletadas e organizadas que se destinam a auxiliar as tomadas de decisão (ANTUNES, 2002, p. 17).

Na década de 1950, na IV Reunião de Chanceleres em Washington, são firmados os acordos Brasil-Estados Unidos, que ampliam as diretrizes do acordo anterior e ainda criam as bases para a Lei de Segurança Mútua assinada em 1952. Em 1961, por ocasião da reunião realizada em Punta del Leste, Uruguai, é lançado o programa Aliança para o Progresso, sendo o Brasil formalmente inserido na estrutura pan-americana de apoio e defesa mútua.⁹

Os acordos de cooperação técnico-financeira se sucedem, sendo assinado o USAID/MEC/SUDENE, que visa promover o desenvolvimento, através da capacitação de agentes multiplicadores em nome do progresso do país, sendo contemplados os estados contrários ao governo federal.

Tal política ficou conhecida com o significativo nome de “ajuda às ilhas de sanidade administrativa”, que constituía-se na liberação de verbas da **Aliança para o Progresso**, sistema de ajuda econômica continental montada pelos Estados Unidos, apenas para aqueles estados cujos governadores eram hostis ao governo federal. Dessa forma foram beneficiados, entre outros, os estados da Guanabara, São Paulo, Minas Gerais e no Nordeste os estados de Pernambuco até o governo de Cid Sampaio, Paraíba e Rio Grande do Norte. (COGGIOLA, 2001, p. 14).

A USAID usa a Aliança para implementar uma série de programas no Nordeste, entre eles a Liga de Cooperação Técnica dos EUA (CLUSA), que irá agir em conjunto com a CIA, no intuito de monitorar os problemas no campo. O Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) recebe financiamento direto da CIA e é criado para fazer frente às propostas dos líderes camponeses e impedir a mudança do

9 Cf. Documentos oficiais emanados da Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social ao Nível Ministerial realizada em Punta del Leste, Uruguai, de 5 a 17 de agosto de 1961. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº. 28.929.

status quo no campo, sobretudo no estado de Pernambuco, onde as ações das Ligas são mais intensas. Finalmente, a missão USAID no Recife estabelece o Acordo Nordeste, em 13 de abril de 1962, que visa supervisionar os bolsões de pobreza e injetar 131 milhões de dólares a serem alocados no prazo de dois anos em projetos financiados com o objetivo de patrocinar o desenvolvimento na região.

Esse acordos se mantiveram após 1964 e só foram extintos, segundo Thomas Skidmore (1991, p. 83),

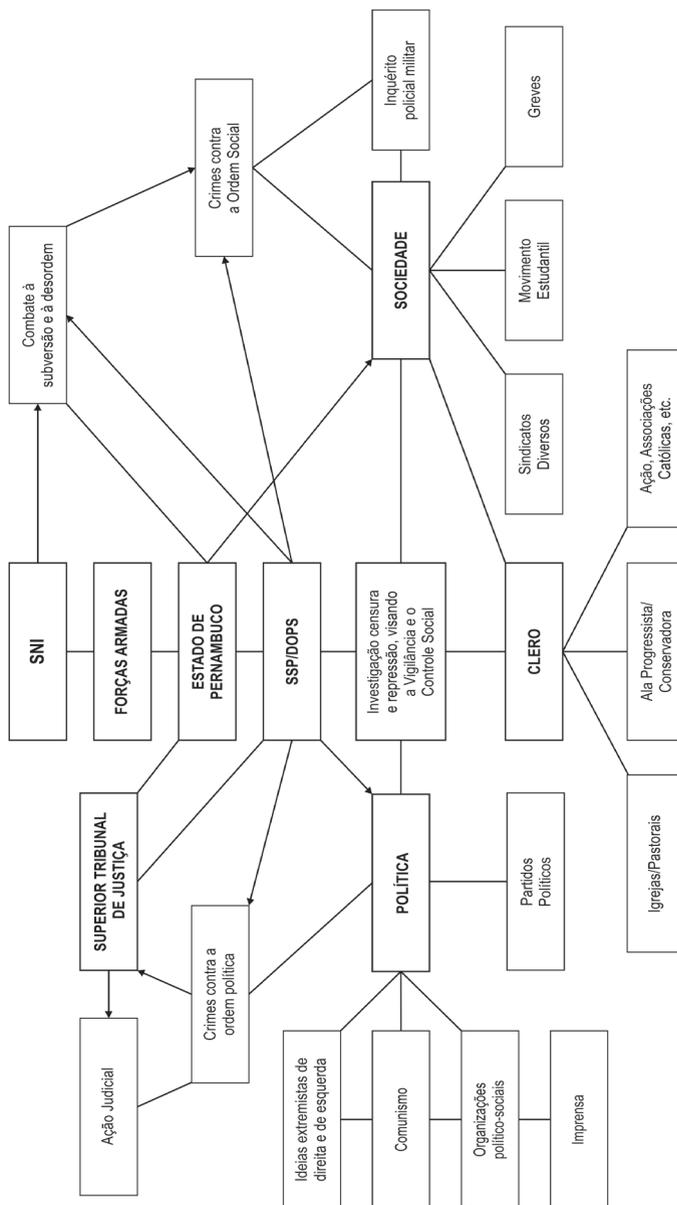
quando informações detalhadas sobre as operações do Brasil no Office of Public Safety (um programa da USAID para assessorar e ajudar as forças de segurança dos países ajudados) forneceram aos críticos mais munição para afirmarem que os dólares dos contribuintes norte-americanos estavam sendo usados para treinar e equipar possíveis torturadores. Houve acusações de que assessores de polícia americanos participaram de interrogatórios e até de tortura de prisioneiros. Em outubro de 1971, o senador Fred Harris pediu o corte de ajuda ao Brasil citando a prática continuada da repressão por parte do governo.

Faz-se importante destacar que na base dos acordos está a defesa interna e externa do país e da soberania nacional, amparada na lógica de defesa continental apoiada pelos Estados Unidos, que contempla a proteção do tráfego marítimo e a defesa do território contra o inimigo comum – o comunismo. Para cumprir este propósito, entre os itens mais significativos, se deu a remessa de armas e munições enviadas, às vezes, clandestinamente dos EUA para o Brasil.¹⁰

O Diagrama 4 foi feito com base na análise da informação produzida e apreendida pela polícia que mapeou os assuntos referentes às devidas competências do que entendiam por “crimes contra a ordem política” e “crimes contra a ordem social” como forma de distribuir melhor as

10 Cf. Relatório do Ten. Cel. Manoel Thomaz Castello Branco. In: *O Brasil na II Guerra Mundial*. Biblioteca do Exército, 1960. p. 84-88.

Diagrama 4: Articulação dos órgãos de segurança junto à sociedade, 1964-1979.



Fundo: Elaboração do autor com base nas pesquisas do acervo DOPS-PE.

práticas de vigilância e de controle social, dentro desses dois segmentos, coordenado pelo órgão de polícia no Estado e pelo SNI.

Assim é que a Delegacia de Ordem Política e Social irá se especializar nos processos de produção, coleta, manuseio, manipulação e processamento da informação, no objetivo de rastrear (inicialmente) o avanço do comunismo no estado, em cumprimento às determinações presentes nos acordos e amplamente aceitas por segmentos significativos da elite brasileira: constituindo-se a **informação** num tipo específico de poder, um entre tantos outros artifícios usados para o controle disciplinar da sociedade, para a manutenção da vigilância e para a alimentação do ideário de combate às ideias, de esquerda ou de direita, contrárias ao governo, e sobretudo para salvaguardar os interesses americanos no país, servindo como um importante pilar de sustentação do regime civil-militar que será implantado no país anos seguintes. Um ponto de destaque é que uma de suas características se sedimenta nas transformações administrativas que sofre ao longo de sua existência, o que termina sendo um traço marcante do perfil da entidade, uma vez que ao tratar de uma instância extremamente complexa como a sociedade e se basear na informação para efetivar o controle, isso acaba se refletindo na estrutura do órgão, que passa a se comportar também de forma oscilante, alternando posturas e ações para poder acompanhar as demandas exigidas e assim coletar “as provas” que lhe proporcionarão o aval para promover o gerenciamento/monitoramento da sociedade, numa perspectiva de controle.

As constantes alterações em seu regimento interno, no período que vai de 1935 (criação) a 1990 (extinção), demonstram bem a necessidade de empreender mudanças no órgão, por meio de ajustes em sua estrutura, com o objetivo de aumentar seu potencial de autonomia para agir na vigilância, controle e combate aos crimes variados, sejam de ordem política (controle e vigilância externa) ou de ordem social (controle, vigilância e repressão interna, coibindo as greves, manifestações, o comunismo, etc.).

Estando o Exmo. sr. Secretário da Segurança Pública interessado em uma reforma, que venha tornar mais eficiente a atuação desta Delegacia, no setor político e social, apresentamos o presente plano, que julgamos corresponder “*in totum*” às aspirações daqueles que desejam extirpar do nosso País as idéias totalitárias de esquerda e de direita, que prejudicam a sobrevivência da democracia.¹¹

Suas funções incluem o controle das entradas e saídas, embarques e desembarques de passageiros no porto e estações, monitoramento das listas de passageiros dos navios, aeronaves e terminais de trens e ônibus, vigilância às casas de cômodos, hotéis pensões e locais frequentados por estrangeiros, além do monitoramento das atividades dos partidos políticos, sindicatos, agremiações, clubes e associações para identificar possíveis focos de subversão ou atentado à ordem pública.¹²

Por tratar essencialmente do crime político e suas implicações, a DOPS acumula experiência que paralelamente constrói o seu perfil administrativo, interferindo diretamente em suas práticas, nas estratégias baseadas na vigilância, censura e repressão, amparadas na observação permanente da sociedade, através do uso da escuta telefônica, da interceptação de correspondências, da investigação sistemática de algum fato ou pessoa, da vigilância em locais suspeitos, do acompanhamento de determinadas pessoas e locais por investigadores, da invasão de células comunistas, aparelhos ou qualquer local onde haja indícios de atividades subversivas aos olhos da polícia.

As alterações administrativas (Quadro 1) que são realizadas no órgão fazem parte de um programa regular de avaliação/adaptação estabelecido pela Secretaria de Segurança Pública, como forma de controle interno e externo numa perspectiva preventiva, inicialmente

11 Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n°. 29.638. Doc. 116. Trecho de um dos Relatórios que aparecem no referido prontuário rico em informações administrativas da Delegacia Auxiliar e DOPS.

12 Cf. Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n°. 29.638 – Documentos Administrativos do DOPS.

Quadro 1: Modificações na denominação da(o) DOPS-PE

Sigla	Período	Denominação e Legislação
SOPS	1931-1934	Seção de Ordem Política e Social – subordinada à Secretaria de Segurança Pública e, no nível nacional, à Polícia Federal.
IOPS	29/03/1934 a 22/12/1935	Inspetoria de Ordem Política e Social – criada pelo Decreto-Lei n.º. 367.
DOPS	23/12/1935	Delegacia de Ordem Política e Social – criada pela Lei n.º. 71.
DEOPS	09/10/1939	Delegacia Especial de Ordem Política e Social – é instituído o Serviço Secreto / Serviço Especial, que cuidará da espionagem em geral, por ordem do Sr. Fábio Corrêa.
IOPS	03/07/1946	Inspetoria de Ordem Política e Social – criada pelo Decreto-Lei n.º. 1.403.
DOPEs	16/10/1946	Delegacia de Ordem Política Econômica e Social – criada pelo Decreto-Lei n.º. 1.481.
DA	31/12/1948 e 23/12 1957	Delegacia Auxiliar – criada pela Lei n.º. 423, de 31.12.1948, e Decreto n.º. 58, de 17.01.1949. Reestruturada posteriormente pelo Regulamento da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, Decreto n.º. 382.
DOPS	15.04.1961 a 22.03.1990	Departamento de Ordem Política e Social – em 15.04.1961, permanecendo até sua extinção em 22.03.1990, pelo Decreto n.º. 14.276.
C.I. /SSP	Regulamento 176 abril/1990, art. 197	Cria o Centro de Informações da SSP - órgão central da direção departamental, diretamente subordinado ao Secretário de Segurança Pública.

Fundo: Elaboração da autora com base no Prontuário SSP/DOPS n.º 29.638.

contra os agentes internos e externos que ponham em risco a soberania nacional, mas, a partir de 1964, especialmente em defesa da Segurança Nacional. Em função dessas demandas, que mudam ao sabor dos interesses políticos, sociais e econômicos, é que se entendem as mudanças nas atribuições da entidade. A vigilância atinge também a própria polícia. Como exemplo desse aspecto, o acervo dispõe de fichários incompletos com informações sobre investigadores, agentes, informantes e colaboradores, que eram monitorados pelo órgão, os

quais, entre outras funções, tinham que prestar contas de sua prática ao superior hierárquico imediato e este ao Secretário, geralmente apresentadas na forma de relatórios e boletins. Este expediente em especial passa a ser um dos objetos de nossa análise, pela riqueza de informações que contém, permitindo, entre outras coisas, que possamos reconstituir as práxis de vigilância social no exercício de suas funções principais que são investigação, censura e repressão.¹³

O trâmite informacional

A engrenagem da polícia política se consubstancia na articulação das informações estratégicas junto à sociedade, cujos efeitos podem provocar inúmeros encaminhamentos por parte do usuário receptor, na elaboração de saberes sobre os crimes e delitos que são estabelecidos em diferentes épocas, como forma de enquadrar os indivíduos e promover o controle social. Isso gera, por um lado, mudanças de comportamentos e do cotidiano respaldadas no medo e, por outro, práticas de resistência que podem levar à clandestinidade, ao cerceamento das ações e liberdades, ao cárcere, enfim, à vala comum, destinos patrocinados pelos órgãos de segurança reservados para aqueles que incomodam o instituído e insistem em tentar se sobrepor à ordem.

O que fica caracterizado é que esse órgão não age só: há uma orientação maior que estimula o estabelecimento da ordem e que determina ações múltiplas em defesa do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado. Nesse sentido, o poder que observa, registra, enquadra, opera de cima para baixo, permeia o social, ele perpassa, penetra e age de maneira fragmentar, constante; o poder é sentido, e se institui nas diversas práticas executadas por agentes diferenciados, mas que a seu modo, na posição que ocupam e em que se encontram, o exercem.

13 Cf. SILVA, Marcília Gama. Revista do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Recife, v. 42, n°. 47, p. 79-80.

Comportamentos que compõem a cadeia de ações ampliam-se enormemente. Porém, o que merece destaque é como a **informação** se constitui, é o veículo, o meio e o reflexo desse poder; como através dela o poder se exerce, se manifesta para disciplinar, controlar e excluir, aspecto possível a partir da constituição de uma “ideologia de Segurança Nacional” responsável por produzir uma nova visão de sociedade amparada na “mentalidade da informação”, que vai direcionar as posturas e as práticas dos órgãos de segurança na construção e no combate do inimigo.

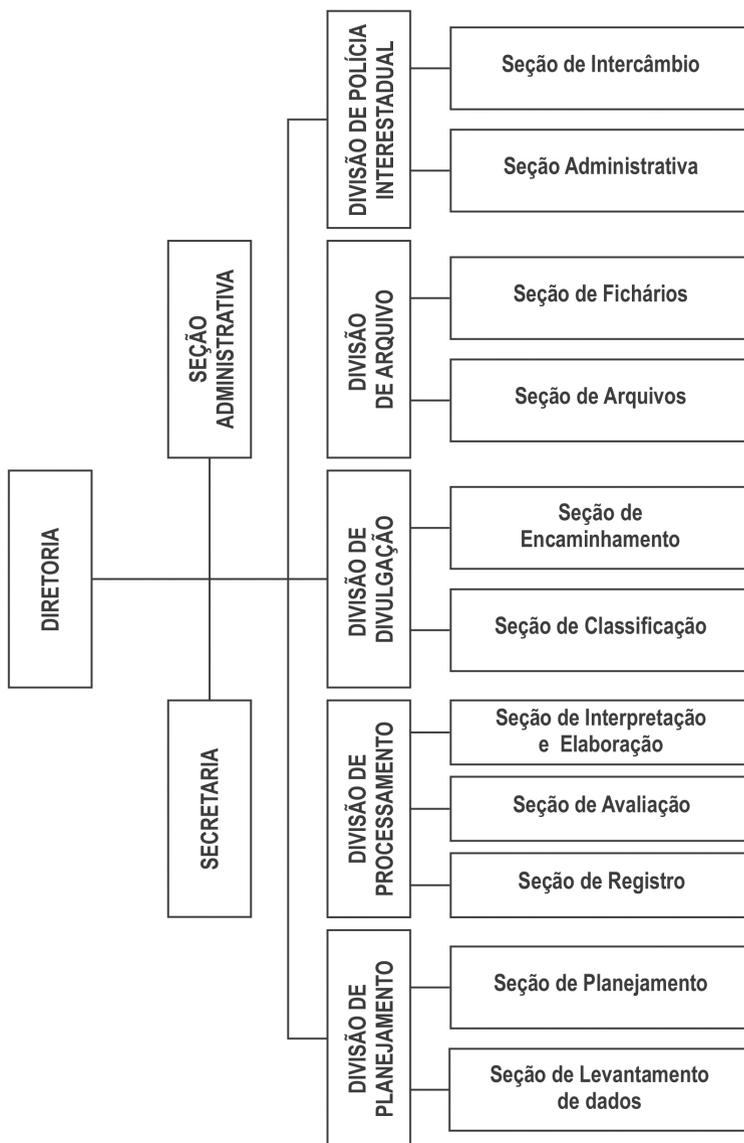
Descrever essa estrutura (Diagrama 5) é fundamental para verificarmos um dos comportamentos mais estratégicos do DOPS, que se traduz no controle sobre as pessoas, instituições públicas e privadas e outros grupos, a partir da rede de informações e no intercâmbio entre as instituições. Nessa categoria destacamos a atuação da Rede de Informações apontando também na direção das repartições públicas municipais, estaduais e federais, como segmentos integrantes da atuação sistemática de vigilância, colaborando com os componentes dos órgãos de segurança (Diagrama 6).

As informações coletadas possuem valor incalculável para os órgãos integrantes da rede de informações: são ricas em detalhes de foro íntimo, de natureza privada ou pública e, dependendo do foco de observação, do alvo e da importância do objeto investigado, refletem as práticas de controle da sociedade. Para ilustrar como se dá, na prática, a observação a um determinado alvo, observe o que mostra a cópia do Relatório da Divisão de Informação/DOPS referente à passagem da Sr^a.T.G.Z. por Recife, exposta a seguir:

Às 15:00 horas de quarta-feira dia 17 de março de 1976, recebeu do Sr. Moacir Sales, Diretor deste Departamento, os seguintes dados:

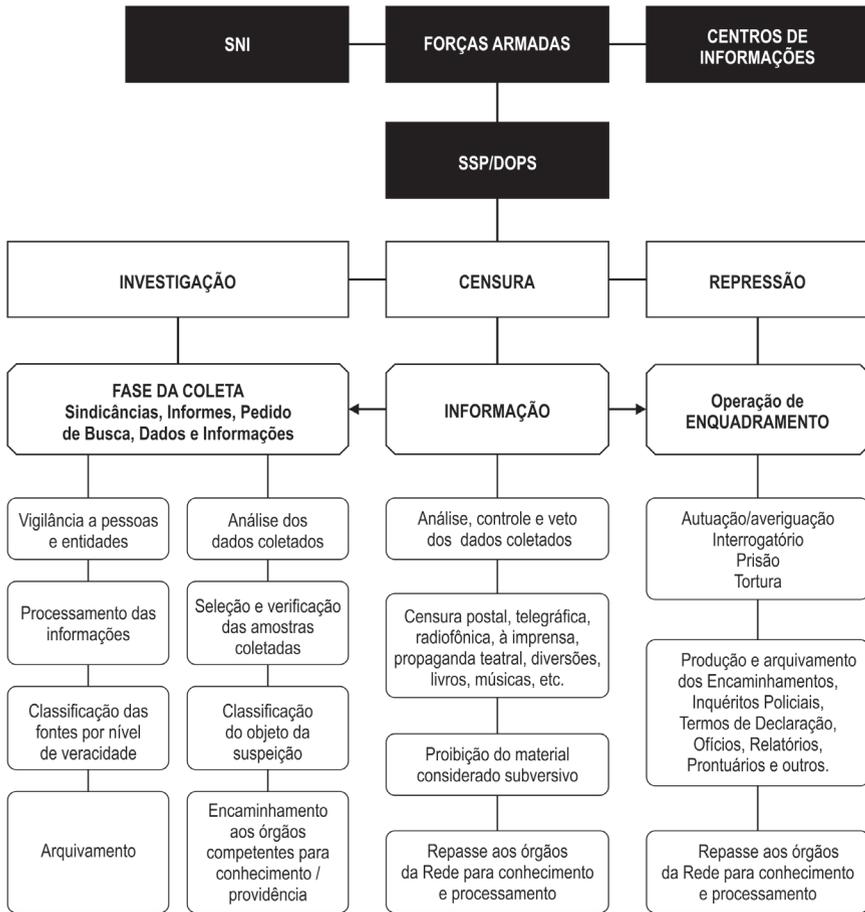
Dr^a. T.G.Z, hospedada no Hotel Miramar nesta cidade, chegou de São Paulo às 10:00h da manhã de hoje.

Diagrama 5: Organograma da estrutura administrativa do Centro de Informações – SSP, que substituiu o DOPS a partir de abril de 1990.



Fundo: Regulamento 176/abril de 1990 art.19 da SSP-PE.

Diagrama 6: Trâmite informacional.



Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º. 29.638 – Documentos Administrativos do DOPS.

Entramos em ação:

Chegamos ao Hotel Miramar às 15:00 h, encontramos o Agente Ramos (que voltou para o DOPS) conforme ordem do Dr. Moacir. Tomamos conhecimento que o serviço estava sendo feito pelo S.N.I com o carro placa GG-2967, Volkswagen cor branca, com dois rapazes e uma moça, estavam estacionados em frente ao Hotel do lado direito com certa distância. No hall do Hotel encontramos com o agente Edson Edimilson Machado do D.P.F (que já conhecíamos e fizemos contato) o qual nos descreveu o tipo de mulher em lide. Em seguida nos apresentamos ao Sr. Romeu, gerente do Hotel, e ficamos assim, com permissão para melhor atuação do trabalho. Por intermédio do Sr. Romeu, ficamos cientes que podíamos contar com o Sr. Torres, chefe da Recepção e com Blenio recepcionista os quais foram de valiosa colaboração. O agente Ramos já havia colocado Blenio a par do trabalho. Daí então, decidimos trabalhar em conjunto para melhor rendimento do serviço (com o D.P.F). Os Agentes (D.P.F), Edson, Marcos e Dijalma trabalhavam num Volkswagen chapa AZ8427, cor cinza. Neste horário ficou na recepção Marta com Edson, Jupira e Luzia ficaram ao lado do Hotel Miramar, em frente ao Coffe Chopp, no carro deste Departamento. A Dr^a. Terezinha às 20 para às 19:00 horas, desceu do apartamento 512, no 5º andar, com blusa azul e saia branca, sandália de cortiça salto alto, bolsa preta e uma porção de recortes de jornais na mão; um jornal dobrado e umas revistas tipo VEJE. A mulher é de cor branca, aparenta 1,68m com sapatos, cabelos preto estirado, cortado em mecha curto. Tem a pele fina, olhos claros azulados, tem uma aparência simples e calma, caminha sem afetação. Aparenta tipo nervoso, agitado quando fala. Tem o rosto oval com leves rugas, um pouco obesa, aparenta entre 46 e 50 anos. No horário supra citado, ela encontrou-se na recepção do Hotel com uma jovem de 20 a 27 anos, tipo estudante universitária, calças compridas, sandálias, lenço curto sobre o cabelo castanho, cor branca, rosto redondo, tipo alegre,

se cumprimentaram e saíram conversando do Hotel, foram seguidas pela agente Marta que neste momento acabava de identificar a Dr^a Terezinha (através do agente de polícia Edson), a mulher lado a lado com a jovem atravessaram a rua pelo corredor da Casa Viana Leal e foram apanhar um táxi na Av. Conselheiro Aguiar, Marta chamou os colegas Djalma e Marcos e seguiram o táxi que se dirigiu para a Rua Setúbal, 1600, Edifício Apolo, lá entraram, tomaram o elevador para o 10º andar e permaneceram no apartamento 1001 ou 1002, onde jantaram em companhia de D. Hélder Câmara, que lá já estava a sua espera. Jupira e Luzia ficaram com Djalma e Marcos na Guarda do prédio até às 21:10 hs, quando a Dr^a, desceu acompanhada da jovem supra citada e de uma senhora idosa, cabelos grisalhos usando uma roupa antiquada, tipo beata. Em seguida a jovem parou o táxi TX 6009, o qual a conduziu de volta ao hotel, seguidos pelas referidas Agentes. Ao chegarmos ao Hotel, permanecemos até às 10:30 hs em que constatamos que a mulher não sairia mais de seus aposentos. Às 04:00 h, da manhã de 18/03/2006, chegamos ao Hotel Miramar continuando a campanha 20 p/às 08:00 hs, a DR^a. Terezinha ligou para a recepção pedindo os jornais do dia e informou a recepção que iria ao correio e em seguida fazer uma visita a uns amigos e pediu que encerrasse sua diária antes das 14:00 horas, pois iria a João Pessoa. Às 09:00 horas, a Dr^a. Terezinha saiu do Hotel, seguida por Marta e foi ao correio na Av. Conselheiro Aguiar, onde colocou carta registrada para São Paulo e Salvador, em seguida, apanhou o táxi 1383, e foi para Av. Beberibe, nº.3122, residência do Dr. Paulo Cavalcanti(advogado), lá em frente de sua residência quando ela chegou já estava o carro Volkswagen placa AL-8791, esta casa foi ou é propriedade do compadre de Luiz Carlos Prestes. Às 10:35hs, saiu da referida casa do Deputado Marcos Cunha, trajando terno branco, tomou o carro acima mencionado que estava em cima da calçada da referida casa e saiu apressado. Às 15 p/ às 11:00h, a Dr^a.

Terezinha saiu e tomou o táxi (já referido) que estava a sua espera e voltou ao Hotel, chegando lá pediu a conta rápida e no mesmo táxi que a conduzia desde às 09:00h da manhã, viajou para João Pessoa. O referido táxi era dirigido por um jovem aparentando 20 a 25 anos, trajando calça preta e camisa vermelha, moreno simpático de cabelos pretos, este nos informou que o carro era de propriedade de seu pai. Salientamos que no momento da campana feita à Av. Beberibe, a jovem que estava a serviço do SNI, e que tinha se desligado de sua turma e vinha acompanhando o táxi que conduzia da Dr^a. Terezinha encontrava-se no táxi placa 8052, cor azul, nos informou que o motorista do táxi que conduzia a Dr^a. Terezinha fez sinal para ela demonstrando saber que estava sendo seguido pela mesma (moça do SNI). Marta chamou a referida moça que estava no telefone público e juntamente com Edson convidou-a para dispor do nosso carro, enquanto aguardava o carro dos seus colegas do SNI, pois foi a referida moça estava praticamente queimada do Serviço. Então decidimos que Edson falaria com o motorista do táxi da Doutora para que ele não falasse nada, a fim de não estragar o serviço policial, a partir desse momento o jovem motorista passou a colaborar com toda a equipe. Além destes contatos pessoais mantidos pela Dr^a., houve contatos telefônicos: São Paulo às 13:00h., do dia 17/03/2007, ligação feita n^o. 624072, João Pessoa-PB às 22:00h, do mesmo dia n^o. 6085.

Este é o Relatório.

Recife, 18 de março de 1976.

Assinam os agentes: J.W.P; M.M.D.L e L.P.C. Agentes de Polícia 3^a. classe n^o. SP-8.¹⁴

14 Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional N^o. 29.842. Esse Prontuário corresponde a uma série de documentos administrativos, resultados de boletins de sindicâncias, boletins de ocorrências e Relatórios feitos pelos agentes no exercício de suas atividades.

O presente Relatório policial é muito completo na medida em que mostra agentes de diferentes órgãos de informação atuando conjuntamente em torno do alvo, suas práticas de vigilância. Observe que a pessoa em questão é objeto do interesse de três órgãos integrantes da rede: SNI, SSP/DOPS e Polícia Federal, instâncias, que nesse caso, aparecem colaborando entre si, no objetivo de coletar o maior número de informações referente à pessoa em foco. Outro detalhe importante se traduz na colaboração de civis, tanto no Hotel – apoio que vai do gerente ao porteiro, bem como do motorista de táxi que acompanha a senhora em lide durante todo o percurso, percebendo ao final que está sendo perseguido, ao que passa a colaborar com os agentes, repassando e/ou complementando informações sobre a referida investigada. E o que é mais significativo, ao final do documento todos que participaram da operação assinam, o que é bastante difícil para o período, uma vez que havia uma orientação de se manter o sigilo dos agentes e informantes em operação.

O produto dessas muitas e variadas ações é o conhecimento, é o saber acumulado, do qual passam a dispor e que é processado, verificado, analisado e confrontado com outros dados, de maneira que aos Centros de Informação é permitido rastrear as entranhas, os deslocamentos do *corpus* social e conhecer suas fragilidades (traduzidas em segredos, vicissitudes e privacidades), que são manipuladas de forma competente pelos agentes, pelo interrogador, ao sabor dos interesses da investigação. Os métodos e as práticas policiaiscas, respaldados pela produção, coleta, análise, cruzamento de dados, manipulação tratamento, classificação, registro e arquivamento (JARDIM, 1987), são usados para tolher, ameaçar, chantagear e coibir as pessoas; ou especular um fato cujo fim seria a censura ou repressão do fosse interpretado pelos órgãos de segurança como crime ou delito.

Essas informações têm as mais diversas utilidades. Servem, por exemplo, para localizar o destino/paradeiro de alguma liderança política, sindical, ou de “uma pessoa considerada subversiva” pela

polícia; servem ainda para ameaçar, intimidar e implantar o exercício do medo em indivíduos ocupantes ou não de postos estratégicos, ou posicionados num lugar de circulação suspeita, em todo lugar que sugerisse uma ameaça a ordem de maneira que permitisse solucionar alguma querela útil para a polícia, resolvendo algum “nó” no quebra-cabeça da investigação.

Uma informação pode ser utilizada como meio para solucionar os mais variados entraves ou problemas da investigação; exerce um poder de persuasão eficaz, servindo ainda para induzir a confissão/delação, às vezes como tráfico de influência nas instâncias e níveis diferenciados das cadeias hierárquicas de poder; enfim, age como a **chave** que elucida a trama “subversiva”, o “crime”.

É esse caráter volátil da informação, do informe, são esses dados manipuláveis que fazem a diferença no exercício do aparato repressor e nos resultados obtidos. Permite fazer das práticas policiais um aprendizado constante, levando-as a se especializar num tipo bem flexível de atuação, diríamos até, ambíguo, malicioso, escorregadio na fase de coleta, mas extremamente burocratizado e operante na fase institucional, onde agem no “cumprimento da lei”, autuando a pessoa, enquadrando-a (para isso têm até cartório operando internamente a qualquer hora). A instituição aprendeu a seu modo a ser dúbia, descobrindo o poder de alcance de sua atuação e, sobretudo, os efeitos que esses procedimentos provocam na sociedade.

Como funciona na prática o trâmite informacional? Como se dá o processo, da vigilância ao enquadramento do indivíduo?

A partir de relatos obtidos em entrevistas realizadas com alguns **prontuários**¹⁵ do acervo DOPS-PE, pudemos observar a que procedimentos foram submetidos. O cruzamento das informações que foi possível estabelecer nos permitiu chegar às conclusões que se seguem.

¹⁵ **Prontuário**: Termo usado para designar a pessoa que tem prontuário aberto no extinto DOPS.

A suspeição é o primeiro passo para justificar a atuação da vigilância sobre o objeto investigado. E pode ser motivada por alguma denúncia, informe ou informação, provenientes ou não de delação. Quando chegam ao conhecimento da SSP, estes são repassados para o DOPS, que procede à investigação. A averiguação inicial é feita através do pedido de busca¹⁶ junto a todos os órgãos da rede, no sentido de rastrear os antecedentes que confirmem ou não o possível envolvimento do investigado.

Constatado o envolvimento, é realizado o levantamento nos arquivos dos órgãos de segurança em busca de maiores informações que possam complementar a investigação, sendo averiguados também os fatores considerados de risco à segurança e à ordem, como, por exemplo, o “seu” envolvimento com passeata ou manifestação pública identificada como **agitação**; ou algum antecedente com o Partido Comunista, o que faz com que o investigado seja logo taxado de **simpatizante** das ideias comunistas ou mesmo do **comunismo**.

Concluído esse primeiro passo, procede-se, de acordo com o grau de envolvimento do suspeito, à abertura do prontuário pelos DOPS estaduais, e as informações que circulem em torno do nome ou do fato relacionado ao investigado são devidamente arquivadas e repassadas a todos os órgãos da rede para o conhecimento e análise.

Após esse procedimento e em consonância com a necessidade, é observado e/ou acordado realizar uma ação mais profunda em torno do investigado, entrando em ação os agentes investigadores externos. Dependendo do caso, pode ser solicitada uma força-tarefa em torno da missão de captura e posterior interrogatório, que pode contar com a colaboração técnica de interrogadores de qualquer uma das instâncias de informação: Exército, Marinha, Aeronáutica, DOI-CODI e,

16 Pedido de busca: Corresponde a um procedimento administrativo usado pelos órgãos de segurança para solicitar dados gerais sobre uma determinada pessoa e colher possíveis antecedentes sobre ela em outras unidades da rede de informação. Constitui-se num dos recursos ou instrumental da investigação.

sobretudo, DOPS. O trâmite informacional opera envolvendo todos os órgãos de informação. No documento ilustrado na Figura 19 observa-se a operacionalização da rede em torno do objeto de investigação e como a informação é difundida para os órgãos competentes da rede para o conhecimento e informação.

CONFIDENCIAL

MINISTERIO DO EXERCITO RECEPTE. 25 Jan 72
 IV EXERCITO AO SSB/FE
 E M - 2ª SEÇÃO

ASSUNTO: **NORMAS DE AÇÃO**
 ORIGEM: **Q I B -**
 AVALIAÇÃO: **-**
 DIFUSÃO: **-**
 DIF ANT: **6, 7, 10, 11, 12, 7, 1, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100**
 REF: **1, 11, 111 EX, 112, 113**
 ANEXO: **-**

Cópia anexa de documentos em três fls. encaminhados em 08/2/72

CONFIDENCIAL

Esta Agência remete, em nome, as **NORMAS DE AÇÃO** e o **QUESTIONÁRIO** que deve ser preenchido pelo pessoal que retorna de exterior e que se encontra nas referidas normas.


 25 de Janeiro de 1972
 11 11
 11 11
 11 11

ao Dops
[Handwritten signatures]

DELEGACIA DE SEGURANÇA SOCIAL
 Estado de Pernambuco
PORTARIA
 N.º **6**
 Data **25** de **21** de 19**72**
Dombos
 Escrivão

DEPARTAMENTO DE ORDEN JUDICIAL
 Estado de Pernambuco
PORTARIA
 N.º **14**
 Data **04** de **fevereiro** de **1972**
[Handwritten signature]
 Escrivão

DA RES. PUBLICA
Protocolo Sigiloso
 Em **21** de **1972**
 PROT. 2026 FUND. MARCO
99-63-11 *[Handwritten]*

— O Destinatário é responsável pela Manutenção do Sigilo deste Documento. (Art. 62 — Dec.º 60.417/67 — (SAS))

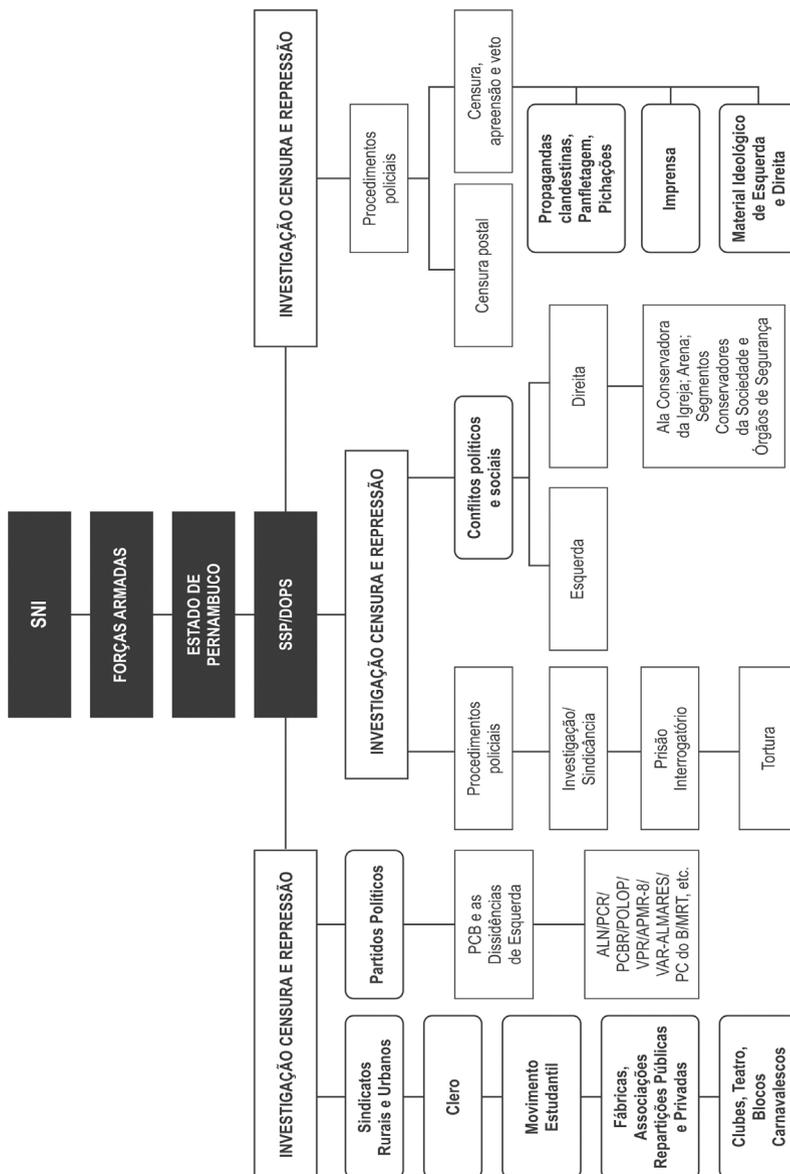
CONFIDENCIAL

Figura 19: Documento contendo a determinação de uma Norma de Ação extensiva aos órgãos da Rede.

Fundo: SSP/DOPS nº 5395.

A importância do intercâmbio institucional como sustentáculo da rede de informação (Diagrama 7) é fundamental na manutenção dos espaços de poder, operando no sentido de vigilância permanente e controle do social, sendo a partir dessa perspectiva possível entender a importância dada à informação no rastreamento das pessoas, feito através da coleta, processamento e repasse dos dados em caráter local/nacional. Com isso tem-se um arsenal de informações geradas em circunstâncias às vezes atípicas, pois, dependendo do grau de interesse e/ou periculosidade do nomeado pela polícia como “elemento suspeito”, se ele viajar por vários estados do país é repassado, ao DOPS do estado onde se detecte a sua passagem, um dossiê composto por informações que transitam pelos organismos de controle, permitindo dessa maneira seu rastreamento permanente. Daí uma das causas de se optar pela clandestinidade, que parece ser um meio eficaz de resistência e sobrevivência pessoal e da organização a que se está ligado.

Diagrama 7: Organograma da repressão, 1968-1972.



Fonte: Elaboração da autora.

CAPÍTULO 3

Memórias da resistência

Neste capítulo faremos uma análise das práticas de resistência de alguns segmentos da sociedade civil que tiveram maior envolvimento com a ditadura militar, na medida em que se situaram do lado oposto ao regime, realizando protestos, atos, manifestações, panfletagens, pichações, etc. contrários à “ordem” estabelecida pelo estado militarizado implantado no país a partir de 1964. Pretendemos mostrar que não houve repressão sem resistência, e vice-versa. Ambos os movimentos fazem parte de uma mesma mecânica de poder – usando um ditado popular, são os dois lados de uma mesma moeda –, referente a um mesmo contexto político-social, atuando numa determinada época histórica.

Memória e História

Para essa análise, fez-se necessário empreendermos um fecundo diálogo entre os relatos de memória que serviram como parâmetro complementar fundamental às fontes documentais escritas oriundas

dos órgãos de informação e segurança. A dimensão que pretendemos dar ao diálogo aqui proposto passa pela relação da memória com a história na perspectiva pensada por Antonio Torres Montenegro:

Em lugar de tomarmos o conceito de memória como algo acabado e passarmos a avaliar em que este se aproxima ou se distancia daquilo que é considerado verdadeiro, ou seja, ser uma lembrança viva de pessoas e grupos, propomos estudá-la nas diversas formas que adquire em situações sociais e históricas específicas. Ou seja, estudar o significado social que as lembranças adquirem em função de temas e questões colocadas pelo presente, bem como avaliar a dimensão de experiências individuais e coletivas que colocam a memória em constante movimento a partir dos desafios sociais, políticos e culturais. (MONTENEGRO, 2006, p. 104).

Nesse pensamento de compreender a memória em constante movimento a partir dos desafios, sobretudo políticos, selecionamos alguns segmentos de esquerda visados pela polícia antes e durante o regime civil-militar, na tentativa de estabelecer uma conexão entre os relatos orais provenientes da resistência à ditadura e as fontes documentárias policiais, com o objetivo de ampliar através de vários subsídios a compreensão do fazer histórico, na medida em que:

Os documentos dizem de múltiplos passados, múltiplas redes, múltiplos níveis, em que se estabelecem as práticas sociais. O debruçar-se sobre o passado através dos documentos nos leva a perseguir fios, labirintos, níveis distintos de práticas que tangenciam e que, ao se transformar em narrativa histórica, irão dizer muito a alguns no presente e muito pouco ou mesmo nada a outros. (MONTENEGRO, 2006, p. 106).

É importante destacar que toda elaboração realizada pelos órgãos de informação e segurança em torno dos segmentos de oposição não passa de representações (CHARTIER, 1990, p. 20) criadas no intuito de delimitar o perfil e o espaço dos inimigos do regime, os quais

foram estrategicamente tachados de “subversivos”. Como resultado dessa produção temos o que Ricoeur (2000, p.106), designou como a terceira dimensão da memória, a dos sinais materiais, documentais, que correspondem ao campo de investigação dos historiadores. “Elas [as fontes orais e escritas] constituem, portanto, sozinhas a inevitável imbricação da história e da memória [...]”. (DOSSE, 2004, p. 151).

É fundamental perceber essa dimensão, uma vez que de um lado há toda uma produção documentária policial, em torno da qual os procedimentos de esquadrinhamento do ser humano foram realizados, e do outro lado a possibilidade infinitamente fértil de se recuperar, por intermédio dos relatos da memória desses personagens, outros fragmentos reveladores dos fatos ocorridos durante o regime civil-militar de 1964, sobre o qual a sociedade vivencia um inquietante silêncio. Assim, tentaremos estabelecer os fios que conduzem a novas possibilidades de leitura dialética do passado/presente.

Ricoeur insiste no fato de que o passado ainda existe no tempo folheado do presente. [...] É a partir dessa insistência que memória e história podem ser confrontadas como duas práticas, duas relações com o passado do ser histórico, em uma dialética do ligamento e o desligamento. (CHARTIER, 1990, p. 155).

Inúmeros foram os embates entre as “forças de segurança”¹ do país e as “forças de oposição”², com a adoção de procedimentos que iam desde o emprego da suspeição e vigilância, que eram estratégias de “reconhecimento do inimigo”, até o seu esquadrinhamento (repressão). É sabido que durante o período em que o país esteve sob a tutela das

1 Os órgãos de segurança como as Forças Armadas e seus respectivos Centros de Informações, Polícia Federal, unidades DOPS do país, Divisões de Segurança, etc.

2 Os segmentos de oposição ao governo: partidos políticos, organizações como a Ação Libertadora Nacional, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, Movimento Revolucionário 8 de Outubro, Vanguarda Popular Revolucionária, entre outros; e movimentos como as Ligas Camponesas, alguns setores progressistas da Igreja, o Movimento Estudantil, etc.

Forças Armadas muitas medidas foram tomadas no intuito de coibir a disseminação e proliferação de ideias e ações que atentassem contra o regime.

O clima tenso instalado no cenário nacional apontava para as esquerdas atentas e dispostas a agir em nome de um ideal de sociedade mais justa, razão pela qual pagaram um preço alto. Vários foram os procedimentos repressivos utilizados com a finalidade de controlar os focos de rebelião; no entanto, as táticas de resistência empregadas pelos manifestantes/militantes alcançaram patamares cada vez mais aprimorados no embate com as Forças Armadas.

Era rotina da polícia rotular, de forma generalizada, os segmentos de esquerda ou os simpatizantes de “comunistas”. No entanto, ao nos debruçarmos no estudo dos grupos de esquerda que atuaram no Brasil naquele período, observamos várias orientações ideológicas coexistindo, cada qual com uma leitura do contexto político e com propostas diferenciadas dos encaminhamentos que se deveriam seguir para implantação de um projeto político revolucionário para o país. Nesse sentido, temos configurado o embate de projetos políticos distintos, cujas práticas e discursos vão fazer circular uma produção diferenciada de fontes documentais escritas/orais que refletem essas posições conflitantes, onde é possível perceber o confronto entre memórias e identidades. Isso mostra, de acordo com Pollak (1992, p. 204), “que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos.”

Do mesmo modo que durante o regime civil-militar os métodos coercitivos policiais foram diferenciados, também em relação às esquerdas as práticas revolucionárias foram distintas, sendo necessária uma constante revisão/avaliação dos procedimentos específicos utilizados por cada um dos segmentos. E essas táticas impuseram o movimento, o ritmo do embate entre os lados opostos, a ponto de se perceber, ao investigar os documentos do acervo DOPS-PE e os relatos

de memória do período, que a rede de informações não subsistiria se não fosse a existência de outra rede, aquela que na interpretação policial era tida como "subversiva". Isso parece óbvio, mas traz em si toda uma carga de envolvimento, de tensões, de disputas, de embates históricos e silenciamentos responsáveis pelo sentido do próprio regime civil-militar.

Como critérios para escolha dos segmentos a serem analisados foram observados três aspectos, que nos permitirão visualizar a dimensão das práticas de resistência empregadas no intuito de despistar os integrantes da rede de informações: o primeiro se refere à quantidade de informes e informações produzidos/tramitados nos órgãos da rede em torno dos mesmos; o segundo diz respeito à frequência com que eram monitorados pela polícia; e, finalmente, o terceiro considera os procedimentos coercitivos utilizados pelo aparato militar. Com isso pretendemos destacar uma certa práxis comum ao regime de exceção de impor como verdadeira a versão oficial sobre o acontecido nos anos de ditadura. Essa predominância da história oficial foi analisada por Michael Pollak:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar a impor. (POLLAK, 1989, p. 8).

Identificamos três grupos que tiveram grande evidência no período em foco, a partir das seguintes características: a) o grau de ameaça que o seu projeto político poderia representar; b) a frequência da vigilância e repressão policial a eles impostas; c) o tipo de resistência que ofereceram, dificultando/impedindo a ação policial. Isso não significa que no contexto social outras forças de oposição que desempenharam um papel expressivo tenham escapado à lógica da suspeição policial. Entretanto, destacamos aqui os segmentos

que intensamente foram objeto da malha vigilante, sendo por isso alvo constante do monitoramento dos órgãos de segurança: as Ligas Camponesas, o Movimento Estudantil e duas dissidências do Partido Comunista – a Ação Libertadora Nacional (ALN), que segundo alguns autores aparece como a principal organização de esquerda operando no Brasil naquele período (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999, p. 27-29), e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que teve bastante atuação no Nordeste.

É importante acrescentar que não é objeto desse trabalho discutir em profundidade nenhum dos segmentos aqui selecionados; nosso objetivo é percorrer o caminho dos órgãos de informação e segurança no trabalho de vigilância junto à sociedade; é perceber como e porque são escolhidos os alvos; é entender os mecanismos e práticas utilizadas pela polícia, no intuito de coibir as ações consideradas subversivas.

A atuação das forças de repressão

Para o historiador, debruçar-se sobre “as diversas modalidades da fabricação e da percepção do acontecimento a partir da trama textual, é fundamental. Esse movimento de revisitação do passado pela escrita histórica acompanha a exumação da memória nacional e ainda reconforta o momento memorial atual.” (DOSSE, 2004, p. 165).

Um ofício reservado de 31 de outubro de 1960, encaminhado ao Delegado Auxiliar da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, fornece uma visão geral dos assuntos que eram objeto da atuação da polícia:

Solicito as providências de V.S^a. No sentido de informar diretamente ao titular desta Secretaria, por escrito e com esclarecimento de detalhe, em caráter reservado e tão logo obtenha os elementos, os assuntos na ordem abaixo transcritos que, pela importância, devem ser colhidos por elementos de confiança, sob imediata e direta constatação de V.S^a..:

- I. Indícios de atividades de elementos comunistas no Estado, municípios e onde essas atividades apresentam maior amplitude.
- II. Indícios de próxima perturbação da Ordem Pública, de caráter grevista, por meio de greves, sabotagem, arruaças, depredações etc. visando o enfraquecimento das autoridades ou a paralisação dos serviços de energia elétrica etc.
- III. Informes relativos ao aliciamento de adeptos para deflagração de movimento subversivo de vulto, mediante a organização de “Brigadas de Choque”, “milícias populares”, “**exército camponês**” ou outras denominações semelhantes. Caso positivo, quais os principais focos que deverão ser esmagados e valor aproximado dos mesmos.
- IV. Atividades de indivíduos ou de grupos, comunistas ou não, que possam indicar o preparo ou o desencadeamento de grave perturbação de Ordem Pública ou de **sublevação armada**, associada ou não a atos de terrorismo. Caso positivo, qual a sua amplitude no meio civil?
- V. Permanência ou trânsito de comunistas, estrangeiros ou nacionais de outros Estados, liderando ou orientando as atividades dos líderes vermelhos locais. Apurar se possível sua identidade, procedência, tempo de permanência, ligações realizadas e local de destino, se for o caso.
- VI. Experiência de atividades suspeitas visando à subversão da ordem no País e o desenvolvimento de **movimento armado**, com a participação ou não do extinto PCB.

Recomendo fornecer mensalmente ao titular desta Secretaria, em caráter reservado e por escrito, um relatório da situação do Estado de Pernambuco, relativamente aos acima indicados, informando, por outro lado, em qualquer

ocasião, além do relatório, o que se passa de anormal dentro daquela ordem de assuntos.³

O presente documento é de uma riqueza extraordinária, na medida em que destaca, além dos focos de preocupação da polícia em relação à desordem, o receio da existência de **luta armada, movimento armado, sublevação armada**, evidenciando ainda os procedimentos de ação da DOPS, e como na prática ela invadia o tecido social, no intuito de conseguir, em caráter preventivo, rastrear os sinais de subversão antes que eles se instalassem, tornando-se incontroláveis. Para os agentes da DOPS, a suspeição era a primeira arma para o estabelecimento de uma vigilância preventiva da sociedade. Nesse contexto, **ter acesso a informações vitais ao controle** tornava-se fundamental à própria manutenção da ordem. Por outro lado, no presente, trazer à tona essas evidências permite realizar “o dever de memória que é o de fazer justiça, pela lembrança do outro” (DOSSE, 2004, p. 159).

Outras providências faziam-se necessárias no sentido de preparar o órgão para enfrentar novos desafios. Assim, em 1961, ocorreu o seu aprimoramento e transformação em Departamento. Essa medida visava atingir os níveis de sofisticação requeridos, na tentativa de tornar eficazes os serviços de investigação e controle social diante das novas formulações do crime. Isso compreendia:

A **especialização** – significa o requinte em matéria de qualificação, dinamismo e maior preparo técnico ante as demandas de combate a “desordem”. [Esse nível perseguido pelo secretário de segurança pública, será alcançado com o apoio dos Estados Unidos, que irá viabilizar cursos de capacitação através de intercâmbios, liberarem recursos para modernização técnica da polícia e patrocínio a criação de toda infra-estrutura necessária à instalação da Escola de Polícia no Estado].

3 Ofício reservado n°. 135, de 31 out. 1960. Grifo no original. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n°. 29.638.

Nesse momento, a polícia passa a aprimorar seus mecanismos de ação, ser “**Técnica**” – O que significa está aparelhada e treinada para potencializar ao máximo os métodos de controle social, combater os desvios e as novas formas de agitação, antes que se instalassem. A polícia será ‘**Objetiva**’ – O que significa apresentar respostas imediatas e à altura, frente a um conflito, agitação, desordem. E ‘**eficaz**’ – Nos resultados. E para isso, a forma de agir e as linhas de ação, requer treinamento, especialização e um imediatismo desse aparelho, no tocante a uma situação de conflito, no sentido de sempre se antecipar aos fatos.⁴

Esse comportamento não se restringia apenas ao DOPS/PE, ocorrendo também em outras unidades – como o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e o Departamento Especial de Segurança Política e Social do Distrito Federal (DESPS) –, ao amparo das diretrizes do Ponto IV do Programa de Segurança Continental elaborado pelos Estados Unidos e sob a alegação de risco à segurança interna do Brasil, devido aos constantes conflitos que, na opinião das Forças Armadas, encaminhavam o país para uma possível revolução socialista nos moldes da Revolução Cubana.

O aparelhamento dos órgãos policiais se fazia com o objetivo de responder melhor aos serviços de investigação, censura e repressão ao comunismo, responsável pelo clima de desordem, pelas greves, agitações nas ruas, protestos, manifestações populares, etc. Essa orientação era comungada por secretários de segurança de todo o país, como é possível verificar nas declarações prestadas pelo Delegado Especial da Delegacia de Polícia Política e Social de São Paulo, cel. Danilo da Cunha Nunes, em entrevista concedida à Revista Lei e

4 Relatório do Gabinete do Secretário de Segurança Pública repassado aos Delegados de Polícia em 15 de abril de 1961. Contém o seguinte despacho: “Para o conhecimento de todas as unidades.” Grifo no original. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º 29.638.

Polícia sobre a posição do comunismo em nosso país e o que estavam fazendo para combatê-lo:

[...] No momento, estamos promovendo uma modernização do nosso dispositivo de polícia política e social. Sem aumento de despesas e de pessoal, intentamos atualizar o nosso organismo no sentido de desenvolver particularmente a nossa capacidade de informação, dando prioridade à ação preventiva. Estamos criando uma sala de planejamento e operações, que permitirá que a atuação da Divisão de Polícia Política e Social não se faça ao acaso e se estabeleça um controle eficaz e sempre presente.⁵

O documento reflete uma mentalidade de modernização da estrutura policial, compartilhada pelo aparato policial do país, o que denota uma necessidade de aperfeiçoar a máquina para o combate das ações consideradas subversivas, que se traduziam, como já foi dito, em manifestações, protestos, greves, passeatas, pichações e toda a sorte de desordem contra as estruturas sociais, na opinião de alguns segmentos conservadores.

No decorrer da trajetória de especialização das polícias, já vimos que não agiram isoladas, e que a opção pelo intercâmbio entre as esferas de segurança local/nacional foi usada para facilitar e potencializar as ações de vigilância social, no intuito de pôr fim à desordem. Nessa conjuntura de intercâmbio entre os órgãos, o DOPS-PE, pelo fato de Pernambuco ser considerado um estado crítico relativamente à ação dos segmentos subversivos, iria receber influência direta da Delegacia Federal de Segurança Pública, com sede no Rio de Janeiro. Esta delegacia especializada destacava-se no tratamento aos “crimes políticos”, talvez por ter sido a primeira a ter acesso aos treinamentos no exterior (EUA), ou pelas técnicas de combate ao comunismo.

5 Entrevista concedida pelo Coronel Danilo da Cunha Nunes à *Revista Lei e Polícia*, p. 16. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º 31.138.

A contrapropaganda dos órgãos de segurança e informação

Merecem referência as “produções intelectuais” de combate ao comunismo no campo, considerado pelo Secretário de Segurança Pública de Pernambuco como uma das maiores ameaças à ordem naquele momento. Na tentativa de coibir o avanço do “credo vermelho”⁶, uma equipe de oficiais apresentou ao diretor da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, cel. Amaury Kruel (Figura 20), medidas profiláticas de combate ideológico a tais ideias. São desse período a elaboração, divulgação e distribuição de inúmeros cartazes contendo contrapropaganda comunista, ricos em conteúdo visual e utilizando mensagens curtas, mas de forte apelo ideológico-político-social, que provocavam efeitos de medo e repulsa, sobretudo entre a classe trabalhadora não alfabetizada do campo.



Figura 20: Imagem do diretor da SSP do Rio de Janeiro, Amaury Kruel, discutindo os termos dos acordos entre as polícias, os recursos e a linguagem que deviam ser utilizados pela polícia para promover a contrapropaganda do comunismo em todo o território nacional.

Fundo: SSP/DOPS nº 31.348.

6 **Credo vermelho:** expressão utilizada entre o aparato policial para designar aqueles que tinham simpatia pelas ideias comunistas.

O intercâmbio entre as instituições policiais logo se verificou e se intensificou pelo país afora, tendo como objeto comum o combate ao comunismo. A Delegacia de Pernambuco, por ordem do delegado Álvaro da Costa Lima, mandou buscar, através de ofício, exemplares dos cartazes e qualquer outro tipo de contrapropaganda dos órgãos de segurança e informação material que passou a ser distribuído nos locais de maior circulação da população, como por exemplo nas pastorais, nas associações de bairro, nos núcleos de assistência, etc.

A Campanha foi batizada de *Bandeira Nacional de Combate ao Comunismo* e sua produção deveria ser encaminhada para todas as delegacias do país que estivessem necessitando de reforço no combate às ideias e ao avanço do comunismo. Os cartazes eram acompanhados de normas para a sua distribuição, a ser efetuada pelas delegacias, às quais caberia repassá-los para as organizações de direita, os segmentos mais conservadores da Igreja e manifestações como a marcha da família com Deus pela liberdade, ocorrida no Recife em 10 de abril de 1964, entre outros. As imagens que se seguem (Figuras 21 A, B, C e D) fazem parte de uma coletânea que retrata um pouco da produção intelectual da polícia contra o comunismo.

Observando as imagens, vê-se o forte apelo ao medo; os conteúdos vinculados procuram explorar rotinas de longa e ininterrupta exposição ao trabalho forçado e situações onde o abuso praticado contra os camponeses pelos comunistas apresenta-se infinitamente pior do que a própria realidade de exploração e violência no campo a que estavam submetidos. Esses argumentos eram utilizados como recurso para afastar a população, sobretudo iletrada, das ideias comunistas. Constituem-se como recursos usados com constância em épocas distintas no intuito de atingir segmentos específicos; são ora destinados aos trabalhadores do campo, ora aos operários. Assim, vejamos outro tipo de contra propaganda comunista direcionada para outro segmento urbano (Figura 22). Trata-se de um cartaz com imagens que fazem apologia a morte, aqui representado pelo crânio, o sangue, as iniciais da URSS,



(A)



(B)



(C)



(D)

Figura 21: Cartazes difundidos nos municípios pernambucanos onde houve maior atuação das Ligas Camponesas.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional de fotografias n°. 1.576. Composto só por fotografias com temas variados, cobrindo a década de 1960 e parte do ano de 1976.



Figura 22: Propaganda anticomunista.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE n.º. 27.472 – B Composto de Fotografias variadas que cobrem o período de 1960-1976.

seguida de pessoas caminhando subjugadas sob a luz do comunismo, sempre associada aos símbolos do comunismo – o machado e a foice. Esse cartaz que foi produzido e disseminado amplamente nas décadas de 60 e 70, no intuito de atingir e amedrontar o público estudantil contra o perigo vermelho.

O controle e a vigilância

No acervo documental da polícia sob guarda do Arquivo Público Estadual em Pernambuco identificamos algumas questões implícitas que nos remetem ao imaginário do órgão policial – levando-nos a compreender a dimensão do que estava sendo combatido –,

paranoicamente anticomunista. É importante destacar que a variedade e a qualidade do material ali depositado possibilitam ao pesquisador uma fecunda e ampla investigação que torna extremamente rico o fazer historiográfico. Tal qual a memória, os registros policiais proporcionam o encontro do outro, “como fonte de movimento da qual é preciso acompanhar os efeitos” (CERTEAU apud DOSS, 2004, p. 214).

O relatório reservado de 08 de novembro de 1960, do Delegado Auxiliar da Secretaria de Segurança Pública-PE, encaminhado ao Secretário de Segurança Pública de Pernambuco, em resposta ao ofício reservado nº 135, de 31 de outubro de 1960, mostra em minúcias a preocupação com o avanço das Ligas:

Em atividade permanente e sempre crescente, há a salientar, nesse setor, a chamada Liga Camponesa, com atuação, já em vinte e oito municípios do interior deste Estado, em vários Engenhos neles existentes. São esses Municípios: Recife, Olinda, Paulista, São Lourenço, Igarassu, Goiana, Paudalho, Limoeiro, João Alfredo, Bom Jardim, Orobó, Surubim, Jaboatão, Moreno, Vitória de Santo Antão, Gravatá, Bezerros, Caruaru, Belo Jardim, Pesqueira, Cabo, Escada, Cortês, Bonito, São Bento do Una, Buíque, Gameleira e Palmares.

Como se sabe, essas Ligas são pessoal e diretamente dirigidas e orientadas pelo Deputado Francisco Julião, que lhes empresta um caráter “manso e pacífico” de emancipação econômica do homem do campo, lutando por uma Legislação específica que venha a dar amparo e assistência à imensa legião de trabalhadores rurais [...] Observe-se, pois, que o “movimento” toma corpo e a reunião de todos esses elementos das Ligas, nos diversos Estados da Federação, poderá se constituir em uma grave ameaça para a tranqüilidade de todos.⁷

7 Relatório Reservado do Delegado Auxiliar ao Secretário de Segurança Pública em 09 de novembro de 1960. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29.638 – Doc. 417 a 420.

Um dado importante a destacar no documento é a constatação do crescimento do movimento das Ligas no campo e sua ampliação para os outros estados da federação. E mais do que a simples expressão de sinais de apreensão, parece corresponder antes a um alerta de que a situação estava fugindo ao controle da polícia.

A partir do ofício reservado nº 135 e da situação exposta no relatório ao Secretário de Segurança Pública, a Delegacia Auxiliar passou a emitir inúmeros relatórios, inclusive semanais, apontando minuciosamente as atividades no campo, além dos principais problemas visualizados em Pernambuco naquele período, estabelecendo uma rotina no envio de informações sobre esse e outros temas, acompanhada com grande expectativa pelo Secretário, o que demonstra ter sido essa uma pauta diária na sua agenda.

Assim, nos tópicos dos relatórios semanais do Delegado vêm-se os acontecimentos que estavam na ordem do dia no rol de preocupações do governo e da polícia, sendo considerados de “alto risco às estruturas econômicas do estado”. Quatro são os aspectos principais presentes nos relatórios dos anos de 1960/62: as ações do Partido Comunista, os incêndios nos canaviais, as greves, as Ligas e o problema do campo.⁸

De acordo com o relatório da Delegacia Auxiliar-SSP-PE relativo ao período de fevereiro a abril de 1961, a polícia preocupava-se em rastrear as atividades de alguns indivíduos, dentro da lógica de suspeição policial que elegia representantes das esquerdas que tinham algum envolvimento com os problemas acima apontados, em especial no campo, para pôr em prática a vigilância preventiva, na tentativa de saber das demandas/mobilizações dos segmentos de esquerda antes que se manifestassem, como forma de controle preventivo do social. Dentre os vigiados destacavam-se, entre outros, David Capistrano da Costa, Francisco Julião e Gregório Bezerra. A rede de informantes passava a

8 Cf. relatórios semanais do Delegado Auxiliar ao Secretário de Segurança Pública em novembro de 1960. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29.638 – Doc. 422.

rastrear as atividades dos envolvidos direta ou indiretamente com os acontecimentos que perturbavam a ordem no estado de Pernambuco.

Assim, vejamos o que diz o documento sobre Capistrano da Costa:

Tido como um dos líderes do P.C., em Pernambuco, o Sr. Capistrano vem sendo seguido por agentes especiais que informam periodicamente todas as suas atividades. Durante os dias 20 a 25 de fevereiro o marginado estava em observação, resultando as seguintes informações:

- a) Reside no nº 356-c da Rua Prof. João Fernandes Soares, Campo Grande. Geralmente, duas vezes, no mínimo, por dia ele comparece ao EDIFÍCIO VIEIRA DA CUNHA, avistando-se ali com o Sr. Miguel Batista.
- b) Frequenta também, quase que assiduamente, a movelaria do Sr. ARNALDO SANTOS, situada na Estrada dos Remédios. O carro chapa oficial (da PMR) Nº. 4349 tem sido usado pelo mesmo, quando vai à Estrada dos Remédios.
- c) Encontra-se diariamente, com os Srs. MIGUEL BATISTA, IVO VALENÇA, FRANCISCO JULIÃO, GREGÓRIO BEZERRA, CLODOMIR MORAIS, um cunhado do Sr. PAULO CAVALCANTI E ADALGISA CAVALCANTI.
- d) Os transportes que usa são geralmente os ônibus. É visto, no entanto, muitas vezes, em automóveis de chapa oficiais, além dos particulares, de chapa nº. 12790 e 3427. 13208.
- e) Tem sido visto nos seguintes lugares: Praça da Independência, Rua da Moeda, 132, Rua da Assembléia, 67, Mercado da Encruzilhada.⁹

A respeito de Gregório Bezerra eram apresentadas as seguintes informações:

Residente à Rua Camutanga, 18, Jardim São Paulo, o Sr. Bezerra tem sido igualmente observado. Tudo faz crer que

9 Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29.638 – Doc. 400.

as suas atividades (se resumem) estejam localizadas no EDIFÍCIO VIEIRA DA CUNHA, 4º, SALAS 426/428;

- a) Quase diariamente, ele recebe a visita do Sr. DAVID CAPISTRANO DA COSTA.
- b) É visto freqüentemente, usando o carro da PMR, chapa 1017.
- c) Freqüenta o EDIFÍCIO DOS BANCÁRIOS.
- d) Às vezes é visto saindo do Edf. Vieira da Cunha em companhia do Sr. David e da Sra. JÚLIA SANTIAGO. Comumente, gosta de freqüentar uma barbearia no mesmo edifício, ou vizinha.
- e) Tanto pela manhã, como à tarde, o Sr. Bezerra poderá ser encontrado no já citado Edifício.

As informações acima foram observadas durante o período de 18 a 24 de março.¹⁰

A vigilância promovida sobre Clodomir Morais, um dos envolvidos com a questão do campo, resultou nos seguintes dados:

Também o Sr. Clodomir Morais vem sendo observado. Reside nas imediações da Encruzilhada. As observações abaixo referem ao período de 21 a 27 de março.

- a) É visto diariamente no Mercado da Encruzilhada (embora trabalhe na Cia. Mundial de Investimentos, Edf. Seguradora).
- b) Encontra-se, também quase que diariamente, com os Srs. DAVID CAPISTRANO DA COSTA, IVO VALENÇA E GREGÓRIO BEZERRA.
- c) Costuma usar carros de chapas nº 4386, 4349 da Prefeitura do Recife, além do de nº 5776, do Dr. PELÓPIDAS SILVEIRA.
- d) Invariavelmente costuma ir ao bairro de Campo Grande, usando, na maioria das vezes, a chapa oficial 4386.

10 Relatórios semanais do Delegado Auxiliar ao Secretário de Segurança Pública. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29.638 – Doc. 401.

- e) Tem sido procurado por diversas pessoas, entre as quais, uma professora da “ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO DA AGUA FRIA” que leciona na casa de um Sr. Oliveira, ex-condutor da Tramways. A ASSOCIAÇÃO, está situada na Rua Zeferino Agra.¹¹

O que essas ‘Partes de Serviços’¹² têm em comum, além da vigilância permanente aos indivíduos considerados “suspeitos”, é o fato das pessoas investigadas estarem associadas à onda de agitação que atingia Pernambuco no campo e na cidade, seja por conta das Ligas, das atividades sindicalistas, de greves, etc. O que se observa nos documentos é:

- 1) A **informação** como produto da vigilância, veículo condutor das conjecturas, suposições, interrogações, suspeição e desconfiança por parte dos agentes que estavam na linha de frente da investigação;
- 2) A **frequência** com que acompanhavam seu objeto de investigação;
- 3) Os **destaques** que faziam no texto, quando queriam chamar a atenção para o local, as pessoas envolvidas com o investigado, algum detalhe que precisasse ser realçado – nesse caso, a forma utilizada era sempre o uso de letras maiúsculas –, de forma a orientar o rastreamento/mapeamento e, o mais importante no trato da informação, a **conexão** dos fatos, das pessoas, dos lugares com as suspeitas, etc., visando elucidar lacunas verificadas na investigação; a partir daí formava-se um grande **banco de dados** – resultando na sistematização de uma teia ou **rede de informações**

¹¹ Relatórios semanais do Delegado Auxiliar ao Secretário de Segurança Pública. Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n°. 29.638 – Doc. 402.

¹² **Parte de Serviço**: procedimento usado pelo investigador que está em serviço (campana), onde são registrados todos os passos da investigação realizada sobre o objeto observado. É na realidade um relatório mais simplificado, feito à mão, durante a investigação in loco, que serve de base para outros relatórios mais completos. Normalmente o investigador não o assinava, só inserindo o seu número de ordem dentro da Polícia.

que eram processadas e cuidadosamente arquivadas sobre fatos e pessoas que atuavam na oposição;

- 4) Sintomaticamente, nos anos que antecederam ao Golpe, houve uma mobilização muito grande por parte da polícia, cujo reflexo encontra-se na farta documentação, onde todos os documentos contêm o carimbo de RESERVADO, indicando um sigilo da operação, cujas informações ficavam restritas ao delegado, secretário e investigadores envolvidos.

Dando continuidade ao exame dos relatórios elaborados pelos investigadores encaminhados ao Secretário de Segurança Pública de Pernambuco, nos deteremos na sequência em que a Delegacia Auxiliar faz o rastreamento do setor sindical, onde se destacam as atividades do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife, Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Carvão e Mineral do Estado de Pernambuco, Sindicato dos Empregados nos Serviços de Transportes Urbanos e da Federação Sindical Mundial. Segundo a interpretação do investigador que pegou um dos boletins distribuídos, contendo instruções acerca de como a classe trabalhadora devia se comportar nos movimentos paredistas, a Federação “instrui e orienta a classe operária, pregando a rebelião, a greve e a agitação no meio dos trabalhadores”.¹³

É interessante observar a classificação que é atribuída aos novos componentes da Comissão Executiva aprovada para dirigir os destinos do Conselho Interestadual dos Trabalhadores:

PRESIDENTE: Cláudio Braga – Sind. dos Ferroviários
(Comunista)

1º Vice-Presidente: João Barbosa de Vasconcelos –
Comerciários (2)

¹³ Boletins apreendidos e encaminhados à Delegacia Auxiliar, s.d. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29.638 – Doc. 404, contendo, na leitura dos investigadores, instruções aos trabalhadores para que procedessem a greve, a desordem e a rebelião, o que era visto pela polícia como subversão.

2º Vice: Hermes Teixeira – Bancários (Simpatizante)
Secretário Geral: Elísio Soares Falcão – Bancários
(Comunista)
2º Secretário: Antonio Batista de Souza – Func. Público
(Simpatizante) [...] ¹⁴

Chamaríamos a atenção para os seguintes aspectos apresentados pelo documento: a preocupação em monitorar as atividades sindicais, havendo uma grande quantidade de informes que retratam como a polícia estava em seu encalço; a classificação dada pela polícia a cada um dos membros da Comissão, e que no caso do 1º vice-presidente é feita de forma especial, apenas com a aposição do número 2 entre parênteses, forma usada para designar os simpatizantes do comunismo. Essa rotulação do suspeito na prática significava já seu enquadramento, na medida em que havia uma destinação estabelecida para aqueles que notadamente insistiam em afrontar o poder instituído.

O que se verifica daí por diante nos documentos é uma crescente preocupação por parte da polícia com os rumos que poderia tomar o país caso não fossem adotadas providências enérgicas de combate ao avanço das ideias e práticas comunistas. Os relatórios que antecedem ao ano de 1964 vão ficando mais frequentes, para atender à intensidade de solicitações que eram feitas pela hierarquia policial superior. Tendo como foco o setor rural com destaque para o crescimento da atuação das Ligas Camponesas que passava a preocupar as elites oligárquicas e a polícia.

As Ligas Camponesas, em meados dos anos 1950 e com maior intensidade na década de 1960, passaram a entrar na rotina da vigilância policial devido aos confrontos que vinham se tornando mais frequentes no campo entre proprietários e trabalhadores rurais. Os sinais do que se avizinhava reforçavam o cenário de disputas e conflitos impostos por uma realidade povoada de temores em relação aos significados presentes nas reivindicações da classe trabalhadora.

14 Boletins, s.d. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29.638 – Doc. 407.

O receio não era totalmente infundado, uma vez que no contexto externo tinha-se a realidade da Revolução Cubana de 1959, que servia de inspiração, e o conseqüente fortalecimento dos ideais revolucionários de ‘esquerda’; no âmbito interno proliferava a agitação vinda de um segmento bastante significativo como as classes trabalhadoras do campo, que de forma cada vez mais intensa pressionavam por mudanças nas relações trabalho/capital, questionando os mecanismos de dominação e exigindo de forma incisiva a reforma agrária.

Observa-se acirrado avanço do movimento das Ligas Camponesas após o apoio fornecido pelo deputado Francisco Julião, cuja atuação junto à Assembleia Legislativa, à imprensa, à Ordem dos Advogados do Brasil e outros canais deu um outro encaminhamento ao movimento, proporcionando-lhe mais visibilidade e, por outro lado, tornando-o mais ameaçador para a elite proprietária e a polícia. Como assinalou Antonio Montenegro (2003, p. 249), “[...] há de se reconhecer um movimento de resistência desses trabalhadores em que a tática é movimento dentro do campo de visão do inimigo”.

Em 1961, era foco de especial atenção o convite feito pelo governo de Cuba para participação nas festividades de 1º de maio naquele país, estando prevista a viagem de uma delegação composta por representantes das Ligas de Pernambuco e dos estados vizinhos, além de alguns deputados, vereadores, prefeitos e jornalistas:

[...] 15 elementos do Ceará, 07 do Rio Grande do Norte, 08 de Alagoas, 13 da Paraíba e 47 de Pernambuco. Está programada para o dia 25 de Abril de 1961 às 8:00h, a partida da Delegação comandada pelo Deputado Francisco Julião, em avião Turbo-hélice enviado pelo Sr. Fidel Castro. A referida viagem foi cancelada às 9h do dia 25 de abril às 10:30 quando o Deputado Francisco Julião, acompanhado do Sr. Clodomir Moraes e a Srta. Inesilva Braga Teixeira da Delegação cearense, comunicaram a todos os presentes que a viagem fora adiada por motivo de segurança. Por intermédio do Sr. Francisco Ramos (1º Secretario da

Embaixada de Cuba) e Antonio Sellis Chaves (Interprete da Embaixada de Cuba) foram transmitidos os motivos que forçaram o adiamento da viagem para outro dia. Mensagem da Delegação – Zelo pela pessoa humana causa o adiamento da viagem para Cuba.¹⁵

É evidente como o teor do documento reflete a tensão que o assunto Liga Camponesa provocava na polícia; a cobertura foi realizada nos mínimos detalhes, e o pronunciamento do nome de Julião traduzia-se como sinônimo de encrenca no campo e de curiosidade entre os investigadores. A viagem a Cuba tornou-se o tema de maior importância na Delegacia, podendo-se observar o aumento dos pedidos de informes referentes ao assunto.

A DOPS-PE passou a ser o centro dos repasses de informes sobre o movimento camponês para outras Delegacias do país e isso foi ficando mais evidente na medida em que a mobilização dos trabalhadores rurais se expandia. Nas palavras preocupadas do cel. Fernando Tasso de Souza, a “agitação no campo aumentava”, o que é possível observar nos relatos e documentos da época, registrados no DOPS-PE, inclusive por meio de matérias de jornais amplamente divulgadas que noticiaram os conflitos no campo. Nas rádios o mesmo acontecia às notícias reforçavam a ebulição no campo. Como exemplo desses registros podemos citar um jornal editado no Rio de Janeiro denominado de LIGA, conforme Figura 23, constituindo-se importante canal de divulgação do movimento no campo.

Esse jornal tinha por diretor Francisco Julião, noticiava todos os acontecimentos referentes às lutas no campo, além de assuntos de interesse da esquerda e atualidades ligadas à luta e às conquistas da classe trabalhadora. Dele foram impressos apenas 08 exemplares.

A preocupação da polícia com as Ligas Camponesas e as progressivas conquistas no campo era reforçada pelos temores da classe patronal,

15 Relatório do investigador ao Delegado Auxiliar, abr. 1961. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n°. 29.638 – Doc. 394.

JULIANO APONTA ENTRE OS MAIS VOTADOS

2 O primeiro anúncio desta seção é o de uma campanha eleitoral para o cargo de Vereador Municipal, em São Paulo, em 1952. O candidato é o Sr. João de Deus, e o nome de guerra é "João de Deus".

3 Não sabemos, nem sabemos se haverá alguma outra campanha eleitoral, mas o nome "João de Deus" é muito conhecido.

LIGA

4 O segundo anúncio desta seção é o de uma campanha eleitoral para o cargo de Vereador Municipal, em São Paulo, em 1952. O candidato é o Sr. João de Deus, e o nome de guerra é "João de Deus".

5 Não sabemos, nem sabemos se haverá alguma outra campanha eleitoral, mas o nome "João de Deus" é muito conhecido.

ANO 1 • NO. 9-10-1952 • Nº 1

SEMANA POLITICA JULIANO

R\$ 0,10.00 - EM OUTROS ESTADOS 0,14.00

AVANÇA A UNIÃO OPERÁRIO-CAMPONESA

Mangabeira diz que vai soltar o Padre Alípio

O Ministro Francisco Mangabeira, de Justiça, anunciou em mensagem ao Congresso que o Padre Alípio de Freitas, há mais de 100 dias, no Recife, mantinha-se a salvo sob a guarda de soldados federais, e participou de reuniões políticas. Mangabeira afirmou que o Padre Alípio tinha participado das reuniões de deputado Francisco Justo. Até a mensagem de Mangabeira, não havia sido cumprido.

COMUNICAÇÃO

Em São Paulo, o Padre Alípio de Freitas, há mais de 100 dias, no Recife, mantinha-se a salvo sob a guarda de soldados federais, e participou de reuniões políticas. Mangabeira afirmou que o Padre Alípio tinha participado das reuniões de deputado Francisco Justo. Até a mensagem de Mangabeira, não havia sido cumprido.

COMUNICAÇÃO

Em São Paulo, o Padre Alípio de Freitas, há mais de 100 dias, no Recife, mantinha-se a salvo sob a guarda de soldados federais, e participou de reuniões políticas. Mangabeira afirmou que o Padre Alípio tinha participado das reuniões de deputado Francisco Justo. Até a mensagem de Mangabeira, não havia sido cumprido.

Carta convoca Congresso de Apoio a Cuba

A convocação de um Congresso de Solidariedade a Cuba, que terá por pauta um referendário de apoio ao povo cubano, foi anunciada pelo Partido Comunista de São Paulo, em reunião realizada no dia 10 de maio, no salão da Associação dos Estudantes de São Paulo, em São Paulo.

O documento foi lido pelo Dr. Antonio de Fátima, e a convocação foi aprovada por unanimidade. O Congresso será realizado em São Paulo, no dia 15 de maio, no salão da Associação dos Estudantes de São Paulo.

CONVOCATÓRIA

O Partido Comunista de São Paulo, em reunião realizada no dia 10 de maio, no salão da Associação dos Estudantes de São Paulo, em São Paulo, convocou um Congresso de Solidariedade a Cuba, que terá por pauta um referendário de apoio ao povo cubano. O Congresso será realizado em São Paulo, no dia 15 de maio, no salão da Associação dos Estudantes de São Paulo.

As lutas sociais no Brasil

(Página 6)

Francisco Juliano

Nordeste Vai à Rua Contra o Latifúndio



Colômbia: o Que é a Frente Unida de Ação Revolucionária

(Página 7)

Sentido Político do Acôrdio Brasil-EUA Para Investimentos

(Página 8)

Hanna: juiz ajuda trust de minério

RECORRER

O ministro da Justiça, Francisco Mangabeira, decidiu recorrer ao Supremo Tribunal Federal para anular a decisão do juiz federal de Minas Gerais, que julgou o caso Hanna, envolvendo um trust de minério.

Gráficos e Jornalistas Firmam Pacto

Os gráficos e jornalistas firmaram um pacto de cooperação para melhorar a qualidade das informações e a eficiência da imprensa.

Figura 23: LIGA – Jornal Divulgador da luta Camponesa. Fundo: SSP/DOPS/APEFE. Prontuário Funcional de Jornal nº. 31.519, “LIGA”.

que pressionava exigindo soluções à polícia. Esta sentia dificuldades em controlar os conflitos e coibir os avanços dos segmentos trabalhistas (Figura 24). Entre essas conquistas a de maior repercussão foi a desapropriação do Engenho da Galiléia, em Vitória de Santo Antão, que representou importante vitória da população do campo, há muito tempo almejada. Esse fato passou a incomodar os donos de engenhos, que argumentavam temer uma ‘Revolução Cubana’ aqui.



Figura 24: Trabalhadores comemorando conquistas trabalhistas. O direito a carteira de trabalho extensivo ao trabalhador do campo. Pernambuco, maio de 1963.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º. 1.574. Este prontuário é composto exclusivamente por fotos, sem identificação de nomes, localidade, apenas com o timbre da Secretaria de Segurança Pública e o ano.

Nos relatórios policiais dos anos seguintes, além do temor do comunismo, que sempre esteve presente, destacam-se as eleições no estado. A partir de 1962, percebemos nitidamente a preocupação com os destinos políticos de Pernambuco. Afinal, temia-se que as mesmas forças políticas que colocaram Miguel Arraes na Prefeitura do Recife o levassem ao Governo do Estado. Para alguns segmentos conservadores, incluindo-se aí o secretário Álvaro da Costa Lima, isso acontecendo, “se instalaria definitivamente a pecha comunista aqui”¹⁶, podendo facilmente se alastrar por todo o Nordeste, a exemplo das próprias Ligas, possibilidade que teria efeitos de proporções inimagináveis.

¹⁶ Relatório contendo advertência do secretário Álvaro da Costa Lima, numa das reuniões de cúpula, em 1962. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º. 29.638.

Segundo o tenente Tasso, destacado para acompanhar o clima nos focos de agitação camponesa, “Miguel Arraes à frente da prefeitura do Recife exige [sic] cautela, imagine no governo do estado, causará preocupação, por suas tendências ‘esquerdistas’, pelas ‘facilidades proporcionadas’ aos elementos comunistas, permitindo a circulação no poder das ‘lideranças políticas nitidamente esquerdistas’.”¹⁷ E isso era intolerável para a elite conservadora de Pernambuco.

Se na esfera local a situação da polícia era de dificuldade, no cenário nacional o clima também não andava tranquilo; os fatores responsáveis pela agitação no país estavam postos no avanço das manifestações pelas reformas de base e não havia mais dúvida para a elite conservadora: os segmentos de esquerda visavam a tomada de poder e a implantação de um projeto revolucionário de governo. Como resultado desse embate de forças, verificava-se a articulação local/nacional e internacional (por intermédio do apoio dos EUA) das forças conservadoras que iriam perpetrar o golpe civil-militar, em 31 de março de 1964. Na precipitação do golpe muito contribuiu a imprensa escrita através de noticiários sensacionalistas que tinham por função repassar uma imagem de intranquilidade, de desmando do governo federal, sobretudo explorando os sinais de crise governamental.

É importante esclarecer que antes, durante e após o regime militar implantado no país, uma ala significativa da imprensa desempenhou um papel fundamental de apoio às forças conservadoras ao golpe, ampliando os sinais da crise de governabilidade em matérias explosivas, conforme ilustra a Figura 25.

17 Relatório, 1962. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º. 29.638 – Doc.

188. Este é um dos mais ricos prontuários administrativos, contendo inúmeros ofícios, informes, informações sobre fatos e pessoas, pedidos de buscas e relatórios da Delegacia de Ordem Política e Social e da Delegacia Auxiliar, subordinada à DOPS-PE.

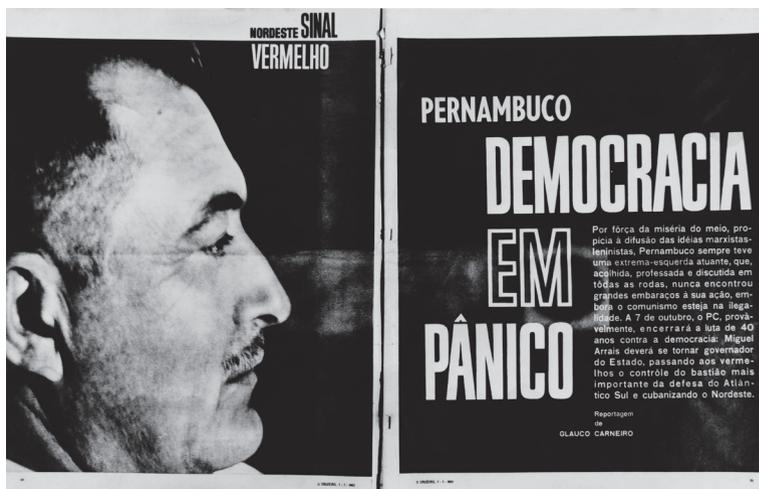


Figura 25: Discurso da imprensa.

Fundo: Revista *O Cruzeiro*. Longa matéria intitulada “Pernambuco: Democracia em Pânico – sobre os riscos do Nordeste se tornar uma nova Cuba”. In: *Prontuário Individual* n.º. 12.385 Miguel Arraes.

A matéria da revista *O Cruzeiro* traz uma profunda discussão a respeito das razões que fragilizavam o governo. A ampliação dos sinais da crise estava presente como uma ameaça real à democracia. Chamavam a atenção para o caos instalado no país, e nas coberturas jornalísticas vai-se construindo uma visão extremada de qualquer acontecimento que envolvesse as esquerdas e expusesse uma imagem negativa, de desmando, do presidente João Goulart.

A imprensa também auxiliava a polícia nos serviços de censura, fornecendo-lhe informações ou atuando em colaboração na divulgação das ações do governo, ou ainda plantando informações falsas sobre a morte de militantes em confronto com as forças da ordem em diversas capitais, no intuito de omitir as operações repressivas associadas quase sempre a um desfecho violento dos órgãos de segurança.

A atuação das forças de resistência

Procuramos apresentar as “Ligas” como um dos fatores de maior preocupação dos órgãos policiais, verificando os mecanismos por estes utilizados para reprimir as manifestações contrárias ao regime. Pretendemos a seguir mostrar as formas de atuação e resistência empregadas no combate às forças de segurança.

Como foi dito no início deste capítulo, três segmentos foram selecionados como exemplos, para visualizarmos as práticas de resistência: as Ligas Camponesas, o Movimento Estudantil e um núcleo de importante atuação no Nordeste, com ênfase em Pernambuco, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, em conjunto com a Ação Libertadora Nacional.

Introduzimos um pouco o universo das Ligas, identificando por que eram tão temidas pela classe patronal e policial. Passaremos agora a nos debruçar sobre suas práticas, no intuito de compreender as bases dessa resistência, assim como faremos uma superficial incursão sobre o Movimento Estudantil e as dissidências do partido comunista a ALN e o PCBR, no intuito de ilustrar a existência de uma sistemática resistência que explodia no país. A questão que motiva esse olhar é identificar o que queriam os segmentos que insistiam em levar adiante o confronto com as tropas de segurança; o que motivava suas práticas? Quais eram as suas principais reivindicações? Entraremos nesse universo para compreender os mecanismos de resistência por eles empregados.

As Ligas Camponesas

No tocante às Ligas Camponesas, visualizamos no acervo DOPS-PE alguns procedimentos utilizados pelo movimento, como reação às arbitrariedades praticadas pelos proprietários de terra. Uma das formas de resistência, causadora de grande impacto no campo, se dava com a mobilização dos camponeses através de associações assistencialistas, como a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco

(SAPPP)¹⁸ da Galiléia, entidade de ajuda mútua que recebia contribuição dos seus associados para assistir os camponeses nas suas necessidades. ”Esse tipo de entidade foi muito visado pela polícia, pois temiam a proliferação de ideias e a infiltração de comunistas em seu meio.”¹⁹

Admitir a organização dos trabalhadores rurais numa entidade voltada à defesa dos seus interesses contrariava as relações trabalhistas entre camponeses e proprietários de terra, uma vez que estes temiam a proliferação de ideias corrosivas, o aliciamento de novos participantes, o esclarecimento das massas em relação aos seus direitos e a consequente pressão junto ao patronato. Esses problemas deveriam ser evitados ou impedidos.

Outro tipo de mobilização dos trabalhadores rurais, mas de significativo resultado para o movimento camponês, ocorreu quando representantes desse segmento solicitaram ajuda ao então advogado e deputado estadual Francisco Julião, cujo apoio tornou-se fundamental na tentativa de se buscar pelas vias democráticas legais as conquistas no campo.

18 Entidade de caráter assistencialista, que tinha como um dos objetivos criar um fundo de ajuda mútua para uso dos trabalhadores do campo. Galiléia é o nome do engenho localizado em Vitória de Santo Antão (PE), palco da atuação das ligas camponesas, que teve por líder o advogado e deputado Francisco Julião, autor do projeto de desapropriação, datado de 12 de julho de 1957. Essa conquista, porém, só se concretizou dois anos mais tarde, num ato solene assinado na sacada do Palácio do Campo das Princesas em Pernambuco pelo então governador Cid Sampaio, tornando-se o primeiro engenho a ser desapropriado, para alarme geral da classe conservadora e proprietária de terras. (SANTIAGO, 2001, p. 78).

19 Inquérito Policial Militar IV Exército, 1964/1965. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n°. 27.556. Contém informações de fatos e pessoas, incluindo um perfil de todos os envolvidos com a questão da terra e a subversão no campo. O Inquérito Policial Militar (IPM) constituiu procedimento amplamente utilizado pelo governo civil-militar para investigar e punir todos os “crimes” de “subversão e corrupção” praticados nos estados após o golpe de 1964.

Foram inúmeros os artifícios utilizados pelos camponeses na tentativa de tripudiar sobre os órgãos de repressão e protestar em prol de sua causa: a conquista dos direitos trabalhistas, a desapropriação de terras para plantar e uma legislação específica para os trabalhadores do campo. Essas práticas de resistência seria ampliada com a inserção de Francisco Julião e sua conseqüente liderança no movimento camponês.

O que se percebe daí em diante é um crescente turbilhão de pressões, mobilizações, denúncias, protestos, conflitos, ameaças, agressões e até assassinatos, como recurso extremado da classe dominante para silenciar o movimento. A tão sonhada **reforma agrária** sairia? Em discurso na Assembleia Legislativa, Francisco Julião declarou: “Podemos dispor de 500 mil camponeses para responder aos gorilas como os gorilas quiserem. Na Lei, como desejamos; ou na marra, se eles quiserem.” (Apud BARRETO; FERREIRA, 2004, p. 159).²⁰ Essa postura criava, segundo Montenegro (2003, p. 263), “a representação de um Nordeste revolucionário e comunista”.

Em meio às ameaças dos donos de terras, à impunidade, aos ataques da imprensa, aos discursos inflamados da elite conservadora e ao temor de uma revolução no campo, o movimento seguia seu percurso. Criava-se a cartilha, o estatuto do homem do campo. O jornal *A Liga* era um importante canal de divulgação dos desmandos praticados no campo, da influência nefasta do imperialismo americano, das reivindicações pelas reformas de base, da miséria no Nordeste, mas, sobretudo, das conquistas alcançadas pelo movimento, que se traduziam em vitória para os camponeses, mas representavam fatores perigosos na visão dos proprietários, precisando ser evitadas a todo custo.

A desapropriação do engenho Galiléia coroou o movimento, mas ao mesmo tempo foi vista “como uma ameaça sem precedentes à propriedade privada e à ordem social” (MONTENEGRO, 2003, p. 258) e recebeu a crítica e censura da imprensa nacional, que condenava o

²⁰ Essas palavras fazem parte de um extenso e último pronunciamento como parlamentar antes do golpe civil-militar de 31 de março de 1964.

governo de Cid Sampaio por ter cedido às pressões dos trabalhadores do campo. O receio era que essas conquistas se propagassem, pondo em risco as estruturas econômicas, políticas e sociais arraigadas no país, base do modelo conservador das oligarquias latifundiárias.

Outra forma de mobilização e pressão dos trabalhadores do campo era as paradas estratégicas no corte da cana, sobretudo em tempo de moagem. O relato de proprietários enfurecidos com esse tipo de procedimento é visto no acervo DOPS-PE:

Queixava-se que as caldeiras uma vez acesas teriam que ser alimentadas para não pôr a perder o fogo e o comprometimento do cozimento da calda. Uma paralisação no campo em época de colheita era tida como profunda ameaça aos proprietários que viviam sobressaltados ante a esses procedimentos. Daí a utilização de capatazes para vigiar todo o processo e evitar problemas.²¹

Os incêndios no campo também passaram a representar uma ameaça, um insulto ao patronato, que era capaz de todo sacrifício para descobrir e punir os responsáveis, o que era feito geralmente com a própria vida. Vejamos o que diz sobre o assunto o diretor do Departamento de Ordem Social, bel. Moacir Sales de Araújo, em relatório ao secretário de Segurança Pública, cel. Gastão Barbosa Fernandes, em 09 de março de 1970, referente às atividades daquela delegacia especializada em 1969:

As atividades da Delegacia de Segurança Social no ano em referencia, em quase nada alteraram em relação ao ano de 1968/69, teve o índice dos trabalhos do campo alterado, notadamente com o crescente aumento de incêndios em canaviais, onde se destacou a Usina “Trapiche”, no município de Serinhaem [sic] que sofreu maciço prejuízo de doze mil toneladas de cana queimadas, seguindo-se a

21 Inquérito Policial Militar IV Exército, 1964/1965. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º 27.556.

Usina Caxangá sob a Administração Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – INCRA, e com outros engenhos localizados em municípios diversos, também foram atingidos com incêndios criminosos, quase todos sem que se conseguisse identificar os seus autores.

Várias diligências foram realizadas no interior do Estado, entre elas nos municípios do Cabo, Escada, Garanhuns, Lajedo, Lagoa de Itaenga, Maraiial, João Alfredo, Serinhaem, Ipojuca e etc...

Já no apagar das luzes de 1969, ocorreu o movimento de agitação nos municípios de Pesqueira e Alagoinha, com a invasão de terras da fábrica “Rosa”, movimento encabeçado pelos presidentes dos sindicatos rurais dos referidos municípios, o que resultou na intervenção nos órgãos de classe mencionados, por determinação do Sr. Delegado do Trabalho.²²

Um outro fato visto com bastante cautela pela polícia e pelo patronato era o uso de armas pelos trabalhadores rurais, em função do medo de uma revolução socialista pelo método da luta armada no campo. A polícia vigiava diariamente o campo e as pessoas envolvidas, infiltrando no movimento agentes disfarçados. No caso de identificação dessas práticas, as sedes das associações eram fechadas e seus líderes ameaçados ou punidos, quando não eliminados. O relatório citado aborda essa questão:

O Departamento de Ordem Social conseguiu realizar um trabalho de grande significado com a prisão no dia 22 de novembro de 1969, dos elementos subversivos de nome: Amaro Luis de Carvalho ou Antônio Nunes Capivara, Nuremberg Borja de Brito, este natural do Rio Grande do Norte e estudante de engenharia, infiltrado no setor do campo, com a finalidade preconcebida de doutrinar

22 Relatório do DOPS. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n°. 4.559. Corresponde a uma série de documentos administrativos do DOPS, contendo partes de serviço, ofícios, pedidos de buscas, relatórios, etc.

os trabalhadores rurais para os movimentos agitaçãoistas, conturbando a situação entre patrões e empregados, Manuel Aleixo da Silva, com o pseudônimo de “VENTANIA” e Amaro Felix Pereira, com o pseudônimo de “PROCÓPIO”, os quais vinham ensinando as práticas de guerrilha armada. Se acham com a prisão preventiva decretada pela Auditoria da 7ª Região Militar e recolhidos a prisão competente.

Através dos constantes interrogatórios a que foi submetido Amaro Luis de Carvalho, com o pseudônimo de “CAPIVARA” é considerado elemento de alto tirocínio e principal cabeça do movimento de agitação no meio rural, ficou constatado a participação nos atos agitaçãoistas praticados no campo.²³

As formas de resistência praticadas no campo, vistas como insuportáveis pela elite conservadora, foram uma das razões do integral apoio destas ao golpe civil-militar, entendido como única via para acabar de vez com tais desmandos. Ao contrário do que se esperava, entretanto, o golpe não conseguiu extirpar por completo as formas e as práticas de resistência que fizeram história junto aos trabalhadores rurais, o que fica evidente nos registros documentais existentes no acervo DOPS-PE.

As tentativas de calar os trabalhadores rurais incluíam prisões, cassações e condenação ao exílio de lideranças políticas, bem como de todos aqueles cujas atividades foram criminalizadas pela Lei de Segurança Nacional, sem falar das inúmeras mortes sem punição, silenciando as vozes que lutavam por uma sociedade mais justa. A historiografia recente sobre o Brasil República não faz jus a essa resistência, lacuna que precisa ser preenchida.

O Movimento Estudantil

As manifestações estudantis espalharam-se pelos quatro cantos do país. Embalados no sonho de uma sociedade igualitária, os jovens

23 Relatório do DOPS. Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n°. 4.558.

lutavam por questões ligadas à reforma universitária, ao ensino de qualidade, mas também por reformas de base que encaminhassem o país para uma realidade onde a justiça social fosse o estandarte da democracia. Segundo Verônica Almeida (2004, p. 175):

Eles tinham 20 e poucos anos. Não faltava disposição física, nem ideais para sair às ruas ou fazer greves. A juventude dos anos pré-1964 formou um dos movimentos sociais mais fortes da época, a ponto de parar cidades e conseguir até audiência com o presidente da República.

O ideário que movia o Movimento Estudantil era a luta por uma sociedade mais justa, igualitária, conforme revela o depoimento de Guilherme Robalinho, que foi presidente da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP): “A gente começava a verificar que o mundo não era apenas a nossa profissão. O encontro com os contrastes sociais despertava o sentimento de que alguma coisa tinha que mudar.” (apud ALMEIDA, 2004, p. 176). Foi nesse espírito que a União Nacional dos Estudantes (UNE) defendeu a posse de João Goulart, vice-presidente de Jânio Quadros, quando este renunciou, conforme previa a Constituição.

Às vésperas do golpe civil-militar de 1964 a UNE possuía presença significativa na vida política do país, fazendo forte pronunciamento na Cinelândia, por ocasião do comício realizado em 13 de março pelo presidente João Goulart. Para José Serra, último presidente da UNE antes do golpe, “o Movimento Estudantil não se achava socialista, mas nacionalista e democrático: o objetivo era uma revolução democrática, uma forma de sociedade pela via pacífica, uma sociedade mais justa. Mas não luta armada, nem ditadura do proletariado.” (Apud ALMEIDA, 2004, p. 178).

Para compreendermos o universo que movia a participação dos estudantes em protestos pelo país e no mundo, faz-se necessário fornecer alguns esclarecimentos sobre o contexto internacional/

nacional referente a um ano especialmente fértil das mobilizações estudantis – o ano de 1968.

Especificamente a partir da década de 1960, inúmeras mudanças estavam se processando no mundo, trazendo junto algumas questões quanto à mudança nos valores, mitos e crenças da sociedade, que assistia aos acontecimentos com perplexidade. O advento do imperialismo americano e soviético no cenário de disputas da Guerra Fria trazia o inconformismo dos segmentos jovens em relação às guerras, como a do Vietnã. Os totalitarismos de esquerda e de direita passavam a ser questionados por uma juventude cada vez mais consciente de seu papel transformador. A introdução da pílula anticoncepcional trazia consigo novos parâmetros de comportamento, mostrando os caminhos de uma liberdade social jamais imaginada, bem traduzida nos acordes radicais do *rock'n' roll*. A geração de 1968 era crítica o suficiente para não se deixar enganar pelos discursos da classe dominante – que só visava seus próprios interesses econômicos –, e como resposta manifestava-se em protestos.

Nessa perspectiva explodiu, primeiramente na Europa e depois nos Estados Unidos, uma onda de manifestações vindos da juventude em prol da liberdade e de condições mais justas de vida para os povos; seu teor prometia sacudir as estruturas dominantes de uma sociedade capitalista e conservadora. Constituíram-se assim de forma mais intensa o que seria designado de Movimento Estudantil, cujas implicações e significados estão bem traduzidos nas palavras de Júlio de Mesquita Filho:

Uma espécie de solidariedade entre os estudantes de toda a Europa já começa a funcionar. É evidente que tal contágio pode transbordar dos limites europeus. Se ele atingir países desprovidos de uma Constituição capaz de absorvê-lo – e viu-se que esse é o caso do Brasil – haverá perigo.²⁴

24 Trecho do artigo de Júlio de Mesquita Filho, publicado no jornal O Estado de São Paulo em 14 de maio sobre o que presenciou em Paris em maio de 1968.

A sociedade brasileira, após o golpe de 1964, iria vivenciar uma série de medidas utilizadas no intuito de colocar o país ‘nos eixos’ do desenvolvimento, em que se prometia toda a sorte de melhorias. No entanto, à medida que os anos passavam, além da caça aos comunistas, o que se via na prática era a falta de resultados capazes de convencer os segmentos sociais mais esclarecidos de que o golpe dera certo. O desemprego, a falta de diretrizes econômicas, a elevação do custo de vida sacrificavam os setores da sociedade que comumente pagavam o ônus dos desmandos praticados no país.

O ano de 1967 iria refletir exatamente essa inquietação, e os estudantes, em especial, encetariam os primeiros e significativos movimentos de protesto contra a carestia, contra os excessos (atos repressivos) praticados pelos militares, contra as péssimas condições de alimentação oferecidas aos universitários e, também, contra os acordos MEC-USAID²⁵, que eram interpretados pelos estudantes

como um programa nefasto para o país, pelos altos juros cobrados, pelas exigências no repasse de verbas que feriam os interesses econômicos do país e pela imposição de medidas que atentavam contra a soberania da nação, submetendo-a aos ditames do capital estrangeiro.²⁶

O regime reagia com violência a qualquer manifestação. A passeata, em março de 1967, seguida de uma concentração feita no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, culminou com a morte do estudante Edson Luís Lima Souto, de 17 anos, pela tropa de choque da Polícia Militar.²⁷ Este, aliás, não foi o primeiro caso em que ocorreu a morte

25 Acordos assinados entre o MEC e a United States Agency for International Development (USAID). O convênio original, firmado em 1961, fixava as normas de atuação e consignava os recursos necessários à sua instalação e funcionamento em vários estados, como uma extensão de outros programas como a Aliança para o Progresso.

26 *Jornal Folha do Povo*, jul. 1967. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º 4.071 – Pasta de Recortes de Jornais, doc. 3.

27 *Jornal do Commercio*, mar. 1967. Nacional, p. 12. APEJE – Setor da Hemeroteca.

de pessoas em confronto contra as tropas policiais durante a ditadura militar. Já tinha havido outros casos, a exemplo do que aconteceu em 1º de abril de 1964, com Labib Elias Abduch, morto pelo Comando de Caça aos Comunistas, no largo do CACO, ao lado da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, onde estavam concentrados cerca de 800 estudantes. Levado ao Hospital Souza Aguiar, morreu, dando entrada no IML no dia 02 de abril de 1964, com a guia nº. 38, de onde seu corpo foi retirado para ser sepultado pela família. (Dossiê dos mortos e Desaparecido políticos, 1995, p. 45).

O que se vivenciou daí em diante em todo o país foi a radicalização das partes envolvidas. No Rio de Janeiro, em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e no Recife, viu-se um tumulto generalizado, assembleias, invasões e ocupações dos centros universitários como a UNB (DF), USP (SP), UFRJ (RJ), UNICAP, FAFIRE, UFRPE e UFPE (PE). Um cenário de guerra civil se instalou nas principais capitais. De um lado “os rebeldes”, como eram chamados, e do outro as forças militares, que insistiam em impor a ordem a qualquer custo.

O ápice desse embate se deu com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, que ampliou os poderes dos militares, fechando inclusive o Congresso Nacional. Foi deflagrado o chamado golpe dentro do golpe, na leitura de vários segmentos de esquerda.

Em Pernambuco o cenário não era diferente. Logo após o golpe tombaram na Praça do Diário de Pernambuco, centro do Recife, os estudantes secundaristas Ivan Rocha Aguiar e Jonas José Albuquerque Barros, mortos em 1º de abril de 1964, após confronto direto com tropas do Exército, em desobediência à ordem de retirada, num protesto ensejado pelos estudantes contra o golpe. O laudo do Instituto de Medicina Legal apontou como causa da morte “perfuração causada por fuzil de grosso calibre seguida de hemorragia e morte instantânea”.²⁸

28 Fundo: SSP/IML/APEJE. Perícias – vol. 490.

Iniciou-se no estado de Pernambuco uma trajetória de violência, crimes e atentados perpetrados pelas forças militares contra representantes do segmento estudantil, que já no início do governo civil-militar indicara que não seria facilmente contido. Assim, vamos encontrar na documentação inúmeros episódios que mostram o confronto com a polícia por questões diversas, e o que se observa é o emprego de táticas de resistência cada vez mais criativas, provocando reações múltiplas por parte dos órgãos de segurança.

A esse respeito vejamos o que coloca a informação n° 30/68 sobre uma reunião de estudantes na FAFIRE e na Universidade Católica, fornecida por um infiltrado da Polícia Militar no movimento:

No dia 06 de setembro de 1968, quando me encontrava de serviço em vários pontos dessa cidade, durante manifestações estudantis, cerca de 18h, recebi ordens do Sr. Cel. Cmt. Geral da PM para dirigir-me a Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, com a missão de informar ao Centro de Operações e Controles, o que de anormal estaria acontecendo naquela Faculdade. [...] observando logo de início a presença de uns 100 estudantes reunidos em assembléia. De imediato sai da FAFIRE, como da Universidade Católica a fim de colher mais dados e transmitir para o Comando Geral. Quando me dirigi para Católica, pude observar que o Tenente Agnelo já havia deixado o local e estava próximo a uma padaria da Av. Conde da Boa Vista, e ao chegar na Católica vi que encontrava-se ali cerca de uma centena de estudantes, muito embora a Universidade estivesse fechada, resolvi então pra lá me dirigir a fim de colher melhores informações, e transmiti-las para o Comandante Geral, na FAFIRE, mais de 200 estudantes reunidos no pátio interno discutiam propostas, entre elas a seguinte:

- a) Movimento de agitação no dia 7 de setembro com a finalidade de empatar o brilho do desfile alusivo à data de nossa independência;

- b) Envio de um grupo de estudantes para o Colégio Estadual, para dar cobertura aos colegas que lá se encontravam e não podiam sair do interior do referido colégio.
- c) Realização de comícios relâmpagos a partir do dia 9 do corrente;

De repente um dos manifestantes pediu a atenção e silêncio para que as propostas acima fossem postas em votação, surgiu um outro manifestante que trepando-se em uma cadeira solicitou a atenção de todos para um assunto urgente e de solução imediata que o mesmo ia tratar, começando da maneira que se segue:

“ATENÇÃO COMPANHEIROS! RECEBI AGORA MESMO UMA DENÚNCIA DE FONTE FIDEDÍGNA, QUE NESTE MOMENTO E NESTE LOCAL SE ENCONTRA UM OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR, COMANDANTE DA RÁDIO PATRULHA.”

O tumulto foi geral, o ambiente tornou-se insuportável e as propostas as mais variadas, como sejam: Vamos linchá-lo! Outros gritavam: Vamos logo descobrir quem é pra baixar o cacete! E outros demonstrando verdadeiro ódio, gritavam: Vamos logo descobrir quem é pra matar! Pois é por causa da polícia que nós nada podemos fazer.

Intimamente cheguei à conclusão que o procurado pelos estudantes era a minha pessoa. Procurei não me alterar e demonstrar calma dando a entender que também estava à procura do referido oficial. Quando menos esperei estava completamente cercado pelos estudantes e sendo apontado por um deles que assim se expressou: O oficial é este, baixinho e gordinho. E apontou para mim. A gritaria foi geral. Uns me empurravam e outros procuravam conter os ânimos da turba. Finalmente uns 10 estudantes se acercaram de mim, e gritando para os outros, conseguiram conter os ânimos, para que pudesse deliberar o que deveria fazer comigo. De início procuraram saber qual a finalidade de estar ali na FAFIRE e respondi que era estudante de Direito da UNICAP, solicitaram que me identificasse como estudante e

aleguei que eu como os outros ainda não tínhamos recebido a carteira estudantil. Em seguida procuraram saber minha profissão e como não tinha outra saída, identifiquei-me como militar. A gritaria foi geral, fui alvo dos mais variados insultos e não fora a interferência dos mais ponderados, a turba teria me linchado. Os estudantes mais ponderados, cerca de uns 10, de posse de meus documentos me levaram para o 1º andar do edifício onde funciona o Diretório da Faculdade, e de lá fui submetido a interrogatório. Observei que no referido Diretório três estudantes se dedicavam ao **fabrico de baleadeiras e mochilas para depósito de bolas de gude**. Os estudantes me submeteram a intenso interrogatório, procurando saber de outras coisas:

- a) Efetivo da Polícia Militar de Pernambuco e maneira de atuação;
- b) Por que motivo os integrantes da Polícia Militar davam total cobertura aos desmandos do atual governo;
- c) Se eu estava de acordo com a venda de um quinto do Território Brasileiro a estrangeiros, e a infiltração americana em nosso país e outras perguntas que me falha a memória.

A todas as perguntas respondi que como militar cumpria com o meu dever e que como estudante não apoiava a perturbação da ordem pública e a baderna que uma minoria de estudantes agitadores queria a todo custo manter no país. Os estudantes ficaram irritados com as minhas respostas e um deles se dizendo jornalista propôs me colocar num lugar escondido e me trocar pelos estudantes presos, a proposta não foi aceita e um deles fez a observação que eu era major da Polícia Militar e se continuamos com ele detido a polícia vai invadir a Faculdade para reavê-lo. Resolveram então me deixar e retiraram-se em seguida com a alegação de que iriam resolver a minha situação juntamente com os demais colegas. A essa altura notei que os estudantes estavam indecisos e procurei tomar partido

da situação com a vantagem de ter ficado só no Diretório, me comuniquei com o Sr. Coronel Comandante Geral por intermédio do Handie-Talkie, que estava em meu poder e não foi apreendido pelos estudantes. Os estudantes não mais voltaram ao diretório, e decorridos uns 30 minutos, dois deles se aproximaram e deram a entender que iriam facilitar minha fuga. Ainda desconfiado consegui apreender várias baleadeiras e alguns sacos de bolas de gude seguindo célere rumo ao Quartel do Derby, onde dei ciência do ocorrido ao Senhor Coronel Comandante Geral, o que foi feito. A Figura 26 retrata o material apreendido no Diretório Estudantil da FAFIRE.²⁹

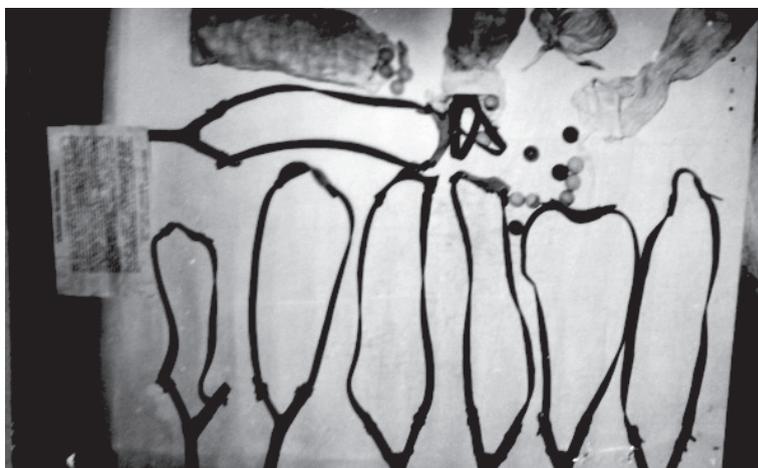


Figura 26: Baladeiras apreendidas pelo oficial da PMPE.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º. 29.096. Essa foto aparece também no prontuário intitulado ‘inquéritos estudantis’, anexada ao Inquérito Policial Militar que incrimina estudantes pertencentes a vários Diretórios Acadêmicos da Universidade Católica de Pernambuco por subversão, fato amplamente noticiado pelos jornais de grande circulação no estado.

29 Relatório apresentado ao Comando Geral da Polícia Militar pelo Major Pitágoras Pacheco Duque, 1968. In: Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º. 28.801. Inquéritos Estudantis.

No longo relato apresentado pelo oficial a respeito do confronto com os estudantes, vamos perceber alguns detalhes importantes: o procedimento policial diante de uma investigação, o uso de disfarce, os estudantes sendo monitorados por vários agentes – tenente Agnelo e capitão Posidônio; a denúncia dos estudantes, que o desmascarou, o embate travado pelos dois segmentos e, nesse confronto, o temor de ambos os lados – um de ser linchado, e o outro de ter em seu poder um oficial da Polícia Militar e as implicações que isso poderia trazer.

Observamos também a falta de preparo dos estudantes, de malícia até, ao levar o oficial para o diretório (reduzido estratégico do Movimento Estudantil) – onde estavam sendo preparadas as baladeiras que seriam usadas no protesto no dia seguinte – e a precariedade dos métodos utilizados na resistência, com instrumentos rudimentares – o popular bodoque e bolas de gude –, em contraposição ao arsenal bélico dos militares.

Um aspecto para o qual chamaríamos atenção no documento é a sua riqueza de detalhes, que torna possível reconstituir alguns elementos deste embate e traz inúmeras possibilidades de conhecimento do real.

Esse exemplo serve para ilustrar alguns dos procedimentos e táticas utilizados pelos estudantes. Além dos protestos, assembleias, mobilizações, caminhadas, etc., observa-se o recurso a expedientes criativos no intuito de conter as investidas da força coercitiva policial. Um elemento bastante utilizado como apoio na hora das passeatas, no caso de um confronto com a polícia, além das baladeiras, eram as bolas de gude, arremessadas contra a cavalaria, fazendo desequilibrar os cavalos e despencar os cavaleiros, o que ajudava a conter as perseguições até que o grupo se dispersasse. Segundo o ex-presos político Marcelo Mário de Melo, “não havia cena mais erótica, ver cavalos e os soldados caírem no asfalto.”³⁰

30 Palestra sobre sua militância política no Auditório do CFCH- UFPE. Recife, dezembro de 2004.

Outro recurso era espalhar no asfalto pregos retorcidos para furar os pneus dos carros. A fabricação de bombas caseiras (Figura 27), o uso de rojões (Figura 28), fogos de artifício eram métodos mais violentos usados contra a cavalaria, tanques, polícia motorizada ou batalhão de choque, representando meios mais eficazes no confronto armado com a polícia. O famoso coquetel *molotov* também era bastante utilizado como forma de revidar as bombas de efeito moral e dispersar os policiais, dificultando a ação repressiva da polícia.



Figura 27: Modelo de bomba caseira.

Fundo: SSP/DOPS nº 1574.

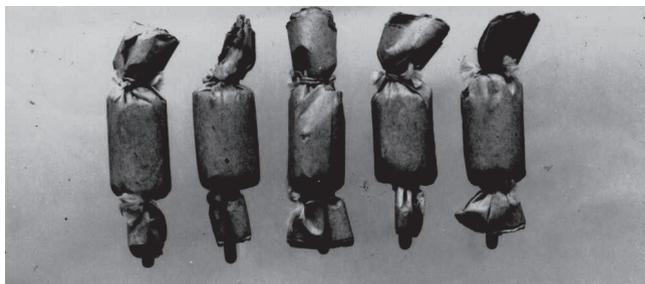


Figura 28: Rojões utilizados para assustar e dispersar a polícia num confronto direto.

Fundo: SSP/DOPS nº 1574.

Só mais tarde, quando os confrontos passaram a ficar mais intensos e os métodos mais truculentos, é que grupos ligados ao Movimento Estudantil aderiram às táticas revolucionárias da luta armada, resolvendo utilizá-las nos enfrentamentos com os órgãos de controle (Figura 29).

Igualmente interessante é o texto da informação n°. 328/72 de 02/08/1972, com o assunto de Falsas Denúncias:

Este Serviço recebeu e divulga o seguinte:

“Esta Agência tem observado que ultimamente inúmeras são as falsas denúncias do assunto subversão. Normalmente são anônimos, contendo muitos detalhes sobre localização de “aparelhos”, reuniões sujeitas, chegada e saída de carros, dados sobre moradores, etc., levando órgãos de Segurança à execução de Operações indevidas, sem qualquer resultado objetivo.



Figura 29: Material apreendido pela polícia, como ilustração dos instrumentos utilizados pelos que aderiram à luta armada.

Fundo: SSP/DOPS n° 7085.

Verifica-se, pois, que tais denúncias visam, exclusivamente, desviar a atenção dos órgãos de Segurança para locais sem importância e destituídos de vinculações subversivas, procurando desmoralizar esses órgãos e incompatibilizá-los com a opinião pública, notadamente quando a abordagem ao falso aparelho é violenta e com vítimas.

Especial atenção deve ser dada às denúncias anônimas, evitando-se, destarte, despesas e desgastes morais.

Ao que parece, tais denúncias constituem ação subversiva de contra informações, pelo que devem ser neutralizadas através de diligências e levantamentos prévios, antecedendo qualquer operação decorrente de denúncias suspeitas.³¹

O citado documento serve como exemplo perfeito para ilustrar a construção teórica de Certeau (2002), quando se refere às antidisciplinas e às irreverências das práticas gazeteiras. O documento mostra-nos como foram ficando sutis as práticas de resistências, forjadas no calor do embate histórico. Diante de situações limite, alguns segmentos conseguiram lidar com adversidades que os permitiram tripudiar do instituído, vencer a malha da vigilância e contornar heroicamente a repressão. Entre esses segmentos podemos citar o Movimento Estudantil e a ação das dissidências do PCB, como o PCBR E ALN.

Uma outra forma de resistência era a propaganda contra o regime, sendo inúmeras as formas utilizadas pelo Movimento Estudantil. A pichação e colagem geralmente eram feitas de madrugada, por um grupo disfarçado, que se dividia em dois: enquanto um passava cola, o outro fixava o cartaz.

Geralmente iam homens, para cumprir essa tarefa, depois a militante feminina foi inserida, pois além de ajudar na colagem, servia de disfarce em caso de uma abordagem

31 Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Informação n.º. 328 de 02/08/1972, proveniente do Centro de Informação da Polícia Federal, sendo difundida para vários órgãos integrantes da rede. Prontuário Funcional. n.º 28.769.

policial, que após a fuga ou o afastamento discreto do local livravam o flagrante, simulando um namoro.³²

Segundo Marcelo Mário de Melo, ex-presos políticos, “nos períodos de repressão mais intensa, a pichação ficava difícil, pois os policiais não davam tréguas, foi quando os grupos de estudantes decidiram usar frases curtas de efeito e iniciar a pichação pelo final da frase para dar tempo das palavras mais fortes serem escritas. Ex.: Abaixo a ditadura! Viva Cuba! Fora milicos! etc.”³³ Além desse recurso,

eram escritos pequenos panfletos com artigos esclarecedores da situação nacional, com denúncia de torturas, de prisões arbitrárias executadas, análise da situação política e econômica do país ou convocatória de assembléia, em panfletos e jornais mimeografados rudimentarmente e depois distribuídos no intuito de denunciar as arbitrariedades do regime numa época de censura declarada. Ou ainda fixava-se em telefones públicos, murais das faculdades, quando não eram espalhados aleatoriamente em locais de grande movimento.³⁴

Sobre esse aspecto é interessante observar o que coloca o suplemento *Carta Mensal do DOPS* de setembro de 1974:

Logo após o início deste ano letivo, surgiu no centro do “Campus” da Cidade Universitária, panfletagem de caráter nitidamente subversiva. O DOPS, juntamente com outros Órgãos de Segurança, deu início a investigações sigilosas, naquela e em outras áreas, no sentido de identificar os responsáveis pelo referido movimento.³⁵

32 Relatos de uma ex-militante do PCBR, gravada em 03 de setembro de 2004. In: *Repensando a ditadura e os 25 anos da anistia política*, seminário realizado no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Recife, 2004.

33 Declaração prestada por um ex-militante do PCBR, gravada em 03 de setembro de 2004. In: *Ibidem*.

34 *Ibidem*.

35 Relatório do DOPS, 30 set. 1974. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 4.558.

Com a prisão de elementos reconhecidamente subversivos, com ações em diversas áreas, surgiu dentro do meio estudantil com origem na Universidade de São Paulo, um movimento denominado CDPP – Comitê de Defesa dos Presos Políticos, tomando grande vulto e demonstrando ser orientado pelo Partido Comunista Brasileiro.

Em relação a esse quesito também foram utilizados meios bem criativos para que propagandas e denúncias chegassem ao conhecimento da população. “Arremessos de pacotes com panfletos nas paradas de ônibus, que ao serem lançados em velocidade se abriam e voavam pelas ruas. Outro recurso era jogar de altos edifícios para que voassem pelo centro chegando às mãos da população. A distribuição nas universidades, escolas, sindicatos era a mais comum, no entanto a mais visada e perseguida.”³⁶ Como também a que era mais facilmente apreendida pela polícia quando estouravam um aparelho e os responsáveis eram presos.

Outro exemplo de engenhosidade foi o uso de balões, alguns simples, outros mais elaborados, com a imagem de líderes de esquerda como Mao Tsé-Tung, Lênin, Marx, etc., recheados de panfletos que ao cair se espalhavam, sendo um método de difícil controle por parte da polícia, e extremamente eficaz nas ações de propaganda. O procedimento era o seguinte: “procurava-se um local de altitude, geralmente discreto e lançava-se do alto o balão tendo amarrada a ele uma mala com o fecho não tão seguro, recheada de propaganda contra o regime. Quando caísse já havia uma distância grande entre a pessoa responsável pelo feito, sendo um recurso seguro para quem dele pudesse se utilizar.”³⁷ Temos uma imagem bastante ilustrativa desse método, apresentada na Figura 30.

36 Relato de um ex-integrante do PCBR numa entrevista concedida por ocasião do seminário *Repensando a ditadura e os 25 anos da anistia política*, realizado de 30 de agosto a 03 de setembro de 2004, no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

37 *Ibidem*.



Figura 30: Balão com a imagem de Lênin, líder da Revolução Russa, tendo atrelada a ele uma mala com as propagandas.

Fundo: SSP/DOPS prontuário 1576.

Esse e outros artifícios foram muito utilizados por representantes do Movimento Estudantil e de segmentos da esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Demonstrando práticas extremamente eficazes de denúncia contra o regime, sobretudo em tempos de violenta repressão e censura, a genialidade de estudantes com excelente nível de formação e esclarecimento, atrelado a uma necessidade enorme de ver o país caminhar para tempos melhores, fez a diferença.

Em oposição ao comportamento dos estudantes, vejamos um dos recursos utilizados pelo DOPS-SP – e repassado para as outras unidades DOPS do país – como meio de conseguir controlar a adesão ao Movimento Estudantil, conforme registrado num relatório de 1974:

Semanalmente, têm sido reunidos em uma sala do DOPS, alguns líderes estudantis, rapazes e moças, acompanhados de seus pais ou mães, ligados direta ou indiretamente a organizações estudantis autoras de panfletagem de cunho subversivo. Em tal ocasião, presentes titulares do DOPS e do Gabinete, o Secretário de Segurança Pública tem promovido a seguinte explanação:

“Particularmente à senhora e o senhor, pais de estudantes aqui convocados, devem ser minhas primeiras palavras. Na qualidade eventual de Secretário da Segurança Pública, mas como chefe de família, não poderíamos nos furtar a esta tarefa incômoda, de tirar os senhores do recôndito do lar ou do trabalho para comparecer a uma dependência do DOPS, atendendo a uma intimação feita aos seus filhos, na forma da lei e dentro do espírito humano e justo que tem pautado nossa conduta como autoridade. Se intimamos alguns dos senhores, dentre cerca de 30.000 de seus colegas, não foi por acaso: talvez a liderança os tenha guindado à determinadas posições que no nosso entender e à luz da lei, têm nítidas conotações subversivas. Se convocamos os pais dos senhores, o fizemos por um dever de espírito cristão, para que amanhã ou depois, estejamos em paz conosco mesmo, certo de que não cometemos injustiças e certos de que cumprimos nossa obrigação de pai, chefe de família e de autoridade no encaminhamento de nossa pujante juventude, livre das teias matreiras e insidiosas da subversão. Nossa mensagem é dirigida aos senhores, aos pais, para que conheçam a técnica subversiva da ideologia fantasiosa comunista que procura lançar a juventude repleta de pujança na senda do terrorismo, do crime, da masmorra ou da cova! [...] Tomemos o exemplo daqueles que jamais se afirmaram ideólogos comunistas porém desmentidos no tempo, hoje mofam em masmorras de penitenciárias como terrorista e criminosos ou em covas rasas como bandidos comuns, mortos em lutas inglórias ou desterrados de sua terra natal em troca de vida de terceiros e ao preço de muitas mortes em vão; necessário

se torna conhecer a técnica da célula subversiva, matreira, insidiosa, sutil e oculta, manobrando a massa através dos inocentes úteis. Da mesma forma que uma bomba, com a chama, a massa estudantil, é o explosivo, e o cordel uma série de elos onde se enfileiram os cripto-comunistas, nem para-comunistas, filo-comunistas [na leitura da polícia eram os piores, pois agiam camufladamente, não davam pistas, não tinham postura nem aparência de comunistas, mas por isso mesmo, eram os mais nocivos à sociedade, pois se infiltravam no tecido social e sutilmente iam disseminando as idéias contrárias ao governo], esquerdistas, simpatizantes e inocentes úteis. Estes últimos, junto à massa, são o potencial necessário à sua explosão, tão valiosos quanto o elo cripto-comunista: São os inocente-úteis de todo o cordel, a porção mais interessante, a mais perniciosa e preciosa para a célula comunista, pois que, sendo indispensável, têm inclusive a capa da inocência e do idealismo.

O inocente-útil é tão perigoso quanto o cripto ou filo-comunista: é elemento essencial, para a detonação da massa! E infelizmente, mesmo sem perceber, inconscientemente, quando passa a pertencer ao sistema, como fora um elo de cordel, por vezes jamais poderá dele sair!!! Entra no sistema, o inocente-útil, entra sem o saber: porém para sair, normalmente se torna impossível, e daí as conseqüências trágicas que poderão advir talvez por ignorância! Esta é uma de nossas obrigações: mostrar a técnica do sistema e como é envolvente, como se forma uma teia intrincada donde por vezes não se consegue sair! Este é o alerta que queremos fazer aos senhores pais, este é o alerta que temos obrigação de fazer ao estudante, para que não sirva ao esquema do “inocente útil”! Queremos alertar os senhores para o caminho insidioso e de teia perigosa que podem estar se emaranhando em torno do estudante e da própria família, talvez a sua própria revelia! Quando a própria lei impede “política”, pelos Centros Acadêmicos, isso o faz no sentido de resguardar a pujança estudantil como mola subversiva de

difusão da técnica comunista da falsa propaganda, evitando que se transformem em inocentes úteis. A política cultural, universitária é perfeitamente válida, porém a panfletagem caluniosa, espúria e insidiosa, além de subterrânea e subversiva, tão nossa conhecida, é crime previsto em nossas leis. Leis como auto-defesa da sociedade que escolheu seu rumo, definiu seus princípios e não arredará da consecução de seus objetivos cristãos e democráticos, afirmados na Revolução de 1964. Esta Revolução fruto da inspiração da Nação Brasileira, representada por homens de têmpera de classe média como quem vos fala; que tem filhos na idade dos senhores e com os mesmos problemas; que vive e sofre todas as vicissitudes da sociedade em transformação; tudo porém cômico do Brasil melhor que daremos às novas gerações e que não tem análise do regime por terceiros inimigos, pois que a idéia, a chama, a nossa Revolução é imbatível, fruto dos homens que a fizeram e a manterão a qualquer preço. Porém, cabe-nos uma obrigação: alertar pais e filhos da malfadada técnica subversiva: Os senhores, são líderes, não resta dúvida, porém, estão liderando entidades espúrias, à revelia da lei e difundindo a semente maliciosa da subversão como inocentes-úteis, pois não acreditamos que sejam mesmo cripto-comunistas! Os panfletos editados e divulgados clandestinamente são subversivos servindo à técnica subversiva e aos fins da célula comunista; essa interpretação é nossa, é válida, é feita à luz da lei. A panfletagem tem difundido posições políticas falsas, de pretensos “líderes presos” como se fossem “presos políticos”!!! Não existem presos políticos: existem criminosos julgados e condenados pela justiça! As intimações feitas aos senhores, visam, à luz da lei, apurar as vinculações diretas e indiretas com a panfletagem clandestina e subversiva de responsabilidade de entidades espúrias a que vocês se ligaram por motivos que cabem a vocês analisar e responder! A integridade física dos senhores será totalmente respeitada, inclusive seu direito a defesa! A lei nos dá as armas de

auto-defesa; nos defendemos, isto é nossa obrigação perante a sociedade, a família e a pátria! Acreditamos em nosso regime e em nossos propósitos; acreditamos em nossa juventude, porém não podemos permitir que o inimigo nos destrua! Usaremos primeiramente as armas da lei se possível do diálogo ideológico com vocês, que acreditamos sejam apenas inocente-úteis! Cuidado, o inimigo está à espreita! Essa é nossa obrigação: se das intimações e dos depoimentos dos senhores, a lei permitir, nós os indiciaremos em processo regular, mesmo contra a vontade; se nada se provar, não os processaremos e felizes com isso ficaremos!

E aqui a última palavra: não fazemos isto tudo com o coração tranqüilo, pois isto nos entristece, porém, o fazemos por obrigação, como um alerta, como o brado de um pai que não gostaria que seus filhos, por má obrigação, tivessem o destino inglório de uma cova rasa, de uma masmorra ou de um desterro, a troco de uma ideologia utópica que até hoje não se provou compatível com a alma brasileira!

Minhas escusas aos pais, pelo tempo aqui ‘perdido’, que temos certeza terá eco em algumas consciências amortecidas, como se alguma alma se salvasse das profundezas do inferno.”³⁸

O documento é profundamente esclarecedor: revela as bases do caráter ideológico dos que estavam à frente do regime; mostra procedimentos administrativos não convencionais ao convocar os pais e co responsabilizá-los pelo rumo tomado por seus filhos quanto ao envolvimento como ‘inocentes úteis’ na subversão, atuando na panfletagem clandestina e na divulgação das ideias subversivas; e expõe também os bastidores de um embate político-ideológico travado entre os representantes da lei e da sociedade civil, evidenciando que todos os artifícios eram válidos na tarefa de combater a subversão.

38 Discurso proferido pelo Secretario de Segurança Pública de São Paulo aos pais dos estudantes presos, repassado a todas as unidades DOPS do país, setembro de 1974. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 4.558.

O que mais chama atenção no documento é a mentalidade, o teor do discurso salvacionista proferido pelo Secretário, colocando-se na posição de defensor do regime e das instituições, para finalmente avisar que iria julgar os atos à luz da lei e, se fosse confirmada a culpa, não mediria esforços para sua punição.

É difícil acreditar que um órgão de combate como o DOPS, defensor da ordem, não tenha usado os métodos mais espúrios para descobrir a verdade em relação ao grupo de estudantes presos acusados de envolvimento com a propaganda clandestina. A convocação dos pais fazia parte de todo um ritual que obrigava, que submetia pais e filhos aos mesmos constrangimentos de estarem numa delegacia ouvindo sermão e sendo sabatinados, advertidos e ameaçados em relação ao futuro que esperava os filhos caso ficasse comprovado o envolvimento com atividades consideradas subversivas. Há de se pensar quais rigores da lei foram aplicados na tentativa de fazer os estudantes confessarem e afastá-los da 'subversão'.

No entanto, as práticas de panfletagem e propaganda continuaram. É possível visualizar um esforço conjunto de segmentos estudantis e outras organizações de esquerda, que divergiam nas ideias, nos métodos de resistência empregados, mas eram atuantes na luta contra as arbitrariedades praticadas pelo regime. Tanto o Partido Comunista Brasileiro, as dissidências, a Ação Libertadora Nacional, o Partido Comunista Revolucionário, a Ação Popular Marxista Leninista, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, a Vanguarda Popular Revolucionária, quanto tantas outras organizações e entidades, como a União Nacional dos Estudantes, a Ação Católica Operária, Juventude Operária Católica ou outros segmentos de esquerda, que com criatividade e muita disposição resistiam incessantemente e de certa forma conseguiam ludibriar as práticas de controle e repressão impostas pelo governo e seus respectivos órgãos de informação, sustentáculos do regime,

para continuar a divulgar, denunciar as arbitrariedades do governo civil-militar.

O conhecimento desses conteúdos não seria possível sem o recurso da oralidade. Nesse caso é fundamental a perspectiva ensejada por Antonio Montenegro quando coloca: “O registro da memória como sendo e não sendo história. A memória é o como as pessoas viveram o momento histórico, como sentiram, como experimentaram”. (1992, p. 14) Essa dimensão aplica-se perfeitamente às memórias coletadas, na medida em que foi possível visualizar, invariavelmente, em todos os relatos, a intensidade, a força e a emoção latentes; estabelece a existência de uma tradição oral em torno do acontecimento traumático, mediante da intensa repressão promovida pelo governo civil-militar, uma memória silenciada, proveniente das intensas práticas de violação, cujos efeitos deixaram profundas marcas físicas e, sobretudo, na alma. Assim,

o caminho está aberto para uma história totalmente diferente: não mais os determinantes, mas seus efeitos; não mais as ações e o jogo dessas comemorações; não os acontecimentos por si sós, mas suas construções no tempo, o apagamento e o ressurgimento de suas significações; não o passado como aconteceu, mas seus sucessivos reempregos; não a tradição, mas a maneira como ela se constituiu e se transmitiu. (NORA apud DOSSE, 2004, p. 180).

Essa memória consiste portanto em uma trama ao mesmo tempo privada e pública (DOSSE, 2004, p. 181).

A ALN e o PCBR

O terceiro segmento que despertou intensa preocupação entre a comunidade de informação e segurança é constituído pela Ação Libertadora Nacional (ALN), dissidência do Partido Comunista que mais contribuiu no cenário de resistência ao golpe, e pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, que especificamente no estado

de Pernambuco teve uma atuação profícua.³⁹ De acordo com Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio (1999, p. 27):

A Ação Libertadora Nacional (ALN) surgiu como uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), liderada por Carlos Marighella, que defendia a luta armada contra a ditadura militar. Marighella foi expulso do partido e o comitê estadual em São Paulo rompeu com o PCB formando, em 1967, o Agrupamento Comunista de São Paulo (AC-SP). A dissidência cresceu em vários Estados, constituindo a ALN.

Segundo os autores, a Ação Libertadora Nacional, que teve sua história intimamente ligada ao nome de Carlos Marighella⁴⁰, antigo dirigente do Partido, era a organização de maior expressão e contingente, entre todos os grupos que deflagraram a guerrilha urbana entre 1968 e 1973. Foram de sua autoria várias ações armadas nas cidades para obter recursos e tornar possível a organização da guerrilha rural e o Exército de Libertação Nacional. A guerrilha rural não chegou a acontecer, a organização ganhou projeção nacional e internacional na década de 1970, quando juntamente com o MR-8⁴¹ realizou os sequestros dos embaixadores dos Estados Unidos, da Alemanha e do Japão.

Após o seqüestro, o governo militar desencadeia uma repressão bem articulada, em nível nacional, prendendo centenas de militantes e simpatizantes. São mortos Luiz Fogaça Balboni e o próprio Marighella, em 4 de novembro de 1969, ocorrendo o primeiro caso

39 Cf. Relatório CENIMAR nº 0136, de 13 de abril de 1972, e informação 0091. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 5.404.

40 Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 8735. Relatório de Inquérito policial ALN – Carlos Marighella.

41 Movimento Revolucionário 8 de Outubro – Organização de esquerda que se consolidou no início da década de 1970, era conhecida inicialmente como DI da Guanabara, ou seja, Dissidência da Guanabara do PCB. A nova denominação foi amplamente divulgada quando do seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969, operação realizada em conjunto com a ALN. Seu nome era uma homenagem à morte de Che Guevara, ocorrida na Bolívia em 8 de outubro de 1967.

de desaparecimento forçado em 29/9/1969: Virgílio Gomes da Silva, o Jonas (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999, p. 27).

A partir daí uma série de atos violentos foram praticados contra a ALN e outras organizações de esquerda que ousaram enfrentar o governo, marcando a história do movimento com episódios de torturas, invasões de lares e aparelhos, desaparecimentos, perseguições e mortes. Os membros dessas organizações receberam a alcunha de **terroristas**, e os que conseguiram sobreviver saíram do país, banidos, porém, do território nacional. Nos registros iconográficos do acervo DOPS localizamos os conteúdos repassados pelo Centro de Informações do Exército que ilustram bem o fato (Figuras 31, 32A e 32B).

Abordaremos alguns aspectos de outra dissidência do Partido Comunista Brasileiro, que teve uma atuação bastante significativa no Nordeste, trazendo à luz alguns fatos desenvolvidos por integrantes que militaram em Pernambuco, na tentativa de verificarmos como se deu essa atuação.

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário “originou-se da luta interna do PCB, no Rio de Janeiro, após o Golpe Militar de 1964, inicialmente como Corrente Revolucionária. Em 1968, depois de se desligar do partido realizou sua I Conferencia Nacional, assumindo a denominação de PCBR.” (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999, p. 362).

O PCBR, mais conhecido entre os seus integrantes pela sigla “BR”, tinha como principal dirigente o jornalista e intelectual Mário Alves, homem de forte prestígio junto à Executiva do PCB, que começou a se opor às posições de Luís Carlos Prestes, sobretudo quanto à O regime reagia com violência: a mobilização ideia de revolução para o Brasil defendida por este, em observância às determinações do Comitê Central. Formou inicialmente a “Corrente Revolucionária”, com força no Rio de Janeiro e no Nordeste, que depois de sua criação formal, em abril de 1968, passou a atuar de forma mais contundente, implantando uma nova visão revolucionária.



Figura 31: Grupo de presos políticos trocados pelo embaixador da Alemanha Ocidental, antes do embarque para a Argélia.

Fundo: SSP/DOPS nº 27.780.

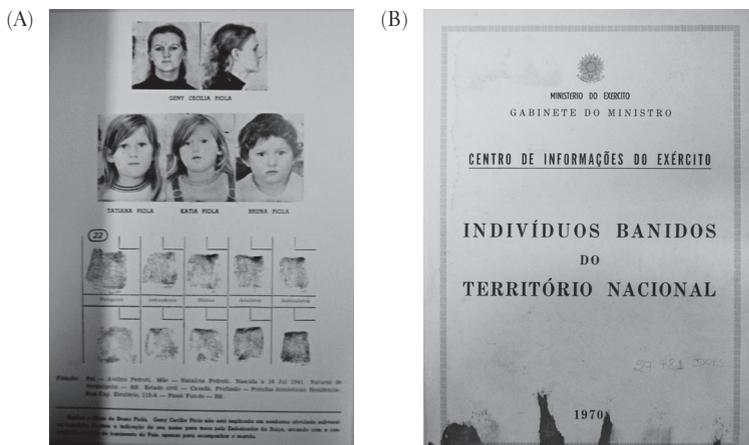


Figura 32: Relatório do Centro de Informações do Exército sobre “indivíduos” banidos do território nacional, 1970.

Fundo: SSP/DOPS nº 27.781.

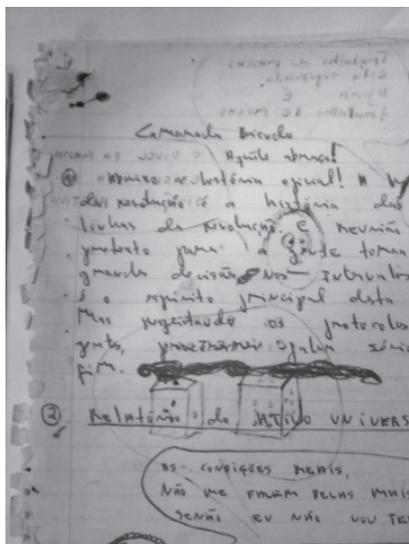
A proposta geral do PCBR consistia na constituição de um novo partido marxista que reformulasse a linha tradicional do PCB a respeito da necessidade da aliança com a burguesia brasileira, sem, no entanto, abraçar a bandeira da ‘Revolução Socialista’ imediata, como fariam, por exemplo, os dissidentes fundadores do MR-8. Quanto à estratégia, a proposta não divergia muito da ALN, coincidindo na escolha da área rural como palco mais importante da luta rumo a um ‘Governo Popular Revolucionário’. (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999, p. 361).

Participaram do PCBR lideranças como Odijas Carvalho de Souza, Mário de Albuquerque Miranda, Paulo Pontes, Marcelo Mário de Melo, Maria Yvone Loureiro, Ramires Maranhão do Valle, Carlos Alberto Soares, Bruno Maranhão, Antônio Soares de Lima (Help), Lilian Galetti e Maria do Socorro Diógenes, entre outros. Todos atuavam em uma frente específica. Alguns como Maria Yvone e Mário de Albuquerque passavam, em algumas situações, por marido e mulher, para desviar as atenções de curiosos ou da polícia quando necessitavam alugar uma casa que serviria de aparelho ou esconderijo daqueles que estavam na clandestinidade. Entre algumas lideranças havia disputas entre si, sobretudo intelectual, quando elaboravam algum plano de resistência em que discordavam quanto à estratégia a ser adotada, à conduta do outro, aos vícios, etc. foi o caso de Ramires e Antônio Soares, cujas divergências de opiniões lhes renderam algumas discórdias, sobretudo no âmbito das práticas de resistências e na exposição que Antônio proporcionava aos integrantes com seu comportamento falante e irreverente. Esse tipo de comportamento era combatido e pouco tolerado pelos outros integrantes da organização, uma vez que colocava em risco a segurança do grupo, dispersava o foco das atenções e desgastava emocionalmente o grupo. Outro detalhe a ser observado, eram as querelas provocadas por ciúmes entre os companheiros; esse aspecto não era visto com bons olhos e

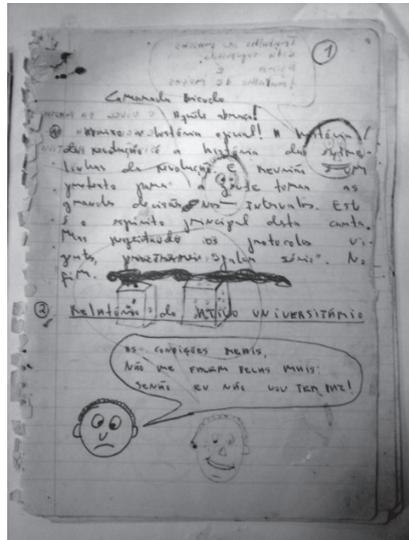
era considerado um fator de risco para a organização. Nesses casos o ideal era separar os envolvidos, enviando-os para outros estados. Mas a paixão (de risco) segundo Marcelo Mário de Melo, era um fator de estímulo, de tesão, tornava a “luta” mais emocionante e, servindo até de inspiração. Outro aspecto importante era a produção dos textos: os discursos tinham que estar à altura da realidade e as palavras de ordem atender a uma necessidade específica, devendo estar atualizado, em sincronia com os acontecimentos. O tipo de informação veiculada passava pelo crivo dos integrantes do grupo e era criticado quando não atendia as expectativas; um texto muito irreverente era “censurado”, pois poderia não ser levado a sério ou seu estilo poderia ser um meio de identificar a autoria. Sobre isso, vide Figuras 33 A, B e C:

Como podemos perceber, havia diferentes correntes de pensamento coexistindo no cenário de disputas e embates históricos travados no âmbito de uma mesma organização, entre os segmentos de esquerda de orientações diferentes, como também dentro dos órgãos de informação e segurança; isso criaria concepções e práticas revolucionárias diferentes

(A)



(B)



(C)



Figuras 33 A, B e C: Documentos apreendidos pela polícia num “estouro” realizado num Aparelho do PCBR em 1970.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º 1306 Pasta com inúmeros documentos sobre o PCBR. Documentos 320, frente e verso.

e divergentes entre si, como ocorria com a repressão policial. São vários os relatos de representantes das militâncias que sobreviveram e contam a respeito desse ambiente de disputas e divergências internas: “parecia que cada um queria ser mais revolucionário do que os outros”⁴².

De acordo com Jacob Gorender, um dos dirigentes do PCBR, o partido tinha bases no Rio de Janeiro, em São Paulo (menor) e, “no Nordeste, da Bahia ao Ceará, tínhamos uma base de apoio muito superior a qualquer facção dissidente do PCB e capaz de competir nos meios da esquerda” (apud BRASIL..., 1985, p. 95). Em abril de 1969, o PCBR se ocupava com operações armadas urbanas, essencialmente voltadas à propaganda revolucionária, nas quais era muito competente.

Para ilustrar esse aspecto apresentamos um documento que poderia ser considerado um “estatuto” contendo os métodos da organização (Figuras 34 A, B e C).

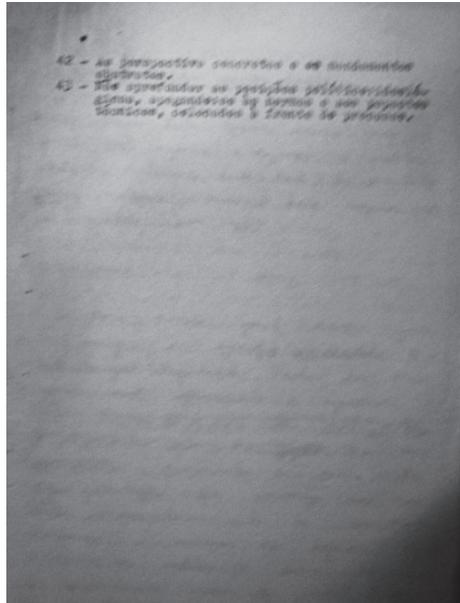
Como todos os outros segmentos, o PCBR amargou perdas terríveis nos porões da ditadura, nas salas de torturas e nas prisões. Especialmente na década de 1970, vários aparelhos foram “estourados” no país e seus militantes presos, impedidos de dar continuidade à sua atuação política.

Em Pernambuco, em decorrência de uma significativa ação conjunta dos órgãos de informação, foi descoberto na praia de Maria Farinha, município de Paulista, um importante reduto do PCBR, onde foram presas algumas figuras centrais do movimento no estado, entre elas Odijas Carvalho de Souza (o “Neguinho”), sua companheira Maria Yvone Loureiro e Mário de Albuquerque Miranda.

O resultado contundente e marcante da ação policial foi a morte de Odijas Carvalho. Os que foram presos com ele e sobreviveram contam em detalhes as longas e seguidas seções de tortura a que foi submetido, para que falasse e entregasse os outros membros do partido. Ante a recusa, foi brutalmente torturado e espancado, e acabou não

42 Relato de um ex-integrante do PCBR em entrevista concedida por ocasião do seminário *Repensando a ditadura e os 25 anos da anistia política*, realizado no Arquivo Público Jordão Emerenciano, de 30 de agosto a 03 de setembro de 2004.

(C)



Figuras 34 A, B e C: Método de organização adotado pelo PBCR.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 1306. Pasta com inúmeros documentos sobre o PCBR, documento 288 frente e verso.

resistindo. Morreu após dar entrada no Hospital Geral da Polícia Militar no Derby, cujo laudo apresenta controvérsias.

Sua morte (uma das mais violentas ocorridas em Pernambuco em 1971) chocou várias representações civis, ensejando manifestação na Assembleia após a leitura de discurso inflamado do deputado estadual Marcos Freire, protestos dos presos na Casa de Detenção, da Ordem dos Advogados do Brasil e da Anistia Internacional, que recebeu a denúncia das mãos de Dom Hélder Câmara.⁴³ A informação saiu da Casa de Detenção, através de uma carta escrita pelo militante Paulo Pontes, considerado um dos mais inteligentes e brilhantes representantes

⁴³ Cf. Informação 52/1971, 2ª Seção IV Exército. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 1.306 – PCBR.

do movimento estudantil, que fez a denúncia dos crimes de tortura praticados pelo regime militar em Pernambuco mesmo estando preso na Casa de Detenção do Recife.

A ação conjunta policial deu origem a uma perseguição implacável aos outros membros da organização, e para facilitar a delação, a polícia espalhou cartazes pela cidade, fixando um valor como recompensa para os que apontassem o paradeiro dos militantes (Figura 35).

Era comum a polícia responder às ‘provocações’ dos grupos de esquerda com violência, mas, à medida que as práticas de resistência tornavam-se mais enfáticas, via-se o uso de expedientes ainda mais truculentos e articulados por parte do aparato militar. E nesse sentido



Figura 35: Cartaz com fotografias dos integrantes do PCBR, com a chamada: “Elementos subversivos procurados”, 1971. O cartaz foi espalhado pelas delegacias de polícias, correios, estações de embarque de passageiros, postes e outros locais de grande circulação.

Fundo: SSP-PE/DOPS/APEJE Prontuário funcional n.º. 1306. PCBR.

não faltavam manifestações vindas de segmentos de ultradireita da sociedade, que exigiam mais ação por parte do aparato policial.

Vejamos o teor de um documento que deu entrada no protocolo geral do SNI e foi repassado a todos os órgãos da rede de informações:

ALERTA A MILITARES E CIVIS!

Senhores Oficiais das três armas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e ao Povo em Geral. Os Comunistas que seqüestraram o Embaixador Americano declararam em Manifesto que nossos dirigentes não passam de uns farsantes. Razão tinham os Comunistas, quando disseram que o Povo Brasileiro estava diante de uma farsa. A omissão das autoridades Militares, está permitindo na Área do IV Exército, 2º Distrito Naval, Zona Aérea e, notadamente em Pernambuco, a tomada de poder pelo Comunismo. [...] Finalmente, Senhores Militares, saibam o que é ser omisso: Omisso é aquele que, para não se comprometer, não toma atitudes de qualquer espécie.

É chegada a hora de não podermos mais permitir que Militares e Civis permaneçam no muro. Ou de um lado ou de outro lado. Se não tem raça, fibra ou dosagem mínima de cidadão brasileiro que sejam banidos de nosso Território e passem a viver no país de onde recebem sua manutenção, a quem vendem o seu nome, entregam sua Pátria. Com quem pretendem enlutar a Família Brasileira.

Se a omissão persistir, se o receio continuar, se os poderes maiores deste imenso país não usarem o que realmente possuem...

AGIREMOS COM NOSSA PRÓPRIA FORÇA
FIQUEM ALERTAS!

Nós voltaremos com maior vigor.

Ass. Triunvirato Civil Democrata.⁴⁴

⁴⁴ Carta enviada à 2ª Seção do IV Exército pelo Grupo Triunvirato Civil Democrata e difundida a todos os órgãos de Informação em 1974. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º. 4.558.

O teor do documento sinaliza para o uso de mais força na tentativa de coibir as práticas de resistência das esquerdas, revelando que as ações múltiplas de controle social que vinham sendo implantadas pelos órgãos de segurança eram insuficientes, e aponta para a omissão por parte de alguns segmentos burocráticos, que deveria ser combatida pelas forças armadas e pelo povo brasileiro.

Quando nos referimos às forças de segurança, é importante pensar em um organismo policial potencializado por meio da comunhão e coesão de unidades especializadas distintas que operavam em conjunto no objetivo de coibir, esfacelar a ‘ofensiva do inimigo’, como os militares referiam-se comumente às esquerdas. Por agirem em rede, ampliavam enormemente suas forças de intervenção no social. Cada segmento de esquerda era monitorado de perto por uma vigilância sistemática e ao mesmo tempo pelos órgãos de informações das três esferas militares, além do DOPS.

Nesse sentido, o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) cumpria um importante papel junto à rede de informações, na medida em que era responsável pela pesquisa e análise intelectual de qualquer segmento de esquerda:

O CENIMAR fazia o mais completo relato de cada uma das organizações de esquerda, sendo capaz ainda de opinar sobre as táticas de cada um e prever inclusive a postura que cada segmento tomaria diante de algum conflito. Eram especialistas na análise do perfil das organizações de esquerda e dos militantes.⁴⁵

A despeito do conhecimento por parte dos órgãos de informação, sobretudo o CENIMAR, sobre a aliança entre as correntes de esquerda no sentido de implantar mais rapidamente a luta armada, temos o seguinte documento, que traz anexada uma informação do CENIMAR

⁴⁵ Relatório do CENIMAR de 1965-1970. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º. 6.350.

com uma análise aprofundada de todo o quadro político que envolvia a tomada de decisão dos organismos de esquerda em relação a optarem pela luta armada.

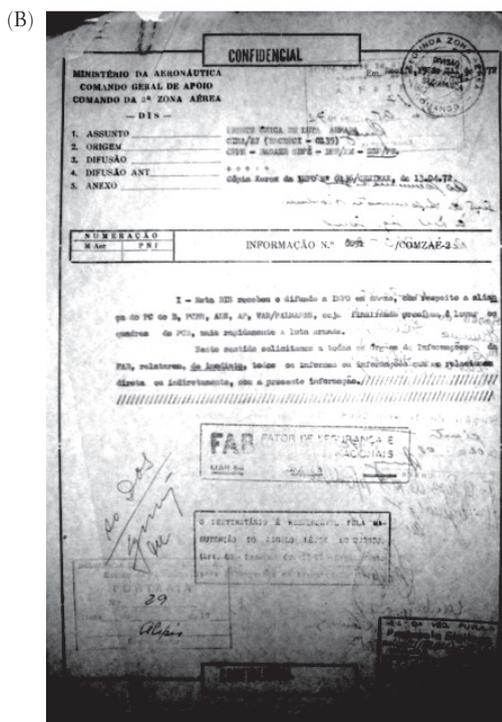
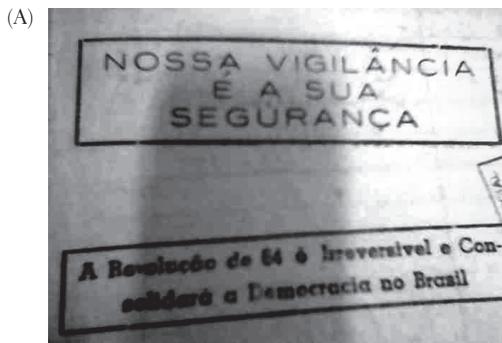
Esta DIS – Divisão de Informação e Segurança 2ª Zona Aérea recebeu e difundiu a INFO em anexo, com respeito à aliança do PC do B, PCBR, ALN, AP, VAR/PALMARES, cuja finalidade precípua é levar os quadros do PCB, mais rapidamente à **luta armada**. Nesse sentido solicitamos a todos os órgãos de Informações da FAB – Fator de Segurança e Integração Nacionais (Março de 64 a Dez de 1968), **relatarem de imediato**, todos os informes ou informações que se relacionarem direta ou indiretamente, com a presente informação.⁴⁶

É importante observar a expressão de alerta implícita, emitida a todas as unidades que compunham o Fator de Segurança e Integração Nacionais (Figura 36), a respeito da luta armada e guerra de guerrilha. Tal temor não se dava por acaso, como se pode verificar a partir do documento transcrito a seguir:

AO POVO BRASILEIRO

Atacar o inimigo de surpresa, onde ele menos espera; retirar-se; atacar novamente, intranqüilizando-o, elevando o ânimo e a organização dos destacamentos revolucionários e do povo, até o levante geral e a tomada do poder – este é o princípio básico da luta armada e da guerra de guerrilha. E é dentro desta lógica de guerra que hoje fazemos voar pelos ares os palanques de onde opressores do povo pretendem passar em revista as suas tropas. Temos certeza de que esta nossa ação encontrará uma profunda acolhida no coração das massas oprimidas e exploradas pelo estado militarista a serviço do imperialismo norte-americano, dos latifundiários e dos grandes capitalistas, banqueiros e comerciantes

⁴⁶ Relatório CENIMAR n° 0136, de 13 de abril de 1972, e informação 0091. Grifo do autor. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n°. 5.404.



Figuras 36 A e B: Documento sobre as Normas de Ação para os órgãos de informação, 13 de abril de 1972.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º. 5395. Contém documentos referentes às estratégias de ação dos órgãos de segurança. Inclusive sobre a instalação do DOI-CODI no Recife.

nacionais. Com esta ação festejamos a independência (formal) do Brasil à moda do povo – combatendo os seus inimigos, mostrando que avança a luta contra a ditadura. É a resposta da propaganda revolucionária à propaganda dos opressores.

Esta ação de boicote às comemorações dos opressores, faz parte de um amplo programa de luta popular contra a ditadura, cuja aplicação prática irá forjando a Frente Popular Revolucionária e o Exército Popular Revolucionário, em cujas fileiras se unirão os operários, camponeses, estudantes, profissionais liberais, artesãos, pequenos comerciantes, etc. na luta por um Governo Popular Revolucionário. Só este governo, apoiado na força armada do povo, poderá cumprir o programa da revolução brasileira, expulsando o imperialismo, realizando a reforma agrária radical, com a eliminação do latifúndio, assegurando a liberdade política e a cultura para as massas exploradas.

Para que os objetivos máximos da revolução sejam atingidos, é preciso desencadear ações de boicote, confisco justicamento de torturadores, resgate de presos políticos e acelerar o lançamento da guerrilha rural – de onde surgirá e crescerá o Exército Popular Revolucionário. Mas é necessário não se descuidar do trabalho de mobilização e organização das massas. A guerra revolucionária no Brasil será uma guerra do povo e para ela será necessário mobilizar amplas massas populares. A luta de guerrilhas deverá entrelaçar-se com a luta armada, as greves econômicas e políticas da classe operária, com ações camponesas pela terra, com manifestações de rua dos estudantes, dos trabalhadores e de todo o povo através de uma luta difícil e prolongada, chegará o momento em que a guerra popular envolverá as populações das cidades e regiões, e se alastrará por todo o país, destruindo os fundamentos do poder latifundiário burguês.

A libertação forçada de 15 presos políticos, sob a pressão de um resgate espetacular, prova que só a força armada poderá

desenvolver a luta, conquistar vitórias e derrubar do poder os tiranos. É necessário o espírito ofensivo, o combate sem tréguas ao poder latifundiário – burguês. Fazemos coro com os grupos revolucionários que resgataram o embaixador americano.

Agora é olho por olho, dente por dente.

Frente Popular Revolucionária.⁴⁷

O documento reflete um momento da resistência em que a ‘inocência’ dos métodos empregados já não existia, onde o confronto se estabelecia em níveis cada vez mais violentos, num sentimento de que não se tinha mais nada a perder. Seu teor não deixa dúvida em relação aos métodos a serem utilizados para abordar o inimigo em suas fragilidades, tendo a surpresa como recurso a favor das ações dos grupos radicais de esquerda. Os métodos tornavam-se mais contundentes e ameaçadores, em face de uma repressão ainda mais truculenta. Nas cidades, os sequestros e os assaltos a bancos passaram a ser uma tática cada vez mais utilizada pelos grupos radicais de esquerda, para conseguir recursos para o movimento. Não desprezavam as ações menos violentas, mas conclamavam a união de todas as frentes para agirem sincronizadas em prol de um objetivo comum.

O saldo de perdas contabilizadas por todos os segmentos de esquerda é, segundo fontes do Ministério da Justiça, de 400 casos de mortes comprovadas e 166 de desaparecidos que estão sendo analisados, somando entre mortos e desaparecidos, em todo o país, um total de 566 pessoas.⁴⁸

O retorno ao passado é tarefa crucial no processo de construção e reconhecimento da identidade do povo brasileiro. A necessidade de retornar ao passado se faz urgente e necessária na medida em que

47 Manifesto da Frente Popular Revolucionária, s.d. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º. 28.804 – SNI.

48 Relatório apresentado pela Comissão de Direitos Humanos, 1995. Fonte: Ministério da Justiça – Comissão de Presos e Anistiados Políticos. Brasília, 1995.

não existe passado sem presente e vice-versa. Como disse Marc Bloch (apud DOSSE, 2004, p. 184),

a história envereda cada vez mais pelos caminhos obscuros e complexos da memória até em seus modos extremos de cristalização, tanto ideais quanto materiais, a fim de compreender melhor os processos de transformação, as ressurgências e as rupturas instauradoras do passado.

O trabalho de história oral com representantes dos segmentos de esquerda tem muito a oferecer, na medida em que são vozes silenciadas pela ditadura militar, aquelas que promoveram ao seu modo uma resistência sistemática, ousada e criativa frente à poderosa rede de informação e segurança. É portanto de vital importância que esses escassos registros venham ao conhecimento público, como uma possibilidade da sociedade refletir e exorcizar os traumas coletivos que povoam seu passado sombrio, obscuro e predominantemente escrito por aqueles que estiveram do lado da opressão. Revisitar esse passado é tarefa fundamental para “desdobrar o que o tempo endureceu”. (ALPHONSE DUPRONT apud DOSS, 2004, p. 215). E, numa perspectiva de esperança no permanente movimento do fazer histórico pensamos, como Dosse (2004, p. 215) que “a história nasce desse encontro com o outro que desloca as linhas do presente em um entrelaçamento da história e da memória” (DOSSE, 2004, p. 215). Reconstruir essa narrativa é uma forma de repensar nossa história e, conseqüentemente, transformar nosso presente e futuro.

CAPÍTULO 4

A tortura como prática

O homem é o único animal que provoca sofrimento aos outros com o objetivo exclusivo de provocá-lo.

Schopenhauer

Este capítulo busca analisar a prática da tortura em nosso país durante o regime militar de 1964, quando passa a ser exercida de forma sistemática, atendendo às necessidades imediatas de informação da rede desde os primeiros dias do golpe. Obedecendo a uma lógica imperativa de obtenção de resultados em relação aos grupos de esquerda visados pelo regime, a violação se traduz numa rotina direcionada a diferentes alvos e é aplicada com níveis distintos de intensidade ao longo dos sucessivos governos militares, exacerbando-se após o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, “quando os radicais tomam o poder e decidem permanecer” (CONTREIRAS, 2005, p. 66), disseminando o terror junto à sociedade.

Tomando como referência a conjuntura que possibilita a existência dessas práticas de violação e particularmente de tortura, tem-se algo extremamente significativo: o fato da tortura ser empregada no sentido de atender a um objetivo muito específico – a sujeição da pessoa que transgrediu a barreira sutil, subjetiva, mas muito combatida, do

chamado crime político, entendido como desordem, agitações, apoio e/ou disseminação das ideias comunistas, hostis ao governo. Segundo os militares, estas ideias são a personificação do inimigo, que deverá ser extirpado a todo custo, uma vez que representam uma porta de entrada para a penetração e o crescimento de ideologias nocivas à nação, propiciando a desordem, a subversão. Assim, é para o combate a essas agressões internas e externas, que atentam contra a ordem e a segurança do Estado – na opinião de uma parcela significativa da hierarquia militar, apoiada por segmentos da sociedade civil –, que é direcionado o poder ostensivo das Forças Armadas.

O combate ao inimigo interno

A Doutrina de Segurança Nacional, que vigora em menor ou maior intensidade em parte significativa da América Latina nos anos 1960 e 70, prega a luta contra o “inimigo interno”, ou seja, toda e qualquer voz que se levante contra o regime imposto. No Brasil, após 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5, as práticas repressivas são ampliadas, passando a atingir um maior número de pessoas, de forma mais violenta, e uso da tortura é consagrado oficialmente pelo Estado contra os opositores políticos.

Por trás do binômio subversão/segurança nacional, o estado de exceção passa a tomar forma, corpo; sem ele a vida jurídica e toda a estrutura de sustentação do regime não seria pensável.

A exceção é o que não é subsumível: escapa à hipótese geral, mas, ao mesmo tempo, revela com clareza um elemento formal especificamente jurídico: a decisão. Na sua forma absoluta, o caso de exceção verifica-se a partir do momento em que é necessário criar a situação nas quais as normas jurídicas podem ter eficácia [...]. E nesse contexto, [o soberano é aquele que decide sobre o estado militarizado, de exceção]. (SCHMITT apud AGAMBEN, 1998, p.25.).

Conceitos como intervenção, ordem, segurança, ameaça à nação e combate ao inimigo passam a figurar no vocabulário da época, no âmbito do que é entendido pelos órgãos de segurança como necessidade de defesa da sociedade contra o inimigo interno, no Brasil representado pelos seguintes segmentos:

Os progressistas e a esquerda composta pelos mais de mil sindicatos de trabalhadores fundados até 1964, entre eles:

O comando Geral dos Trabalhadores (CGT);

Pacto de Unidade e Ação (PUA Aliança Sindical);

União Nacional dos Estudantes (UNE);

Ação Popular (católicos de esquerda – ACO, JUC e JOC);

Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB – reunindo intelectuais de esquerda);

Frente de Mobilização Popular (FMP, liderada por Leonel Brizola);

União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil;

Ligas Camponesas;

Organizações de luta contra a repressão (inclusive surgidas após o golpe): ALN, COLINA, MNR, MOLIPO, MR-8, PCB, PCBR, POC, POLOP, VAR-PALMARES, VPR entre outras. (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999, p.23.).

Os seguidores e simpatizantes dessas organizações são de forma generalizada taxados de comunistas pela rede de informações, embora os integrantes dos órgãos que a compõem conheçam exatamente as hierarquias e ramificações, filiações e dissidências das mesmas. Marco Pollo Giordani – ex-agente do DOI-CODI do Comando Militar do Sul – mapeia as forças de resistência ao regime militar da seguinte forma:

I - Grupo reformista:

a) Partido Comunista (PCB) – dividido em duas alas (Prestes e Giocondo).

b) Partido Socialista Brasileiro (PSB).

II – Grupo Trotskysta:

- a) Organização Revolucionária Marxista Democrática (ORMDS).
- b) Convergência Socialista (CS).
- c) Fração Quarta Internacional (FQI).
- d) Partido Operário Revolucionário Trotskysta Posadista (PORTP).

III – Grupo esquerda revolucionária:

- a) Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).
- b) Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8).
- c) Ação Popular Marxista-Leninista (APML).
- d) Movimento Comunista Revolucionário (MCR).
- e) Partido Revolucionário Comunista (PCR).
- f) Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Além desses atuam os simpatizantes, o PDT (Partido Democrático Trabalhista) e o PT (Partido dos Trabalhadores). (GIORDANI, 1986, p. 164).

Parte da estrutura apontada por Giordani acima, é idêntica a uma descrição minuciosa feita pelo CENIMAR – Centro de Informação da Marinha a respeito do Partido Comunista e suas ramificações, com uma pequena diferença: no relatório do CENIMAR o mapeamento vai até o ano de 1976.¹

Nessa disposição das organizações de esquerda, comungada por uma parcela dos segmentos militares, encontramos as categorias conforme são pensadas por eles, com a discriminação das facções que devem ser combatidas. Observe-se que há uma separação dos grupos aqui representados: reformista, trotskista, esquerda revolucionária, além dos simpatizantes – entre eles o PT e o PDT. Entretanto, numa visão genérica os militares os classificam apenas como vanguarda

1 Fundo SSP/DOPS/APEJE – Prontuário Funcional nº27. 594 CENIMAR – Atividades Subversivas no Brasil.

revolucionária das massas, traduzida, na opinião dos órgãos de segurança, na ação do próprio Partido Comunista (PC). Ou seja, colocam num mesmo patamar os adeptos de ideologias distintas, como se todas as organizações derivassem – utilizando um jargão militar – do mesmo “credo ideológico comunista”.

Cabe assinalar que nos diversos momentos do regime militar diferentes “alvos” são escolhidos pelos órgãos de informação e segurança², em função da insistência ou reincidência das ocorrências (informes e informações) em torno daqueles grupos/pessoas. Isso leva a uma atuação diversificada, realizada de forma permanente, onde os órgãos de informação coletam, processam e confirmam as informações usadas como provas contra o(s) suspeito(s), e posteriormente as repassam aos órgãos específicos de segurança para que ajam. Na realidade “todos” em potencial são suspeitos, o que torna o olhar sobre a sociedade paranoico. Cria-se um ambiente extremamente vulnerável a contradições, meias verdades, comportamentos escusos, imprecisão e delação, que torna frágil a ditadura. Nesse cenário, as práticas repressivas são levadas a cabo por meio de vários recursos, seja através de chantagem, interrogatório, prisão ou tortura – usada e compartilhada pela população civil e pelas múltiplas hierarquias militares com intensidades variadas, especificidades e requintes de crueldade também distintos.

O regime autoritário vai construindo, no interior mesmo da história, um novo perfil do sujeito, processo para o qual Foucault (2005, p. 10) chama a atenção: ”a constituição histórica de um sujeito de conhecimento através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais”. É esse discurso que define os limites entre o cidadão e o subversivo, traçando o perfil

2 Cabe uma distinção entre órgãos de informação e de segurança. Os primeiros trabalham na busca, coleta, análise e “pescagem” da informação para alimentar os Inquéritos Policiais Militares, enquanto os órgãos de segurança atuam diretamente no estouro de aparelhos, na prisão, no combate direto ao inimigo.

do agitador, do comunista, do criptocomunista³, do terrorista. E é na perspectiva da teoria da Segurança Nacional que o regime militar adquire todo o seu significado, na medida em que o conceito de subversivo – visto aqui como uma **representação** (CHARTIER, 1990, p. 17) – tem uma existência que comanda os atos constitutivos do estado de exceção. Nesse caso, o perfil subversivo forjado pelo regime passa a funcionar como uma cláusula, um estado de alerta e iminente perigo, servindo de parâmetro, de norma para identificar os possíveis infratores.

O que está por trás dessa ideia de combate à subversão? No livro *Brasil Sempre*, considerado a resposta de alguns dos segmentos militares de direita às acusações que lhes são imputadas no livro *Brasil Nunca Mais* – clássico da denúncia sobre os crimes de tortura praticados no país, que traz farto material sobre as violações às quais foram submetidos, pelos órgãos de segurança e informação, os “infratores” –, o autor Marco Pollo Giordani coloca-se como defensor das arbitrariedades praticadas pelo regime militar, vistas em sua opinião como “necessárias”, e usa a subversão como razão principal para justificar o uso de medidas violentas.

Subversão (do latim *subversione*) – [...] “3. Destruição, transformação da ordem política, social e econômica estabelecida; revolução” (Aurélio Buarque de Holanda). [...] técnica de enfraquecimento do poder e da desmoralização dos cidadãos; [...] fundamentada no conhecimento das leis da psicologia e da psico-sociologia porque visa tanto à opinião pública quanto ao poder e às forças armadas de que dispõe; [...] ação sobre a opinião por meios sutis e convergentes [...]. Os conceitos acima reproduzidos são abrangentes, não estando condicionados a regimes políticos. Portanto “a transformação da ordem política” tanto pode ser considerada

3 **Criptocomunista**: termo usado pelos órgãos de informação para designar os comunistas camuflados, que agiam sem serem identificados, considerados como os mais perigosos. Cf. Relatório Rural do IV Exército. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n°. 27.558.

como “subversão” nos países democrático-capitalistas como nos dominados pelo comunismo, independentemente das ideologias adotadas respectivamente por agressores ou vítimas. O presente estudo se volta para análise da subversão no Brasil. [...] É, pois, fundamental, para a compreensão deste estudo, a aceitação do fato indiscutível de que os comunistas insistem em tentar a tomada do poder no Brasil. (GIORDANI, 1986, p. 117-118).

Em sua longa argumentação para explicar o que é subversão, acrescenta:

A subversão não é um fim, mas um meio. Ela existe porque alguém conhece seu poder e deseja empregá-lo. E deseja empregá-lo porque pretende tomar o poder, em um ou mais Estados soberanos. [...] Esse anseio de poder é inerente ao homem e suas manifestações são encontradas ao longo da história. O comunismo nada mais é do que a manifestação contemporânea desse anseio, [...] compreendida, ao menos em tese, como “necessidade de poder”, resta apenas uma forma de alcançar esse objetivo: através da via revolucionária [...] À tentativa, pois, de indivíduos ou grupos, de tomar o poder por meios que não são os tradicionalmente aceitos, convencionou-se denominar “Movimento Revolucionário (MR)”. Muitos podem ser os métodos ou táticas empregados pelo MR, em sua escalada para a conquista do poder, podem, todavia, ser agrupados em duas grandes vertentes:

- A agressão física, individual ou coletiva, localizada ou internacionalizada, de proporções variáveis; a isso se denomina “Violência”, que pode variar desde terrorismo indiscriminado até a guerra convencional.
- Agressão psicológica, consistindo de medidas diversas de cunho psicológico, propagandístico e doutrinário, voltadas para a conquista do apoio da população do Estado-alvo à causa do MR; a isso se denomina “subversão”. (GIORDANI, 1986, p. 121-122).

Se tomarmos ao pé da letra esse entendimento de subversão contido no último parágrafo – “medidas de cunho psicológico, propagandístico, e doutrinário, voltadas para a conquista do apoio da população à causa do movimento revolucionário” –, veremos que cabe perfeitamente aos golpistas que conspiraram e tomaram o poder em março de 1964. Se os militares de linha dura concebem assim a subversão, então podemos constatar que eles temem o uso do mesmo expediente por parte da classe trabalhadora e segmentos de esquerda. E como não querem perder o poder, usam de todos os meios para se perpetuar nas posições de comando do governo.

As “ações” ou “táticas” utilizadas pelos “comunistas” são classificadas pelos militares da seguinte forma:

[...] **Infiltrar** significa introduzir, em cada organismo associativo da sociedade civil, militantes do PC, estruturados em uma organização de base (OB), que terão a si atribuídas as tarefas subsequentes de organizar, doutrinar e mobilizar os integrantes do organismo em pauta, questionando a autoridade de seus dirigentes, isto é, instaurando a dualidade de poder, até que este poder esteja nas mãos, de fato ou de direito, não da massa de dirigidos, como é sobejamente propalado, mas na fração do PC que serviu a essa massa, sublevando-a. **Organizar** significa unir a massa de dirigidos no maior número possível de associações, buscando o PC controlar essas associações. – Se as associações já existirem, os comunistas nelas se infiltrarão, e se não existirem, os comunistas as criarão. (GIORDANI, 1986, p. 135).

Para combatê-las, deve-se recorrer a estratégias que ultrapassam o campo militar, como afirma Giordani, argumentando que a guerra

[...] é por essência política e não somente militar, isto é: é absurdo confiá-la a militares, a políticos e a soldados profissionais; ela é uma vontade política que se utiliza dos meios militares, e **os povos envolvidos no conflito representam neste um papel específico**; [...] esse moral será

tanto mais baixo se ele estiver **cercado de desconfiança, do desprezo e da desconsideração públicas**; a guerra deve ser total, o que quer dizer que **a propaganda, a ação sobre as populações, o contágio ideológico**, representam aí o seu papel; as armas psicológicas são superiores ao armamento militar. [...] (GIORDANI, 1986, p. 122, grifo nosso).

É importante perceber a conotação que é dada pelo autor às armas psicológicas, que em sua opinião se mostram inclusive mais eficazes do que o armamento militar. Talvez por esse poder penetrante da propaganda, das ideias como mecanismos de contágio ideológico, é que se explica a censura, a busca constante de informação como forma de localizar o foco ideológico e assim empreender o combate sistemático aos representantes desses segmentos.

O estado de exceção abre também espaço para a ação (i)legal dos grupos de extermínio (de extrema-direita) como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC)⁴ e o Movimento de Caça aos Comunistas (MCC), entre outros, nos anos duros da repressão. Por outro lado, organizam-se grupos de resistência por meio da luta armada, da guerrilha urbana e rural. As frações que defendem a luta armada resultam em parte das dissidências do Partido Comunista, como o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Partido Comunista Revolucionário (PCR) e a Aliança Libertadora Nacional (ALN), além de outros grupos, como Vanguarda Popular Revolucionária, Ação Popular, etc.

Cabem aqui alguns questionamentos: o que faz uma pessoa ser suspeita? Em que momento é rompida a tênue linha que a separa da

4 **Comando de Caça aos Comunistas:** organização paramilitar que teve origem em grupos anticomunistas que atuaram na derrubada de Goulart – como o Grupo de Ação Patriótica (GAP) e o Movimento Anticomunista (MAC) –, composta basicamente por policiais, que atuavam à paisana, e estudantes direitistas. As principais atividades da organização eram combater a UNE e defender a censura, tendo sido responsável por atentados a teatros, violência contra atores – e possivelmente assaltos a banco. (STEFHANOU, 2001, p. 99).

subversão? Em que condições lhe é imputada a culpa? Qual a leitura que o estado de exceção faz dela e de que maneira essa torna-se objeto de conhecimento? A que práticas de enquadramento é submetida? Enfim, quando a tortura passa a ser aplicada como recurso a serviço desse estado?

Ao longo de todo o regime de exceção, vários são os adeptos de grupos e organizações de esquerda que sofrem os efeitos da repressão, taxados genericamente pelos órgãos de segurança como comunistas. Dependendo do momento, diversas alcunhas lhes são atribuídas: os estudantes que aderem à luta armada são designados como terroristas; os representantes da ala progressista da Igreja recebem a pecha de heréticos a serviço do credo vermelho; os segmentos intelectualizados são chamados de esquerda festiva; o cidadão comum associado a algum movimento de esquerda é apontado como agitador, baderneiro, camponês, ou simplesmente “subversivo”.

Nesse contexto o “subversivo” é antes de qualquer coisa um inimigo interno. Aos olhos dos defensores da ordem, o crime político viola as ideias, corrompe os bons costumes e, por conseguinte, “a ordem estabelecida”, provocando uma ruptura nessa ordem e impondo o caos, e precisa ser combatido. Ao lado do dispositivo da periculosidade contínua, defendida ao longo de todo o regime militar, existem as práticas de combate. Para as diferentes tipologias de indivíduos “perigosos”, contestadores ou opositores fabricados pelo regime, existem as punições em forma de castigos e ultrajes múltiplos.

Se operarmos uma retrospectiva na história do Brasil, veremos que muitos procedimentos utilizados pelo regime civil-militar pós-64 são reedições refinadas de práticas implantadas na era Vargas, a exemplo da criação das DOPS estaduais, instituídas com a função muito clara de investigar os crimes de ordem política e social e combater o comunismo (cf. capítulo 2). Foi no decorrer da década de 1930 que o

prontuário individual⁵ apareceu como forma de pesquisa da “verdade” no interior da ordem policial, recorrendo a “essas modernas técnicas do inquérito que puderam ser utilizadas na ordem científica e na ordem da reflexão filosófica” (FOUCAULT, 2005, p. 12). Essas práticas se ampliaram no universo do poder, em defesa dos que se intitulavam guardiões da ordem e da segurança, no regime de exceção. A análise histórica dessa “política da verdade”, na concepção foucaultiana, permitirá “abordar o problema da formação de um certo número de domínios de saber a partir de relações de força e de relações políticas na sociedade” (FOUCAULT, 2005, p. 26).

Num sentido técnico-policial, o inquérito/prontuário individual ou funcional é composto por um conjunto de peças que vão sendo agregadas e que tem por função trazer à tona a “verdade policial”, que por si só será responsável pela incriminação do indivíduo, levando ao seu enquadramento. Nesse processo de composição do criminoso, que parte da suspeição baseada em indícios e se desloca para a produção/ confirmação do suposto delito, o saber sobre esse indivíduo “subversivo” se constrói no universo das práticas discursivas policiais.

Dentro desse contexto, a ordem jurídica será responsável pela aplicação de pena àqueles que provocam o delito/dano.

Isto significa que o dano não é somente uma ofensa de um indivíduo ao Estado, ao soberano como representante do Estado; um ataque não ao indivíduo, mas à própria lei do Estado. Assim, na noção de crime, a velha noção de dano será substituída pela infração. A infração não é um dano cometido por um indivíduo contra outro; é uma ofensa ou

5 Prontuário individual ou dossiê-processo – corresponde a um conjunto de informações compiladas sobre uma pessoa no decorrer de um processo de investigação ou ao longo do acompanhamento político do cidadão; são anotações oficiais que servem como elemento de prova de um delito praticado e que levam ao enquadramento do indivíduo. (SILVA, 1997, p. 50-51).

lesão de um indivíduo à ordem, ao Estado, à lei, à sociedade, à soberania, ao soberano. (FOUCAULT, 2005, p. 66).

O prontuário individual, reatualizado a cada nova juntada de documentos⁶, representa o conteúdo incriminatório sobre a pessoa. É a prova da infração, do delito ou dano cometido, ou da reincidência no crime, determinando o grau de periculosidade que o infrator oferece e, conseqüentemente, a punição que lhe deve ser imposta. O prontuário é uma forma de se estabelecer um certo tipo de “verdade”, construída no universo de crenças e saberes de uma determinada rede, como prova da existência de alguma ação que precisou ser combatida. O estudo aprofundado desse período não pode prescindir do conhecimento da lógica de funcionamento dos órgãos de informação e segurança, as rotinas, os procedimentos, a produção, coleta e tramitação de informes e informações, a elaboração permanente de documentos que retratam a essência do que foi o regime de exceção. A partir deles, pode-se fazer toda uma história da tortura com base nas peças do processo ou nos procedimentos da prova e do inquérito, pois neles estarão implícitos os elementos probatórios que referendam a ação da rede. Daí a necessidade que os órgãos de segurança e informação têm de apagar as provas, eliminar os vestígios de suas práticas arbitrárias e violentas, camuflando, invertendo e distorcendo os fatos. E isso fica explícito na atualidade quando se verifica a queima dos arquivos sigilosos referentes ao governo civil-militar vigente no país por 21 anos e do qual a sociedade ainda conserva resíduos.

Ainda nesse sentido, um método rotineiro utilizado ao longo do regime era o de “plantar” – na imprensa, nos prontuários, nos atestados de óbitos e nos processos – provas falsas, (in)verdades forjadas para distorcer os fatos e eximir de culpa os órgãos de segurança envolvidos,

6 **Juntada de documentos:** procedimento arquivístico que consiste em juntar ao prontuário já existente novos documentos sobre o mesmo assunto ou pessoa, formando um dossiê.

bem como os autores das práticas. Nos acervos documentais dos extintos DOPS, só achamos alguns indícios, vestígios da tortura; raramente se encontram as provas explícitas da violação, e quando isso ocorre é porque não foi percebido durante o processo de limpeza pelo qual esses acervos passaram antes de serem liberados à custódia dos arquivos públicos.

É o caso das fichas que contêm os registros sobre P. J. F.⁷, no fichário geral do DOPS-PE. Em uma consta a notação de que foi preso para averiguações (Figura 37), enquanto noutra aparece à informação “morto nesta delegacia” (Figura 38). As fichas apresentam marcas de borracha e rasuras; os registros com os detalhes foram sumariamente alterados, tanto no que se refere à data da prisão quanto à do falecimento, criando a falsa impressão, através do desencontro de datas, de que sua morte se deu fora daquele departamento. A tentativa de apagar os dados que possam comprometer o órgão pela ação que motivou a morte fica clara quando nos deparamos com a informação de que a pessoa em questão **não era antecedente**, o que significa dizer que o DOPS não tinha motivo algum para eliminá-la, procurando, portanto, eximir-se de qualquer responsabilidade sobre o caso.

Só após o fim do regime militar, em meados dos anos 1980, é que vai haver uma mobilização para apurar os crimes do regime, quando irão ser averiguados pelos grupos de direitos humanos os relatos de prisões arbitrárias, crimes, sequestros, mortes e desaparecimentos políticos, e serão feitas mobilizações nacionais para liberação dos arquivos da repressão e reparação das vítimas do regime.

A rede de informação como máquina de tortura

Para entender o funcionamento da rede de órgãos de informação e segurança no regime de exceção implantado no país, recorreremos à

7 Fichas do Fichário Geral Onomástico Remissivo e Fichário de Assuntos referentes aos prontuários funcionais. Acervo DOPS, 1967. Fundo: SSP/ DOPS/APEJE.

FERRIIRA

Nome: PEDRO JOSÉ FERREIRA

Resid.: Engenho Poço Sagrado

Profissão: Treatorista solteiro

Idade: 40 anos em 1967 Pernambuco

Filiação: José Vicente Ferreir e de
 Maria Francisca de Conceição

Prêso em: 19.7.1967 - falecido em 24.7.1967

Identificado em:

Motivo: averiguações (NÃO É ANTECEDENTES)

N.º do prontuário

Notas:

R. 14608

Figura 37: Fichário Geral Onomástico Remissivo da SSP-PE, para localização dos prontuários individuais.

Fundo: SSP-PE/DOPS/APEJE.

RESERVADO

sobre o falecimento de PEDRO JOSÉ FERREIRA,
 falecido nesta Delegacia de 21.7.1967

Figura 38: Fichário Geral Remissivo da SSP-PE, para localização dos prontuários funcionais.

Fundo: SSP-PE/DOPS/APEJE.

análise de Giorgio Agamben na obra *O Poder Soberano e a Vida Nua*. O entendimento sobre tortura que pretendemos desenvolver nesse capítulo não pode ser dissociado de dois patamares fundamentais: o primeiro intimamente ligado à concepção do estado de exceção que se instala no Brasil, sob a égide de um “poder soberano [militar], e o outro à “biopolítica”⁸, que enseja uma nova modalidade de se exercer o poder ilimitado sobre a vida humana.

Uma das conclusões obrigatórias a que se chegou é precisamente a de que as duas análises não podem ser separadas e que a implicação da vida nua na esfera política constitui o núcleo originário – ainda oculto – do poder soberano [...]. Pode, pois, dizer-se que a produção de um corpo biopolítico é o ato original do poder soberano. (AGAMBEN, 1998, p. 16).

“Decisão é o elo que une soberania e estado de exceção”. (BENJAMIN, 1986, p. 245). Mas, paradoxalmente, “entre o poder e seu exercício, abre-se uma distância que nenhuma decisão é capaz de preencher” (AGAMBEN, 2004, p. 87). Nessas duas passagens identificamos aspectos indispensáveis para a compreensão do estado de exceção instalado no Brasil, que se inscreve na alteridade das normas jurídicas, embasadas nas decisões do soberano no regime civil-militar e na politização da vida. Nesse contexto, a utilização dos atos arbitrários respaldados num conjunto de leis e normas tem por fim legitimar as decisões do poder soberano.

Poder este que pode decidir não só sobre o estado de exceção, garantido na ordem jurídica, mas, especialmente, sobre a transformação

8 Entenda-se biopolítica na definição adotada por Agamben (1998, p. 14) como um processo de politização da vida nua (a vida exposta à morte), que como tal constitui o acontecimento decisivo da modernidade e marca um verdadeira zona de indiferenciação entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico do poder”. Ou ainda na concepção de Michel Foucault (apud AGAMBEN, 1998, p. 115), como “implicação crescente da vida natural do homem nos mecanismos e nos cálculos do poder”.

do corpo do cidadão num corpo biopolítico, estrategicamente politizado, receptáculo da atuação direta do Estado. Essa politização da vida está presente na base dos Estados totalitários autoritários, onde o aprimoramento dos mecanismos do poder estatal se amplia penetrando o território não só do público, mas, sobretudo, do privado. Não apenas do corpo, mas da alma. O que está em jogo no estado de exceção, é o direito sobre a vida e a morte do ser humano, usado particularmente como recurso último para eliminar a chamada subversão, a desordem. O Estado licencia a ação dos defensores da ordem, obriga a lei a tomar conta do corpo subversivo, aprisioná-lo, mitigá-lo e permitir sua eliminação. São os “corpos da subversão”, absolutamente expostos à morte, que formam o novo corpo político do regime militar. O poder soberano, representante supremo do ambíguo estado de exceção, reage tacitamente ante àquele que ousou transgredir.

A estrutura ambígua do estado de exceção, quando “parece escapar a qualquer consideração do direito” (AGAMBEN, 1998, p. 54), promove uma espécie de alteridade das normas. Nele ainda existem resquícios de uma ordem anterior, convivendo com uma outra ainda em constituição, não totalmente instituída, onde se observa a superação das formas jurídicas anteriores, em detrimento da substituição paulatina por novas regras e normas do direito, e promovendo uma distinção entre o poder constituído e o poder constituinte.

Um poder que precisou criar uma constelação de órgãos cujos tentáculos penetram o tecido social e sugam através de suas múltiplas ventosas a **informação** – dado absoluto, nevrálgico, capaz de alterar a vida, o cotidiano, os sonhos, o rumo de vida das pessoas, numa guerra permanente, desigual e desumana. A existência desse aparato informacional é extremamente útil para dar continuidade ao poder soberano e legitimar o profundo desrespeito aos direitos e garantias constitucionais do cidadão.

O desrespeito pela ordem constitucional parece ser uma rotina comungada por boa parcela do comando militar, que recebe a alcunha

de “linha dura”, sendo responsável pela emergência de práticas intolerantes e violentas que se constituem durante o estado de exceção.

O estado de exceção não é uma ditadura (constitucional ou inconstitucional, comissária ou soberana), mas **um espaço vazio de direito**, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas – e, antes de tudo, a própria distinção entre o público e o privado – estão desativadas. (AGAMBEN, 2004, p. 78, grifo nosso).

Esse espaço vazio de direito é que permite, abre brechas para a insurgência de práticas arbitrárias de violação do corpo em seu aspecto mais aviltante, e para a não punição dos que as exercem, justificando o seu uso como medidas extremas de “proteção” do Estado, enquanto agente do direito constituído. “É nessa indefinibilidade e a esse não-lugar que responde a idéia de uma força de Lei.” (AGAMBEN, 2004, p. 79).

O controle, através de estratégias **psicológicas**, não será somente sobre os atos praticados, mas também sobre aqueles que poderão vir a ser efetuados, dependendo da “alma” do sujeito, ou do nível de contaminação a que foi submetido, bem como do contexto em que está inserido: como alvo apenas de suspeição, ou enquadrado como subversivo. Inaugura-se a era da periculosidade, na qual determinados segmentos por sua natureza deverão ser constantemente vigiados, disciplinados, normatizados. Entra-se, segundo Foucault (1993), nas sociedades disciplinares, onde as instituições exercerão tal vigilância, produzindo corpos dóceis, mas também adestrando fundamentalmente os espíritos. Citando Mably, o autor afirma:

Os suplícios saem do campo da percepção quase cotidiana e entram no da “consciência abstrata”: é a era da “sobriedade punitiva”, quando não é mais para o corpo que se dirige a punição, mas para a alma, devendo atuar “profundamente sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições”. Assim, a premissa básica dos tempos modernos é: “que o

castigo fira mais a alma que o corpo”. (FOUCAULT, 1993, p. 21).

A tortura se inscreve como espaço da absoluta materialização do estado de exceção e conseqüente criação de um vácuo em que o ser humano se depara com o poder limite/soberano, aquele que investe, se exerce e se concretiza no direito de decidir sobre a vida e a morte das pessoas. Sob a ordem do regime de exceção, as salas de tortura passam a ser o novo regulador da vida política, onde o torturado se move “numa absoluta indistinção entre fato e direito, vida e norma, natureza e política” (AGAMBEN, 1998, p. 176).

É importante perceber que, na base do discurso que sedimenta os procedimentos de repressão, a tortura aparece para os militares como recurso “legítimo” de combate à “guerra”, sobretudo a guerra psicológica, doutrinária. Assim, o regime militar, através de seus órgãos, a pratica, paradoxalmente, por uma “causa justa”, em benefício da segurança da própria sociedade, extirpando os fatores de degeneração presentes, garantindo a saúde do **povo** enquanto corpo político integral, no intuito de produzir uma sociedade una e indivisível.

Nessa perspectiva, o combate à subversão representa a destruição do **germe** que penetra, corrói e inflama o **povo**, a coletividade, que, segundo a análise de Agamben (1998), contém necessariamente a “fratura biopolítica fundamental”, condutora de toda carga biológica e política inerente ao ser pensante, com suas potencialidades, que por si só é matéria perigosa, podendo inflamar, se mal conduzida, à égide do mais sólido poder. A tortura, enquanto instrumento de controle e limpeza extremada do social, “visa, assim, a fortificação da saúde de todo o povo e a eliminação das influências nocivas ao desenvolvimento biológico da nação” (AGAMBEN, 2004, p. 141).

Sob a aparência do problema da Segurança Nacional, o que se coloca em questão na ideologia que respalda o programa de Segurança Nacional é a vocação biopolítica do estado de exceção, que passa a

decidir sobre a vida e a morte de qualquer pessoa que se enquadre ou seja estrategicamente enquadrada na subversão – tênue linha divisória entre a ordem e a **desordem**. A desordem – “o termo pode designar uma insurreição interna ou uma guerra civil” (AGAMBEN, 2004, p. 142) – constituiu-se num dos maiores temores do poder soberano, justificando a adoção de medidas excepcionais. No Brasil, estas medidas levaram ao número de mais de 500 mortes e 125 desaparecidos políticos⁹ durante o regime militar.

Discursos dos militares a favor da tortura

O artigo 1º da *Convenção da Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes*, aprovada em 10 de dezembro de 1984, conceitua a tortura como:

Qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido, ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, por sua instigação, ou com seu

9 **Desaparecidos políticos:** O fenômeno da detenção arbitrária ou sequestro, seguido do desaparecimento da vítima, se propagou rapidamente nos países da América do Sul que comungavam da Doutrina de Segurança Nacional e estava sob a vigilância dos EUA. A condição de desaparecido corresponde ao estágio maior do grau de repressão política em um dado país, porque impede, desde logo, a aplicação dos dispositivos legais estabelecidos em defesa da liberdade pessoal, da integridade física, da dignidade e da própria vida humana, constituindo assim um confortável recurso, cada vez mais utilizado pela repressão. No Brasil, existem cerca de 125 cidadãos desaparecidos por motivação política. Os movimentos de anistia e familiares lograram encontrar alguns deles, sempre enterrados sob falsas identidades pela polícia. (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999, p. 455).

consentimento ou aquiescência. (Apud DALLARI, 1992, p. XXII).

Observe-se que a definição adotada pela ONU é bastante abrangente e cobre todos os atos lesivos à integridade física e mental da pessoa humana. Assim, é com base nessa definição que pretendemos abordar os discursos dos segmentos militares a favor da prática de tortura no país. Segundo o historiador Carlos Fico:

[...] é óbvio que muitos militares aderiram à “utopia autoritária” admitindo a tortura e o extermínio (como é o caso do ex-presidente Ernesto Geisel, tido como moderado) sem praticar martírios com as próprias mãos. Outros também eram adeptos do pensamento segundo o qual deveriam ser eliminados os “óbices” ao “objetivo nacional permanente” de transformação do Brasil em uma potência mundial, mas essa eliminação deveria pautar-se por critérios não violentos. Alguns não aderiam a tal projeto, sobretudo jovens oficiais da metade final da ditadura que permaneciam omissos, preferindo cuidar de suas carreiras. Havia, igualmente, militares decididos a passar para a reserva caso fossem instados a acobertar atos de tortura, mas foram poucos os casos de denúncia ou oposição explícita, o que revela a existência de uma grande quantidade de militares coniventes.

No depoimento feito a Maria Celina D’Araújo e Celso Castro, para o livro organizado com base nas suas memórias, o ex-presidente Geisel deixa clara a sua posição de tolerância em relação à tortura, afirmando que:

[...] a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter informações. [...] No tempo do governo Juscelino alguns oficiais foram mandados à Inglaterra para conhecer as técnicas do serviço de informação e contra-informação inglês. Entre o que aprenderam havia vários procedimentos sobre tortura. O inglês, no seu serviço secreto, realiza com

discrição. E nosso pessoal, inexperiente e extrovertido, faz abertamente. Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior.” (Apud D’ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 225).

Em 1971, foi elaborado pelo Gabinete do Ministro do Exército brasileiro e pelo seu Centro de Informações (CIEEx) o *Manual de Interrogatório*, com orientações sobre os procedimentos a serem empregados com os presos políticos.¹⁰ Alguns trechos desse documento oficial são citados pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul:

O fator que decide o resultado de um interrogatório é a habilidade com que o interrogador domina o indivíduo, estabelecendo tal advertência para que ele se torne um cooperador submisso (...). Uma agência de contra-informação não é um tribunal da justiça. Ela existe para obter informações sobre as possibilidades, métodos e intenções de grupos hostis ou subversivos, a fim de proteger o Estado contra seus ataques. Disso se conclui que o objetivo de um interrogatório de subversivos não é fornecer dados para a justiça criminal processá-los; seu objetivo real é obter o máximo possível de informações. Para conseguir isso será necessário, freqüentemente, recorrer a métodos de interrogatório que, legalmente, constituem violência. É assaz importante que isto seja bem entendido por todos aqueles que lidam com o problema, para que o interrogador não venha a ser inquietado para observar as regras estritas do Direito.¹¹

10 Este documento, considerado “confidencial”, foi encontrado nos Arquivos do DOPS do Paraná pela professora Derley Catarina de Luca.

11 Comissão de Cidadania e Direitos Humanos/ALERS. *Relatório azul*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa. p. 285.

É importante destacar a referência explícita à violência como algo que pode ocorrer num interrogatório, recurso que o manual coloca como meio necessário para se conseguir as informações “sobre as possibilidades, métodos e intenções de grupos hostis ou subversivos”. Portanto, no universo dos interrogatórios todo procedimento é considerado válido para viabilizar a obtenção de informações pelos órgãos que atuam no combate aos “inimigos” do regime. Como revela o livro *Brasil: nunca mais*, entre as múltiplas violações encontram-se o uso do pau-de-arara, o choque elétrico, o afogamento, a cadeira de dragão, o telefone, a geladeira, insetos e animais, produtos químicos, além das lesões físicas de graus variados provocadas por pancadas, queimaduras de cigarro, etc.

Numa das entrevistas realizadas pelos autores de *Os Anos de Chumbo: memória militar sobre a repressão*, o coronel Adyr Fiúza de Castro, que serviu no Estado-Maior do Exército, chefiou a Divisão de Informações (D2) do Gabinete do Ministro da Guerra e foi um dos criadores do Centro de Informações do Exército, comenta sobre as práticas de interrogatório, onde ocorrem os momentos de maior exposição do preso ao castigo e à tortura:

O Interrogatório é a coisa mais crucial que existe. A mais difícil. Porque é preciso tirar informações de um camarada que não quer dizer. A verdade é essa. E essas informações são vitais, sem elas o serviço não pode ir adiante. Quando se tem tempo, há métodos psicológicos, sala escura, essas coisas todas, que funcionam. Mas quando não se tem, ou se desiste do interrogatório, ou se aplicam métodos violentos. [...] Eu acreditava que, para as informações imediatas, era preciso uma certa dose, pelo menos, de tortura psicológica, como sugeriam: botar o sujeito numa cela com uma cobra. A tortura não é física, não deixa marca nenhuma. É uma tortura psicológica – mesmo que a cobra seja uma jibóia, o sujeito fica apavorado –, mas o Frota não permitia. Colocar o sujeito num lugar com gritos e isso e aquilo... ele não

deixava. [...] (Apud D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 67-69).

Em várias passagens do seu depoimento, sobretudo quando trata do interrogatório, o coronel estabelece uma dimensão do uso da tortura como elemento facilitador para se obter a informação, descrevendo alguns dos métodos utilizados:

Há um método de interrogatório em que você põe um eletrodo nos dedos, em qualquer lugar – os mais sádicos põem no bico dos seios ou nos testículos – e roda um dínamo que faz passar corrente. E quanto mais rápido você girar aquele dínamo, maior voltagem que dá. É como tratamento de eletrochoque dos loucos. Uma sensação terrível, terrível. A maior dor, a maior angústia que se pode ter é sofrer aquele choque. É muito difícil o eletrodo, que é semelhante a uma garra, pegar uma coisa grande. Pode pegar o bico dos seios ou no dedo do pé, mas deixa marca. No lugar que fica o eletrodo sempre queima um pouco, por menor que seja a amperagem. [...] E sem ser isso, somente a borracha: eles batem com borracha nas partes moles, barriga e nádegas, porque essas partes não deixam muitas marcas. Se você bater com uma borracha na parte dura fica o vergão. (Apud D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 70).

Essas práticas usadas pelos órgãos de segurança durante o regime militar são relatadas pelo coronel com certa naturalidade. Sua postura identifica “uma intenção elementar de banalizar o mal”, nas palavras do jornalista André Luiz Barros, que cobriu a reportagem feita com o mesmo pelo Jornal do Brasil no dia 07 de agosto de 1994, sob o título Vozes do Porão. A matéria faz uma síntese das concepções e métodos de Adyr Fiúza, da qual reproduzimos alguns trechos aqui:

Nós tínhamos gente infiltrada no movimento estudantil, nos sindicatos, tínhamos escuta telefônica...

No exército tínhamos mais de 50 canais, podíamos escutar 50 pessoas.

[...] Eles tiraram o retrato de Vladimir Palmeira com o seu grupo de seguranças na Praça Paris (...) mais da metade dos seguranças dele eram sargentos meus.

[...] Eu acho que o cabo Anselmo foi virado pelo CENIMAR. Ele não era infiltrado (...) no tempo em que fez todos aqueles negócios. Agora, está com o rosto mudado, tem nova identidade (...) Ele entregou quase todo mundo do PCBR. Foi trabalho dele.

[...] Os ingleses recomendam que só se interrogasse o prisioneiro despido (...) tirando a roupa fica-se muito agoniado, num estado de depressão muito grande...

[...] O CIE tinha autonomia para trabalhar em qualquer lugar do Brasil. Eles tinham aparelhos especiais, não oficiais, fora das unidades do I Exército.

O Milton Tavares (general) era um dos maiores combatentes que tivemos (...), ele não tinha essas preocupações, essas obsessões do Frota.

Nunca fiz (tortura), porque sou leal a ele (general Frota), mas não sou contra, guerra é suja.

Se uma neta minha for raptada e eu pegar um camarada que saiba onde ela está, ah! eu torturo mesmo, faço o diabo porque estou envolvido. Não tenho nenhum escrúpulo. Não sou contra a tortura.

A concepção do grau de violência a ser aplicado variava muito de comandante para comandante. Variava muito.¹²

Vejamos o que argumenta Aimar Baptista da Silva, coronel da reserva do Exército e um expoente defensor do regime militar, justificando as práticas de tortura:

A tortura e o assassinato, mesmo durante operações de guerra revolucionária, são extremamente condenáveis; mas acontecem. E isso não confere a subversivos e terroristas

12 BARROS, André Luiz. Vozes do porão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 ago. 1994. p. 14.

o galardão de idealistas e heróis, pois, repito trecho de artigo meu, “que idealismo há em se lutar contra o seu próprio país? Em querer destruir as suas instituições? Em desejar submeter seus patrícios à mais aviltante escravidão ideológica? Em, sendo minoria, querer impor à esmagadora maioria dos brasileiros a vontade de seus amos soviéticos, chineses, cubanos, albaneses e por aí afora? Heróis? Só se o conceito de heroísmo mudou! E completamente, pois, desde que o tempo é tempo, herói é aquele que luta pela sua pátria, não contra ela; que defende as causas boas e justas, não as más e iníquas; que pugna pela liberdade, não pela escravidão; que prima pela lealdade, não pela traição; que se caracteriza por digna sobranceira, não por servilismo abjeto”. Salvo as exceções já referidas, quem morreu mesmo foi um bando de jovens imberbes, colocados pelas “executivas” dos partidos e organizações guerrilheiras e/ou terroristas em... situações extremas; gente de classe média que ingressou na subversão menos por convicção ideológica que por necessidade de atrair sobre si a atenção de pais omissos e descuidados. Pobres moços que não passaram de “buchas para canhão” e/ou “escudos” para aqueles “cartolas”!

Nessa trama sordidamente bem conduzida a primeira injustiça a se reparar é a recuperação da verdade distorcida pelos “bolcheniquins”; a segunda, é reconhecer o valor daqueles que lutaram em defesa da liberdade e da dignidade do povo brasileiro, retirando-lhes a pecha infamante de criminosos que a subversão lhes impingiu.¹³

Observando o teor do discurso acima, percebemos a defesa que faz o autor dos militares que, **imbuídos do dever patriótico de defender a nação**, hoje são execrados com “a pecha infamante de criminosos que a subversão lhes impingiu”. O texto, escrito em tom de lamento e crítica à postura dos segmentos de esquerda em relação aos militares, traz em seu bojo aspectos de uma visão que reforça a tese e a crença

13 SILVA, Aimar Baptista. Artigo publicado no Jornal do Exército, 27 mar. 1998.

dos militares como defensores do país que foram injustiçados. Merece destaque a análise que faz sobre as mortes de “um bando de jovens imberbes”, tornando contundente que as ações dos militares recaíram sobre os mais fracos e potencialmente mais vulneráveis. E aí percebemos que o saldo da repressão foi ainda mais grave, se pensarmos em quantos jovens foram vitimados, pessoas que estavam em posição de extrema desvantagem em comparação ao nível de preparo dos militares, tornando as atrocidades do regime ainda mais aviltantes e conferindo o emblema de uma luta desigual, desumana e injustificável.

Vejamos a seguir outra passagem do depoimento do coronel Luiz Helvécio da Silveira Leite, ex-chefe de Operações do Centro de Informações do Exército, a Argolo e Fortunato:

[...] Eu era contrário a essa violência asnática, principalmente tortura. Prefiro matar. Fuzilo e estamos conversados. Mas ficar torturando... aquilo me faz um mal... Trata-se de um ser humano sob a sua guarda, sob a sua responsabilidade. Acho que é muita covardia você torturar. Eu prefiro matar. Mas... (recorda-se) eu quase matei um comunista ficando em cima dele. Ele havia sido interrogado 14 vezes e somente dizia: “O senhor me trate com dignidade. Sou um patriota, pertenço à milícia tal, grupo tal, de acordo com a Convenção de Genebra e somente a isso estou obrigado”. E dava o nome de guerra... Então eu entrava de serviço de sexta para sábado, porque o malandro – oficial responsável pelo plantão – não gostava desses interrogatórios. Daí eu lhe disse: “Me escale de sexta para sábado que eu vou.” Comigo não tinha conversa. Dure 20 anos eu não largo o pé. Não torturo, mas fico ali em cima. O certo é que ele o prisioneiro veio com esse negócio de Convenção de Genebra. Bom, eram ordens do general Castro! **A Bandeira Nacional foi apanhada lá com vocês. Olha o que vocês fizeram: substituída e, na esfera anular, uma foice e um martelo em vermelho.** Olha aquilo foi uma explosão. Sabe como eu fui educado... nos dias em que havia hasteamento da Bandeira (...) eu pedia a

meu pai – como prêmio – que me levasse até lá para assistir (...) Agora... eu entrei para o Exército por vocação, verdadeira dedicação; achava que era, de fato, onde eu poderia melhor servir ao País e, depois consolidado o Movimento de 1964, acreditava que os órgãos de Informações constituíam a vanguarda da revolução. Então, era lá que eu deveria estar e assim fui, coerente com esse princípio. Tanto que tomei parte desse interrogatório em Juiz de Fora, a respeito da Operação Militar em Espera Feliz (no meio da Serra do Caparaó). Tomei parte nas operações e peguei o encarte com a bandeira que foi recolhido. Quando ele, após ressaltar que era um patriota falou: "Senhor, pra mim isto não tem mais significado algum. É um pedaço de pano como outro qualquer." Olha, aquilo foi uma reação... é difícil eu perder a calma, principalmente com eles. Sou muito paciente. Pois eu tive uma violenta explosão e, quando, eu vi, estava em cima dele no chão. Eu mataria aquele cara. Me tiraram de cima dele e eu ouvi: "Ah, o Helvécio perdeu a calma". [...] Ele ficou um bocado machucado. Podia ser Mike Tyson que eu me atracaria com ele. Valia por 20 homens naquele momento. Mataria ele, mataria com satisfação. Porque era um desgraçado, desnaturado... (ARGOLO; FORTUNATO, 2004, p. 80).

O que chama atenção no depoimento é o posicionamento do coronel em relação à tortura. Inicialmente afirma ser **contrário a essa violência asnática**, no entanto, ao longo do relato, mostra uma postura ambígua e incoerente. Os escrúpulos do coronel permeiam um universo meio lunático, onde os limites do permitido são completamente alterados. Declara que prefere matar – “fuzilo e estamos conversados” –, como se isto não constituísse um ato de violência. Mais adiante revela que quase matou o militante de uma organização durante um interrogatório, por esse dizer que a bandeira não significava mais nada. Quase matou o rapaz, por este não comungar dos mesmos ideais nacionalistas que ele. Esse relato mostra as distorções existentes no âmbito militar e

demonstra como era incerto o universo que permeava as práticas de violências no Brasil durante a ditadura.

Ao longo do regime militar, o clima de alteridade permanente que institui as práticas repressivas produz algo como um torpor entre os integrantes da rede dos órgãos de segurança e informação, como também junto a parcelas da sociedade, ao ponto das reações às práticas arbitrárias impostas serem incoerentes e ambíguas. Os atos repressivos são colocados no nível da banalidade, as pessoas não se importam, não reagem, não mais se incomodam diante da violência generalizada. Como se o grau de violação tivesse anestesiado todos aqueles que de forma direta ou indireta praticaram ou foram vítimas da repressão. Os parâmetros de moralidade, de ética e de valorização da vida são extrapolados, desconhecidos, esquecidos. Nas salas de interrogatório alteram-se todas as concepções da moral, da ética, e do direito, expondo a vida à necessidade maior do poder soberano militar.

Do mesmo modo, o “conveniente” desconhecimento do que se passa nos porões da ditadura não se constitui exclusivamente um efeito das ações repressivas junto à população: também se insere numa postura de omissão e silenciamento “natural” vivenciados pela grande maioria da população. O que Isto explica o sigilo imposto à sociedade ainda hoje impedindo-a de conhecer sua própria história, mesmo após o fim do regime militar. Nesse contexto se aplicam as restrições quanto ao acesso aos documentos referentes ao período militar e os próprios termos da Lei da Anistia (Lei nº 6.683, de 28.08.1979), que impossibilita a punição dos envolvidos com os crimes de tortura.

Pensar a tortura significa antes de qualquer coisa destrinchar os mecanismos que permitem a manifestação desse tipo específico de prática, que é, sobretudo, um poder-saber (MACHADO, 2000, p. X). Um importante elemento para compreensão desse mecanismo de poder estaria na politização da vida, onde os organismos humanos passam a pertencer ao poder público: nacionaliza-se o corpo do torturado, que deverá cumprir um ritual sagrado de práticas minuciosamente

aplicadas visando um resultado; nas câmaras de tortura corpo e alma estão à mercê do soberano, ali representado, transvertido na figura do torturador, do algoz. A informação passa a ser a moeda de troca aceita nas câmaras, salas e porões da ditadura, onde a vida é mitigada, banalizada, e é nesse exercício próprio do estado de exceção que os extremos se concretizam. Para isso, os fundamentos jurídicos que garantem as liberdades pessoais são substituídos por outros, que de forma ambígua têm a função de coibir as ações que atentem contra a ordem e a propalada segurança nacional.

Para empreendermos uma radiografia da repressão, e identificarmos o emprego da tortura, faz-se necessário pontuar os diferentes governos militares, para mostrar que, apesar das especificidades, a opção por medidas arbitrárias e práticas violentas foi comum nos diversos momentos do regime de exceção, seja com Castelo Branco, seja com Médici.

Governos militares: o poder “soberano” em cena – 1964-1974

Um aspecto importante a ser percebido é que há um complexo esquema que sustenta o regime militar. No interior das Forças Armadas, vê-se uma intrincada conspiração, um jogo de forças, que fomenta a disputa em torno da questão de comando e de controle do poder. Essa disputa interna constitui uma tensão entre tendências múltiplas no meio militar que irá se refletir nas práticas adotadas durante todo o regime, e não apenas no pós-68. Essa afirmativa é uma forma de minimizar o envolvimento dos militares ao longo do processo ditatorial, construindo a percepção da repressão violenta apenas a partir de 1968, em contrapartida ao aumento dos protestos e manifestações políticas, que ficam mais acirrados.

O governo Castelo Branco (1964-1967)

Humberto de Alencar Castelo Branco, general militar, é eleito pelo Congresso Nacional presidente da República em 15 de abril de 1964, contra a vontade do general Costa e Silva, que nas primeiras horas após o golpe autoneomeou-se “comandante-em-chefe do Exército Nacional” e líder do “Comando Supremo da Revolução” (ARGOLO; FORTUNATO, 2004, p. 87). Se a escolha de Castelo – que ele próprio articulou com competência entre políticos civis – impediu a imediata ascensão de Costa e Silva (nomeado “apenas” ministro da Guerra), durante seu mandato ele não conseguiu, como pretendia, interromper a temporada de punições “revolucionárias”.

Em seu pronunciamento inicial, Castelo declara defender a democracia; porém, o seu governo assume feição autoritária, não logrando impedir que militares radicais conquistem poder político e sendo conivente com a tortura, já praticada nos primeiros momentos após o golpe. Ao longo do seu mandato, são proibidas as atividades políticas dos estudantes; é decretado o AI-2; são extintos os partidos políticos e instituído o bipartidarismo, surgindo a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que apóia os militares, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que congrega a oposição, mantida sob controle; é decretada uma Lei de Imprensa restritiva e promulgada a Lei de Segurança Nacional, que institui a noção de “guerra interna”. Em março de 1967, o governo impõe uma nova Constituição ao país, que confirma e institucionaliza o regime militar e suas formas de atuação.

As medidas tomadas durante o governo de Castelo Branco implicam em resultados violentos, induzindo e respaldando as práticas de violação dos órgãos de informação e segurança. E pelos efeitos que produzem, não podem ser interpretadas como de menor intensidade junto à sociedade, ou menos nefastas. As medidas não são aleatórias;

ao serem criadas têm um objetivo – atingir um determinado setor da sociedade.

Carlos Fico (2004, p. 122) argumenta que:

Terá sido o fracasso de Castelo de pôr cobro aos anseios punitivos de militares radicalizados que fomentou o crescimento do que então se chamava de “força autônoma”, que se autonomeara verdadeira guardiã dos princípios da “revolução”, e que se tornaria, paulatinamente, um grupo de pressão muito eficaz (capaz, por exemplo, de reabrir a temporada de punições com o Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965) e, posteriormente, institucionalizar-se-ia como as famosas “comunidade de segurança” e “comunidade de informações”. Castelo foi complacente com as arbitrariedades da linha dura, não teve forças para enfrentá-la e permitiu, assim, que o grupo de pressão fosse conquistando, paulatinamente, mais espaço e poder. Essa evolução é essencial para bem caracterizar diversos outros episódios do período, pois informa que o projeto repressivo baseado numa “operação limpeza” violenta e longa estava presente desde os primeiros momentos do golpe. Assim, o Ato Institucional nº 5 foi o amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da tese que sustenta a metáfora do “golpe dentro do golpe”, segundo a qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior.

É interessante a análise do autor, sobretudo porque abre uma margem de possibilidades em relação à percepção que se desenvolveu sobre o recrudescimento do regime somente após o ano de 1968, como resposta às manifestações oposicionistas provenientes de vários setores da sociedade, como o movimento estudantil. Essa versão desmonta interpretações anteriores, dando mais coerência ao papel dos militares durante todo o período sob a tutela militar. Corroborando essa visão, Dom Paulo Evaristo Arns, para quem “a tortura, além de desumana, é

o meio mais inadequado para levar-nos a descobrir a verdade e chegar à paz” (1985, p. 11), afirma que ela “ocupou a condição de instrumento nos interrogatórios, principalmente a partir do ano de 1964” (1985, p. 23.).

O governo Costa e Silva (1967-1969)

O general Artur da Costa e Silva assume a presidência em 15 de março de 1967, após ser eleito indiretamente pelo Congresso Nacional. Seu governo é marcado por protestos e manifestações sociais. A oposição ao regime militar cresce no país. A UNE organiza, no Rio de Janeiro, a Passeata dos Cem Mil. Em Contagem (MG) e Osasco (SP), greves de operários paralisam fábricas em protesto ao regime militar. Nesse período a guerrilha urbana começa a se organizar, formada por jovens idealistas de esquerda, que passam a assaltar bancos para obter fundos para o movimento de oposição armada e sequestrar embaixadores em troca da libertação de presos políticos.

Em meio às manifestações de protesto (mas não exclusivamente por causa delas), num cenário de turbulência social crescente, é editado, no dia 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Embora este seja considerado por vários analistas do golpe como o período mais duro do governo militar, representa mais um Ato, entre tantos que foram baixados ao longo do regime, no intuito de manter o controle sobre a sociedade. O aspecto significativo do AI-5 é suspender as garantias do habeas corpus, abrindo uma brecha para a oficialização da tortura, que já vem sendo praticada desde muito antes.

Para compreendermos o alcance das medidas estabelecidas através dos Atos Institucionais, é significativo observar o que contém o preâmbulo do AI-5:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,
ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e,
CONSIDERANDO que a Revolução brasileira de 31 de
março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com

os quais se institucionalizou fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria” (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964);

CONSIDERANDO que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº. 2, afirmou, categoricamente, que “não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará” e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

CONSIDERANDO que esse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo Presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar “a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução”, deveria “assegurar a continuidade da obra revolucionária” (Ato Institucional nº. 4, de 7 de dezembro de 1966);

CONSIDERANDO, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

CONSIDERANDO que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

CONSIDERANDO que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição; [...]¹⁴

Analisando o texto acima, percebemos que o AI-5 não foi só o instrumento utilizado pelos militares para aumentar os poderes do presidente e permitir a repressão e a perseguição das oposições: ele sintetiza a excepcionalidade conferida ao Estado de exceção de penetrar na vida humana e transformá-la num veículo de sua ação política. Se de um lado ele concede plenos poderes aos órgãos para agir indiscriminadamente em nome da segurança, ao mesmo tempo transforma o corpo em alvo e propriedade arbitrária desse Estado. “A vida nua – vida exposta à morte, que habita na terra de ninguém, entre a casa e a cidade – é, do ponto de vista da soberania, o elemento político originário” (AGAMBEN, 1998, p. 46). Sem a compreensão dessa relação íntima entre a exceção do Estado militar, o propósito para o qual a legislação é constituída e a soberania que a investe, as práticas de tortura não poderão ser totalmente esclarecidas.

E isso fica muito claro nos artigos abaixo citados, em que os instrumentos de garantia e proteção à vida são sumariamente suspensos, abrindo um vácuo na legislação, para a ação total do Estado sobre a vida humana, impedindo qualquer apreciação judicial que revise ou questione as medidas arbitrárias tomadas:

14 Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Legislação Federal do Brasil. APEJE – Setor de Documentos Impressos, 1968.

Art. 10 - Fica suspensa a garantia de habeas-corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art. 11 - Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.¹⁵

O que se verifica na base das leis e atos editados pelo regime militar é uma violência que funda o direito, uma violência que o conserva e ao mesmo tempo engessa qualquer iniciativa judicial que permita o questionamento e a anulação do ato lesivo ao cidadão.

É importante frisar que no estado de exceção até o conceito de cidadão é desconstruído e alterado, fazendo com que a “ação da lei” seja mais facilmente aplicada, tornando-a eficaz. Inaugura-se uma esfera-limite do agir humano que se mantém numa relação de exceção. Esta esfera é a da decisão soberana que altera a lei, modifica-a, ultrapassando os princípios da ética e das garantias individuais, o que implica numa adaptação da mesma, permitindo a perfeita e completa sujeição do ser humano aos desígnios do Estado. Ou, nas palavras de Agamben (1998), é a própria configuração do *homo sacer*, que, em sua definição, “trata-se de uma vida que se pode matar impunemente” (p. 86), em oposição ao soberano – “é a esfera em que se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar sacrifício [...], ou ainda, é a vida que foi capturada nesta esfera” (p. 84).

Dando continuidade à análise textual do AI-5, consideramos relevante destacar ainda os seguintes artigos:

Art 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição [grifo nosso], poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos

15 Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Legislação Federal do Brasil. APEJE – Setor de Documentos Impressos, 1968, p. 289.

pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigiada;

b) proibição de freqüentar determinados lugares;

c) domicílio determinado.

§ 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

§ 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário.¹⁶

A suspensão por tempo indeterminado dos artigos da Constituição que dizem respeito à liberdade e garantias pessoais, direitos políticos, etc., acaba por perpetuar uma situação típica dos regimes de exceção, cujo objetivo se baseia no amplo controle da sociedade. As salas de interrogatório, os porões, os cárceres, as unidades paramilitares que servem à tortura constituem-se, são adotados como estratégia e recurso de um poder-saber que se exerce, e é tão-somente nesses espaços que o poder soberano, o estado de exceção, começa a tornar-se regra. “O poder político não está ausente do saber, ele é tramado com o saber.” (FOUCAULT, 2005, p. 51). O que faz com que exista uma

16 Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Legislação Federal do Brasil. APEJE – Setor de Documentos Impressos, 1968, p. 328.

condescendência entre os poderes legislativo, executivo e judiciário, que comungam de uma mesma plataforma de saberes, que expressam e embasam a conduta do poder soberano militar junto à sociedade.

Nesse contexto, a própria existência do regime de exceção, como o nome já reforça, constitui uma violação da legalidade e da constitucionalidade, e estando sobre esse patamar, todas as arbitrariedades passam a ser permitidas, à revelia dos direitos e garantias individuais; os cidadãos ficam à mercê do poder soberano representado pelos militares, que divergem entre si sobre vários aspectos, inclusive quanto à adoção ou não de medidas excepcionais de controle social e ao aniquilamento do inimigo por meio de atos de tortura.

Observemos a visão do coronel Geraldo Cavagnari – que serviu no Estado-Maior do Exército, na Segunda Seção de Informações do Comando da Sexta Região Militar, em Salvador, e na Escola Nacional de Informações – quando se refere ao período de recrudescimento do regime pós-1968 (compartilhada por parte do oficialato):

O AI-5 tirou o espaço da oposição legal, e contribuiu para que alguns grupos de esquerda fizessem a inviável opção para a clandestinidade e pela luta armada. [...] O AI-5 foi uma espécie de combustível para a luta armada. A partir daquele ato institucional, só restou aos mais radicais, imaturos e inexperientes em política – apesar de idealistas – a opção pelo método violento, acirrando o confronto. (Apud CONTREIRAS, 2005, p. 95-96).

Na análise de alguns partícipes do governo militar, o AI-5 acirra o confronto entre militares e segmentos que fazem oposição ao governo – como querendo justificar a resposta violenta à oposição. De fato, o AI-5 aposenta juízes, cassa mandatos, acaba com a garantia do *habeas corpus* e aumenta a repressão militar e policial. Mas o que fica latente no meio dos próprios militares são as versões que corroboram a visão de recrudescimento do regime a partir de 1968, como coloca o coronel Sebastião Ferreira Chaves:

Com o AI-5 os radicais tomam o poder e decidem permanecer. O militarismo brasileiro começa em 1968 com o AI-5. O AI-5 foi o desfecho de um confronto entre duas tendências: a que defendia uma intervenção rápida e a que preferia uma solução longa que significava a implantação do regime militar. Castello esteve ameaçado de um golpe desde o princípio. Já com o AI-2, em 1965, ele estava praticamente deposto. (Apud CONTREIRAS, 2005, p. 66).

Observe-se que no relato fica clara a existência de divergências internas que vão ser cruciais na tomada de decisão quanto às formas de combate às ameaças, segundo a leitura dos radicais, aos alicerces do próprio Estado, da “revolução”. É importante destacar que esse discurso cai perfeitamente sobre os que compactuam com a linha dura das Forças Armadas e que usam de todos os recursos para criar um efeito de verdade junto à sociedade no que se refere à necessidade do uso de medidas repressivas para salvaguardar a ordem e a paz social. De que forma? Através da supervalorização no noticiário dos atos “subversivos” praticados pela esquerda – como assaltos, sequestros – e da consequente prisão dos envolvidos, para demonstrar junto à sociedade que o Estado militarizado reage.

Nesse contexto é importante destacar o papel da direita explosiva – aquele segmento “especial” dentro do regime, liderado pelo coronel Alberto Carlos Costa Fortunato, especialista em explosivos, e que tem a participação do coronel Luiz Helvécio da Silveira Leite, ex-chefe de Operações do Centro de Informações do Exército (CIE); de Hilário José Corrales, marceneiro de profissão e um dos mais importantes ativistas da direita radical; de Pierre Richell Pellegrin, major do exército francês foragido do governo de Charles De Gaulle, um monstro em operações e que ensinou muito ao grupo, na opinião do coronel Helvécio (ARGOLO; FORTUNATO, 2004, p. 207-210). Este grupo será responsável por inúmeros atentados ocorridos nos anos de 1968-1981 no Brasil, tais como as bombas da Associação Brasileira de Imprensa,

da Ordem dos Advogados do Brasil e do Riocentro, com intuítos múltiplos, mas, especificamente no final do regime, com o objetivo de desestabilizar a redemocratização do país (ARGOLO, RIBEIRO; FORTUNATO, 1996, p. 278-279).¹⁷ Os membros desse grupo fazem o trabalho sujo e secreto com a conivência de altas patentes.

Durante o regime, algumas ocorrências são produzidas para incriminar as esquerdas, desestabilizar a sociedade e o governo (como forma de pressão junto aos castelistas – ou os chamados “moderados” do governo), para criar um clima de terror e pânico e justificar junto à ala militar relutante o apoio à adoção de medidas mais enérgicas, capazes de acabar de vez com as frentes de oposição ao regime. “Trata-se de reafirmar a importância, como projeto, do que se pode chamar de ‘utopia autoritária’” (D’ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994a, p. 9), isto é, a crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso – comunismo, “subversão”, “corrupção” – por meio de qualquer recurso, mesmo os mais violentos.

É importante destacar a dimensão dada pelos militares às ações comunistas e a supervalorização das práticas de esquerda e do terrorismo. Isso é vital para a própria permanência nos canais de televisão e rádio, ais de televisão e rádio, dos militares no poder e argumento para que nele se mantenham, dando continuidade ao projeto de desenvolvimento voltado ao capital estrangeiro. A perpetuação dos paradigmas do **inimigo interno**, a insistência e manutenção da existência de **forças hostis** ao regime reforçam a necessidade de

17 “Não dá pra esquecer o caso Rio Centro. Também não esqueçamos o abortado caso Para-Sar, denunciado pelo comandante da tropa de elite da Aeronáutica, o capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, aos seus superiores. Segundo Sérgio Macaco, o brigadeiro João Paulo Burnier, chefe de gabinete do ministro da Aeronáutica, havia tentado envolver a tropa num plano terrorista para explodir um gasômetro no Rio – e matar cerca de 100 mil pessoas (esta ação criminosa seria atribuída aos grupos ‘terroristas’) – e lançar ao mar, de avião, os principais expoentes da oposição, entre eles Juscelino e Lacerda. Sérgio e seu superior foram punidos pela denúncia. Burnier permaneceu.” (CAMPOS, 2005).

segurança interna, alimentando a máquina repressiva constituída pelos órgãos de informação e segurança. Mesmo diante da inexistência do inimigo real, ele é inventado e permanentemente combatido.

Em 31 de agosto de 1969, com Costa e Silva doente, assume o poder uma Junta Militar formada pelos ministros Aurélio de Lira Tavares (Exército), Augusto Rademaker (Marinha) e Márcio de Sousa e Melo (Aeronáutica), impedindo a posse do vice-presidente Pedro Aleixo. Uma onda de manifestações se instala no país e no dia 4 de setembro ocorre o sequestro do embaixador dos Estados Unidos Charles Elbrick por militantes do MR-8, que exigem com sucesso a libertação de 15 presos políticos. Ante o que é considerado pelos militares como um ato de extrema ousadia subversiva, em 18 de setembro o governo decreta uma nova Lei de Segurança Nacional, que adota a prerrogativa do exílio e a pena de morte em casos de “guerra psicológica adversa, ou revolucionária, ou subversiva”¹⁸. Com a cobertura da lei, os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) se propagam em todo o território nacional, submetendo à punição e ao exílio muitos integrantes de vários segmentos de esquerda no Brasil.

Tal qual a tortura e a morte, o exílio e o banimento do território nacional inscrevem-se no programa do governo militar de violação paulatina dos direitos humanos, aprofundando uma vocação biopolítica (AGAMBEN, 1998, p. 14) do estado de exceção, que passa a decidir sobre a vida e a morte do ser humano. “Na biopolítica moderna, soberano é aquele que decide acerca do valor ou não-valor da vida enquanto tal” (AGAMBEN, 1998, p. 137). O poder no regime militar torna factível a violação do direito à vida. Estabelece-se um limiar extra-temporal e extraterritorial em que o corpo humano é subtraído do seu estatuto político normal. No estado de exceção o abandono às mais intensas manobras que passa a se constituir uma regra.

18 Decreto-lei nº 898, de 27.09.1969. Legislação Federal do Brasil, 1969. APEJE – Setor de Documentos Impressos.

O governo Médici (1969-1974)

A Junta Militar escolhe como novo presidente o general Emílio Garrastazu Médici, ex-chefe do SNI, extremamente conhecedor dos labirintos da informação, dos meios de obtê-la e, sobretudo, das malhas do próprio regime. O seu governo é reconhecido como o mais duro e repressivo do período militar, recebendo a alcunha de “anos de chumbo”. A repressão à luta armada cresce e uma severa política de censura é colocada em execução. Jornais, revistas, livros, peças de teatro, filmes, músicas e outras formas de expressão artística são censuradas. Professores, políticos, músicos, artistas e escritores são investigados, presos, torturados ou exilados do país.

[...] não é demais lembrar que o período Médici foi o tempo da luta armada, da tortura, da guerrilha urbana, da operação bandeirante, do **dedurismo**, e que nada disso se podia contar na imprensa. Algumas frases desse período de longa travessia mostram o esforço de fazer passar alguma informação. (BRAGA, apud DIAS, 2003, p. 52, grifo do autor).¹⁹

O que é feito por meio da sutil colaboração de pessoas que se dispõem a denunciar, como os próprios presos políticos, por ocasião das visitas de parentes e amigos (isso quando sobrevivem e encontram-se reclusos nas penitenciárias); os intelectuais, através dos canais de cultura e imprensa; os artistas, por intermédio do teatro; os músicos; e sobretudo os padres, que fazem vazar para a imprensa alternativa e para os órgãos de direitos humanos, inclusive internacionais, as anomalias do regime.

Segundo Octávio Ianni, é ilusório imaginar que a liberdade de pensamento – informar, ensinar, pesquisar, debater – possa existir à parte da liberdade política.

A censura, direta ou indireta, aberta ou velada, discreta ou agressiva, estava cotidianamente presente nas condições

19 BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba*. Brasília: Editora UNB, 1991. p. 62.

objetivas e subjetivas nas quais o jornalista, o artista, o professor e o pesquisador desempenhavam o seu trabalho. Praticamente todos os trabalhadores intelectuais – no cinema, teatro, televisão, rádio, jornal, revista, editora, faculdade, universidade – trabalhavam cientes de que a sua fala ou escrita, o seu gesto ou imagem, a sua aula ou pesquisa estavam sob observação, controle, suspeita: autorizados, tolerados ou proibidos. (IANNI, 1978, p. 219).

“A repressão operava um esquema que, de um lado, impunha a censura à imprensa e, de outro, plantava nos jornais notícias de interesse do regime” (DIAS, 2003, p. 171). Esse tipo de ação servia, entre outras coisas, para confundir a sociedade, sobretudo quando era divulgada na imprensa a morte de algum “terrorista”, “subversivo” em confronto e tiroteio com a polícia (notícia na maioria das vezes inverídica, para encobrir o assassinato e a desova do cadáver), dando uma falsa ideia de que existiam realmente inimigos dispostos a desestabilizar o governo, perturbando a paz e a ordem pública. A sociedade, sobretudo a classe média, que tinha interesse na manutenção do governo, reagia crédula, apoiando a ação eficaz do aparato policial. O controle das notícias em circulação

era uma estratégia de inteligência, fundamentada principalmente numa doutrina de Segurança Nacional e uma técnica sofisticada de informação e contra-informação, elaborada pelo Serviço Nacional de Informações [...]. Nas relações dominadas pelas trevas do AI-5, a mínima informação disponível era disputada – exato momento em que entraram em ação os jornalistas vinculados ao Sistema, na verdade propagadores de uma única perspectiva. Este também era um segredo dos porões. (EGYPTO apud DIAS, 2003, p. 171).²⁰

20 EGYPTO, Luiz. Os parceiros do terror: jornalistas e torturadores. Observatório da Imprensa, 2 set. 2001. Disponível em <www.observatoriodaimprensa.com.br/atualiza/artigos/aL121220001.htm>.

Com o objetivo de coibir as iniciativas que pudessem atrair a atenção da sociedade para os aspectos contraditórios do regime, muitas vezes as ações extrapolavam o âmbito da censura propriamente dita, vendo-se a demonstração de força por parte dos órgãos de segurança para coagir, amedrontar, ameaçar, amordaçar e silenciar, como revela o depoimento do coronel Luiz Helvécio da Silveira Leite, ex-chefe de operações do Centro de Informações do Exército:

Vejam bem, a gente fazia sempre um estudo prévio. Uma vez feito aquilo, visto que o governo pouco agia e os comunistas passariam a mandar, revertemos a situação política, visando o combate à guerrilha. Quem são os nossos inimigos? São as esquerdas! Qual a parte é a parte mais vulnerável da esquerda? A esquerda festiva. Como ela se manifesta? Pelo teatro, televisão, jornais etc. Como poderá ser mais facilmente desencadeada a operação? Por certo nos teatros, onde há maior movimento e mascara mais a operação... Então vamos fazer uma operação nos teatros... (Apud ARGOLLO; FORTUNATO, 2004, p. 215).

Referindo-se à atuação dos grupos radicais no governo Médici, o mesmo coronel afirma:

O governo devia saber que éramos nós. Eles conviviam com isso. Mas eu não ia dizer para eles. Eu fui convocado (a agir) por um oficial-general. Nós servíamos ao governo. Eu creio que nós fomos os planos de choque do governo para dar porrada! A situação evoluiu no tempo de Costa e Silva. Estávamos no tempo do Médici. Foi o melhor presidente que o Brasil já teve [...]. (Apud ARGOLLO; FORTUNATO, 2004, p. 215).

Uma declaração como esta, vinda de um coronel adepto da linha dura, que se auto-intitula como **plano de choque do governo para dar porrada** e elogia Médici como o melhor presidente, reforça a tese de que o governo Médici foi o que proporcionou as condições mais

favoráveis para as práticas de atrocidades, consolidando a etapa final da “limpeza” exigida pelo regime.

Com base nas informações disponíveis no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* a partir de 1964, os anos de 1969 a 1974 concentram 77,3% do total dos registros de casos de mortes e desaparecimentos ocorridos durante o período do regime militar, como mostra a Tabela 2.

É na década de 1970 que começa a se verificar uma manifestação por parte de segmentos da sociedade no sentido de denunciar os crimes de

Tabela 2: Mortos e desaparecidos políticos, 1964-1980.

ANO	MORTOS	DESAPARECIDOS	TOTAL
1964	21	3	24
1965	2	0	2
1966	2	0	2
1967	2	1	3
1968	12	0	12
1969	21	1	22
1970	23	9	32
1971	36	15	51
1972	39	21	60
1973	31	48	79
1974	5	50	55
1975	6	8	14
1976	7	6	13
1977	3	2	5
1978	2	1	3
1979	5	0	5
1980	3	2	5
Total	220	167	387

Fonte: Dossiê dos mortos e desaparecidos a partir de 1964. Disponível em: <<http://www.desaparecidospolitic.org.br/>>.

tortura no país, o que está relacionado também com a crise econômica que se instala, desestabilizando o propalado “milagre econômico”, que servia de sustentáculo ao governo. A inflação crescente eleva o nível de descontentamento social, a insatisfação popular se expande a diversos setores da sociedade, sobretudo pelo achatamento dos salários, enquanto o aumento extraordinário da dívida externa engessa as possíveis soluções vindas do governo. Esses fatores denunciam que algo está errado, favorecendo o “retirar das vendas” da sociedade, que sob a égide do governo militar silenciou quanto a com a situação imposta ao país.

A crise de petróleo desfez a mágica operada pelo governo, e a classe média foi obrigada a **cair na real**. O falso “milagre econômico” do Ministro Delfim Neto, que favorecia setores restritos da classe média alta e promovia o crescimento e a modernização industrial e urbana, propelida por obras estatais gigantescas, como a rodovia Transamazônica e a Usina hidrelétrica de Itaipu, se esvaiu rapidamente. A situação começou a ficar preta e a expressão “crise econômica” entrou no cotidiano do país como sintoma principal de uma doença crônica que se instalava no coração combatido do corpo nacional: a inflação. (DIAS, 2003, p. 185, grifo do autor).

No processo de paulatino desmoronamento do regime, intensificam-se as ações de denúncia das truculências praticadas, e as entidades de direitos humanos e a Anistia Internacional, apoiadas pelos grupos de exilados políticos na Europa, passam a desenvolver uma militância sistemática no sentido de pressionar pelo fim das arbitrariedades e, sobretudo, das torturas no Brasil.

Boatos ou fatos, as torturas nas prisões do país têm realmente ocupado espaço na imprensa estrangeira. No Brasil, nas conversas de rua, nas grandes cidades, citam-se detalhes: choques elétricos na língua, a “maquininha de ensurdecer”,

a “cadeira do dragão” que também dá choques, o “pau-de-arara”.²¹

Verifica-se o paulatino despertar da sociedade do torpor que a amordaçou nos momentos de maior medo. O rompimento do silêncio é o passo decisivo para denunciar que o fim do regime está próximo. Nesse processo merece destaque o papel de segmentos da imprensa, dos advogados dos presos políticos – que durante o regime militar tiveram o difícil trabalho de defender aqueles que ousaram se opor ao regime – e das organizações defensoras dos direitos humanos.

As trevas dos “anos de chumbo”, trazidas pelo AI-5, estavam lentamente se dissipando. Já podíamos sentir um certo alívio, respirar mais leve. Falava-se num possível abrandamento da repressão. Os boatos corriam em várias direções. (DIAS, 2003, p. 186).

A tortura em Pernambuco

Os labirintos do medo e do terror, da censura e repressão, personificados nas ações de perseguição, invasão de domicílio, imputação de calúnias, ameaças, intimidações, delações, chantagens, prisões, sequestros, castigos e toda a sorte de violações/imolações desenvolvidas nas salas de torturas e fora delas, fazem parte do triste período vivenciado pela sociedade brasileira. Neste tópico do trabalho adentraremos nos **bastidores da repressão em Pernambuco** (SILVA, 1996), procurando dar uma atenção especial às múltiplas práticas repressivas desenvolvidas pelos agentes da rede de informações e segurança no estado. O Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco foi parte integrante fundamental da rede de informações e segurança em operação durante o regime militar, sendo considerado pelos presos políticos como a **oficina do terror**. Registrar as práticas de

21 Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º. 29.737. Cristo das torturas em Paris – ação dos subversivos em 1970.

torturas e múltiplas violações que colocam Pernambuco nas estatísticas nacionais como um dos estados de maior incidência de torturados, mortos e desaparecidos políticos constitui um dos objetivos a serem atingidos.

É importante lembrar que as sequelas deixadas não se restringem apenas aos mortos e desaparecidos políticos; elas são incontáveis, e encontram-se também na categoria dos **mutilados da alma**, aqueles em que a ação do “poder soberano” deixou cicatrizes profundas, sobretudo de natureza psicológica, mais difíceis de curar. Elas pertencem ao domínio das marcas inesquecíveis e sombrias, na medida em que acompanham suas vítimas de forma inexorável, como que lembrando permanentemente que o poder soberano atua, penetra, disciplina, molda e aprisiona corpo e alma, produzindo efeitos, atingindo não só os presos políticos, mas também seus familiares.

A dúvida, a incerteza, a suspeita são outros sentimentos que povoam o universo dos familiares, sobretudo os que tiveram casos de desaparecimento na família, por não saber ao certo o que verdadeiramente aconteceu... A quem responsabilizar? Onde buscar informações que esclareçam o mistério que envolve os atos criminosos de violência? Como compensar a ausência? São algumas das interrogações que acompanham esses cidadãos. Onde até hoje o Estado brasileiro não forneceu informações sobre esses casos. É o caso da família Maranhão do Valle, que teve um dos irmãos desaparecido – Ramires Maranhão do Valle, militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

Nascido em 02 de novembro de 1950, em Recife, Pernambuco, filho de Francisco Clóvis Marques do Valle e Agrícola Maranhão do Valle. Desaparecido em 1973, quando tinha 23 anos de idade. Estudante secundarista frequentou os colégios São João, Carneiro Leão e Salesiano Sagrado Coração, em Recife e o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, em Bananeiras na Paraíba. Militou no movimento estudantil

pernambucano a partir de 1967, quando esteve preso oito dias no juizado de menores do Recife por ter participado de uma manifestação contra o acordo MEC-USAID nas escadarias da Assembléia Legislativa de Pernambuco. Em 1968, se destacou como liderança na passeada das 20.000 pessoas que culminou com o comício na Av. Guararapes, centro do Recife. O enterro do Padre Henrique, morto violentamente por agentes paramilitares, transformou-se em autêntica manifestação cívica em defesa da democracia. Ramires rompendo a vigilância policial promoveu um comício relâmpago em uma das pilastras da ponte por onde passava o cortejo. Isso valeu-lhe uma intensa perseguição policial que acabou obrigando-o à vida na clandestinidade. Mesmo assim, mantinha contatos com a família. Seu último encontro com seus pais e irmãos deu-se em Recife em 28 de fevereiro de 1972. [...] (DOSSIÊ, 1995, p. 374).

Segundo sua irmã caçula Roseane Maranhão do Valle, “o processo todo é muito contraditório, as informações oficiais não batem”²², motivo pelo qual passou longo período pesquisando no acervo documental do extinto DOPS-PE, na tentativa de localizar algum dado novo que pudesse trazer qualquer esclarecimento ao fato. Perguntada numa ocasião a respeito do sentimento que ficou com essa triste experiência, ela respondeu: “O de aprendizado. Sofrimento e aprendizado. Aprendi a dar importância à convivência e ao amor pelas pessoas. Penso nele, na minha relação com ele e... Sei lá, você agora me pegou...”²³ Embargada pelas lembranças, num misto de dor e saudade, a certeza de ter mexido numa ferida permanentemente aberta - que irá acompanhá-la por toda sua existência – trouxe um ensinamento traduzido numa candura diante da vida e da convivência com o outro. Suas ações, a meiguice

22 Diálogo estabelecido com a autora numa das conversas no salão de pesquisa do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, onde Roseane Maranhão do Valle passou anos pesquisando à procura de algum indício que esclarecesse os mistérios que envolvem a controversa morte de Ramires.

23 Roseane Maranhão do Valle, num diálogo com a autora. Recife, fev. 2007.

e a atenção com que trata as pessoas refletem isso. No dia seguinte à conversa, Roseane mandou o seguinte e-mail:

Marcília,

Espero que tenhas entendido o sentido da palavra aprendido dentro do contexto que pediste. E realmente foi a primeira palavra que me veio na mente! Claro que sofrimento vem rápido, mas amor também, pois foi isso que tirei daquela loucura toda! Amor muito forte no seio de nossa família, agradeço a Deus o amor que nos unia em momentos de tanta dor. E foi esse sentimento que resgatei a partir das experiências infantis porque esse lado dolorido tem a outra face, que é o carinho intenso dos pais e irmãos, e o sentimento da verdade que sempre acreditamos. Meu irmão foi um exemplo de justiça assim como tantos outros jovens que se doaram por um país melhor para todos nós. Isso tudo foi um grande Aprendizado prá [sic] mim, com toda certeza!

Falar de sentimento não é muito fácil, mas taí um pouco do que sinto [...]. Terminei um livro sobre a vida de Nefertiti, rainha do Egito... as primeiras linhas que li, depois que respondi a tua pergunta foram: “Não guardes amarguras em teu coração, sê cândido contigo mesmo... Lembra-te que nenhuma frustração é definitiva, há sempre um imprevisto apaziguante, quando tudo parece perdido... Deixa que teus pensamentos e sentimentos sejam grandes, universais, acima de todo egoísmo.” (trechos de uma oração dedicada a Nefertiti pelo seu amado e faraó do Egito Akhnaton).²⁴

Como a família Maranhão do Valle, existem várias, cada uma com seu relato específico, sua dor, suas lembranças, silenciadas no palco da história.

Ao se instalar o regime ditatorial, no dia 1º de abril de 1964, na Praça do Diário de Pernambuco, as tropas atiram na tentativa de

²⁴ Roseane Maranhão do Valle. E-mail à autora, fev. 2007.

intimidar uma manifestação de rua contrária ao golpe. No confronto, tombam dois estudantes secundaristas: Ivan Rocha Aguiar e Jonas José Albuquerque Barros, covardemente atingidos por tiros de fuzil, fato este que é noticiado pelos jornais da época. O laudo do IML “aponta como causa morte, perfuração profunda no tórax, seguida de hemorragia, provocada por balas de fuzil, tendo levado ao conseqüente falecimento”²⁵. Começa aí a saga de horrores imposta à sociedade pernambucana pelas hostes militares. A truculência com que agem os órgãos de segurança foi sabiamente comparada à “ação de um trator” pelo ex-militante do PCBR Athos de Vasconcelos Costa, por ocasião de uma ida ao Arquivo Público Estadual, em busca de seu prontuário Individual.

Me espancaram muito, e muitas vezes, quase perdi o rim de tanto que bateram em mim na prisão. Foi no DOPS, ali por trás da Rua da Aurora. Quando entrei, tomaram tudo que tinha, meus pertences, documentos e até uns trocados que tinha no bolso da calça, fui logo chamado para prestar depoimento. Não sei como sobrevivi, mas estou aqui vivo, trabalho, carrego ainda fardos de retalhos, estopa e tecidos na cabeça. Não me arrependo de nada, faria tudo de novo, só que mais bem feito.²⁶

É importante registrar que na maioria dos casos de presos políticos em Pernambuco, cujos relatos tivemos oportunidade de ouvir, nenhum deles se arrepende de ter participado da resistência ao regime e afirmam com muita segurança que fariam tudo outra vez. Nas histórias de vida de cada um deles foi possível identificar um brilho especial no olhar, uma lágrima nos olhos (quando não se descompensavam literalmente ante os seus prontuários), um orgulho implícito em suas palavras pelo que foram capazes de fazer, uma altivez heroica, conhecimento dos

25 Perícias Tanatoscópicas. Fundo IML, volume 450. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

26 Athos de Vasconcelos Costa. Depoimento à autora. Recife, APEJE, out. 2000.

fatos e, o que é mais significativo, o sentimento do dever cumprido à nação. A historiografias pernambucana e nacional têm um débito com esses heróis da resistência.

Em dois de abril de 1964, Gregório Lourenço Bezerra, na tentativa de encontrar alguns companheiros e obter informações a respeito da situação (o golpe de 64), acaba sendo preso. Considerado um ícone entre as vítimas da repressão em Pernambuco, sua atuação política demonstra uma ilibada uniformidade de princípios, uma coerência de caráter, uma fidelidade às opções políticas, e talvez por isso tenha sido alvo incontestado do regime, sobretudo por ser um ex-militar, que rompeu com o exército em prol de um ideal. Para Gregório foram reservados os piores castigos, os mais aviltantes abusos que um ser humano pode suportar, como revela o relato de Mércia Albuquerque Ferreira:

Por volta das 13 horas daquela data indelével, o **Tenente Coronel Darcy Vilocque Viana**, comandante do Quartel de Motomecanização do bairro de Casa Forte, em Recife, promoveu um espetáculo vergonhoso para os foros de civilidade da minha cidade legendária.

Preso no interior do estado, o velho líder comunista GREGÓRIO LOURENÇO BEZERRA foi arrastado pelas ruas do bairro de Casa Forte, amarrado por cordas a um carro de combate do exército brasileiro. Gregório, vestindo apenas um calção preto, com uma corda de três pontas amarrada no pescoço, com os pés, que haviam sido mergulhados em soda cáustica, sangrando, banhado de suor, ainda assim mantinha no semblante uma altivez inquebrantável. O Coronel Vilocque, ensandecido, gritava, apoplético, injúrias contra o velho militante comunista, seu prisioneiro, acrescentando à tortura física a agressão psicológica, na verdade ultrajando o povo estupefato e as forças armadas, com o barbarismo dos seus atos contra um ancião indefeso. O Coronel, como se fora um Torquemada da Inquisição, concitava o povo atônito a apoiar o enforcamento de Gregório, somente não o fazendo devido à pronta iniciativa

de uma freira, que acionou o Bispo Auxiliar, Dom José Lamartine, ensejando a que este, por sua vez, intercedesse junto ao General Justino Alves, que determinou a suspensão daquele festival sangrento.²⁷

A Figura 39 demonstra de forma irrefutável a aviltante situação a que foi submetido Gregório Bezerra, preso na Casa de Detenção do Recife. A exposição de um ser humano seminú, sentado no chão do pátio da prisão, tendo ao seu redor um grupo de efetivos militares ameaçadoramente armados, constituiu-se numa autêntica representação imagética da ação do “poder soberano sobre a vida nua” (AGAMBEN, 1998, p. 16).

Estas e outras atrocidades passam a fazer parte do cotidiano de horror protagonizado pelos defensores de uma nova ordem estabelecida e respaldada na ideologia da Segurança Nacional, em que o governo civil-militar mune-se de vários artifícios violentos, que variam de intensidade de acordo com o grau de envolvimento do acusado com as ideias e práticas consideradas subversivas. Com o recrudescimento do regime, cresce o número de casos de tortura, morte e desaparecimento no estado. Entre os exemplos que simbolizam esse período, podemos destacar o brutal assassinato de Odijas Carvalho de Souza, conhecido pela alcunha de *Neguinho*, militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

Líder estudantil de Agronomia da Universidade Rural de Pernambuco, natural de Alagoas. Foi preso na Praia de Maria Farinha, no município de Paulista em Pernambuco,

27 FERREIRA, Mércia de Albuquerque. Discurso proferido à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte. Natal, 11 dez. 2001. Por ocasião da homenagem que lhe foi feita pelos serviços advocatícios prestados aos presos políticos e seus familiares na cidade de Natal, durante o regime militar. Segundo Mércia: “Traumatizada por aquele espetáculo dantesco, contrário à civilização, à formação cristã do nosso povo e aos princípios que aprendi na Faculdade do Direito do Recife, a velha rebeldia juvenil se reacendeu em meu espírito, levando-me à decisão de fazer alguma coisa por aquele velho guerreiro torturado. E fiz, assumindo resolutamente a sua defesa.”



Figura 39: Gregório Bezerra, preso na Casa de Detenção do Recife. Detalhe escrito na parede: Cumpre com teu dever.

Fundo: Prontuário Funcional de Fotografias n.º. 1574. Foto de Gregório Lourenço Bezerra, líder comunista, preso e torturado durante o governo militar.

no dia 30 de janeiro de 1971, juntamente com Lílian Guedes. Os policiais responsáveis por sua prisão são: Edmundo de Brito, Fausto Venâncio da Silva Filho, Ivaldo Nicodemus Vieira e Severino Pereira da Silva, todos do DOPS-PE. Foi imediatamente torturado no DOPS-Recife, onde passou uma semana. Após esse período, foi levado às pressas para o Hospital da Polícia Militar de Pernambuco no dia 06 de fevereiro de 1971, morrendo dois dias depois em consequência das torturas sofridas. O assassinato foi denunciado a partir de testemunhos em depoimentos prestados na Auditoria de Guerra 7ª Região Militar, por vários presos políticos, inclusive sua viúva, Maria Yvone de Souza Loureiro. [...] O atestado de óbito, fornecido pelo

IML/PE, foi assinado por Dr. Ednaldo Paz de Vasconcelos e tinha como causa-mortis embolia pulmonar. Mas, na realidade, Odijas apresentava várias fraturas de ossos, ruptura de rins, baço e fígado. [...] (DOSSIÊ..., 1995, p. 126).

Segundo a viúva Yvone Loureiro, na época também militante do PCBR, as denúncias feitas por companheiros de prisão de Odijas, como Mário de Albuquerque Miranda, relatam “ininterruptas seções de interrogatório, que chegavam a 12 horas. Após uma dessas seções ele retornou à cela já arrastado, pois não conseguia se colocar de pé.”²⁸ A ação repressiva que culminou com a morte de Odijas foi tema de um discurso emocionado na Assembleia Legislativa feito pelo então deputado estadual Marcos Freire²⁹.

Os abusos tremendos aos quais foram submetidos os que viveram essas terríveis experiências são narrados sempre com forte emoção, por mais que o tempo passe – as cicatrizes podem até se amenizar, mas não se apagam jamais. No seminário promovido pelo Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, entre os dias 30 de agosto e 03 de setembro de 2004, foi com extrema comoção que os participantes ouviram os relatos de Sílvia Lúcia Montarroyos, ex-militante da Ação Popular e representante da Anistia Internacional em Portugal. Sua história de vida foi marcada desde os 17 anos pelo horror com o qual foi massacrada pelos órgãos de segurança. Seu depoimento demonstra as atrocidades que o governo militarizado foi capaz de fazer contra pessoas praticamente indefesas. Sua trajetória na militância teve início por intermédio de seu irmão, também militante, integrante do movimento

28 Relatos de uma militância política. In: *Repensando a ditadura e os 25 anos da anistia política*, seminário realizado no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Recife, 2004. Declaração prestada pela ex-militante do PCBR Maria Yvone de Souza Loureiro, gravada em 03 de setembro de 2004, na mesa intitulada: Militância e resistência feminina à Ditadura Militar.

29 Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º.30.757 e 30.764. Contendo recortes de jornais, cópia de discursos e pronunciamentos na Assembleia, documentos administrativos do DOPS sobre ele entre outros.

estudantil. Presa quando pintava uma faixa de protesto em casa a pedido do irmão, sua vida se complicou quando conseguiu sutilmente fugir da Delegacia de Ordem Política e Social, o que foi considerado uma afronta imperdoável pelos agentes de plantão. Foi-lhe imputada a acusação de ser **uma subversiva de alta periculosidade de rosto angelical e alma de demônio**, e por essa razão foi caçada feito um animal. Quando a polícia finalmente conseguiu capturá-la, passou a ser alvo de todas as sevícias que podem ser infligidas a um ser humano.

Fui levada ao DOPS-PE, por vários agentes que participaram da missão. Todos eles me diziam horrores. Fui submetida a seções ininterruptas de interrogatório, onde eles usaram todos os equipamentos de torturas de que dispunham, além da violência sexual, onde fui seviciada por vários agentes. [Imaginem uma adolescente de 17 anos, virgem, sendo alvo da fúria animalesca de seus algozes!] As seções eram sempre acompanhadas de agressões verbais (com muitos palavrões), morais e físicas. Durante os interrogatórios, para forçar a minha confissão, me submeteram a um foco de luz (do tipo farol de carro) altíssima em meus olhos, em função do qual perdi 90% da visão [ela usa uns óculos especiais de lentes grossas, fortíssimas e escuras, de um tom esverdeado, por não conseguir suportar a claridade]. [...] Após inúmeras torturas, onde desmaiei diversas vezes, perdi a consciência, após os violentos abusos, sendo encaminhada para tratamento médico, onde fiquei até adquirir forças para ser novamente submetida às seções de interrogatórios, torturas e maus tratos, quando me transferiram para o Quartel que servia ao Comando do Exército no Nordeste, para interrogatório. Lá, após novas seções de tortura, fui colocada nua num engradado de ferro (parecia uma gaiola), pendurada numa árvore, exposta ao sol, chuva, frio, sereno e, o que é pior, às mordidas dos insetos na mata do Curado, onde fiquei cheia de feridas. Lembro que numa noite chovia muito e eu tremia de frio, e o sentinela que estava numa das

guaritas de segurança me ofereceu sua capa, motivo pelo qual foi severamente punido. Diante de tanta barbaridade e sofrimento perdi a razão, caí numa letargia em que não conhecia ninguém, não respondia aos estímulos, fiquei catatônica, quando então fui entregue a um sanatório para doentes mentais, onde após algum tempo de buscas incessantes fui localizada por minha família. [...] Após vários tratamentos consegui me recuperar, saí do país [...] clandestinamente pelo Paraguai e depois fui para a Europa [...] onde vivo até hoje. De todas as seqüelas que fiquei, e não são poucas – tomo ainda hoje remédios fortíssimos para me manter lúcida, analgésicos diários para os problemas decorrentes das torturas –, a dor maior é a distância. É saber que fui obrigada a me separar da família, dos meus amigos, do meu país. Saber que minha vida aqui foi interrompida, que fui arrancada do meu meio, do seio de minha família, e esta não pôde acompanhar a minha vida. Enfim, constatar que eles me tiraram tudo.³⁰

Observar esse relato tão forte, cujas palavras são insuficientes para traduzir tamanha e impiedosa covardia, força-nos a enxergar as várias faces do terror, e perceber até onde eles foram capazes de chegar. Coloca-nos ao mesmo tempo diante do que é mais grave: a impunidade. Como? De que forma os culpados podem ser responsabilizados? Em que momento a sociedade parou para refletir, para cobrar realmente pela reparação dessas injustiças? Como ficam os mutilados d'alma? Os zumbis da repressão? Será preciso que se passem anos, talvez décadas, para que a sociedade brasileira rompa o silêncio e a letargia que amortece os sentidos e volte-se para encarar sem medo as veias abertas de seu passado? Cada caso guarda em si a sua própria dor,

30 MONTARROYOS, Sílvia Lúcia. Relatos da militância política. In: *Repensando a ditadura e os 25 anos da anistia política*, seminário realizado no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Recife, 2004. Palestra gravada na manhã de 03 de setembro de 2004, na mesa intitulada 'Militância e resistência feminina à Ditadura Militar'.

suas peculiaridades, que ao mesmo tempo ajudam-nos a desvendar os segredos dos porões fétidos e doentios da ditadura.

No cenário das violações múltiplas, o poder soberano se exerce. Agentes especializados de Pernambuco transitam pelos órgãos da rede e também por outros estados, sobretudo do Nordeste, para emprestar suas “habilidades” a outras delegacias, no intuito de localizar, interrogar, aprisionar, levando a cabo a estratégia de vigilância, controle e repressão para além dos limites das fronteiras entre os estados, com um fim único: garantir a Segurança Nacional.

Essa constitui uma das características importantes do funcionamento da rede de informação e segurança; é através do intercâmbio, da integração dos “vasos” que se instituem e disseminam a informação, a censura e a repressão, permitindo ao poder soberano uma onipresença fundamental para o êxito de suas ações. Dessa forma, muitos aparelhos são localizados (estourados, no jargão policial) em ações que contam com a competência dos “melhores” e mais capacitados integrantes (investigadores/torturadores) da rede, que são convocados para as missões, quando o caso é de maior vulto.

Assim ocorreu com o Padre Antônio Henrique Pereira Neto, coordenador da Pastoral da Arquidiocese de Olinda e Recife, professor e especialista em problemas da juventude, e que desenvolvia atividades junto ao Arcebispo Dom Hélder Câmara – a quem os agentes da repressão tentaram atingir quando o mataram, segundo relatos de quem vivenciou o período.

Por sua destacada posição, firmemente contrária aos métodos de repressão utilizados pelo governo, tendo como destaque a missa que celebrou em memória do estudante Edson Luiz de Lima Souto, Padre Antônio Henrique passou a receber constantes ameaças de morte por parte do Comando de Caça ao Comunismo. No dia 26 de maio de 1969, foi seqüestrado, por este mesmo CCC. Seu corpo foi encontrado, no dia seguinte, em um matagal na Cidade Universitária do Recife, pendurado de cabeça pra baixo, em uma árvore, com marcas evidentes

de tortura: espancamento, queimaduras de cigarro, cortes profundos por todo o corpo, castração e dois ferimentos produzidos por arma de fogo. No Inquérito aberto no Tribunal de Justiça de Pernambuco, para apurar as circunstâncias da morte de Padre Henrique, foram acusados como responsáveis pelo seqüestro tortura e morte Rogério Matos do Nascimento, delegado Bartolomeu Gibson, investigador de polícia Cícero Albuquerque, tenente José Ferreira dos Anjos da Polícia Militar, Pedro Jorge Bezerra Leite, José Caldas Tavares e Michel Maurice Och. Entre as testemunhas de acusação, estavam a mãe do Padre Henrique, Sra. Isaias Pereira, e uma investigadora de polícia, de nome Risoleta Cavalcanti, que acusaram as pessoas acima mencionadas, não só por assassinato, mas também, pelo metralhamento que deixou paralisado, em 1969, o líder estudantil Cândido Pinto de Melo. Segundo o Desembargador Agamenon Duarte de Lima, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, “Há provas da participação do CCC no assassinato do Padre Henrique, mas é possível que também esteja implicado no episódio o Serviço Secreto dos Estados Unidos, a CIA.”. Do Inquérito resultou arquivamento. Nenhum dos acusados foi condenado, apesar dos testemunhos e provas irrefutáveis. (DOSSIÊ..., 1995, p. 56).

O que chama atenção no caso é a possível participação da CIA, associada a pessoas ligadas à lei, o que torna mais significativa a marca indelével da impunidade, da banalização da vida, do convite irrecusável ao descaso, aspecto profundamente discutido na tese “do poder soberano sobre a vida nua” (Agamben, 1998, p. 17). O assassinato de Padre Henrique em 26 de maio de 1969, no Recife, marca as páginas da história da repressão em Pernambuco como um ato de extrema ousadia e impiedosa frieza por parte dos envolvidos, movidos pela certeza da impunidade, só justificada pela cobertura de pessoas poderosas do regime, que não permitiram a punição dos culpados, inscrevendo o crime (de ampla comoção e protesto social) nas negras páginas da história da violência no estado. Olhar a Figura 40 possibilita conhecer a dimensão exata da capacidade e falta de escrúpulos dos



Figura 40: Cadáver de Padre Henrique, localizado num matagal da Cidade Universitária no Recife no dia seguinte ao seu desaparecimento.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Arquivo 6, Pasta 3. Essa imagem faz parte da coleção doada ao APEJE pelo Grupo Tortura Nunca Mais. A fotografia foi tirada pelo Instituto de Polícia Técnica e acompanha o Inquérito sobre sua morte.

integrantes da rede. Talvez seja esse o motivo maior, a razão que até hoje impede a apuração legítima de tais crimes. O medo do passado assombra o presente.

Na dolorosa tentativa de destacar, entre tantos exemplos, os mais significativos que sirvam para ilustrar os mecanismos, as práticas repressivas utilizadas pelos órgãos de segurança – seja pela ousadia, pelo requinte de violência e crueldade empregado, pela estratégia ou cinismo com que agiram –, selecionamos o caso de Anatália de Souza Alves Melo, militante do PCBR.

Nascida em 9 de julho de 1945, em Mombassa, no município de Martins, atual Frutuoso Gomes, no Rio Grande do Norte, filha de Nicácio Loia de Melo e Maria Pereira de Melo. Era tímida, calada e gostava de estudar. Concluiu o curso científico no Colégio Estadual de Mossoró, cidade onde residiu até 1969, ano em que se casou com Luiz Alves Neto. Até 1968 trabalhou na Cooperativa de Consumo Popular, revelando forte espírito de ajuda e solidariedade. Juntamente com o marido mudou-se para o Recife, passando a militar no PCBR. Sua atuação política foi na Zona da Mata – PE, junto às Ligas Camponesas. Foi presa juntamente com seu marido, no dia 17 de dezembro de 1972. Ambos foram levados ao DOPS-Recife, em 13 de janeiro de 1973, onde foram torturados desde o primeiro instante. Foi encontrada morta, carbonizada, na cela, no dia 22 de janeiro de 1973. Não se sabe onde ocorreu sua morte, a versão oficial é de suicídio. (DOSSIÊ..., 1995, p. 178).

Um detalhe significativo no caso de Anatália de Souza tornou-se conhecido durante atendimento no acervo DOPS-PE, quando nos foi solicitado pelo advogado o prontuário individual para que através dele fosse possível dar entrada no processo de indenização junto ao Governo do Estado. Chamou a atenção uma referência contida na ficha remissiva, fazendo alusão a outro prontuário, desta vez funcional, de nº. 7945, cujo conteúdo nada mais era senão a bolsa de Anatália, contendo um saco plástico transparente ao qual estava anexada uma ficha com o nº. do Inquérito e as peças recolhidas para o compor os autos: identidade, alça da bolsa de couro que teria servido ao suposto suicídio, uma foto da vítima, uma carteira sem dinheiro e (pasmem!) uma chave identificada como sendo do banheiro do DOPS-PE, no qual ela haveria se trancado para cometer o ato. A reação do advogado foi de surpresa, pelo nível de contradição existente.

O material encontrado serviu como base da argumentação que apontava as contradições do caso, denunciando a ilegitimidade da tese

de suicídio sustentada pela polícia. Em resumo, afirmava: como poderia uma pessoa que entrasse nas dependências do DOPS, na qualidade de preso político, ser trancada na cela junto aos seus pertences? Esse jamais seria um procedimento permitido pela polícia. Em segundo lugar, o que fazia a chave do banheiro do DOPS junto às peças do inquérito, uma vez que por hipótese alguma era franqueada ao preso a liberdade de ir ao banheiro ou a qualquer outra dependência, sem que estivesse literalmente sob a mira do agente, e lá se trancar o tempo suficiente para cometer suicídio, sem que os agentes desconfiassem? A argumentação foi acatada pela justiça, e a família foi reparada pelos danos, tendo sido caracterizada a ação do Estado (através de seus agentes, cujos indícios do crime não foram devidamente apagados) como principal responsável pela tortura e morte de Anatólia de Souza Alves Melo.

Como o de Anatólia há outros casos que chocam pela crueldade. A Figura 41 registra a capacidade de “punir” dos torturadores em relação as vítimas que ousavam afrontar o regime.

Outro caso emblemático é o de Gildo Macedo Lacerda, militante da Ação Popular Marxista Leninista (APML), cuja execução se deu numa emboscada policial realizada na Av. Caxangá, no Recife. A exemplo de muitos outros casos de mortes promovidas pela polícia, este figura como mais um carregado de contradições e falsas informações no sentido de encobrir a ação dos agentes, informações estas plantadas nos jornais da época (Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco), que noticiaram o caso como sendo **mais um tiroteio entre a polícia e os terroristas**.

Gildo e Mariluce Moura, sua mulher, foram presos no dia 22 de outubro de 1973, em Salvador, no Quartel do Barbalho, pelo Exército e, imediatamente, conduzidos às câmaras de tortura. Malu, grávida, foi libertada alguns dias depois, e não mais o viu. Gildo foi transferido para o DOI-CODI do Recife onde foi torturado até a morte, no dia 28 de outubro

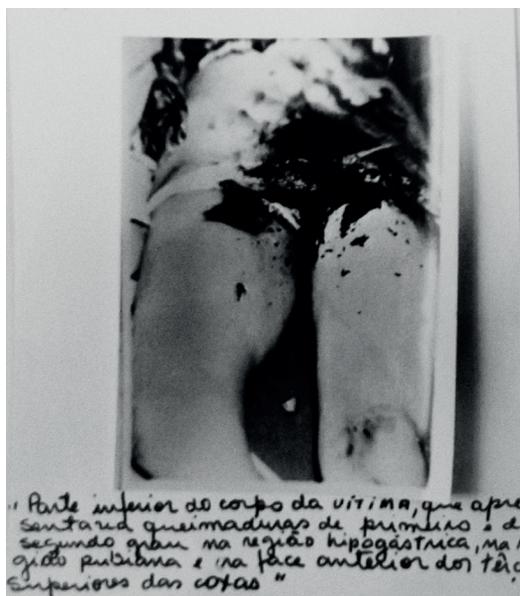


Figura 41: Foto de cadáver queimado por maçarico.

Fundo: Foto do Instituto de Polícia Técnica. Coleção de fotografias doada ao Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano pelo Grupo Tortura Nunca Mais. Fundo SSP/DOPS/APEJE. Pasta 3, arquivo 6.

de 1973, quando tinha 24 anos de idade. Os órgãos de segurança noticiaram, no dia 19 de novembro de 1973, que Gildo, ao ser interrogado, teria fornecido a informação do local onde se encontraria com José Carlos Novaes da Mata Machado e com um terceiro elemento de nome Antônio. Chegando ao local do encontro, teria havido um tiroteio onde “Antônio” teria matado Gildo e José Carlos teria sido morto em consequência de tal incidente. A versão oficial, além de encobrir os assassinatos sob tortura de Gildo e José Carlos, tentou encobrir a prisão e posterior desaparecimento de Paulo Stuart Wright, quando se referiu ao Antônio, que teria conseguido fugir. Este último, até hoje a família vive atrás de desvendar o mistério de seu desaparecimento [...]. (DOSSIÊ..., 1995, p. 186).

E para finalizar o espetáculo de horrores, personificado nos exemplos aqui apresentados, focalizamos o caso conhecido como a chacina da granja São Bento, situada no município de Paulista-PE, que se destaca pela forma interativa como atuou a rede de informação e segurança e pela eliminação coletiva dos integrantes da organização, o que demonstra uma ação planejada e preparada com antecedência. A importante “missão” foi responsável por trazer ao Recife a equipe do delegado do DOPS-SP, Sérgio Paranhos Fleury, que comandou uma das maiores atrocidades ocorridas em Pernambuco, na qual foram assassinados vários membros da Vanguarda Popular Revolucionária, organização de esquerda responsável pelo sequestro do Embaixador da Alemanha Von Holleben, em 1970.

As vítimas do massacre, ocorrido em janeiro de 1973, foram Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Luís Ferreira de Souza, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva, Pauline Reichstul e Soledad Barret Viedma. Matéria divulgada nos jornais aponta “mais uma ação bem sucedida da polícia que numa troca de tiros com “elementos terroristas” conseguiu desbaratar a quadrilha, eliminando os criminosos procurados.”³¹ Na ação, os torturadores e assassinos crivaram de balas os cadáveres dos seis combatentes e jogaram várias granadas na casa da referida chácara, com o objetivo de aparentar um violento tiroteio, dizendo que lá se realizava um suposto congresso da VPR. Na realidade, todos foram presos pela equipe do delegado Sérgio Fleury, que os torturou até a morte. As prisões e consequentes assassinatos se deveram ao trabalho do informante infiltrado na VPR ex-cabo Anselmo. O relatório do Ministério da Aeronáutica diz que “faleceram em 7 de janeiro de 1973, em Recife/PE, ao reagir à ordem de prisão, travando intenso tiroteio com agentes dos órgãos de segurança, vindo a falecer em consequência dos ferimentos.” Já o relatório do Ministério da Marinha afirma que

31 Prontuário Funcional n°. 29.596. Fundo SSP/DOPS/APEJE. Recortes de Jornais: Jornal do Commercio, 11 jan. 1973.

“foram mortos em Paulista/PE, em 8 de janeiro de 1973 ao reagir a tiros, à voz de prisão dada pelos agentes de segurança”. Selecionamos a história de três dos militantes da VPR aqui citados, por apresentar dados complementares e esclarecedores ao caso.

Jarbas Pereira Marques

Filho de Antônio Pereira Marques e Rosália Pereira Marques, nasceu em 27 de agosto de 1948, em Recife-PE. Ingressou no Movimento Estudantil Secundarista quando ainda estudava no Colégio Porto Carreiro em Recife. Foi preso pela primeira vez em 17 de agosto de 1968, quando distribuía panfletos convocando os estudantes a comparecerem ao Congresso da UBES. A polícia invadiu sua casa e encontrou livros e manifestos considerados subversivos pelos órgãos de segurança de PE. Foi torturado e contraiu tuberculose pulmonar logo após sair da prisão. Casou-se em 17 de dezembro de 1970 com Tercia Maria Rodrigues Marques e viajaram para São Paulo, regressando no final de 1971. Juntamente com o cabo Anselmo (conhecido por Daniel) era responsável pela articulação da VPR no Nordeste. Em 8 de janeiro de 1973, quando estava trabalhando na Livraria Moderna em Recife, recebeu um telefonema e deixou a livraria com “estranhos” que vieram buscá-lo, deixando um recado para sua esposa, no qual afirmava que não voltaria mais. Jarbas já tinha forte suspeita do envolvimento do cabo Anselmo com a equipe do Delegado Fleury e os órgãos de Segurança de Pernambuco e, segundo informes de seus familiares, ele e sua esposa já estavam se mobilizando para deixar o Recife, o País ou entrar para clandestinidade. [...] (DOSSIÊ... 1995, p. 190).

Eudaldo Gomes da Silva

Nascido em 1 de outubro de 1947, no Estado da Bahia, filho de João Gomes da Silva e Izaura Gomes da Silva. Estudante de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, membro do Diretório Central dos Estudantes, durante o

ano de 1968, e Presidente do Diretório Acadêmico de sua Faculdade. Banido do Brasil, em 15 de junho de 1970, por ocasião do seqüestro do embaixador da Alemanha, Von Holleben, com mais 39 presos políticos. Retornando ao Brasil clandestinamente, foi morto no dia 7 de janeiro de 1973. [...] Na versão oficial, constava que José Manoel da Silva teria sido preso e conduzido os policiais até o local onde realizava o Congresso, sendo morto pelos próprios companheiros durante a invasão. No tiroteio travado teria conseguido escapar Evaldo Ferreira de Souza [...] Segundo a nota só Jarbas Pereira Marques teria morrido no local, sendo que os outros morreram em conseqüência dos ferimentos recebidos. Na realidade todos foram presos pela equipe do delegado Sérgio Fleury, que os torturou até a morte, na própria chácara. As prisões e conseqüentes assassinatos foram fruto do trabalho do informante infiltrado na VPR, ex-cabo Anselmo e, para encobrir a ação, bem como possibilitar que ele pudesse levar à morte outros combatentes, a nota oficial falava da traição de José Manoel que teria possibilitado a localização e aniquilamento dos demais. [...] (DOSSIÊ..., 1995, p. 183-184).

Evaldo Luís Ferreira de Souza

Nasceu no Estado do Rio Grande do Sul, em 5 de junho de 1942, filho de Favorino Antonio de Souza e Maria Odete de Souza. Muito jovem entrou para a Marinha de Guerra, engajando-se no movimento dos marinheiros. Com o golpe de 1964, foi expulso pelo Ato Ministerial n.º. 365/64, devido à sua atuação na Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil.

[...] A versão oficial divulgada nos jornais da época era: “Seis ‘terroristas’ mortos foi o principal balanço do desmantelamento de um congresso da organização Vanguarda Popular Revolucionária, no município de Paulista. Entre os mortos estão duas mulheres, uma tcheca e outra paraguaia. Equipes especiais dos órgãos de Segurança

cercaram, no último dia 8, um ‘aparelho’ coordenador da VPR numa chácara dentro do loteamento São Bento, Paulista, utilizado como centro de treinamento de guerrilha. Dada a ordem de prisão aos terroristas que ali se achavam reunidos, eles reagiram a bala. Após cerrado tiroteio, foram encontrados no aparelho alguns ‘terroristas’ mortos e outros gravemente feridos. Mas estes, não resistindo aos ferimentos vieram a falecer. Dois ‘terroristas’ conseguiram fugir. No dia seguinte, uma das equipes, que estava de vigilância próximo a um sítio na Estrada da Santa Casa, Paulista, percebeu a presença do ‘terrorista’ Evaldo Luís Ferreira de Souza, recentemente chegado de Cuba. Supõe-se que fosse um dos fugitivos da véspera. Reagindo à voz de prisão disparou contra a equipe. No tiroteio, morreu no local...” (Jornal do Commercio, Recife, 11/01/73). (DOSSIÊ..., 1995, p. 184).

Nos registros acima expostos dois fatos chamam a atenção. O primeiro diz respeito à controvérsia de informações acerca das datas exatas das mortes coletivas, que variam entre os dias 07 e 08 de janeiro de 1973, o que demonstra uma prática dos órgãos de informação e segurança de confundir as datas dos fatos, procedimento usado no intuito de manter o sigilo das operações e, principalmente, apagar os crimes cometidos, alterando as informações e registros verdadeiros. O segundo é relativo à participação de um agente infiltrado do CENIMAR no grupo de militantes da VPR. Essa era outra tática utilizada pela inteligência – infiltrar nas organizações agentes que se passava por militantes e colhiam informações preciosas, extremamente eficazes para a desarticulação do grupo, para a localização dos aparelhos e respectivos líderes, culminando com a prisão e morte dos envolvidos, mas, sobretudo com o **aniquilamento das cabeças pensantes** das organizações. Talvez seja essa a razão do reduzido número de extermínios políticos praticados no Brasil durante o regime militar, se confrontado com as estatísticas de mortos e desaparecidos em países como Argentina e Chile. Em todas as investidas policiais onde se precedeu ao confronto, verifica-se a prisão

ou eliminação brutal do alvo eliminado. A operação de extermínio era calculada e as ações eram postas em prática como num jogo de xadrez.

A repressão também atingiu o campo, impondo-se sobre camponeses vinculados às Ligas e aos sindicatos rurais, como demonstram os exemplos relacionados no Quadro 2.

Quadro 2: Casos de repressão no campo, Pernambuco – 1964-1973.

NOME	INFORMAÇÕES
Albertino José de Oliveira	<p>Data: Junho de 1964.</p> <p>Local: Matas do Engenho São José (PE).</p> <p>Motivo: Presidente da Liga Camponesa em Vitória de Santo Antão.</p> <p>Tipo de violência: Desapareceu após o golpe militar de 64. Seu corpo foi encontrado em estado de putrefação, nas matas do Engenho São José. Em nota oficial da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, foi dado a conhecimento público que Albertino havia se suicidado por envenenamento, não havendo, porém, qualquer indício que pudesse comprovar tal fato.</p>
Mariano Joaquim da Silva	<p>Dados: 41 anos, natural de Pernambuco, lavrador, sapateiro.</p> <p>Data: 01/05/1971.</p> <p>Local: Recife (PE).</p> <p>Motivo: Secretário do Sindicato Rural de Timbaúba (PE) em 1961, membro do Secretariado Nacional das Ligas Camponesas, vivia na clandestinidade desde 1966, quando foi decretada sua prisão preventiva.</p> <p>Tipo de violência: Foi preso em Recife, no dia 1º de maio de 1971, pelo DOI-CODI/SP, sob a acusação de ser dirigente da VAR-Palmares, sendo levado para o Rio de Janeiro, para local clandestino da repressão em Petrópolis – a “Casa da Morte” –, onde foi torturado. Desapareceu em 31 de maio.</p>
Amaro Luís de Carvalho, conhecido popularmente como <i>Capivara</i>	<p>Data: 22/08/1971.</p> <p>Local: Recife (PE).</p> <p>Motivo: Líder do Sindicato Rural de Barreiros (PE), militante do PCR.</p> <p>Tipo de violência: Preso na Casa de Detenção do Recife, Amaro terminaria de cumprir sua pena no mês de outubro e a repressão não queria soltá-lo vivo. Sua morte, ocorrida no dia 22 de agosto de 1971, foi dada a conhecimento público pela Secretaria de Segurança de Pernambuco, com a versão de envenenamento causado pelos seus próprios companheiros de prisão, ocasionada por supostas divergências políticas. Tal versão é violentamente repudiada pelos companheiros de Capivara, que denunciaram fartamente seu assassinato, responsabilizando os guardas da Casa de Detenção, cujo diretor à época era o Cel. PM Olinto Ferraz.</p>

NOME	INFORMAÇÕES
João Mendes Araújo	<p>Dados: 28 anos, natural de Bom Jardim (PE), agricultor.</p> <p>Data: 24/01/1972.</p> <p>Local: Olinda (PE).</p> <p>Motivo: Militante da ALN.</p> <p>Tipo de violência: Preso no dia 24 de janeiro de 1972, em sua própria casa, por agentes do DOI/CODI de Recife. O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que “faleceu no dia 24/01/72, quando se escondia num ‘aparelho’ da ALN, em Recife, PE, resistiu à prisão, sendo ferido juntamente com outro terro-rista, que foi preso. Mesmo gravemente atingido, evadiu-se, lançando-se ao mar. Posteriormente, seu corpo foi resgatado do mar.” A certidão de óbito dá sua morte em 25 de fevereiro de 1972 na cidade de Olinda (PE), em tiroteio. Informa que foi enterrado no Cemitério de Santo Amaro.</p>
José Inocêncio Pereira	<p>Dados: Camponês.</p> <p>Data: 05/11/1972.</p> <p>Local: Engenho Matapiruna, na cidade de Escada (PE).</p> <p>Tipo de violência: Foi morto a tiros por agentes do DOPS, segundo denúncia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, divulgada em nota oficial emitida pela Arquidiocese de Olinda e Recife.</p>
Manoel Aleixo da Silva	<p>Dados: Camponês.</p> <p>Data: 29.08.1973.</p> <p>Local: Ribeirão (PE).</p> <p>Motivo: Militante do PCR, líder camponês do sertão pernambucano.</p> <p>Tipo de violência: Foi preso e barbaramente torturado até a morte, na cidade de Ribeirão, no interior de Pernambuco. O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que ele “foi morto em tiroteio com a polícia no interior de Pernambuco (Ribeirão/PE) em 29 de agosto de 1973. Na ocasião de sua morte utilizava documento falso em nome de Antônio dos Santos Oliveira.”</p>

Fundo: DOSSIÊ..., 1995, p. 41, 351, 100, 157, 159 e 199.

Do campo à cidade, em qualquer parte dos “países do Cone Sul”³², incluindo o Brasil, a repressão foi voraz. Os casos aqui selecionados são apenas uma amostra da capacidade, da dimensão e da competência para torturar e matar dos órgãos de informação e segurança, que se

32 PENA, Pio. Pesquisa que vem sendo desenvolvida sobre a ação dos órgãos de informação e segurança no Cone Sul, tomando por base documentos pertencentes ao Centro de Informações Exteriores (CIEEX), 2006.

voltaram implacáveis contra segmentos da sociedade e impuseram sua lei. Como eles, houve muitos outros... A esses tantos mártires da repressão, brasileiros e brasileiras, cabe a deferência da história, cabe a apuração de todos os fatos, a abertura de todos os arquivos, a revisão historiográfica, as inúmeras homenagens e um grito permanente **pela liberdade, pela vida, pela paz, tortura nunca mais.**

Considerações finais

Chegamos ao final do trabalho que teve como objetivo principal estudar a existência e integração dos órgãos de informação e segurança em âmbito local/nacional, possibilitando o controle, a censura e a repressão a partir da produção, apreensão e disseminação da informação, que passou a vigorar como principal veículo da ideologia da Segurança Nacional, propagada, sobretudo pela Escola Superior de Guerra, constituindo-se como a base do regime civil-militar imposto ao país de 1964 a 1985.

O período em foco sintetiza o resultado da luta entre dois modelos opostos de desenvolvimento em curso. De um lado, o almejado por vários segmentos da classe trabalhadora do campo e da cidade, na busca por melhores condições de vida, trabalho e cidadania, influenciados por velhas/novas ideias que embalavam sonhos, encantos e desencantos. Do outro lado, o defendido por parcela significativa da elite nacional composta por civis e militares e pela classe média, que via na ideologia

da Segurança Nacional a saída para o caos e a desordem instalados no país.

Chamados ao palco da história, de um lado, a população civil, e do outro, os militares e as elites. Todos brasileiros, os dois lados de uma mesma moeda. Em pauta: o destino do país. Os militares, como não poderia ser diferente, deram a resposta à altura de seu perfil truculento, com a robustez própria de um segmento treinado para a guerra. Os métodos foram os mais duros, os mais controversos, mas nem por isso, na visão deles, menos patrióticos. O alvo: o povo. Este, sim, a parcela mais fragilizada do processo, objeto de tantas conjecturas, vigilâncias, temores e controles, assistiu a tudo perplexo, assustado e, acuado, seguiu nem sempre ordeiro, nem sempre submisso à espera de dias melhores, de novos tempos.

A ascensão do projeto de desenvolvimento do governo civil-militar inaugurou uma nova fase política no Brasil, onde a sociedade passou a conviver com o aparato policial responsável pela vigilância e por truculentas ações de censura e repressão, sobretudo após o AI-5. Em nome da Segurança Interna Nacional instalou-se, através da rede de informações composta por uma ampla profusão de órgãos de informação e segurança coordenados pelo SNI, uma das mais competentes engrenagens a serviço do controle social.

Procuramos nos debruçar, entender as entrelinhas, os labirintos que foram sendo tecidos paulatinamente pela trama histórica que possibilitou “os anos de chumbo” no país e, nesse contexto, lançar novos questionamentos, um olhar diferenciado a partir do diálogo com as fontes documentais remanescentes do extinto Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco, sob a guarda do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, na tentativa de preencher os vazios existentes, a partir das possibilidades de leituras que o passado nos oferece.

A utilização da cuidadosa operação teórico-metodológica elaborada por Michel Foucault, ao estabelecer as sistematizações conceituais, ao colocar os encadeamentos enunciativos, grupos e organizações de objetos possíveis para caracterizar o universo do poder-saber e como ele se exerce, permitiu-nos caminhar com outros olhos pelas trilhas do golpe. Operar nessa direção serviu para que pudéssemos compreender os múltiplos fios da trama que possibilitou a instalação do estado de exceção no Brasil, no período de 1964-1985, aspecto que foi trabalhado também à luz do aporte teórico de Giorgio Agamben, cujo estudo é ancorado na tese do Poder Soberano e a Vida Nua.

O resultado encontra-se configurado na presente tese, percebida como um exercício inacabado de um fazer historiográfico, consciente da impossibilidade de abarcar o acontecido em toda a sua plenitude – lugar de frustração do historiador. Lacunas existirão – algumas, muitas... Mas o que se consolida é o exercício da reflexão que remete a questionamentos múltiplos, que permite realçar aspectos antes despercebidos, a partir do diálogo com as fontes documentais, os registros oficiais, os relatos de memória e as imagens, utilizados aqui como uma representação do real.

Analisar os inúmeros documentos do DOPS-PE nos permitiu observar o universo policial, a lógica dos órgãos de segurança e informação, a maneira como atuavam na rede e, sobretudo, as práticas repressivas junto à sociedade, no intuito de produzir corpos dóceis e silenciados. Para atingir esse objetivo o expediente utilizado pela polícia foi a investigação, cujo resultado era registrado em partes de serviço, escritas pelos investigadores, ou em relatórios de sindicâncias, que continham todo o acompanhamento diário, sistemático (às vezes durante meses) do indivíduo, entidade ou local considerado alvo de suspeição. A investigação, censura e repressão gerou uma farta documentação que nos dão ricos subsídios para a compreensão dos fatos e, sobretudo, para o esclarecimento dos expedientes utilizados

pela polícia em seu processo de investigação. Tais fatos indicam o alcance e o papel desempenhados pelas Delegacias/ Departamentos de Ordem Política e Social, o que explica por que durante décadas foram tão temidos.

Vimos ainda a ação dos que formavam as fileiras da resistência, com suas respectivas práxis – todos taxados de comunistas –, conseguindo driblar as espessas camadas do controle e vigilância policial. Michel de Certeau, quando esboça a teoria das práticas cotidianas amparadas nas Artes de fazer, nas astúcias, numa rede de antidisciplinas, ajudou-nos a esclarecer os meandros da resistência.

Refletir sobre o tema faz com que ampliemos nossa visão das práticas de controle social que ao longo dos anos disseminaram o medo, alterando rotinas e cotidianos, trazendo para o campo de análise a forma como os saberes eram produzidos, provocando efeitos, às vezes duradouros, que eram incorporados como “verdades”, fortalecendo o jogo de dominação.

A repressão, parte mais cruel de todo o processo, aparece como uma nova modalidade de manifestação do poder-saber que molda, disciplina, investe, viola, transforma e mata. Ela se constitui como a investidura maior do poder soberano sobre a vida nua e inscreve um triste e amargo capítulo na história do país, em que cotidianos foram alterados, comportamentos foram esquadrihados, liberdades cerceadas e vidas ceifadas impunemente.

O silêncio imposto à sociedade permanece muito mais intenso, nítido, nos sobreviventes e familiares das vítimas, sobretudo dos desaparecidos políticos. A dor motivada pela ausência desnuda as feridas abertas deixadas pela repressão, sentimentos nem sempre comungados pela sociedade como um todo, o que mostra as múltiplas perspectivas da trama histórica.

A democracia, trôpega, cambaleante, tenta ainda equilibrar-se, na fragilidade de suas estruturas, esperando que a maturidade a torne

forte, robusta, inabalável... A HISTÓRIA, esta sim, palco de todos os embates, encantos e desencantos, cúmplice das tramas e intrigas, assiste a tudo indiferente através dos tempos. Movendo-se, superando-se, num permanente movimento de transformação, onde o devir se traduz em possibilidades que para muitos constituem a esperança de renovação da vida.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O poder soberano e a vida nua: homo sacer*. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGUIAR, Roberto A. R. *Os militares e a constituinte: poder civil e poder militar na Constituição*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- ALMEIDA, Verônica. A juventude idealista. In: BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo (Orgs.). *Na trilha do Golpe: 1964 revisitado*. Recife: Massangana, 2004. p. 175-178.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Tradução de Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução?* São Paulo: Contexto, 1989.
- ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI e Abin: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do séc. XX*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.
- ARENDT, Hannah. *O sistema totalitário*. Lisboa: Don Quixote, 1978.
- ARGOLO, José A.; FORTUNATO, Luiz Alberto M. *Dos quartéis à espionagem: caminhos e desvios do poder militar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- ARGOLO, José A.; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto M. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- ARNS, Paulo Evaristo. Prefácio. In: BRASIL: nunca mais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil. 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo (Org.). *Na trilha do Golpe: 1964 revisitado*. Recife: Massangana, 2004.

BENJAMIM, Walter. Crítica do poder, crítica da violência. In: _____. *Documentos de cultura, documentos de barbárie*. Sel. Willi Bolle. Trad. Celeste H. M. Ribeiro de Sousa. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1986.

BERG, Creuza de Oliveira. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Carlos: EdUFSPar, 2002.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 1995. v. 2.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

BRASIL: nunca mais. Prefácio de D. Paulo Evaristo Arns. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: UNESP, 1990.

CAMPOS, Fernando Soares. Justiceiros do IRA ou ira dos justiceiros? *La Insignia*, 8 dez. 2005. Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2005/diciembre/ibe_025.htm>.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: o Estado policial na era Vargas (1930-1945)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

CANCELLI, Elizabeth De uma sociedade policiada a um Estado policial: o circuito de informações das polícias nos anos 30. Campinas, 2002. (Série artigos).

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano, I: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CODATO, Adriano Nervo. *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Governos militares na América na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001.
- COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Tradução de A. Veiga Filho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CONTREIRAS, Hélio. *Militares, confissões: histórias secretas do Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- CONTREIRAS, Hélio. *AI-5: a opressão no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar: Brasil, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999a.
- DALLARI, Dalmo. Prefácio. In: VERRI, Pietro. *Observações sobre a tortura*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. I-XXIX.
- D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997.
- D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001
- D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). *Dossiê Geisel*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a.
- DIAS, Lucy. *Anos 70: enquanto corria a barca*. São Paulo: SENAC, 2003.
- DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. São Paulo: Edusc, 2004.
- DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Comissão responsável Maria do Amparo Almeida Araújo et. al. Recife: CEPE, 1995.
- DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar – espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas: alternativas democráticas à crise política (1961-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- FIORIN, José Luis. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.
- FLORES, Mário César. *Bases para uma política militar*. Campinas: Edunicamp, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT. *Microfísica do poder*. Org. e Trad. Roberto Machado. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000a.
- FOUCAULT. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000b.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Org. e sel. de textos Manoel Barros da Motta; trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos e escritos, v. 4).

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2005.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, Companheiro? – Depoimento*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GARCIA, Néelson Jahr. *Sadismo, sedução e silêncio*. São Paulo: Loyola, 1990.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GIORDANI, Marco Pollo. *Brasil sempre*. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

IANNI, Octávio. O Estado e a organização da cultura. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 216-241, jul. 1978.

_____. *O colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1987.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Edunicamp, 1997.

JARDIM, José Maria. Conceito e a prática de gestão de documentos. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 36-42, 1987.

JARDIM, José Maria. *Sistemas e políticas públicas de arquivo no Brasil*. Niterói: EDULFF, 1995.

LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré, 1990.

LEINER, Piero. *Meia volta volver*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. *A transição e a consolidação da democracia: a experiência da Europa e da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

LOPES, Sônia. *A teia invisível: informação e contra-informação nas redes de ONG'S e movimentos sociais*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

Machado, Roberto. Por uma genealogia do poder: introdução. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. VII-XXII.

MARKUN, Paulo & HAMILTON, Duda. *1961: que as armas não falem*. 3. ed. São Paulo: Senac, 2001.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Paulo: Edufscar, 1995.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papyrus, 1995.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*. São Paulo: Boitempo, 1999.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Ciência, história e memória: questões metodológicas. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder et al. *História e sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006. p. 95-116.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano 3: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Contexto, 1990.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas: Papyrus, 1994.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papyrus, 1997.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil, 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Brasil contemporâneo*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. *Revista USP*, São Paulo, n. 9, p. 45-56, mar./maio 1991.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1º sem. 1989
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 2º sem. 1992.
- POULANTZAS, Nicos. *Estado, poder e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Tenetismo pós-30: continuidade ou ruptura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis; MATHIAS, Suzeley Kalil (Orgs). *Entre votos e botas*. São Paulo: Edunesp, 2001.
- SANTIAGO, Vandeck. *Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador*. Recife: Assembleia Legislativa, 2001. (Perfil parlamentar século XX).
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e Quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos, militares e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SIERRA, Julio A. *Asesinatos Políticos en América Latina*. Buenos Aires: El Ateneo, 2005.
- SILVA, Hélio. *O poder militar*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- SILVA, Marcília Gama. *O DOPS e o Estado Novo: os bastidores da repressão em Pernambuco (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.
- SILVA, Marcília Gama. *Revista do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano*, Recife, v. 42, n. 47, dez. 1997.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

SOARES, Samuel Alves. *Marcha moderada: as estratégias de uma abertura por contenção*. *Premissas*, v. 17, n. 18, Campinas, maio 1998.

SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.

STEFHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no Regime Militar e militarização das artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TAVARES, Celma. *Mortos e desaparecidos políticos sob a visão da imprensa: dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: CEPE, 1995.

TEIXEIRA, Helder Bezerra. *Geisel, os militares e o projeto distensionista: transição para a democracia ou continuísmo da ingerência militar na política brasileira?*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001..

TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

TURNER, Bryan. *Outline of a theory of citizenship sociology*. *The Journal of the British Sociological Association*, v. 24, n. 2, 1990.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

ZANETTI, Hermes. *Juventude e Revolução*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de sabres: tutela militar ou controle civil?* São Paulo: Ática, 1994.

ZAVERUCHA, Jorge. *Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Instituições pesquisadas

- Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Recife
- Acervos pesquisados: Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)
 - Documentos Impressos
 - Iconográficos
 - Secretaria de Governo
 - Instituto de Medicina Legal (IML)
 - Casa de Detenção do Recife
 - Hemeroteca
- Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – Recife
- Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Recife
- Biblioteca Central da UFPE – Recife
- Biblioteca Setorial do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE – Recife
- Associação de Presos e Anistiados Políticos (APAP) – Recife
- Centro de Documentação do Grupo Tortura Nunca Mais – Recife

Apêndice

Cronologia e titulares dos principais órgãos da rede nacional de informações – 1964-1974.

ÓRGÃO	CRONOLOGIA	INFORMAÇÕES
CSN	Criação: 06/12/1946 Reformulação: 15/09/1958 Fortalecimento: jan/1968 Extinção: 1988	Conselho de Segurança Nacional – Decretos 9.775/9.775-A. Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Criada pelo Decreto 44.489/A Titular: Jaime Portella Melo.
SFICI	Criação: 1958	Serviço Federal de Informações e Contra-informações, integrante do Conselho de Segurança Nacional. Sua função era coordenar as atividades de informações de interesse da Segurança Nacional.
SNI	Criação: 03/06/1964 (Lei 4.341) Extinção: mar/1990	Serviço Nacional de Informações Titulares: Golbery do Couto e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Carlos Alberto da Fontoura e João Batista de O. Figueiredo.
SISNI	Criação: 1970	Sistema Nacional de Informações. Seu chefe tinha <i>status</i> de ministro de Estado. O SNI era o órgão central. Cabia ao SISNI assegurar o perfeito funcionamento do sistema determinando as atividades de informações e contra-informações.
DSIs	Criação: jul/1967	Divisões de Segurança e Informações, órgãos complementares do CSN. Atuavam nos ministérios civis.
ASIs ou AESIs	Criação: jul/1967 (Decreto nº 88.056)	Assessorias de Segurança e Informações, instalados em diversas repartições públicas. Órgãos complementares do SNI.
CENIMAR	Criação: 20/11/1947, com a denominação de CIM Reformulação: 21/11/1957 (Decreto nº 42.687) Decreto nº 62.860, de 18/06/1968.	Centro de Informações da Marinha, instituído pelo Decreto nº. 42.687, subordinado ao Chefe do Estado-Maior da Armada. É sempre mencionado como o mais eficiente e o mais fechado órgão de informação militar. Passou à subordinação do Ministério da Marinha em 1971. Sua estrutura foi revista somente em 1986.

ÓRGÃO	CRONOLOGIA	INFORMAÇÕES
CIE	Criação: 02/05/1967	Centro de Informações do Exército, subordinado ao Estado Maior do Exército (EMA) e depois ao Ministro do Exército. Teve como chefe um dos mais contundentes defensores da linha dura do regime: Adyr Fiúza de Castro.
CISA	Criação: jul/1968	Centro de Informações da Aeronáutica. Criado com a denominação de N-Sisa, no governo de Costa e Silva, foi substituído pelo CISA em 1970, subordinado ao Gabinete do Ministro da Aeronáutica. Titular: João Paulo Moreira Burnier, considerado um radical.
CODIs e DOIs	Criação: São Paulo (01/07/1968); Outros estados (datas diversas); Recife (10.09.1971)	Os Centros de Operações e Defesa Interna eram subordinados aos Destacamentos de Operações Internas, que ficavam subordinados ao EME. Principal liderança: Carlos Alberto Brillante Ustra.
SSP-PE	Criação: nov/1931	Titulares: Gastão Barbosa Fernandes, Bráulio Rodrigues Guimarães e Egmont Bastos Gonçalves.
DOPS-PE	Criação: 23/12/1935 Transformação: 15/04/1961 Extinção: 22/03/1990	Delegacia de Ordem Política e Social em 1935, transformada em Departamento de Ordem Política e Social em 15.04.1961. No período entre 1969-1974 teve à frente vários delegados: Moacir Sales de Araújo, Arnaldo da Costa Lima, João Roma.
DPF	Criação: mar/1944 (DFSP) Jurisdição nacional: 1964 DPF: 25/02/1967	Em 1944, a Polícia do antigo Distrito Federal foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, o qual foi posteriormente reestruturado, buscando-se como modelo as polícias da Inglaterra, Estados Unidos e Canadá, passando a ter, efetivamente, atribuições em todo o território brasileiro, a partir de 16/11/1964 (Lei nº. 4.483). Em 1967, a denominação foi alterada para Departamento de Polícia Federal (art. 210 do Decreto-Lei nº. 200, de 25.02.1967). No Recife, no período em foco o responsável era Júlio Freire Rivoredo Soares.

Anexos

Anexo 1



Mapa de localização do DOPS

Rua da Aurora, nº 405 – Boa Vista, Recife -PE

Anexo 2



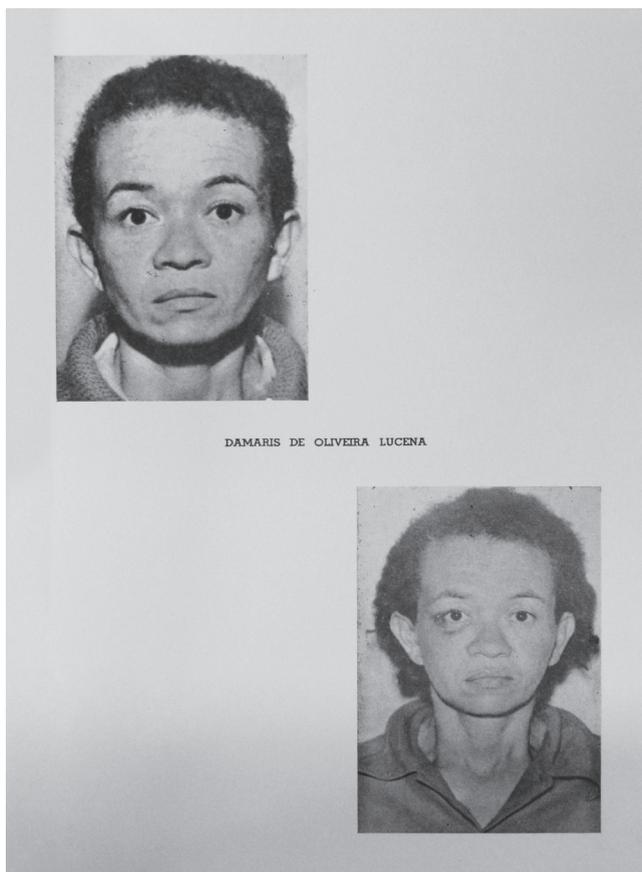
Imagens do antigo prédio do DOPS

Demolido em novembro de 1995.

Fundo: Acervo FUNDARPE – Setor de Arquivo. Caixa 03, contendo plantas, baixa, da fachada, acompanhadas de fotos do prédio da antiga Secretaria de Segurança Pública e extinto DOPS-PE.



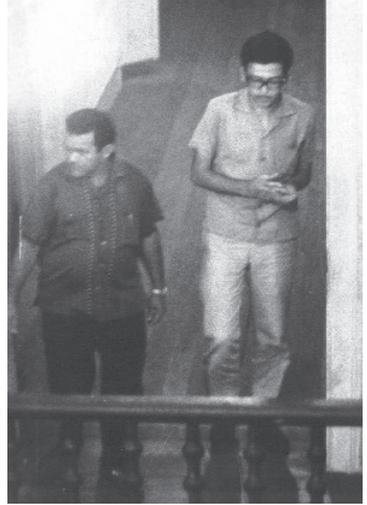
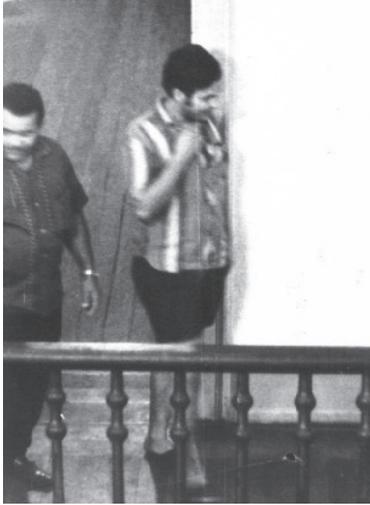
Anexo 3



Imagens da repressão

- (A) Detalhe da imagem de Damaris de Oliveira Lucena, que aparece nitidamente desfigurada com marcas de espancamento e tortura.

Fundo: Prontuário Funcional n°. 29.780, Centro de Informações do Exército, contendo um livro com fotos dos mais procurados e os banidos do território nacional.



(B) Dependências do DOPS-PE, depoente sendo conduzido à sala de interrogatório.

Fundo: Prontuário Funcional n.º. 1.574. Fotografias.



(C) Presos políticos no pátio da Casa de Detenção do Recife em 1970.

Fundo: Prontuário Funcional de fotografias n.º. 1.576.



(D) Manifestação estudantil no Recife, 1964.

Fundo: SSP/DOPS/APEJE Prontuário Funcional n.º 1.576.



(E) Manifestação estudantil no Recife, 1964.

Fundo: Acervo Fundaj imagens da repressão, 1964.

Anexo 4

Conceitos extraídos de relatório do IV Exército

Ação judicial: (s. f. ões). Instrumento para o cidadão reivindicar ou defender um direito na Justiça. jur. faculdade de invocar o poder jurisdicional do Estado para fazer valer um direito que se julga ter. *action, proceedings*. v. tb. processo.

Autoridade: Direito ou poder de se fazer obedecer, de dar ordens, de tomar decisões, de agir.

Clero: A classe clerical; a corporação dos sacerdotes.

Comunismo: É uma forma de socialismo que se caracteriza por sua filosofia, seu sistema e seu programa de ação. Sua filosofia é a marxista, em que a sociedade comunista perfeita seria o vértice para o qual caminharia toda a história e que daria sentido a toda a evolução cósmica, a partir da matéria primitiva, origem de tudo quanto existe. O tempo provou que essa marcha não corresponde à realidade, pois que o comunismo começou em dois países que se achavam na fase pré-capitalista de sua evolução: a Rússia e a China, e só tem penetrado em outros países mediante pressão externa, por imposição, como no caso dos países-satélites da antiga U.R.S.S. Como sistema, o comunismo pretende realizar, com absoluta radicalidade, o ideal socialista, tendo por modelo político o de um Estado, órgão de poder do partido único, o partido comunista, que domina toda a hierarquia política, administrativa e militar. Por modelo econômico-social, tem a total coletivização dos meios de produção, a limitação do exercício da propriedade dos bens de consumo, o intervencionismo e a planificação

econômica. Como programa de ação, o comunismo serviu de instrumento à ditadura de uma nova classe, a classe dos burocratas do partido, que usa, goza e dispõe da propriedade nacionalizada. O comunismo internacional sofreu profundas tensões internas: ideológicas, entre um marxismo ortodoxo que pretende manter-se fiel aos padrões iniciais, e um marxismo revisionista, em busca de adaptação às condições do mundo moderno; sociais, entre os tecnocratas instalados no poder e as novas gerações culturalmente evoluídas que começam a revoltar-se; e políticas, entre a antiga U.R.S.S. e a China, visando a abafar as tensões sociais internas, a garantir sua liderança no comunismo internacional e a continuar sua política de infiltração e penetração nas democracias ainda não consolidadas.

Conflito: Embate dos que lutam; discussão acompanhada de injúrias e ameaças, desavença; guerra.

Crime: Fato jurídico proibido por lei, sob ameaça de uma pena, instituída em benefício da coletividade e segurança social do Estado. Crime político [*political crime*].

Desobediência: Falta de obediência, inobediência, transgressão.

Direito: (s. m. -s). 1. faculdade legal de praticar ou deixar de praticar um ato. 2. prerrogativa, que alguém possui, de exigir de outrem a prática ou abstenção de certos atos, ou o respeito a situações que lhe aproveitam. 3. faculdade concedida pela lei, jurisprudência. *Law, jurisprudence*. 4. ciência das normas obrigatórias que disciplinam as relações dos homens em sociedade jus. 5. conjunto de conhecimentos relativos a esta ciência, ou que tem implicações com ela, ministrados

nas respectivas faculdades. *Law*. 6. conjunto das normas jurídicas vigentes em um país. 7. advocacia. *law*. v. tb. lei. poder legítimo. *right*.

Estado: (s. m. -s). 1. sociedade civil politicamente organizada, organização política de um país. 2. superestrutura jurídica em que se organiza o poder político, sob a égide de uma lei fundamental, denominada Constituição, de que dimana todo o ordenamento legal. 3. ente jurídico formado pela conjunção de três elementos essenciais: povo, território e governo soberano. 4. Estado-membro de uma Federação. *State*. v. tb. nação, país, pátria. organização política de um país.

Igreja: Assembléia; templo cristão; comunidade de cristãos; autoridade eclesiástica.

Imprensa: 1. conjunto de publicações informativas ou noticiosas do gênero, jornais, revistas, etc. 2. qualquer meio de comunicação de massa. 3. o conjunto de repórteres e jornalistas. *press*. liberdade de imprensa [*press freedom*]. v. tb. mídia.

Partido político: Organização cujos membros programam e realizam uma ação comum com fins sociais e políticos, facção. Associação de pessoas unidas pelos mesmos interesses, idéias e objetivos. Liga.

Política: Conjunto de valores definidos como verdade que servirão de orientação para o comportamento de um determinado grupo de pessoas.

Subversão: Ato ou efeito de subverter, insubordinação às leis e às autoridades constituídas. Destruição e transformação da ordem pública, social e econômica estabelecidas.

INFORMAÇÃO, REPRESSÃO E MEMÓRIA

A construção do estado de exceção no Brasil
na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)

Tipografia

Electra (texto)

Arvo (títulos)

Editora  UFPE

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife - PE | CEP: 50740-530

Fones: (81) 2126.8397 / 2126.8930 | Fax: (81) 2126.8395

www.ufpe.br/edufpe | livraria@edufpe.com.br

O excelente trabalho da professora Marcília Gama da Silva – *Informação, Repressão e Memória: A construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)* – tem sido uma das chaves de que se vem valendo a **Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara** para a compreensão da estrutura e funcionamento do aparelho repressor da ditadura. Que, em Pernambuco, face a permanência no poder do mesmo grupo político desde o Estado Novo e até pouco antes do golpe de 1964, necessitou quase que apenas de pequenos ajustamentos para ser recepcionado e adaptar-se ao sistema implantado no país com base na ideologia da segurança nacional. Integrandose à rede internacional monitorada pela CIA e pelo FBI, no cinturão de segurança estendido no Continente durante a guerra fria. Até porque as mudanças ocorridas no governo Miguel Arraes, pela sua curta duração, não chegaram a afetar em profundidade as estruturas tradicionais.

Fundamentada em valiosa pesquisa documental e indo além do que o título sintetiza, pelo que aclara e pelo que sugere, o trabalho da professora Marcília Gama da Silva constitui importante contribuição da Universidade à história recente do país e à avaliação da influência exercida pela ditadura do Estado Novo sobre a ditadura pós-64. Porque, afinal, todas as ditaduras se assemelham. Por tudo que as torna execráveis.

Fernando Coelho

Coordenador Geral da Comissão da Memória
e Verdade Dom Hélder Câmara

